

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional



GUSTAVO RODRIGO MILARÉ MONTOIA

**AS ESCALAS DECISÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS PROGRAMAS
DE INVESTIMENTO E A REPERCUSSÃO NO LOCAL: UM ESTUDO DAS
PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS**



São José dos Campos
Novembro de 2018

GUSTAVO RODRIGO MILARÉ MONTOIA

**AS ESCALAS DECISÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS PROGRAMAS
DE INVESTIMENTO E A REPERCUSSÃO NO LOCAL: UM ESTUDO DAS
PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Fonseca da Costa

São José dos Campos
Novembro de 2018

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

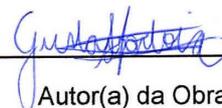
<p>Montoia, Gustavo Rodrigo Milaré</p> <p>As escalas decisórias das políticas públicas e dos programas de investimento e a repercussão no local: um estudo das pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas / Gustavo Rodrigo Milaré Montoia; orientadora, Sandra Maria Fonseca da Costa . - São José dos Campos, SP, 2018. 1 CD-ROM, 287 p.</p> <p>Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.</p> <p>Inclui referências</p> <p>1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Cidades Ribeirinhas. 3. Políticas Públicas. 4. Regiões Vernaculares. I. Costa , Sandra Maria Fonseca da , orient. II. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. III. Título.</p>
--

Eu, Gustavo Rodrigo Milaré Montoia, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 24 de Abril de 2019.



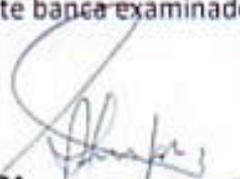
Autor(a) da Obra

Data da defesa: 06 / 11 / 18

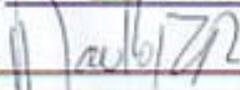
GUSTAVO RODRIGO MILARÉ MONTOIA

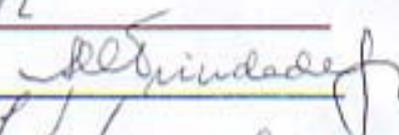
**"AS ESCALAS DECISÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS PROGRAMAS DE
INVESTIMENTO E A REPERCUSSÃO NO LOCAL: UM ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES
DO DELTA DO RIO AMAZONAS."**

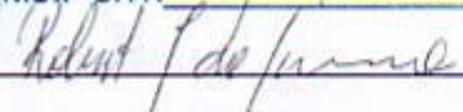
Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

PROF.^a DR.^a ADRIANE APARECIDA MOREIRA DE SOUZA 

PROF.^a DR.^a SANDRA MARIA FONSECA DA COSTA 

PROF. DR. PAULO ROMANO RESCHILIAN 

PROF. DR. SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR - UFPA 

PROF. DR. ROBERTO LUIZ DO CARMO – Unicamp 

Prof. Dr. Leandro José Raniero

Diretor do IP&D – Univap

São José dos Campos, 06 de Novembro de 2018.

DEDICATÓRIA

*Mãe, difícil é viver com a saudade!
Pela sua memória, pelo seu amor,
Toda conquista era para dizer “obrigado”.
E Carol, pelo seu amor,
Dedico cada palavra,
Minha pérola de precioso valor.*

AGRADECIMENTOS

Tenho muitos motivos para agradecer. Quero enaltecer a Deus, na pessoa de Jesus Cristo, pela vida, força e esperança de todos os dias. No caminho da fé cristã está o desafio de compreender quem somos e a nossa missão em servir à humanidade com nossos talentos, seja a arte, a pesquisa acadêmica, as atividades manuais, o ensino, a inventividade, entre tantas outras.

Agradeço à minha esposa Caroline Bileski Montoia. Minha companheira e amiga, que apoiou o meu sonho em estudar à custa de sacrifícios importantes, pelo valor dado ao curso de doutorado. Sua fé e oração me fizeram permanecer. Eu te amo e agradeço a Deus por ter uma grande parceira neste saber viver diário. Seu sorriso é para mim uma alegria constante.

Muito obrigado à professora Sandra Maria Fonseca da Costa. Sou grato pela oportunidade, não apenas de contribuir com minha formação da graduação ao doutorado, com seu vasto conhecimento, mas em estimular e oferecer oportunidades. Grato pela sua generosidade nesta marca tão indelével de um professor que é abrir caminhos. Nestes 15 anos de aprendizado, encerra-se uma etapa desta caminhada que começou lá na graduação, quando, preocupado em estudar, fui convidado pela senhora para participar de um projeto de pesquisa. Isso me fez enxergar além. E aqui estou. Grato.

Aos amigos do Laboratório de Estudos das Cidades da UNIVAP, à Viviana Mendes Lima, Jobair Rangel, Monique Carmo, Ed Carlos Valota e Nilton Rosa, meu muito obrigado pelas contribuições e parceria. À Marcilene Viana, amiga de longa data, à Robélia da Silva e aos pastores Júlio e Luciana da Costa, meus agradecimentos pela fraternidade. Aos meus amigos do ensino fundamental, que guardo em meu coração, obrigado.

À Universidade do Vale do Paraíba pelos anos de formação, aos meus professores universitários e ao professor, Eduardo Jorge de Brito Bastos, juntamente com os gestores dos Colégios UNIVAP, agradeço pela confiança e bolsa de estudos concedida. Professor Sávio Domingos, Coordenadora Amanda Morgado, professora Érica Reis, professora Jandira Aligieri minha gratidão como professor desta instituição. Rúbia, sou grato pela ajuda oportuna, que é, acima de tudo, solidariedade.

À minha família, muito obrigado. Aos meus tios João Marcos e Clara Denise pelo exemplo, apoio e presença sempre. À minha avó Clara, pelo exemplo do tamanho de sua vida. Aos meus primos Felipe (que alfabetizei quando tinha 4 anos e, eu, 9), Lucas, Camilla e Evelyn. Aos meus irmãos Sandro, Elen, Carlos, Vanessa e Nathália, quero compartilhar esta conquista, nesta luta diária de esforço e conquista que nos foi destinado. E aos meus sogros Milton e Iveli Bileski pelo respeito e carinho de sempre.

Quero dedicar aos meus alunos este trabalho e agradecer por me receber como professor, compreendendo as exigências. Meu desejo é que todos vivam as oportunidades do conhecimento e das escolhas conscientes.

À escola pública, que é o local da maioria dos brasileiros, na esperança de ascender na vida, garimpando a escolaridade em um ambiente tão cheio de obstáculos, mas, também, de tesouros a serem achados.

Por fim, agradeço aos moradores das cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão. Obrigado pelas entrevistas, aplicação de formulários, a calorosa recepção em cada porta de casa, em cada varanda, em cada ensino sobre uma dura vida, de sabor, calor e conquista.

*A cada um se contará a sua história
C. S. Lewis*

*Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro,
e hospedastes-me;*

*Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver.
Então os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos
de comer? ou com sede, e te demos de beber?*

[..]

*E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes
meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.
Jesus*

RESUMO

As pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia possuem particularidades em seu processo de formação socioespacial, o que lhes confere desafios na execução de políticas públicas. Neste sentido, esta tese estudou as cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá; cidades atendidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que se tornaram palcos de obras atrasadas, inacabadas ou abandonadas, fruto de implementação de uma política pública distorcida, que não considerou um conjunto de variáveis essenciais, como: distâncias geográficas, dependência dos municípios, e suas cidades, do Governo Federal, vida econômica no circuito inferior da economia, um modo de sociedade urbano/rio/floresta ribeirinha que ainda apresenta uma política conservadora aos modos do coronelismo político assistencialista e não fiscalização das obras públicas. A necessidade de compreender a identidade destes locais é fator primordial para a aplicação de serviços públicos que, desde sua aprovação à sua construção, as realidades intrínsecas destas cidades-rio não podem ser negligenciadas, pois resulta em atraso e uma negação da política regional em um país com realidades tão distintas como o Brasil. Pesquisa de campo, entrevistas com agentes públicos, análise de dados secundários e uma revisão de literatura para compreender a urbanodiversidade da Região foram elementos relevantes para concluir, que se faz urgente, um novo modelo cívico para o Brasil baseado em um pacto territorial que reconheça as regiões vernaculares do país em busca de desenvolvimento social e respeito à alteridade sócio-espacial.

Palavras-chave: Cidades Ribeirinhas. Políticas Públicas. PAC. Regiões Vernaculares.

THE LOCAL REPERCUSSION OF THE DECISION-MAKING SCALES OF PUBLIC POLICIES AND INVESTMENT PROGRAMS: A STUDY OF THE SMALL CITIES OF THE AMAZON RIVER DELTA

The small riverside cities of the Amazon region have particularities related to the process of socio-spatial formation, which confers to them challenges in the execution of public policies. In this sense, this thesis focuses on the cities of Afuá and Ponta de Pedras, in the state of Pará and Mazagão, in the state of Amapá; cities served by the Growth Acceleration Program (PAC) and which became stages of delayed, unfinished or abandoned buildings, the result of implementation of a distorted public policy, which did not consider a set of essential variables, such as: geographic distances, dependence of municipalities and their cities of the Federal Government, economic life in the lower circuit of the economy, a mode of urban / river / forest society riverside that still has a conservative policy to the modes of traditional politics and lack of fiscalization of public buildings. The need to understand the identity of these places is a key factor in the application of public services, which, from their adoption to their construction, the intrinsic realities of these river-towns can not be neglected, as it results in a delay and a denial of regional policy in a country with realities as different as Brazil. Field research, interviews with public agents, analysis of secondary data and a literature review to understand the urban development of the Region were relevant elements to conclude, as a matter of urgency, a new civic model for Brazil based on a territorial pact that recognizes the vernacular regions of the country in search of social development and respect for spatial otherness.

Keywords: Small Riverside Cities. Public Policies. PAC. Vernacular Regions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Metodologia.....	25
Figura 2 – Pesquisa de Campo.....	26
Figura 3 – Esquema do capítulo 1.....	32
Figura 4 – Tríade do Estado, segundo Reclus.....	34
Figura 5 - Tríade das ações do Estado capitalista.....	38
Figura 6 – Breve síntese histórica de planos nacionais.....	57
Figura 7 – Nuvem de palavras sobre as Pequenas Cidades.....	76
Figura 8 – População Urbana no Censo de 2010.....	85
Figura 9 – Cidades até 20 mil Habitantes em 2010.....	86
Figura 10 – Cidades com até 50 mil habitantes em 2010.....	87
Figura 11 – Algumas características das pequenas cidades, segundo autores estudados.....	89
Figura 12 – Municípios/Cidades com Baixo Grau de Urbanização.....	94
Figura 13 – Amazônia Legal.....	99
Figura 14 – Sub-regionalização da Amazônia Legal.....	104
Figura 15 – A “Floresta Urbanizada”.....	107
Figura 16 – Três Processos de Ação e Controle sobre a Região.....	115
Figura 17 – Padrão Espacial das Cidades Amazônicas.....	119
Figura 18 – Cidades Amazônicas: da floresta, na floresta, ribeirinha, beira-rio.....	121
Figura 19 – As cidades são espaços indissociáveis.....	123
Figura 20 – Cidades – rio.....	139
Figura 21 – Cidade de Ponta de Pedras, ano de 2009.....	140
Figura 22 – Início do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2011.....	141
Figura 23 – As Cidades-Rio: Afuá e Ponta de Pedras/PA; Mazagão/AP.....	143
Figura 24– A Floresta Urbanizada de Ponta de Pedras – PA.....	145
Figura 25 – Preocupações Ambientais, Floresta, Rio e Várzea.....	146
Figura 26 – Paisagens Urbanas Desiguais em Barcarena/PA.....	147
Figura 27 – Fisionomia Urbana em Barcarena/ Vila dos Cabanos – PA.....	149
Figura 28 – Alguns elementos religiosos do cristianismo na Amazônia.....	153
Figura 29 – Carimbó, em Ponta de Pedras.....	154
Figura 30 – Amazônia: Objetos tecnológicos e Floresta.....	160
Figura 31 – As cidades de estudo: Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.....	163
Figura 32 – Vista da entrada de Ponta de Pedras/PA.....	164
Figura 33 – Avenida 30 de Abril, Ponta de Pedras/PA.....	165
Figura 34 – localização de Ponta de Pedras.....	167
Figura 35 – Aterramento no Bairro Carnapijó, Ponta de Pedras/PA.....	169
Figura 36 – Aterramento nas proximidades do Bairro Campinho.....	169
Figura 37 – Bairro da Estrada e seus arredores, Ponta de Pedras/PA.....	170
Figura 38 – Bairro da Mangabeira, Ponta de Pedras/PA.....	170
Figura 39 – Mudanças aparentes na cidade.....	171
Figura 40 – Localização de Afuá.....	173

Figura 41 – Afuá, uma cidade sobre pontes.	174
Figura 42 – Orla da cidade de Afuá.....	174
Figura 43 – Camaródromo e a Praia de Madeira em Afuá.....	175
Figura 44 – Aspectos da Paisagem nas ruas de Afuá.	176
Figura 45 – Cenas da orla em Afuá.....	176
Figura 46 – Página da Prefeitura Municipal de Afuá.	177
Figura 47 – Áreas comerciais em Afuá/PA.....	178
Figura 48 – Localização de Mazagão.	180
Figura 49 – Rua Veiga Cabral.	181
Figura 50 – Prédios Públicos na Avenida Getúlio Vargas, Mazagão/AP.....	182
Figura 51 – Continuidade da Avenida Getúlio Vargas.	183
Figura 52 – Casas em ambiente de várzea em área afastada do centro de Mazagão/PA.	184
Figura 53 – Obra de Abastecimento de Água em Afuá/PA.	202
Figura 54 – Situação do Sistema de Captação de Água em Afuá/PA.....	203
Figura 55 – Obra de Abastecimento de Água em Ponta de Pedras/PA, ano de 2012.204	
Figura 56 – Obra de Abastecimento de Água em Ponta de Pedras/PA.....	204
Figura 57 – Croqui elaborado pela COSANPA sobre o sistema de abastecimento de água de Afuá.	206
Figura 58 – Croqui elaborado pela COSANPA sobre o sistema de abastecimento de água de Ponta de Pedras.....	206
Figura 59 – Unidade Básica de Saúde, Capim Marino, Afuá/PA.	208
Figura 60 – Unidade Básica de Saúde, Jaguarajó, Ponta de Pedras.....	208
Figura 61 – Unidade Básica de Saúde, Centro, Ponta de Pedras.	209
Figura 62 – Unidade Básica de Saúde Tipo IV, Mazagão/AP.....	209
Figura 63 – Unidade Básica de Saúde Tipo IV, Mazagão/AP.....	210
Figura 64 – Divulgação de Obras em Ponta de Pedras/PA.	213
Figura 65 – Divulgação de Obras em Ponta de Pedras/PA, na Vila Pedrolândia. ...	213
Figura 66 – Construção da Creche na Vila Pedrolândia, 2015.....	213
Figura 67 – Construção da Creche na Vila Pedrolândia Abandonada, 2018.....	214
Figura 68 – Quadra Poliesportiva de Ponta de Pedras/PA.	215
Figura 69 – Construção Quadra Poliesportiva em Mazagão Velho/AP.....	216
Figura 70 – Sistema Compacto de Água, em Afuá/PA.	217
Figura 71 – Centro de Atendimento ao Cidadão, Afuá/PA.	218
Figura 72 – Construção de Passarelas de Concreto a iniciar em Afuá/PA.....	218
Figura 73 – Obra do Governo do Estado do Pará, 2013, em Ponta de Pedras/PA. 221	
Figura 74 – Obra do Governo Local em 2015 na Praia de Mangabeira.....	223
Figura 75 – Erosão na Rodovia Mangabeira em Ponta de Pedras/PA.	224
Figura 76 – Pavimentação no Bairro Bom Jesus em Mazagão/AP.....	224
Figura 77 – Portal da Transparência, Pavimentação no Bairro Bom Jesus, Mazagão, AP.....	225
Figura 78 – Obra Parada do Centro Psicossocial em Mazagão/AP 225	
Figura 79 – Construção de Casa do Agricultor, Painel da Obra em 2018.....	227
Figura 80 – Parte de Página da AMAM, 2018 242	

Figura 81 – Rede de transmissão de energia elétrica para o Marajó	243
Figura 82 – Projeto de Lei para os Municípios do Marajó.....	245
Figura 83 – Modelos de planejamento para a Amazônia.....	249
Figura 84 – Modelos de planejamento para a Amazônia.....	250
Figura 85 – Rio, Trapiche e Embarcações: Entradas e Saídas.....	259
Figura 86 – O Geral e o Particular: Espaços Ribeirurbanos da Existência.....	265
Figura 87 – O Uso do Celular em Afuá/PA.....	271
Figura 88 – Regiões Vernaculares	275

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Urbana das Cidades-Rio.....	151
Gráfico 2 – População Rural e Urbana de 1970 a 2010.....	186
Gráfico 3 – O Saneamento Básico em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.	188
Gráfico 4 – Mortalidade Infantil em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.....	189
Gráfico 5 – População adulta analfabeta em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão..	191
Gráfico 6 – IDH-M de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.....	193
Gráfico 7 – Serviços considerados urgentes em 2009, Ponta de Pedras/PA.....	221
Gráfico 8 – Consumo Residencial de Eletricidade	244
Gráfico 9 – Açaí, atividade não urbana, também realizada por população urbana .	264
Gráfico 10 – Acesso à Banda Larga Fixa em Afuá/PA, Ponta de Pedras/PA e Mazagão/AP.....	268
Gráfico 11 – TV por assinatura em Afuá/PA, Ponta de Pedras/PA e Mazagão/AP.	268
Gráfico 12 – Utilidade da internet em Ponta de Pedras/PA.....	270
Gráfico 13 – Locais de uso da internet em Ponta de Pedras/PA.....	270

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Investimentos, em Moeda Estrangeira e Nacional, da Estratégia de Desenvolvimento do Segundo Governo Vargas.....	46
Tabela 2 - Criação de Municípios.....	70
Tabela 3 - Município por grupo de habitantes em 2014.	71
Tabela 4 – Escolarização das Cidades em estudo.....	190
Tabela 5 – IDEB – Anos Iniciais em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.	191
Tabela 6 – IDEB – Anos Iniciais dos estados da Região Norte.....	191
Tabela 7 – Perfil socioeconômico das cidades em estudo.....	192
Tabela 8 – Empregos Formais em 31/12/16 - Anos de 2015 e 2016 por setor de atividade econômica.....	192
Tabela 9 – Dados sociais das cidades em estudo.	193
Tabela 10 – Outras fontes de renda, declarada pelos chefes de família em Ponta de Pedras/PA.	264

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Origem dos Entrevistados e Tempo das Entrevistas.....	28
Quadro 2 – Autores clássicos que discutem o Estado-Nação.....	35
Quadro 3 – Autores contemporâneos sobre Estado-Nação.....	36
Quadro 4 – Autores brasileiros sobre o Estado brasileiro.	47
Quadro 5 – Plano Plurianual de 1996 a 1999 – Habitação.	58
Quadro 6 – Plano Plurianual de 1996 a 1999 – Desenvolvimento Urbano.	59
Quadro 7 – Embriões de Rede de Cidades.....	79
Quadro 8 – Períodos de Formação Regional da Amazônia.....	100
Quadro 9 – Periodização da Rede Urbana da Amazônia.....	101
Quadro 10 - Crescimento Econômico e Ocupação Territorial na Amazônia.	111
Quadro 11 – Três modos de ver a identidade das populações ribeirinhas.....	117
Quadro 12 – Domicílios Urbanos em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.....	187
Quadro 13 – Programas realizados pela prefeitura no ano de 2015 ou 2016.	188
Quadro 14 – Tratamento de água em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.....	189
Quadro 15 – Conselho do Meio Ambiente em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.	195
Quadro 16 – Legislação Ambiental Presente em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.....	196
Quadro 17 – Obras envolvendo abastecimento de água.	201
Quadro 18 – Instalação de Unidades Básicas de Saúde.	207
Quadro 19 – Instalação de Creches e/ou Escola de Educação Infantil.....	211
Quadro 20 – Instalação de quadras poliesportivas.	215
Quadro 21 – Obras em Afuá no Portal da Transparência em 2018.	219
Quadro 22 – Obra para conter Erosão na Rodovia Mangabeira	223
Quadro 23 – Casa do Agricultor, Portal da Transparência, Mazagão/AP	226
Quadro 24 – Casa do Agricultor, Portal dos Convênios, Mazagão/AP.....	226
Quadro 25 – Obras Concluídas e Não Concluídas	229
Quadro 26 – Operadoras Presentes nas áreas de estudo	269

LISTA DE ABREVIATURAS

AM – SIGLA DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAM – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS

AP – SIGLA DO ESTADO DO AMAPÁ

CF – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COSANPA – COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

CRFB – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GF – GOVERNO FEDERAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDEB – ÍNDICE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

PA – SIGLA DO ESTADO DO PARÁ

RM's – REGIÕES METROPOLITANAS

SEDOP – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS (ESTADO DO PARÁ)

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO (ESTADO DO PARÁ)

SINAPI – SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo 1 – Estado e Território Para a Compreensão do Brasil No Final da Segunda Década do Século XXI.....	31
1.2 O Estado que se chama Brasil	41
1.3 Pensamentos e Ações em uma Nação em construção ou O que é o Estado brasileiro para o Estado e para os analistas	47
1.4 Pós 1990: uma síntese do Brasil apesar das análises.....	54
1.4.1 As Políticas Públicas Territoriais: o vai e vem da história recente	54
1.4.2 O protagonismo municipalista e a pobreza do entorno	64
1.5 O Município Como Ente Federativo e o Poder Local	68
1.5.1 O Poder Público Municipal da Amazônia	72
Capítulo 2 – O Fato Urbano Na Pequena Cidade	75
2.1 O espaço da eugenia	77
2.2 Os Embriões das Redes de Cidades.....	78
2.3 Urbanização e as Pequenas Cidades.....	81
Capítulo 3 – A Antropogeografia das Cidades Ribeirinhas da Amazônia	97
3.1 Ocupação e Grandes Projetos na Amazônia.....	99
3.2 Urbanizações: das tradicionais às intencionalidades federais	105
3.3 O Pulsar nas Águas e os Ecos na Floresta: As (Pequenas) Cidades Ribeirinhas da Amazônia	113
Capítulo 4 – O Quadro Geográfico do Ribeirurbano	126
4.1 A “narrativa” do ribeirurbano: o que as cidades ribeirinhas nos deixam ver.....	132
Capítulo 5 – Espaços Ribeirurbanos: A Urbanodiversidade de Afuá e Ponta de Pedras, estado do Pará e Mazagão, estado do Amapá	162
5.1 Espaços Ribeirurbanos: sistema de objetos.....	163
5.2 Espaços ribeirurbanos: sistema de ações	185
Capítulo 6 – As Políticas Públicas no Território e as Escalas de Decisão nos Espaços Ribeirurbanos: Dificuldades de Análise e Mais do Mesmo.....	198
6.1 Políticas Públicas no Território como em Todo Lugar.....	200
6.2 Políticas Públicas Territoriais e o Lugar.....	228
6.2.1 As Idiossincrasias e os Demônios no Espaço	230
6.2.2 O Fator Amazônico, O Espaço como Obstáculo e o Brasil do Século XIX.....	235

6.2.3 Plano Marajó e os Planos Diretores Municipais: testemunhas da necessidade e da ausência de ações.....	241
6.3 O modelo não amazônico para a Amazônia: o discurso indigente para as cidades ribeirinhas	247
Capítulo 7 – O Geral e o Particular das Pequenas Cidades da Amazônia: Espaços Ribeirurbanos da Existência	255
Considerações Finais	278
Referências	289

APRESENTAÇÃO

Sou aluno do curso de Geografia, do mestrado em Planejamento Urbano e Regional e agora do doutorado da Universidade do Vale do Paraíba. Nesta instituição que obtive formação e oportunidades como estudante e profissional. Graduado e bacharel em Geografia desde 2007, novas oportunidades surgiram de estudar as pequenas cidades da Amazônia no curso de mestrado, sob a orientação da professora Sandra Maria Fonseca da Costa.

Quando a professora concluiu seu estágio de pós-doutorado, ao estudar o urbano nestas pequenas cidades, me ofereceu a oportunidade de pesquisar a respeito da participação popular na elaboração do Plano Diretor Municipal no município de Ponta de Pedras/PA. A repercussão desta dissertação de mestrado, acompanhado com as pesquisas de campo realizadas pelo Laboratório de Estudos das Cidades ao longo de 10 anos, gestaram novas questões que resultaram nesta tese: a construção desta realidade particular, aliada aos marcos regulatórios pensados para um urbano metropolitano, incitaram à continuidade da pesquisa.

Além disso, a construção sobre esta realidade realizada pelos demais amigos do Laboratório, orientados pela professora, é parte desta pesquisa empreendida que a cada ano gera novos porquês, e cada pesquisa de campo, novas indagações e aberturas para a compreensão desta Região. E o nosso desejo é contribuir com a pesquisa acadêmica e com a informação desta realidade, para a cada dia, a cada novo governo, a cada planejamento, seja esta população atendida de maneira mais justa e amplificadora de sua cidadania.

AS ESCALAS DECISÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS PROGRAMAS DE INVESTIMENTO E A REPERCUSSÃO NO LOCAL: UM ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS

INTRODUÇÃO

☉ Brasil é uma nação plural: costumes, dialetos, religiosidade, ritmos musicais, movimento populacional, maneiras e comportamentos que fornecem a essa nação diferenças e complementaridade. Neste sentido, as culturas regionais são parte de uma grande composição do que é ser brasileiro. Todavia, este movimento, não se completa em suas políticas públicas, pois, sociedade e espaço ainda configuram um longo caminho de unidade na diversidade.

Existe um Brasil de cidades ribeirinhas, de certa maneira conhecido em nosso país, que é desconhecido nas aplicações das políticas públicas territoriais de maneira eficiente, regionalizada e equitativa. As pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, produto de um espontaneísmo e/ou uma indução governamental, são espaços de uma tríade composta por uma presença frágil do Estado, por interesses econômicos e socioambientais e por população muitas vezes ignorada no exercício diário da conquista de sua sobrevivência.

Conhecida internacionalmente pelo discurso ambiental e a prevalência da floresta, perpetuando a impressão de vazio demográfico, a Região da Amazônia possui pequenas cidades ribeirinhas que expressam um modo de vida urbano muitas vezes desconhecido no fenômeno de urbanização brasileira. Concentração populacional, busca pelo consumo, redes familiares, acesso à educação e saúde e produção de um espaço peculiar tornam visíveis um modo de vida urbano/rio/floresta, que sob um olhar mais atento, confirma o que Becker (1985) afirmara na década de 1980, que essa Região é uma “floresta urbanizada”.

Predominantemente, essas cidades são pequenas cidades ribeirinhas com valores urbanos¹, que possuem uma população que busca informações e meio de

¹ “A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 2014, p. 30). A psicoesfera presente nas pequenas cidades da Amazônia também se apresentam como a demanda de bens e serviços como nas grandes cidades, a busca na cidade como novas oportunidades de mercado e trabalho, local de

sobrevivência, por meio do consumo e da circulação. É um urbano como fator de mudança, mesmo nas localidades que passaram por momentos de surto econômico acompanhados de longos períodos de estagnação. Isto proporcionou a replicação de uma urbanização que perdurou ao longo do tempo, mesmo com características de uma urbanização tímida.

Em relação às políticas públicas, estas cidades possuem necessidades de extrema relevância: acesso à energia elétrica, serviços de saúde, educação e lazer, geração de empregos, melhoria dos equipamentos urbanos, tratamento e abastecimento de água, dentre outros. Serviços esses considerados essenciais à qualidade de vida da população, contemplados em planejamentos territoriais para a Região, mas inexistentes, inacabados ou aplicados de forma distorcida da realidade, isto é, não obedecem aos prazos estabelecidos inicialmente ou tornam-se obras abandonadas, ou não correspondem às realidades sócio-espaciais, ou não correspondem efetivamente às necessidades locais, por exemplo.

Diante destas premissas, esta tese traçou um caminho de indagações: o que são estas cidades ribeirinhas? Quais particularidades são reveladas em sua forma e conteúdo? Quais políticas públicas são contempladas para estas realidades e como são tratadas neste universo de marcos regulatórios pensados para dentro das regiões metropolitanas, das quais, muitas delas, nem fazem parte?

Nesta compreensão, tem-se como hipótese da pesquisa que as políticas públicas não levam em consideração as realidades locais, por isso, são implementadas, muitas vezes, nestes locais, de forma distorcida. As cidades do delta têm características próprias do lugar, além dos aspectos naturais, que merecem análise e merecem ser consideradas por essas políticas, sendo importantes do ponto de vista regional, isto é, no âmbito das pequenas cidades do delta do Rio Amazonas. Igualmente, são relevantes para a aplicação de políticas públicas adequadas, pois há também especificidades relacionadas à cultura, ao modo de vida e à relação que a população estabelece com esse lugar. Estas características podem levar a dois resultados:

- a) Existem particularidades que são ignoradas em políticas de planejamentos regionais pelo distanciamento político entre

recreação, busca de escolarização, de contatos exteriores e mercado imobiliário ainda que informal, desarticulado e afastado de grandes aquisições. O comportamento blasé, segundo Simmel (1979) é outro aspecto a considerar.

entes as escalas de decisão (federal, estadual, municipal) e até mesmo por negligência política local, muitas vezes tradicional, reproduzindo o favorecimento político e ações típicas do antigo coronelismo. Isso faz com que os políticos locais se interessem por políticas públicas que permitam reproduzir o assistencialismo e o domínio das elites locais;

b) As peculiaridades são aparentes, ou não, e o quadro da implantação de políticas públicas segue padrões que se adequam a outras municipalidades. A sua reprodução com distorções no local são reflexo de aspectos administrativos e do já comentado assistencialismo político.

Tendo recebido obras públicas de natureza estadual e federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento, as cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão são espaços de obras monumentais, para essas realidades, que contribuem para uma política de perpetuação do atraso. Assim, entende-se por atraso o prejuízo social para aquela determinada população, seja pela obra inacabada ou pelo atraso em sua execução. Nesse contexto, essa tese se propõe a analisar algumas obras públicas, dentro do contexto destas cidades, na compreensão dos elementos que produzem ou não a distorção das políticas públicas em uma realidade peculiar ignorada.

Neste sentido, essa tese se propôs a analisar as pequenas cidades do delta do Rio Amazonas. Dentre as 50 cidades localizadas nos estados do Amapá e Pará, as pequenas cidades apresentam características semelhantes, como médio Índice de Desenvolvimento Humano, padrão tradicional de ocupação, população com menos de 30 mil habitantes e ribeirinhas.

Deste universo, pretende-se analisar, especificamente, três cidades: no estado do Pará, as cidades de Ponta de Pedras e Afuá; no estado do Amapá, a cidade de Mazagão. As políticas públicas estudadas nesta tese alcançam os limites do trabalho de campo diante das possibilidades de informações e análises perpetuadas ao longo de, aproximadamente 10 anos, desde 2008 a 2018. Nesse ínterim, foram analisadas políticas públicas e planejamentos como planos diretores municipais, o Plano Marajó, obras públicas municipais e as obras do Programa de

Aceleração do Crescimento em suas duas fases. Não foi, exatamente, o programa em si, mas o ocorrido e percebido pelo trabalho de campo.

Dentre os objetivos gerais deste trabalho estão: compreender o desenvolvimento destas cidades a partir de uma abordagem que considera fatores históricos, econômicos e culturais, bem como as relações políticas no âmbito nacional e regional; e o papel das políticas públicas no contexto das pequenas cidades.

Como objetivos específicos, estão:

- Compreender a formação socioespacial e antropogeográfica destas pequenas cidades: Afuá e Ponta de Pedras, estado do Pará, e Mazagão, estado do Amapá;
- Construir um quadro geral sobre o lugar, o habitante e a identidade por meio de estudos de caso já elaborados por outros autores;
- Identificar as realidades socioeconômicas das cidades de estudo em seus aspectos no intra-urbano;
- Levantar um conjunto de obras públicas realizadas nestas realidades e analisar seus impactos dentro de uma perspectiva no intraurbano, no contexto do específico, sem negar suas conexões externas; e
- Apontar os aspectos relevantes da produção do espaço de vivência, em seus predicados de autonomia dentro do conceito de indigenização da modernidade de Marshall Sahlins considerando que a realidade é vernacular.

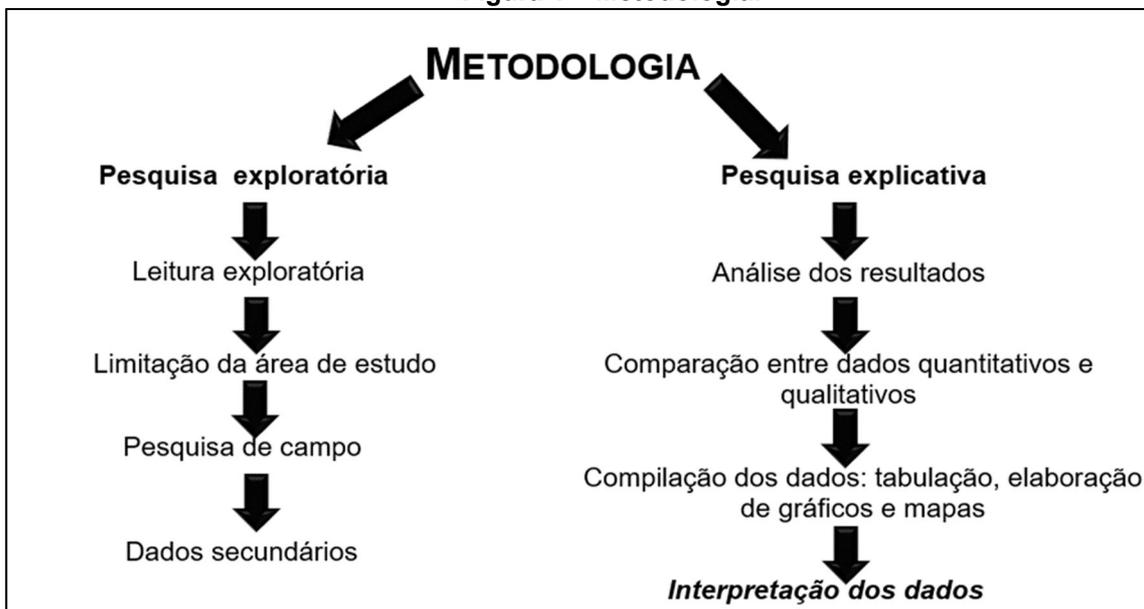
Neste caminho de pesquisa, buscou-se então autores que trabalham a realidade amazônica neste contexto das pequenas cidades: pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, do Laboratório de Estudos das Cidades da Universidade do Vale do Paraíba, dentre outros, como alguns clássicos, que contribuem para a compreensão deste quebra-cabeça do que são estas cidades, bem como os geógrafos Milton Santos e Bertha Becker.

Outros de cunho mais geral contribuíram na construção desta tese que parte de aspectos gerais da compreensão do que é o Estado brasileiro, seu processo de

urbanização e os planejamentos territoriais de desenvolvimento nacional e o papel da região amazônica nestes projetos, bem com seus reflexos. Além disso, a compreensão da atuação do poder público municipal em que se encontram estas pequenas cidades.

Para a busca destas respostas partiu-se para a abordagem metodológica que consistiu em uma parte exploratória e uma parte explicativa, como demonstra a figura 1. De acordo com Minayo e Deslandes (1994, p. 18) a pesquisa em ciências sociais, ainda que bem elaborada, não consegue explicar todos os fenômenos e processos. Assim, separar e recortar aspectos significativos da realidade para trabalhá-los é importante para a sistemática em um objeto mais esclarecido para investigação, como para organização de dados e suas análises. Portanto, o trabalho científico é uma interpretação da realidade estabelecida e limitada. Nessa pesquisa, a compreensão da realidade das cidades de estudo exigiu, primeiro, uma pesquisa exploratória.

Figura 1 – Metodologia.



Fonte: Autor.

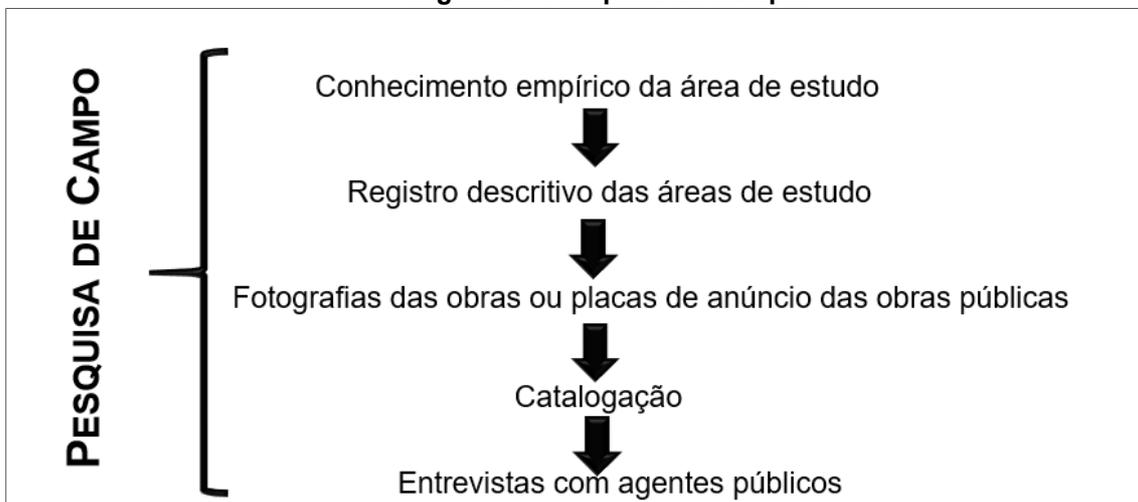
Esta fase consistiu em pesquisa em literatura especializada, de autores que trabalham a região na formação das pequenas cidades da Amazônia, suas características socioeconômicas, relações sociais e políticas públicas. Conseqüente, foi necessário estabelecer a área de estudo, diante de um quadro de 50 cidades no

delta do Rio Amazonas que, inclusive, pudesse permitir que fosse estabelecido um quadro comparativo entre elas.

Estas cidades foram estabelecidas seguindo a experiência de pesquisa do Laboratório de Estudos das Cidades. O ponto inicial consistiu na experiência da dissertação de mestrado desenvolvida em 2010 (MONTÓIA, 2010) sobre a cidade de Ponta de Pedras/PA. As outras cidades, eleitas para o detalhamento do estudo foram selecionadas a partir de critérios que as aproximaram, como o número de habitantes, mas também por possuírem alguns aspectos muito particulares, que são explorados nessa tese: Ponta de Pedras/PA se tornou um importante parâmetro para pesquisa, em função do acúmulo de estudos realizados sobre essa cidade. Afuá/PA é uma cidade que se localiza no norte da Ilha de Marajó, sendo uma cidade que se estabeleceu sobre estivas; Mazagão pertence ao estado do Amapá e possui aspectos socioespaciais diferente das outras, pois é uma cidade que está em terra firme, relativamente próxima à capital do estado, com ligações pela estrada, quando às outras é possível chegar apenas pelas embarcações.

Estabelecidas as áreas de estudo, fez-se necessário levantar dados secundários oficiais das mesmas, nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), para criar um quadro de análise comparativo a fim de compreender o contexto em que estão inseridas. Isso permite uma prévia sobre a realidade a constatar em pesquisa de campo (figura 2).

Figura 2 – Pesquisa de Campo.



Fonte: Autor.

Segundo Ruiz (1979, p. 50), “a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro das variáveis presumivelmente relevantes para posteriores análises”. Em campo, dessa forma, foi possível conhecer a realidade da área de estudo, registrá-la de forma descritiva e intuitiva, fotografar ruas, equipamentos urbanos, aspectos da paisagem que contribuem para, junto com outros dados, interpretar esta realidade, coletar dados. As obras públicas presentes nesses espaços urbanos também foram registradas e catalogadas, isto é, foi estabelecida uma comparação entre as áreas de estudo ou foram analisadas individualmente dependendo do exemplo estabelecido, em conjunto com dados do sítio do Programa de Aceleração do Crescimento e Portal da Transparência.

Como fundamento essencial desta tese, as variáveis são dependentes não apenas de dados descritivos, quantitativos e visuais, entendendo, portanto, a importância das entrevistas com agentes do poder público diante das obras estabelecidas para análise e de variáveis subjetivas à localidade: a gestão da coisa pública em nível local, as dificuldades para contemplação de uma obra pública e sua manutenção, que soma-se à logística, preço e compra dos equipamentos, fiscalização, dificuldades de harmonizar interesses entre as esferas municipal, estadual e federal, relacionado com os desafios da administração pública municipal, dentro do contexto destas cidades.

Foram realizados 555 minutos de entrevistas com representantes do poder público, ao longo do período de Junho de 2015 a Janeiro de 2018: agentes municipais e estaduais dos governos dos estados do Amapá e Pará, da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó e agentes públicos das cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão (quadro 1). Todos os entrevistados possuíam ligação com a administração municipal e puderam compartilhar dos desafios que estas cidades representam para a administração pública. Destarte, estas entrevistas significam importantes conteúdos propiciadores para interpretar as distorções na aplicação das políticas públicas nestas localidades. Ressalta-se que o procedimento da coleta de dados por meio de entrevistas ou aplicação de formulários, quando necessário, foi provado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Vale do Paraíba, sob o número 69815317.8.0000.5503 (ANEXO 1 – protocolo de

aprovação do CEP e APÊNDICE 1, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE).

Quadro 1 – Origem dos Entrevistados e Tempo das Entrevistas.

Entrevistas	Tempo em minutos
Afuá	68
Ponta de Pedras	116
Mazagão	148
Governo do Estado do Pará	98
AMAM	90
Governo do Estado do Amapá	35

Fonte: Autor.

A segunda parte desta metodologia consistiu na pesquisa explicativa. Para PRODANOV (2013, p. 53), a pesquisa explicativa é “quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”. Esta pesquisa, nas ciências sociais, permite “registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, [que] têm como preocupação central identificar seus fatores determinantes”. É uma pesquisa *ex-post-facto*, pois a observação e explicação do fenômeno se dá depois de ocorrido.

Deste modo, partiu-se para a análise dos resultados, com a interpretação construída por meio dos autores, dos documentos adquiridos, das fotografias, registros descritivos e dados secundários somados às entrevistas realizadas. A compilação destes dados permitiu gerar gráficos, mapas e tabelas a fim de contribuir para a interpretação desta tese, na análise das políticas públicas que não levam em consideração a realidade local e, assim, perpetua o atraso na presença de uma estrutura política coronelista.

Um ponto muito relevante nesta tese é a compreensão de que, apesar da ausência do Estado ou até mesmo de sua presença, existe um universo antropológico a ser compreendido, pois a produção socioespacial da vida existe com o atendimento ou não à população, que, por sua vez, é protagonista de sua própria existência. A partir desta afirmação, a tese contempla duas abordagens. A primeira, a estruturalista, está baseada nas discussões cepalinas sobre desenvolvimento e dependência, a partir de um movimento desigual e combinado nas estruturas existentes no âmbito social, político e/ou cultural (CARDOSO; FALETTO, 2000; RODRIGUEZ, 2009).

A segunda abordagem é de cunho antropológico, que, é um estruturalismo não economicista, para compreender que o desenvolvimento de um lugar possui estratégias de sobrevivência da população que ultrapassam indicadores sintéticos e econômicos de análise. Vai além, até mesmo, da presença do Estado. Considerando-se as relações do indivíduo com o lugar (*in loco*), existe uma escala subjetiva de desenvolvimento social na qual o Estado não é o principal agente, mas a população é protagonizadora. Esta abordagem será construída a partir do conceito de indigenização da modernidade de Marshall Sahlins. O conceito compreende que não existe uma escala global que transforma a local, mas ocorre uma caracterização peculiar diante do que é considerado global, homogêneo, como se o que lhe foi externo adaptasse à realidade local com mais intensidade do que o efeito contrário (SAHLINS, 1997a).

Esta tese está dividida em 7 capítulos, além da introdução e das considerações finais:

- Capítulo 1: aborda a construção do Estado brasileiro, concepções de desenvolvimento e estrutura de poder, a formação de uma política regional e os desdobramentos da autonomia municipal, considerando os planos nacionais de desenvolvimento. Por fim, a relevância de compreender o poder público municipal da Amazônia;
- Capítulo 2: o fato urbano na pequena cidade, pois, diante de um processo de urbanização concentrador, permaneceu a existência das pequenas cidades, carregadas de percepções como espaços de atraso, arcaísmo e subdesenvolvimento, mas, pelo contrário, extremamente importantes na rede urbana e na aplicação de políticas públicas;
- Capítulo 3: as pequenas cidades da Amazônia, ribeirinhas, com a construção de uma percepção sobre estes espaços urbanos e sua estrutura socioespacial, antropológica e identitária. Cidades pequenas com caracterizações diferentes de outras cidades pequenas no país;
- Capítulo 4: a formação de um quadro geográfico a respeito da tríade do conceito de ribeirurbano: lugar, habitante e modo de vida. Esta conceituação baseou-se em estudos de caso dos mais diversos pesquisadores das pequenas cidades da Amazônia, que permitiu a construção de um conceito que vem a definir a peculiaridade destas cidades;

- Capítulo 5: apresentação das áreas de estudo enquanto sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2014a);
- Capítulo 6: análise das obras públicas nas cidades de estudo e a construção explicativa sobre os fatos, a partir dos dados da pesquisa de campo, entrevistas e revisão de literatura;
- Capítulo 7: a compreensão da produção do espaço de vivência, a partir de conceitos antropológicos, principalmente a indigenização da modernidade de Marshall Sahlins e a necessidade de se construir um novo modelo cívico para o país que reconheça as regiões vernaculares.

As considerações finais apresentam uma reflexão sobre o desafio da pluralidade das regiões brasileiras e a democratização das políticas públicas em regiões que são vernaculares com sugestões de estudos futuros.

CAPÍTULO 1 – ESTADO E TERRITÓRIO PARA A COMPREENSÃO DO BRASIL NO FINAL DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do mundial reproduzindo a oposição centro-periferia que se estende das grandes capitais e cidades mundiais até as regiões dos países em desenvolvimento, o que significa a dominação de centros sobre o espaço dominado que exercem controle do ponto de vista organizacional administrativo, jurídico, fiscal e político sobre as periferias, coordenando-as e submetendo-as às estratégias globais do estado (CARLOS, 2007, p. 28).

Estado-Nação é a forma mais antiga e predominante no cenário mundial como organização social, política e territorial, em suas diferentes formas de governo e liderança. É certo que existe uma similitude em todas as nações nesse aparelhamento, seja de forma mais neoliberal ou desenvolvimentista. O Estado brasileiro, por assim dizer, apresenta arranjo e evidência no cenário mundial como um forte Estado nacional, sem, contudo, deixar de apresentar algumas especificações, seja em sua organização territorial, seja em seu papel na divisão internacional do trabalho, como as nações centrais ou periféricas assim o são.

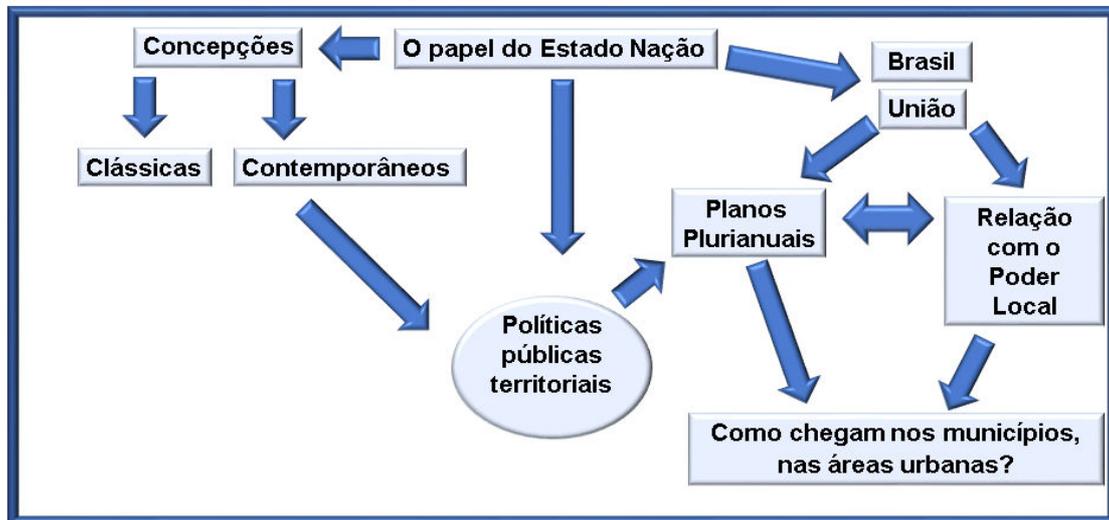
Do ponto de vista interno, há de se considerar que o Estado brasileiro, apesar de suas relações globais, apresenta diferenças regionais, diferenças entre suas cidades e, por consequência, seu reflexo no plano intraurbano, o que lhe proporciona um maior desafio na compreensão do seu território, com espaços luminosos e opacos (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Nesse aspecto, este capítulo tem como objetivo compreender uma escala macro de organização de um território, o Estado Moderno, até sua menor unidade administrativa, que no caso brasileiro é o município, para compreender seu espaço urbano. Essa análise pretende chegar até os municípios da Região da Amazônia, bem como à gestão sobre esta parcela territorial dentro do espaço urbano.

Para o desenvolvimento desse capítulo, buscou-se compreender as políticas públicas como políticas territoriais, isto é, toda política de um Estado tem seu território como demanda (STEINBERGER, 2013). Diante dessa busca, o caminho percorrido vai desde a discussão sobre o papel do Estado, com concepções clássicas e contemporâneas, até alguns elementos do Estado brasileiro e como as políticas públicas de caráter territorial, aqui consideradas as políticas urbanas, que se estabeleceram, principalmente, após 1990. Assim, o capítulo se propôs a apresentar o reflexo das políticas públicas no ambiente municipal brasileiro, que

ocorre de forma desigual, e como o poder local se comporta nesse contexto. Na figura 3 apresenta-se um esquema da organização desse capítulo.

Figura 3 – Esquema do capítulo 1.



Fonte: Autor.

1.1 O papel do Estado-Nação

Na contemporaneidade, a pós-modernidade é o carro chefe na desconstrução das concepções mais fixas da modernidade, tanto quanto em novas elaborações. A ciência é influenciada por estas concepções que ultrapassam o projeto da modernidade, alcançando seu auge na Segunda Guerra Mundial. Enquanto a modernidade é universal, racionalista e linear, atualmente, a heterogeneidade e a diferença são forças libertadoras no discurso cultural da pós-modernidade. É o fim das metanarrativas e a força da linguagem/linguística que gera a significância das coisas (HARVEY, 2014; HALL, 2015; SIRE, 2009; GRENZ, 1997).

Muitos autores reivindicam novas concepções para o Estado, seja na multiplicação de suas funções, seja em sua soberania. Com a influência do mercado sobre aspectos territoriais e socioeconômicos, com o poder econômico externo interferindo em muitas questões de âmbito nacional, o papel do Estado é questionado, haja vista que muitas corporações têm produção de riquezas bem acima de muitos estados nacionais. Será esta forma de organização territorial capaz de responder às necessidades atuais? Este papel é discutido, como por exemplo, ao questionarem a atuação liberal-oligárquica das democracias. Manifestações

populacionais em várias partes do mundo demonstram a insatisfação da população com seus governos e como o papel do Estado é executado, a ponto de, nações consideradas democráticas apresentarem um público insatisfeito, isto é, que não se identifica mais com a narrativa de um bem democrático para todos. É justamente o que questiona Giddens:

Na maioria dos países ocidentais, os níveis de confiança nos políticos caíram nos últimos anos. [...] Um número cada vez maior de pessoas declara não ter interesse em política parlamentar, especialmente entre as gerações mais jovens. Por que os cidadãos de países democráticos estão ficando visivelmente desiludidos com o governo democrático, ao mesmo tempo em que este se espalha por todo o resto do mundo? (GIDDENS, 2006; p. 81).

Construída com a formação das monarquias nacionais do século XIV, até a ideia de Estado Moderno, após o século XVIII, o Estado Nacional é o principal agente do sistema capitalista. Com todas as mudanças ocorridas na mundialização do capitalismo, terá o Estado Nacional e suas relações territoriais enfraquecidos? Ou seus tentáculos apenas se avolumaram na relação entre o poder político e o poder econômico? David Harvey afirmou que

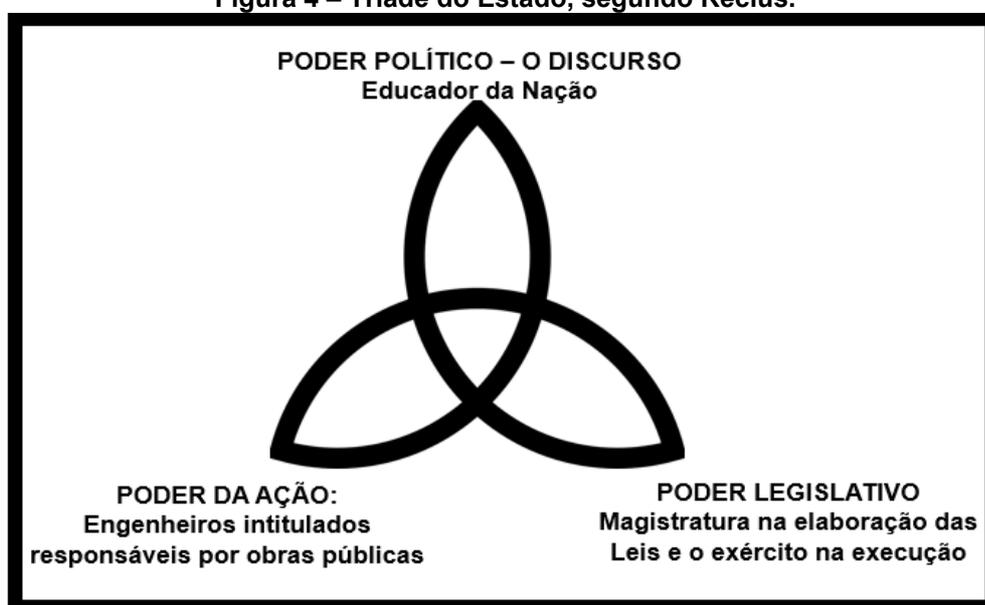
A ideia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro da autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante (HARVEY, 2005a).

O discurso da globalização em que o papel do Estado é mínimo, na verdade, é um discurso alienante, como se o papel do Estado Nacional estivesse suprimido pelo mercado, quando pode-se perceber que é um agente a seu serviço, por ser capaz de regular, legislar sobre o território, mesmo quando favorece mercados distantes. O Estado moderniza seu papel, flexibiliza de acordo com sua esfera de influência e seu papel diante da divisão internacional de trabalho, mas é ele que pode por “em vigor a legislação referente à propriedade e aos contratos, sem falar da legislação sobre transportes e comunicações, ou mercados modernos não poderiam começar a funcionar” (HARVEY, 2005a).

Elisée Reclus (RECLUS, 2015), geógrafo e anarquista, no século XIX, ao escrever sobre o Estado absolutista francês, afirmou que o Estado se coloca como uma entidade independente dos homens, movido muitas vezes pelo capricho do

soberano e se coloca como um educador da nação agindo sempre em seu benefício, ou seja, em benefício dos governantes. Em sua obra “O Homem e a Terra”, de 1894, nos seus escritos sobre o Estado Moderno, o autor apresenta as maneiras coercitivas de condução do Estado, usando a magistratura na elaboração das Leis tal como o clero no feudalismo, que impunha uma ordem inquestionável e divina, o exército com seus códigos e a classe dos engenheiros intitulados responsáveis por obras públicas. Conclui-se, assim, que é o Estado, numa tríade ideológica, composto pelo poder político, poder legislativo e poder de ação, em outras palavras, eficácia e eficiência (figura 4).

Figura 4 – Tríade do Estado, segundo Reclus.



Fonte: Adaptado de Reclus (2015)

O autor afirma que o Estado é uma entidade burocrática², rígido em suas normas e no cumprimento de sua função, o que leva o funcionário a se preocupar com seu salário, pois “os empregados que eles nomeiam devem, ao contrário, levar em conta, antes de tudo, seu salário e duração de emprego. Longe de desejar o êxito da obra, eles acabam por não ter desejo mais vivo do que aquele de nunca alcançar seu objetivo” (RECLUS, 2015, p. 333), o que resulta em inércia de sua administração e conseqüentemente nas obras públicas. Ainda, segundo autor

² Assim que uma instituição é fundada, ainda que para combater abusos gritantes, ela cria novos por sua própria existência; ela deve adaptar-se ao meio pernicioso e que, para funcionar, ela funcione de modo patológico. Os criadores da instituição só obedeciam a um nobre ideal; os empregados que eles nomeiam devem, ao contrário, levar em conta, antes de tudo, seu salário e duração de emprego. Longe de desejar o êxito da obra, eles acabam por não ter desejo mais vivo do que aquele de nunca alcançar seu objetivo (RECLUS, 2015, p. 333).

supracitado, há todo o espetáculo no período eleitoral, mesmo que descontente para o eleitor, espetáculo este em que ocorrem as promessas, os discursos e as barganhas próprias do homem de partido (ainda que suas qualidades morais não coincidam com os desejos da nação). O representante é ligeiramente afastado de seus eleitores e de suas ânsias, não muito diferente dos países ocidentais na atualidade sobre os quais afirmou Giddens, destarte, a serviço do mercado.

Outros autores discutem o papel do Estado mais preocupados com sua relação territorial, como os autores trabalhados por Steinberger (2013), que, ao discutir o papel do Estado, das políticas públicas e sua inseparabilidade com o território discutem este papel em comum, para combater o que, em um período de neoliberalismo, se busca esconder essa discussão. Desde autores clássicos a contemporâneos, a autora discursa sobre a permanente importância do Estado e seu papel de agente diante de um discurso de enfraquecimento de sua própria função (quadro 2).

Percebe-se, nos autores clássicos, que ações em torno de uma coletividade em um determinado território são pontos em comum da função do Estado, bem como agente de hegemonia, ou seja, de um discurso convincente em torno de um “bem maior” para todos e um poder de coerção, seja em forma de Leis, aparato militar e presença policial. Esses autores, classificados como clássicos, têm distâncias em tempo de suas obras, o que reforça esse alicerce histórico do que vem a ser Estado. De uma maneira geral, o homem abdica de seus direitos individuais diante do que é público e que é gerido pelo Estado. Este, para gerir, precisa alienar-se do interesse comum, ao assumir uma posição de neutralidade diante aos anseios públicos em um território comum.

Quadro 2 – Autores clássicos que discutem o Estado-Nação.

AUTORES CLÁSSICOS	NOÇÃO DE ESTADO
PLATÃO	O Estado é responsável para zelar o que é público.
HOBBS	Os homens abdicam seus direitos a favor do Estado.
ESPINOZA	Estado como regulador das individualidades e voltado para a coletividade dos que habitam mesmo território.
ROUSSEAU	Anseios coletivos ultrapassam os individuais.
MARX	Estado é produto da sociedade, mas assume uma certa independência para garantir interesse comum e ordem.
WEBER	Resultado da concentração de poder de um agrupamento político e monopolizador da coação física em um território.

Fonte: Adaptado de Steinberger (2013).

Outros autores contemporâneos analisam a função do Estado-Nação na atualidade, desde suas funções associadas ao mercado, até mesmo às

relativizações com a nacionalidade e projeções do que, em nosso século, seria o papel que poderia exercer (quadro 3).

Segundo Steinberger (2013, p. 34 a 42), Eric Hobsbawn afirma que nacionalismo é o que antecede à ideia de Nação e se trata de aspirações e interesses das pessoas comuns e que atualmente pode perder a importância de uma economia confinada territorialmente diante do *laisse-faire* e que não significa enfraquecimento, mas, degeneração, como Habermas ao apontar que o Estado assume uma economia transnacionalizada que venha sujeitar-se ao mercado. Para combater esta degeneração, Boaventura de Souza Santos propõe um “novo movimento social”, que é a descentração do Estado ao ampliar a atuação de agentes não-estatais em sua regulação. Um exemplo, seria os velhos movimentos sindicais junto com movimentos ecológicos, sendo mais abrangente para possibilitar às classes populares participarem, ainda que isso seja contraditório à figura do Estado que procura se manter neutro.

Quadro 3 – Autores contemporâneos sobre Estado-Nação.

AUTORES CONTEMPORÂNEOS	CONCEPÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO
HOBBSAWN	Nação é uma concepção subjetiva que surge a partir da nacionalidade e estão ligadas ao Estado Territorial.
HABERMAS	O Estado precisa de organismo que assumam uma economia transnacionalizada, mas a vida pública e privada não pode ser entregue à regulação do mercado.
BOAVENTURA	Propõe um Estado que descentralize, não em seu enfraquecimento, mas em ser mais um componente da esfera pública na qual as classes populares participem.
HARVEY	O Estado orchestra arranjos institucionais e mantém em vigor a legislação corrente, capitalista e está na defensiva diante das oposições.
MÉSZÁROS	Propõe um envolvimento ativo e a consciência de responsabilidade por todos para reduzir o fosso das desigualdades sociais.

Fonte: Adaptado de Steinberger (2013).

Harvey e Mézárós (*apud* STREINBERGER, 2013, p. 38-41) apontam, respectivamente, o Estado como agente da economia capitalista, porém cabe-lhe um envolvimento ativo de todos os agentes sociais para reduzir o fosso das desigualdades sociais. Por fim, os autores discutidos pela autora apresentam uma consonância de que não existe inseparabilidade entre Estado e território, o que significa que as ações do Estado, ou seja, as políticas públicas também são inseparáveis do território.

David Harvey, ao dissertar sobre a teoria marxista do Estado, deixa claro que este sempre foi agente central para o funcionamento da sociedade capitalista, suas

formas e modos foram transformados conforme o capitalismo amadurecia, desde sua fase mercantilista a sua roupagem financeira atual. É produto da sociedade em seu estágio específico, e, embora seja marcado por antagonismos, coloca-se “acima” dessa sociedade para manter a ordem (ENGELS, 1941 p. 155, apud HARVEY, p. 78, 2005b).

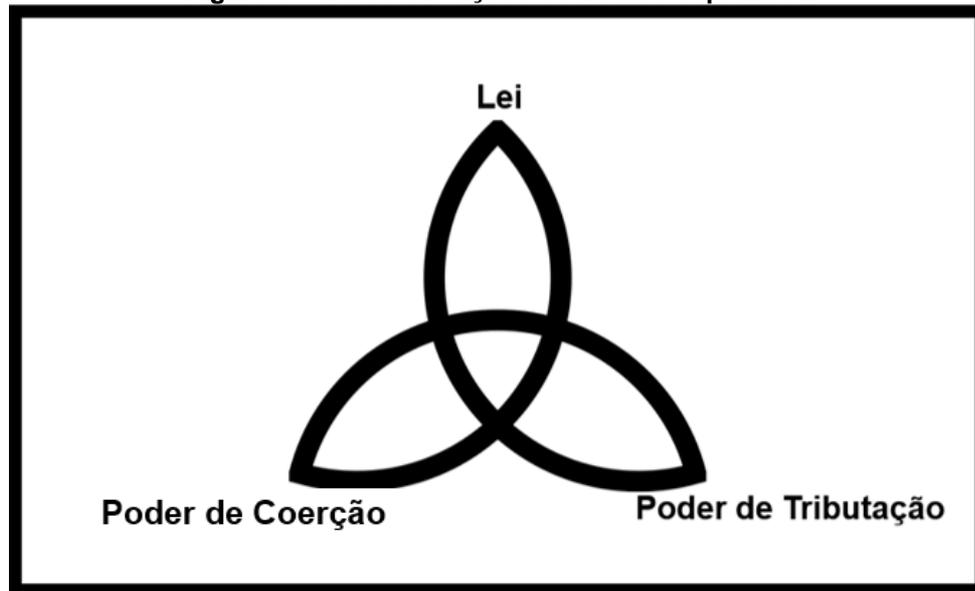
O Estado, como afirma Engels (1984, p. 191) é o produto de uma sociedade em um certo grau de desenvolvimento que apresenta antagonismos irreconciliáveis das quais a sua figura afastada e neutra existe para amenizar este choque. É composto por “súditos” em uma divisão territorial, sem laços de sangue como nas sociedades clássicas, e com força pública, por meio de pagamentos de impostos. Com a função de administrar este antagonismo, é dirigido pela classe mais poderosa, a economicamente dominante que se converte em classe política e adquire meios de repressão e opressão.

O Estado nasce da contradição entre indivíduo e comunidade e, para isso, precisa se colocar como neutro para garantir o bem comum, alienando o indivíduo e levando-o a crer que os interesses de uma minoria, a classe dominante, é o interesse de todos – a Lei, o poder de tributação e o poder de coação são então os instrumentos de dominação de classe. Parecer independente e autônomo em seu funcionamento, com funcionários situados acima da sociedade e a produção da ideologia ao universalizar os interesses da classe dominante como necessidades gerais, são ações do poder estatal em sua espacialidade (HARVEY, p. 79; 2005b).

Esta tese compreende então duas realidades que se apresentam no Estado, em sua personificação e função. Primeiro, o Estado é dirigido por uma classe dominante, que tem poder econômico. Segundo, o discurso de interesse desta classe é universalizado como discurso para todos, assim, até mesmo suas ações que são ações territoriais partem deste princípio, como nas políticas públicas que venham atender a camadas menos favorecidas da população. Estas são resultados de um paradoxo: conquista de grupos excluídos e aceitação da classe dominante para sua realização (figura 5).

Esta classe dominante se mantém pelo discurso da Lei para todos, o poder coercitivo no seu não-cumprimento e na tributação como ação estatal. Uma tríade bem semelhante à apresentada pelas ideias de Reclus.

Figura 5 - Tríade das ações do Estado capitalista.



Fonte: Adaptado de Reclus (2015); Harvey (2005)

É um Estado capitalista que atua na garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção, da força de trabalho, do cumprimento dos contratos e a proteção dos mecanismos de acumulação. O agente principal da economia capitalista (HARVEY, 2005b).

[...] O Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para os propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (Marx; Engels apud HARVEY, 2005b, p. 82).

Assim, o Estado mantém a ordem por meio de Leis, pela ação policial, pela fiscalização e a vigilância dos produtos em circulação, que favorece os bancos e procura a estabilização do sistema monetário. E na atualidade, com uma economia transnacionalizada, as portas das nações na aceitação ou subserviência advêm do Estado, pela classe dirigente que exerce o poder para seu interesse e que é promotora de uma ideologia universalizante e atua como “*pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época*” (MARX; ENGELS, 2001, p. 48,49).

Esta entidade nacional é a mesma, atualmente. Diante da economia neoliberal e do discurso da globalização, da aldeia global e de uma economia livre, têm-se pensado no enfraquecimento do Estado Nacional, sem, contudo, levar em consideração que é um produto da sociedade capitalista de sua época, ou seja,

embora com outra roupagem, o mesmo institui-se, atualmente, como agente do território e das empresas cuja aparência é desnacionalizada. Em contraponto a este pensamento, Mészáros (2011) afirma a presença marcante do Estado Nacional:

Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais” apenas no nome (MÉSZÁROS, 2011, p. 229).

O fato de nações terem economias fragilizadas, dependentes de mercados externos, endividados e com papel inferior na divisão internacional do trabalho e estas mesmas nações serem altamente influenciadas por conglomerados internacionais, em nada diminui o poder do Estado-Nação dos países centrais, por exemplo, que atuam na entrada de empresas estrangeiras com origem em seu país nas nações subdesenvolvidas. Também, pode-se afirmar até mesmo, que Estados nacionais mais fragilizados atuam em seu território na busca em aceitá-las, apesar da linguagem usada escamotear a atuação dos grandes Estados a favor do aumento dos tentáculos das multinacionais: chama-se, atualmente, de economias avançadas os países com grande representatividade geopolítica, quando, na verdade, são eles os autores da expansão das muitas empresas (MÉSZÁROS, 2011).

Isso confirma Magdoff (apud MÉSZÁROS, 2011, p.229), o qual compreende o capitalismo em escala global, que é um sistema mundial e que isso ocorreu pela integração das multinacionais. Contudo, estas empresas dependem do Estado-Nação para se relacionar a este sistema. Isso reforça a ideia da presença da importância do Estado Nacional, atualmente, ainda que venha adquirir outros aspectos e até mesmo que seu poder político seja influenciado pelo poder econômico.

Para Milton Santos, o Estado se torna indispensável, até mesmo no discurso globalizante. Em “Por uma Geografia Nova” (lançamento em 1978), o autor enfatiza o papel da instituição nacional que não pode ser substituído e que as grandes firmas necessitam da atuação do Estado para seus interesses, pois é o único intermediário entre o modo de produção internacional e a sociedade nacional, isto é, o território vivido (SANTOS, 2002, p. 222, 223). As ações externas, afirma Santos (2002, p. 226), repercutem localmente por esta mediação, quando, ao mesmo tempo, é modificada, deformada em sua importância ou direção e até mesmo em sua

natureza pelo Estado, pois este é aquele que reorganiza no subespaço os “feixes” de influências exteriores.

Em 1996, na obra “A Natureza do Espaço”, Milton Santos afirma que os Estados Nacionais se sujeitam às corporações multinacionais, perdem o controle do mercado para o sistema financeiro e isso causa uma “erosão da soberania nacional” (SCHILLER apud SANTOS, 2014a, p. 245). Todavia, pensar que o Estado perdeu sua atuação é um equívoco diante da realidade na qual organizações e firmas multinacionais realçam seu papel. Os Estados têm a capacidade de encorajar ou inibir a integração global, o que é de interesse das transnacionais (SANTOS, 2014a, p. 245).

Os Estados-Nações e as firmas nacionais são os únicos que podem utilizar o território em sua forma plena. É dos Estados a norma, o uso legítimo da força, ainda que as técnicas se disponibilizem para a produção em escala planetária, e não respeitem limites de lugares, de Estados. Contudo, é a norma pública que age sobre todos os elementos dentro de um território e isso é de caráter legal do Estado-Nação (SANTOS, 2014a).

Esse mesmo pensamento o autor reforça em 2000, na obra “Por Uma Outra Globalização”, quando afirma que o que estamos vendo, no mundo globalizado, não é a morte do Estado, mas seu fortalecimento, ao atender as necessidades das finanças e outros grandes interesses internacionais (SANTOS, 2006, p. 19), apesar de também significar sua fragmentação e a mudança de sua natureza, uma vez que “os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses” (SANTOS, 2006, p. 66). Embora flexível por ser sujeito às imposições da divisão territorial do trabalho, é um Estado forte para aplicar dentro de seus limites territoriais, dentro de sua sociedade, na qual as empresas transnacionais dependem de sua força normativa. Assim, impõe dentro do território as suas vontades políticas e econômicas (SANTOS, 2006, p. 77).

Dessa maneira, os autores reforçam a presença marcante do Estado-Nação, sua importância na atualidade, ainda que se submeta às multinacionais, ainda mais em países subdesenvolvidos, quando muitas corporações têm seu rendimento muito superior a vários países. Estas atuações permitem compreender que as ações do Estado são ações territoriais. Logo, políticas públicas, políticas de Estado, são políticas territoriais. O Brasil, apesar de ser considerado um Estado subdesenvolvido,

encaixa-se neste sistema influenciado pelo “mercado”, mas com forte atuação interna no uso de seus aparatos políticos e legais.

1.2 O Estado que se chama Brasil

Da República Velha aos tempos atuais abriu-se uma espécie de hiato no mundo urbano brasileiro. Ele ficou se reformulando: não era mais o que fora, mas nunca chegou a ser o que se queria que fosse. É significativo que, bem no início desse período, se tenha tentado construir um núcleo artificial que funcionaria como uma espécie de cidade-padrão, modelo das novas expectativas para ocupação do território, mudança da economia, gestão administrativa e política (SANTOS, p. 41, 1988).

No início do século XX, quando os países europeus passaram pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil estava passando por mudanças em sua estrutura social e econômica, como: a abolição da escravidão no final do século XIX; a entrada extensiva de imigrantes entre o final do século XIX e início do século XX; e as primeiras instalações fabris iniciadas no país com o capital obtido nas lavouras de café. Contudo, ainda era um país de economia agroexportadora, com destaque para a economia cafeeira nos estados de São Paulo e Paraná e a atividade extrativa da borracha em declínio, devido à perda na competição com os mercados orientais.

A entrada de mão de obra livre e assalariada, para trabalhar nas lavouras de café ou como operário nas indústrias instaladas, e o capital disponível em um tripé econômico que se formava com o capital privado nacional, capital estatal e capital estrangeiro introduziu o Brasil no sistema capitalista-industrial, vigente nos países europeus desde a 1ª Revolução Industrial, contudo, aqui, de maneira tímida diante do que ocorria nos países centrais (MORAES, 2005).

Naquele primeiro quartel do século XX, com os conflitos existentes nos países europeus, outrora citados, houve uma mudança econômica na divisão internacional de trabalho. Os países da América Latina, como o Brasil, adotaram a política de substituição de importações: as indústrias deveriam fabricar produtos de bens de consumo e bens duráveis antes importados dos países altamente industrializados. Instalação de fábricas, mão de obra imigrante nas cidades e a falência da economia cafeeira com a Crise de 1929 levaram o país a uma mudança de papel de suas elites: de agroexportadora a urbano industrial no período do Estado Novo.

Foi uma mudança horizontal de papel, pois as camadas menos privilegiadas permaneceram em seu estrato social, por exemplo: os brancos pobres e os imigrantes exercendo funções de operários e comerciantes locais e os negros excluídos abarrotando os primeiros núcleos periféricos das cidades, em exercícios de funções como biscates, engraxates, sem acesso a escolas ou em condições semelhantes (AREND, 2009; FURTADO, 1961; MORAES, 2005; OLIVEIRA, 2013; SANTOS, 1993; SANTOS, 2011a; SINGER, 1987).

Esse quadro que o País apresentara até o início do século XX, bem como Argentina, México e outros países da América Latina, levou, após o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) no seu órgão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a realizar intensas discussões e debates teóricos acerca do estágio de desenvolvimento destes países, uma vez que, Brasil, Índia e China representavam, em 1950, apenas 10% do que era produzido na economia mundial (PROGRAMA..., 2013). Isso resultou em discussões para a compreensão e busca de um Estado moderno, caracterizando uma onda de pensamentos difundidos que retratavam o dualismo arcaico/moderno, atrasado/avançado, como Jacques Lambert expressara:

Entre o velho e o novo Brasil existem séculos de distância. Existem dois países entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro; na fazenda do interior, o homem do campo trabalha de enxada e transporta uma colheita insignificante em carroças rangentes que precisam ser puxadas por três ou quatro juntas de bois, porque a roda maciça não gira sobre o eixo; na cidade de São Paulo, a cada hora termina-se um prédio e, para sustentar um arranha-céu muito pesado que começa a inclinar-se, congela-se o solo (LAMBERT, 1967, p. 105).

Isso significava que um Brasil arcaico era um entrave ao desenvolvimento do País e o progresso viria com o crescimento urbano e o aumento das atividades secundárias na sociedade, ocorrida nos países ocidentais e que, portanto, a América Latina deveria seguir tal exemplo. No texto acima citado, o autor, realizou uma descrição, do que ocorrera no país na década de 1950, período de transformações e do fenômeno da urbanização e industrialização do país, contudo, exprimia um pensamento que advinha do conceito de modernização e desenvolvimento amplamente divulgado no início do século XX: o crescimento econômico que iria atingir todas as camadas sociais estava vinculado ao processo de urbanização e

industrialização timidamente iniciado no país e reiterado pelas classes intelectuais do momento em questão.

Esse desenvolvimento seria capaz de “vencer” o determinismo geográfico ratzeliano³. As condições e limitações naturais poderiam definir o desenvolvimento de um povo, inclusive conceitos derivados do determinismo, como a influência das condições climáticas sobre uma população e como isso seria condutor de seu progresso ou estagnação – Montesquieu que considerou o determinismo geográfico na fisiologia humana, ao propor que as condições naturais podem ser significativas e “a chave do mistério da personalidade humana” (GOMES, 2003, p. 182). Em outras palavras, o clima pode determinar o desenvolvimento civilizatório no qual, países de origem tropical levariam ao subdesenvolvimento, pois diante do calor, restava a preguiça:

Assim, “encontrareis nos climas do Norte, povos que têm poucos vícios, muitas virtudes, sinceridade e franqueza. Aproximai-vos dos países do Sul e acreditareis afastar-vos da própria moral: as paixões mais ardentes multiplicarão os crimes; cada um procurará tomar sobre os demais todas as vantagens que podem favorecer essas mesmas paixões. [...] O calor do clima pode ser tão excessivo que o corpo ficará totalmente sem força. Então o desânimo atingirá o próprio espírito... a preguiça será a felicidade” (CASTRO, 2006, s/n).

Esse paradoxo era existente no imaginário político-social, terreno propício para a Teoria da Modernização, da década de 1960, como solução para o subdesenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, na América do Norte e na Europa Ocidental capitalista existia uma preocupação com a adoção político-econômica no período da Guerra Fria, tanto em relação aos países da América Latina, como em relação às colônias africanas em processo de independência, e para isso era necessário propor aos aliados mudanças significativas ao modelo capitalista internacional.

Assim, a Teoria da Modernização, cuja voz foi o cientista político estadunidense Samuel Huntington, veio propor que, para que as nações alcançassem o seu desenvolvimento deveriam copiar o modelo dos países desenvolvidos ocidentais/capitalistas. Compreende, então, que: (a) desenvolvimento era maneira de condução política e econômica de países como Estados Unidos e da Europa Ocidental; (b) era possível alcançar este desenvolvimento desde que

³ Determinismo geográfico foi uma corrente da Geografia no século XIX associada ao positivismo em que o homem é submetido às condições naturais. Friedrich Ratzel foi o geógrafo mais relacionado a esta escola.

algumas políticas e processos desenvolvimentistas fossem amplamente adotados por estas nações; (c) industrialização, urbanização e estrutura fundiária que atenda ao capital internacional deveriam ser incentivados; (d) democracia é o regime político mais adequado; (e) esta ideia não se trava somente em ações internas, mas seguidas de orientações vindas no exterior e, para isso, existiam empréstimos internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, recentemente criados em 1945), e abertura dos mercados para as empresas multinacionais, responsáveis por trazer tecnologias. A Teoria da Modernização manifestava, assim, uma dicotomia da sociedade entre sociedades primitivas e sociedades avançadas e com a tecnologia importada, as nações subdesenvolvidas obteriam a oportunidade para se modernizar (HUNTINGTON, 1971; NETO E LEMOS, 2014; LEYS, 2004; LAMBERT, 1967).

O Estado brasileiro moderno, a partir de 1930, foi marcado por estes processos, como a acelerada urbanização, a industrialização tríade (ocorrendo por meio de capital nacional privado, capital estatal e capital estrangeiro) e estrutura fundiária com o intuito de atender o mercado capitalista internacional. As políticas públicas no Brasil, em governos como Getúlio Vargas (ditadura de 1930 a 1945), Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), Getúlio Vargas (eleito democraticamente/ 1951 – 1954), Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e na Ditadura Militar, associadas às suas políticas desenvolvimentistas, foram competentes ao impulsionar a urbanização.

Na formação do Brasil urbano e industrial, ainda a mecanização do campo, expulsão dos trabalhadores rurais com a promessa do emprego na cidade, a industrialização por meio de incentivos fiscais, mão de obra barata para atração das multinacionais que detinham a tecnologia indisponível no país e a popularização do ensino público, nas décadas de 1960-70, atraiu contingentes populacionais e induziram um processo de urbanização e industrialização com baixos salários (MARICATO, 2011; NETO E LEMOS, 2014; OLIVEIRA, 2013; SANTOS, 1993).

Estes acontecimentos foram influenciados pela Teoria da Modernização. Santos (2011a), afirmou que estas teorias que se traduziram em planejamentos nacionais, foram nada mais que a abertura para a entrada de transnacionais no país, cuja linguagem científica era apropriada para afirmar que, para se desenvolver, devia copiar o modelo de desenvolvimento dos países ricos. Ao oferecer para as empresas transnacionais mão de obra barata, incentivos fiscais, leis ambientais e

trabalhistas fracas, promoveu um planejamento que contribuiu para o subdesenvolvimento.

A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência (SANTOS, 2011a, p. 15).

A urbanização brasileira seguiu uma cartilha do capital. Uma reprodução espacial que favoreceu corporações que se reproduziram no urbano, como as construtoras, contribuindo para um processo de periferização, e, ao ter atingido a classe trabalhadora e produzido uma urbanização concentrada com cidades espalhadas, gerou um aglomerado populacional, em busca de empregos, moradia e serviços sociais, nem sempre atendidos. Caracterizou-se, assim, um inchaço urbano, isto é, uma cidade produzida sem a adequação necessária e justa para todos, que resultou em favelização, em empregos informais para a grande massa dos não absorvidos pelas indústrias, carência de infraestrutura, problemas no transporte, periferização da população e aumento da pobreza (SANTOS, 1993, p. 95), mas que, ainda assim, foi geradora das Regiões Metropolitanas (SANTOS, 1993, p. 77-78).

[...] mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993, p. 95).

O processo de urbanização brasileira revelou, em suas cidades, uma lógica de reprodução do capital global, na medida que o espaço urbano atendeu, em sua infraestrutura, a um mercado externo, com vias e uma infraestrutura de atração do mercado global, e até mesmo uma política de embelezamento, no qual se vendeu uma imagem ao que lhe é externo – a racionalidade instrumental. O Estado regula e ordena reproduzindo a oposição centro-periferia dentro das suas metrópoles e cidades médias, refletindo no espaço uma ação seletiva (SANTOS, 1993; CARLOS, 2007). Assim, o Estado moderno brasileiro caracterizou-se por uma modernização periférica. Em suas cidades, estavam expressas as marcas deste Estado desenvolvimentista e suas consequências, tal como Santos afirmou:

O capitalismo em versão brasileira (desenvolvimentismo) gerou uma quantidade incalculável de problemas para as cidades. Empurrou para elas multidões demandando habitação, infraestrutura e serviços, além, naturalmente, de empregos. Os grandes responsáveis, o governo e as unidades hegemônicas do capital monopolista, nem ligaram para o assunto. Por um *gentleman's agreement* fingiu-se que as demandas por consumo decorrentes seriam atendidas pelos poderes locais (SANTOS, 1988, p. 44).

O processo de urbanização necessitou ser concentrado. Abarcou em volumes consideráveis a população devido à proximidade com recursos, locais de escoamento e exército de reserva industrial. O fenômeno da macrocefalia urbana estava sendo percebido, quando Geiger e Davidovich (1961, p. 281) apontavam que “enquanto o crescimento da população total brasileira, neste período, correspondeu a 25%, o da população urbana atingiu 45%”. O contingente urbano não se distribuiu uniformemente, pois, a industrialização foi um fator fundamental para este crescimento, ou seja, ao necessitar de mão de obra à disposição e pouco aproveitada, precisara ser atrativo, concentrando-se. Esse processo de industrialização foi mantenedor de uma economia periférica e uma urbanização dependente de capital externo. Arend (2009) apontou em seu trabalho que os Estados Unidos foi o principal investidor do desenvolvimentismo brasileiro nas décadas de 1950, 1960 e 1970, como pode-se perceber na tabela 1, quando o capital investido no país foi de ordem estrangeira para atingir suas estratégias de mercado.

Tabela 1 – Distribuição dos Investimentos, em Moeda Estrangeira e Nacional, da Estratégia de Desenvolvimento do Segundo Governo Vargas.

	Investimento em moeda estrangeira (%)	Investimento em moeda nacional (%)
Ferrovias	38	55
Rodovias	2	-
Construção de Portos	9	5
Navegação de Cabotagem	7	3
Energia Elétrica	34	33
Diversos	10	4
	100	100

Fonte: Arend, 2009.

O moderno Estado brasileiro, definido no século XX, estava constituído com uma caracterização urbano/dependente/periférico, dispendendo, assim, uma ampla discussão sobre o papel deste Estado moderno e suas atuações por meio das políticas públicas. De sua fase desenvolvimentista, até sua atuação mais centralizadora, o Estado brasileiro passou à sua fase neoliberal, notadamente

marcado pela Constituição de 1988. Isso corrobora a discussão de muitos autores sobre o papel do Estado (quadro 4).

Quadro 4 – Autores brasileiros sobre o Estado brasileiro.

Autores brasileiros	Noção de Estado
CELSO FURTADO	É de responsabilidade do Estado promover o desenvolvimento contrariando ações externas, mas os Estados subdesenvolvidos perdem força perante as transnacionais.
HÉLIO JAGUARIBE	O Brasil será democraticamente estável em sua democracia quando diminuir o fosso das desigualdades e adote uma perspectiva reformista que combina economia de mercado com intervenção corretiva do poder público.
MILTON SANTOS	O Estado intermedia as forças externas e os espaços locais. É no nível do Estado-Nação que existe força para produzir eventos externos e internos.
CARLOS LESSA	Valoriza a formação cultural na construção da identidade brasileira, que alia povo e território.
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES	A formação do Brasil é centrada no Estado, mas a dimensão política ganha destaque na medida que a conservação do poder ficou nas mãos de quem dele se beneficia.
CARLOS BRANDÃO	A escala nacional é a legitimada, capaz de resguardar, amparar e abrigar aos agentes dentro do território por meio de suas normas.

Fonte: Adaptado de Steinberger (2013).

1.3 Pensamentos e Ações em uma Nação em construção ou O que é o Estado brasileiro para o Estado e para os analistas

Nesta discussão sobre as funções do Estado brasileiro após sua modernização periférica, Furtado afirmou que a função do Estado é contrariar as forças externas e envolver todas as camadas sociais, embora os países subdesenvolvidos têm seu projeto de nação interrompido de maneira precoce, pois, perdem forças para as instituições transnacionais, e como não é possível restringi-las, deve-se orientar as ações externas para os interesses do mercado nacional. Jaguaribe afirmou que do nosso estágio agrário ao industrial aumentou o fosso das desigualdades e era necessário a presença de um Estado forte. O autor ainda não contemplara em sua obra a globalização neoliberal, mas afirmou que, a democracia tornar-se-ia estável à medida que ocorresse a diminuição dessa desigualdade social (STEINBERGER, 2013, p. 44-46).

Milton Santos afirma que o espaço é instância da sociedade (SANTOS, 2014b, p. 47), ou seja, ele constitui um produto social em permanente processo de transformação e define a sociedade. É dotado de várias características expressando complexidade, uma vez que a sociedade é, da mesma forma, complexa. Na formação socioespacial, o espaço de uma nação é o território, na qual o Estado

exerce função intermediária entre as forças externas e os espaços locais. Este Estado nacional não é nulo, o que se torna importante para a construção de nossa identidade e autoestima, como Carlos Lessa afirmou.

Contudo, no Brasil, a identidade territorial, construída no século XIX (como explícita na letra do Hino Nacional, “gigante pela própria natureza”) e a identidade cultural da mestiçagem, construída no século XX, foram produzidas em um descompasso temporal e corroída na Ditadura Militar – sem colocar nada no lugar. Dessa maneira, quando se atribuía ao autoritarismo os problemas brasileiros, e isso significava que era uma ação heterônoma na qual a população não participava devido ao contexto de uma regime antidemocrático, na redemocratização estes problemas continuaram, pois, apesar de mudanças ocorrerem no país, uma identidade nacional, inclusive de participação social, não foi construída (STEINBERGER, 2013, p. 48-51).

Os outros autores apontaram que o país se manteve com os privilégios de classe e as normas que corroboraram para sua manutenção. Uma minoria se conservou e beneficiou-se no poder garantido pelo sistema eleitoral. Como Guimarães (2006, p. 71) afirmou sobre os mecanismos de concentração de poder, o sistema tributário regressivo e a evasão de impostos da elite econômica promoveram um vínculo entre a elite política e a elite econômica no Brasil.

A relação entre este poder político e o poder econômico não é dual. O “cruzamento” entre eles é muito mais “cinza” do que “preto e branco”: promove a desconstrução da nação, embora o território permaneça intacto. Brandão (apud STEINBERGER, 2013, p. 52 – 54) pondera que serão necessárias ações e políticas públicas que desmantelem o que representa atraso econômico e social.

Em suma, muitos autores brasileiros apontaram que, na formação do Estado brasileiro, coexistiram as contradições, o movimento desigual e combinado, sujeito às ações externas de total submissão à divisão internacional de trabalho, foi colocada à nação a partir de 1950. Essa situação foi realçada, atualmente, com a globalização neoliberal, com um grupo dominante prevalecendo sob os privilégios, protegidos por uma ideologia apoiada nas Leis, sem, contudo, anular o papel do Estado e até mesmo conquistas populares sob segundo plano.

1.4 O Estado brasileiro: sociedade e território

O Estado tem no seu território um papel unilateral, uma vez que é o soberano do mesmo e sobre ele legisla. Considerado enfraquecido, subsiste pela sua função normativa e decisória sobre o território. Assim, não há Estado sem território, composto por um grupo nacional e um poder de convencimento por meio, por exemplo, das Leis, das ações e serviços públicos e do poder de coerção. Além disso, a autodeterminação dos povos é um princípio do direito internacional marcado como elemento fundamental no governo sobre uma nação identificada não apenas com seus representantes, mas em seu território (STEINBERGER, 2013; MORAES, 2005; LEYS, 2004).

Assim, sociedade e território estão intrinsecamente interligados, é uma formação socioespacial, que possibilita uma plenitude dos povos com seu espaço de vivência, tanto que algumas nacionalidades sem território, ainda vistos atualmente, encontram-se sempre em conflito espacial, como populações que ainda reivindicam autonomia política.

No Brasil, a ideia de nação e território nem sempre foram vinculadas. A dualidade era marcante: um território com recursos naturais capaz de promover o desenvolvimento, na qual a sua população era incapaz de atuar positivamente sobre ele, isto é, a população era um obstáculo (MORAES, 2005). Assim, a concepção de território era determinista. Como nas palavras de Ratzel (2011, p. 51, 52) segundo o qual o solo seria capaz de promover o desenvolvimento da nação:

O Estado é obrigado a viver do solo. Ele possui invariavelmente apenas as vantagens oferecidas por um solo que lhe é assegurado. É o que exprime a ciência política quando diz que o território pertence à essência do Estado. Ela designa a soberania como *jus territoriale* e estabelece a regra que as mudanças territoriais podem fazer-se apenas por leis. [...]. É por isso que chamo de povo um conjunto político de grupos e indivíduos não necessariamente vinculados pela raça (*der Stamm*), nem pela língua, mas no espaço, por um solo comum.

O território brasileiro, após a independência, era visto como capaz de assegurar o desenvolvimento, tendo como entrave não sua gama de recursos naturais, e sim sua nação deslocada e despreparada para a realidade, como acima afirmado. O passo para o desenvolvimento foi uma busca de Estado sem nação. Na atualidade, a realidade é de um território fragmentado para uma nação que o tem

por território usado, uma nação que se apropria do território, ainda que compartimentado por interesses distintos, conflituosos e desiguais.

Moraes, em *Território e História no Brasil* (MORAES, 2005) afirmou que, após a independência, o Brasil foi concebido como um território a ser conquistado no contexto dos governos absolutistas europeus. A ideia de expansionismo e povoamento era a visão de um Estado soberano que buscou nas elites a aliança para a construção de um Estado forte. A população em geral ficou à parte deste projeto, vista como não proeminente para tal.

O país passou a ser visto como um espaço a ser explorado e beneficiado para seu desenvolvimento: território grande (definido pelo Tratado de Badajós, em 1801) e cheio de recursos naturais, sendo um potencial diante do pensamento determinista. O solo é promotor do desenvolvimento, sem possuir, contudo, uma população relevante – isso somente seria possível se esta população fosse considerada apropriada, como na política de branqueamento: é a missão civilizadora do poder imperial, da Casa de Bragança, que, desde o sertão aos mais longínquos lugares, civilizar tornou-se necessário diante do progresso possibilitado pelo quadro natural (Ibid., p. 94, 95)

Com uma população vista como entrave era mister a mudança de sua mentalidade. Esse pensamento brasileiro durou até o século XIX e foi substituído, no século XX, na nascente república pela ideia de modernismo. Neste momento, o país passou a ser considerado com uma configuração de atraso econômico: agrário, rural e isolado regionalmente (Ibid.).

Um discurso de identidade nacional e de discussão sobre seu povo e sua particularidade era a pauta do momento. Contudo, mais uma vez, é a valorização do espaço e não do povo que ganha destaque e, apesar de não ser mais um espaço a ser conquistado, é a busca da compreensão de suas regiões e disparidades que entra em discussão nacional (Ibid., p. 96-98).

Foi com Getúlio Vargas, no estado-novista, a introdução do pensamento regional do país - no mesmo período da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não seriam mais as oligarquias municipais disputando interesses, atuando desde o início da república e revezando-se na República do Café com Leite que estabeleceriam as políticas. Haveria uma atribuição regional na construção das identidades, na criação das culturas e da tradição e na alocação das elites locais para a construção do país. É o momento de

aglutinação dos grupos locais que se empoderam regionalmente e com interesses distintos.

Assim grupos de interesses regionais criaram um verdadeiro colchão de retalhos de grupos regionais dominantes e autoritários, com as lideranças impostas, herdeiras do período coronelista, que torna o Estado um verdadeiro apadrinhador de interesses regionais. A maioria da população não faz parte.

Assim, Vargas define a brasilidade como o somatório das culturas regionais do país, concepção que estimula um surto de construção de identidades e de criação de tradição e diferentes partes do território nacional, como estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno (MORAES, 2005, p. 98).

Esse emprego do termo *regional* na ditadura Vargas foi substituído nas décadas seguintes pelas ideias cepalinas: a discussão sobre o subdesenvolvimento como submissão aos fatores externos em detrimento dos interesses nacionais. Criase, assim, um desencanto no somatório de culturas regionais que formam, então, a nação brasileira, em nome das disparidades regionais que se avolumam no decorrer da história do país.

Desenvolver-se passa a ter, como discurso, a homogeneização das regiões na superação das desigualdades socioeconômicas regionais. É quando a ideia de povo começa a dar lugar na discussão do que é um Estado Nacional, logo suprimida pelo Golpe de 1964. Por 20 anos de uma Ditadura Militar, a expansão da fronteira agrícola, a fundação de novas cidades no interior do território após a fundação de Brasília, a preocupação com as fronteiras nacionais principalmente na Região Norte, completam o quebra-cabeça do projeto de integração nacional destes governos, quando o planejamento nacional centralizado ganha destaque na afirmação de um Estado Forte (MORAES, 2005).

A integração nacional trouxe a valorização do território em detrimento da população, um reflexo do pensamento determinista. Mais uma vez, o território, aquele em que se observa seus recursos para o desenvolvimento, e não a formação socioespacial que vai ocupar as ações governamentais.

Com o fim do período centralizador e autoritário, o planejamento nacional fora visto como símbolo de um governo “duro”, o que dá lugar ao poder local nas lentes de uma democracia possivelmente participativa. A descentralização adquire um discurso proeminentemente democrático, acompanhada da visão de um Estado Mínimo, com a abertura econômica nos idos de 1990.

O Estado interventor foi substituído por uma nova articulação com a iniciativa privada: abertura dos mercados, fim do protecionismo, privatizações, inserção do país na economia global são marcas em um país em processo de redemocratização. De seu papel centralizador e sua distância com a população, o governo local torna-se então, mais representativo.

Contudo, a Constituição de 1988, que contemplou a democracia como regime de governo, eleições livres e diretas, liberdade de expressão e de mídia, bem como a gestão democrática com a participação popular assinalada em suas entrelinhas, vai dar à população, principalmente àqueles ligados aos movimentos sociais, partidos políticos, cientistas sociais, a construção para uma formação socioespacial. Isso significa que é a população identificando-se e, de certa maneira, empoderando-se de seu território em suas ações políticas. Apesar de parte da população se desapontar com o que ficou chamado de desmonte do estado desenvolvimentista, principalmente com a privatização de empresas estatais, e os recursos voltados para a dívida externa em detrimento da educação e saúde, percebe-se, no Brasil, novas relações socioterritoriais, por atores sociais diversos.

Uma nova concepção do Estado Nacional no Brasil é desenvolvida: o território utilizado. Não é apenas a visão determinista do território e de seus recursos. Não apenas a dimensão territorial e a proteção de suas fronteiras, ou a necessidade de uma missão civilizadora para uma população que não condiz com seu território, ou seja, um “Estado-Território”, mas sim um Estado-Nação, que concebe seu território como categoria de análise incluindo sua natureza e o seu uso, isto é, a ação humana sobre o território, o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 247, 248).

Não será o exercício profissional da política, mas, a prática política diária, da vida, dos saberes, das vivências, das ações individuais, dos movimentos coletivos, do ato político de viver em sociedade que se manifesta nas ações banais às mais complexas. “É um território vivo”, com seus fixos e fluxos, quer dizer, o que é móvel e os elementos que constituem a ordem pública ou social e àqueles formados por elementos públicos e privados. É um território que revela sua história, ou seja,

O território revela também as ações passadas e presentes, mas congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações

presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 247).

Este território utilizado é o “espaço do sentido”, isto é, a relação entre as pessoas presentes e os objetos como formas-conteúdo, conferido de acordo com o cotidiano, as normas e as vivências, adquirido pela história daquele local mais as ações que foram resultados de ações passadas, sem, contudo, enrijecer o entorno em sua totalidade (SANTOS, 2014a).

É um espaço sempre histórico, um sistema de objetos e sistema de ações: objetos estes que podem condicionar ações que criam novos objetos, não dotados de realidades em si mesmos, mas com significância dadas pelo homem, que podem ser empresas, instituições e grupos sociais diversos. São sistemas de objetos e sistemas de ações indissociáveis, que produzem a forma conteúdo e solidários, por assim dizer, na interdependência da produção espacial (SANTOS, 2014a).

Sendo indissociável e solidário, é ao mesmo tempo, contraditório, pois esta produção socioespacial pode não dar sentido ao homem do lugar, mas às realidades distantes dele. Elas podem ser estranhas às finalidades do lugar e ser comandadas de lugares distantes dele (SANTOS, 2014a, p. 80). O território utilizado, como categoria analítica do espaço como sistemas de objetos e sistemas de ações é composto de matéria e de vida, de objetos e de ações que o transformam.

Por fim, o território utilizado é materialidade do espaço. É uma visão não-determinista sobre o território – aquela visão de destaque ao território sem considerar sua formação populacional, vista como separada dele, do período pós-independência e que se repetiu no Estado Novo e na Ditadura Militar, e que, volta e meia, repete-se na política nacional: a grandiosidade de seu território e as ambiciosas políticas públicas que negam a sua formação socioespacial.

Essa ideia desenvolvida pelos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira (SANTOS; SILVEIRA, 2004) passa a ser discutida nos ambientes acadêmicos, em locais de planejamento com colaboração de intelectuais e meios políticos. Todavia, não se pode negar que ainda compete com uma visão ratzeliana, na atualidade.

A ideia de desenvolvimento no Brasil sempre foi ratzeliana. A crença é de que equipamentos no espaço produziram ou produzem o desenvolvimento, que, não ocorrendo, a culpa é do povo. Isso deu-se no século XIX, com a missão civilizadora e a política do branqueamento da população e, depois de 1950, com os governos desenvolvimentistas, principalmente na Ditadura Militar com o ideologia de segurança

nacional – o que equivale à expansão e à proteção territorial (MORAES, 2005, p. 99-100).

Enquanto o Brasil for construído com uma ideia oposta ao do território utilizado, confirmará sempre a conclusão de Milton Santos: um espaço sem cidadãos (SANTOS, 2000). Enquanto houver produção espacial no sentido determinista, não haverá formação socioespacial. Assim, surge uma questão: será que foi apenas um hiato na história do país, a preocupação nacional com políticas sociais ou políticas públicas territoriais que pensaram no território utilizado, nesta última década do século XXI?

Esta compreensão sobre “o todo” do território brasileiro, para assim compreender suas políticas públicas territoriais são, dessa maneira, importantes para, enfim, contextualizar o espaço amazônico das pequenas cidades. Estas são produtos da formação territorial do país e de suas especificidades locais. Os planos governamentais denotam o plano regional sobreposto à história local.

1.5 Pós 1990: uma síntese do Brasil apesar das análises

O Estado e os diversos Estados particulares que o compõem têm a grande desvantagem de agir segundo um mecanismo tão regular, tão pesado, que lhes é impossível modificar seus movimentos e habituar-se às novas coisas (ÉLISÉE RECLUS, 2015).

A concepção de território utilizado é de um espaço socialmente construído e não apenas potencialidades físicas do território, mas sua formação socioespacial na compreensão de que o homem é o grande produtor do espaço, este que é um testemunho das coisas fixadas na paisagem criada, de forma durável e que não se desfaz ao mesmo tempo que os processos sociais, sendo que muitos deles podem se adaptar às formas pré-existentes e criar novas formas (SANTOS, 2002, p. 172).

A produção do espaço, bem como a compreensão entre políticas públicas e território, que é uma categoria do espaço não apenas material, é implícita e explícita de ações humanas. É o espaço como sistema de ações e base para a compreensão de que a produção não contém somente avanços, mas retrocessos, estagnação e dificuldades.

1.5.1 As Políticas Públicas Territoriais: o vai e vem da história recente

a) O vai e vem na história recente I: políticas públicas de ordenamento territorial.

Freitas (2013) entende que políticas de ordenamento territorial são aquelas que seguem ação estatal em uma dinâmica territorial, com ações continuadas e enfoque em conjuntos espaciais como rede de cidades, padrões de ocupação e direções de fluxos demográficos e de produtos, por exemplo. Para esta compreensão, o autor se baseia em autores como Ratzel, Moraes e Sanchez, Steinberger e Wanderley Messias da Costa, em uma ampla discussão. Ressalta que política pública é, na verdade, política territorial, ou seja, faz-se desnecessário o termo política de ordenamento territorial. Entretanto, diante da desarticulação das políticas públicas que não levam em consideração o território, o tendo como apenas um palco de atuação e não de objeto de trabalho, a política é nomeada para dar caráter a sua dimensão territorial por ser capaz de articular as demais políticas a partir do território (FREITAS, 2013, p. 145 – 147).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2017) estabelece a realização de uma política de ordenamento territorial, que se estabeleceu depois de 1990, em Planos Plurianuais e, atualmente, uma versão preliminar de um documento da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Vários programas de ordenamento territorial antecederam a CRFB/88 (figura 6), como o Plano SALTE ou o Programa de Metas, mais conhecido como Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek. Todavia, foi no Período Militar que ocorreu o maior planejamento territorial, principalmente com os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O I PND foi implementado entre 1972 e 1974 e propôs grandes projetos de infraestrutura, como a construção da Usina de Itaipu, da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói, enquanto o II PND foi mais expressivo, entre 1974 e 1979, em um período de grande recessão devido à crise do Petróleo e à necessidade de alavancar as indústrias, em época de rápido crescimento econômico nas plataformas de exportação industriais dos Tigres Asiáticos (FREITAS, 2013).

É de competência da União a realização de um ordenamento territorial no sentido de planos nacionais, conforme consta na CRFB/88, que fora estabelecido em 1988. A partir de 1990, houve o Plano Plurianual de 1991 – 1995, com o único intuito de cumprir as normas institucionais como uma mera peça formal. Depois, a

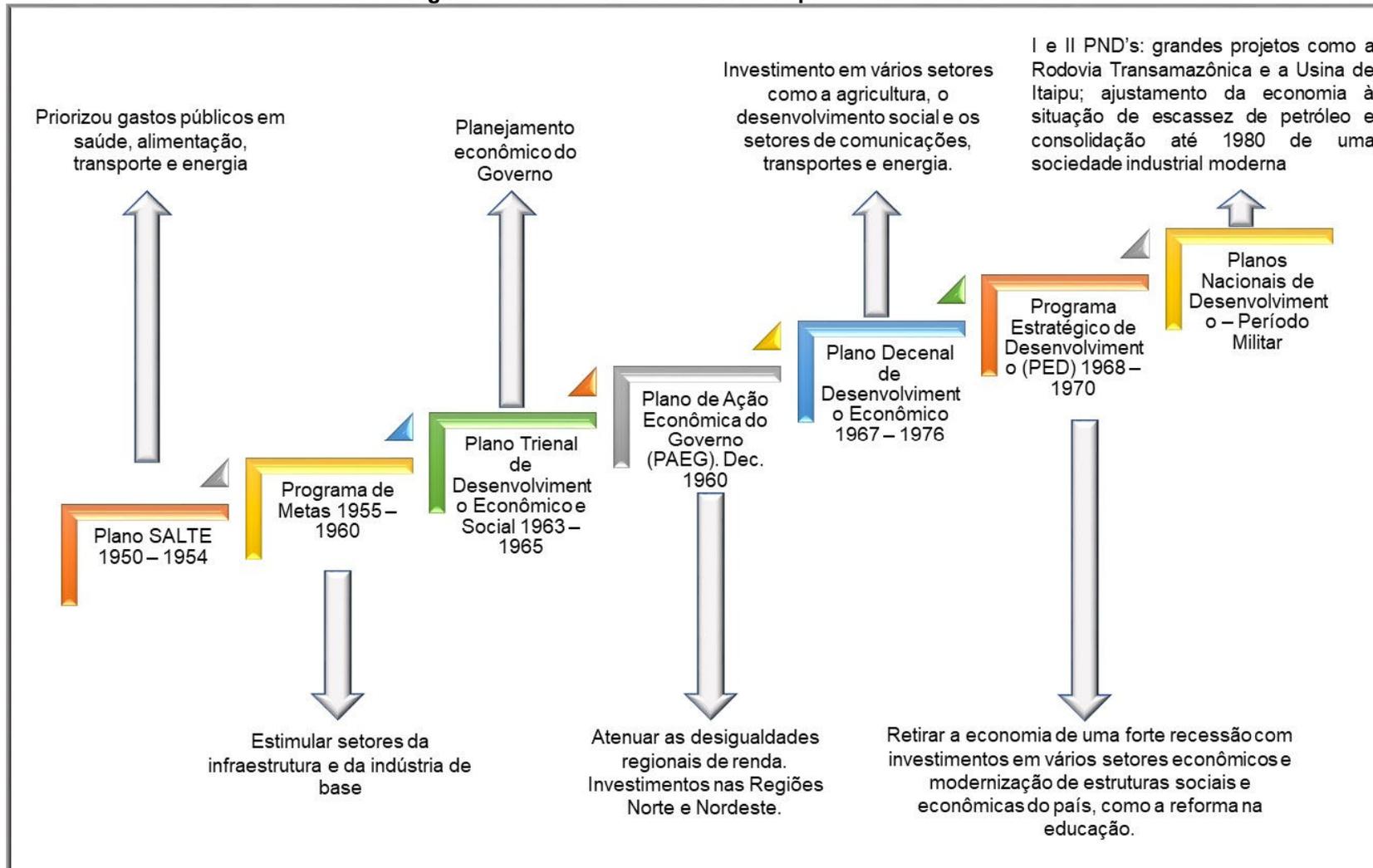
proposta de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no Plano Plurianual de 1996 – 1999, com o intuito de dotar de infraestrutura o território para o mercado, na articulação da escala nacional à internacional (FREITAS, 2013, p. 150).

O referido Plano, em suas pautas de Habitação e Desenvolvimento Urbano, tratou muito mais em descentralizar ações, incentivar a iniciativa privada nas ações de políticas públicas habitacionais e o incentivo de tecnologias para a construção de moradias de baixo custo adaptadas às realidades regionais. Consequente, o Plano previa descentralização da gestão e articulação das esferas, melhoria dos serviços urbanos básicos e a gestão do transporte de trens metropolitanos para a alçada estadual (BRASIL, 1996):

Na área de habitação

- Coordenação entre políticas e ações federais com as dos governos estaduais e municipais, estimulando maior participação da iniciativa privada e dos beneficiários finais na formulação, gestão e financiamento das diversas modalidades de acesso à moradia;
- Estruturação da legislação fundiária, propiciando a adequada regulação do uso e ocupação do solo urbano;
- Reordenamento da legislação do sistema financeiro da habitação;
- Aumento das contrapartidas do poder público estadual e municipal no financiamento do setor;
- Estímulo à geração e difusão de tecnologias alternativas para a construção de moradias de menor custo e adaptadas às condições regionais

Figura 6 – Breve síntese histórica de planos nacionais.



Fonte: Planejamento territorial e setorial após 1950. Adaptado de Freitas, 2013.

Na área de desenvolvimento urbano

- Aperfeiçoamento do marco jurídico-institucional para o desenvolvimento urbano no País, baseado na gestão descentralizada das ações e na cooperação entre as três esferas de governo;
- Apoio à modernização e à melhoria da gestão urbana e dos serviços urbanos básicos nas áreas de saneamento, habitação, transportes, saúde, educação e segurança pública;
- Consolidação do processo de reabilitação e transferência dos sistemas de trens metropolitanos de passageiros para as esferas estaduais.

Cabe ressaltar que, na área da habitação, houve a previsão para ações integradas com outras políticas setoriais, a fim de melhorar as condições de moradia e implementação de política habitacional tanto na área rural como na área urbana (quadro 5).

Quadro 5 – Plano Plurianual de 1996 a 1999 – Habitação.

Ação	Objetivos	Metas
Habitações Urbanas e Rurais	Desenvolver ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, inclusive no âmbito dos programas comunidade solidária e redução da mortalidade infantil, que resultem na melhoria das condições de moradia e da qualidade de vida das famílias de baixa renda.	Acesso à moradia - 1,2 milhão de pessoas beneficiadas
	Promover ações institucionais, articulando os vários organismos e agentes que atuam na área de habitação, dotando-os de condições técnicas e estrutura operacional compatível para o exercício de suas atribuições, através de programas de modernização, como forma de alcançar maior eficácia na implementação da política habitacional.	Treinamento especializado - 800 agentes.

Fonte: Brasil, 1996.

Na área de Desenvolvimento Urbano, o documento estabeleceu como objetivo a descentralização por meio da capacitação às prefeituras, investimento para melhorar a qualidade de vida e amparo institucional. Contudo, nas metas, vemos uma porcentagem de municípios atingidos em números muito tímidos diante da realidade nacional (quadro 6).

Quadro 6 – Plano Plurianual de 1996 a 1999 – Desenvolvimento Urbano.

Ação	Objetivos	Metas
Planejamento Urbano	Apoiar a descentralização da administração pública, através da capacitação gerencial e técnica das prefeituras.	Municípios capacitados e modernizados -155 municípios
	Promover investimento na infraestrutura urbana, visando sua modernização e/ou melhoria da qualidade de vida.	Municípios beneficiados com reestruturação urbana - 120 municípios
	Dotar o Governo Federal, estados e municípios de instrumentos jurídicos, organizacionais e programáticos capazes de viabilizar a eficaz implementação das ações de desenvolvimento urbano.	Implantar bando de dados de informações institucionais sobre política urbana - 6 sistemas de informação. Elaborar Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano Projeto piloto de modernização municipal - 6 projetos
Transporte Metropolitano	Promover a redução nas disparidades na infraestrutura urbana, atuando em áreas de baixa renda, inclusive no âmbito do programa comunidade solidária.	Atendimento a aglomerações urbanas críticas - 15 centros urbanos.
	Consolidar e transferir a estados/municípios os sistemas de transporte ferroviário metropolitano de passageiros.	Sistemas consolidados e transferidos – 08
	Apoiar a implantação, modernização e/ou ampliação dos sistemas de trens metropolitanos.	Sistemas implantados, modernizados ou ampliados - 04
	Apoiar a racionalização e/ou integração de sistemas de transportes coletivos.	Sistemas racionalizados e/ou integrados - 28

Fonte: Brasil, 1996.

Para Freitas (2013, p. 150), existe uma noção implícita de ordenamento territorial nesse Plano que visa a articulação do mercado nacional ao internacional e que foi aprofundado no Plano Plurianual de 2000 – 2003. Segundo Lessa, Couto e Farias (2009, p. 91), a modernização do Estado sob caráter liberal – tal como estava em toda a América Latina – estabeleceu-se na busca pela estabilização econômica, reforma do Estado e desestatizações, bem como o direcionamento ao setor privado como parte substancial dos investimentos mais importantes previstos no plano, como a infraestrutura energética.

Este Plano não obteve o resultado desejado nos demais aspectos de geração de emprego ou de um desenvolvimento industrial que fosse significativo para gerar um núcleo endógeno de inovação, ambos afetados pela crise de 1998, tendo,

contudo, a estabilização da moeda como fator principal. A sua visão de inserção na economia global moderna, de acordo com o Consenso de Washington, de maneira mais passiva foi revista no próximo plano, haja vista os resultados de uma globalização assimétrica (LESSA; COUTO; FARIAS, 2009).

O Plano Plurianual 2000 – 2003 manteve o destaque na política externa, mas acrescentou o combate à pobreza, promoção da cidadania e a inclusão social, consolidação da democracia e a defesa dos direitos humanos e, acrescido pelo Congresso Nacional, o destaque territorial a respeito da redução das desigualdades inter-regionais (LESSA; COUTO; FARIAS, 2009).

Os próximos Planos Plurianuais adquiriram um caráter de política externa menos passivo no discurso global e um olhar mais atuante para o desenvolvimento endógeno na promoção de um mercado interno de consumo de massa, com três grandes objetivos de governo, claramente demarcados nas áreas social, econômica e institucional. Dentre as características voltadas para as cidades, muitas diretrizes do Plano Plurianual 2004 – 2007 (BRASIL, 2004), estavam:

- A garantia do uso e da ocupação ordenada dos espaços urbanos, com sustentabilidade social, econômica e ambiental;
- O aprimoramento dos instrumentos de política urbana em nível nacional, estadual e municipal de modo a garantir a função social do solo urbano;
- O estímulo à oferta dos serviços urbanos com qualidade e gestão participativa;
- O estímulo à capacitação do poder público municipal para a gestão e o planejamento urbano e territorial sustentável e participativo.

Ainda assim, foi um plano de promoção do mercado interno a partir do consumo de massa. O Plurianual de 2008 – 2011 (PPA) acresce então um forte caráter de políticas territoriais a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com o documento do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2007) a dimensão territorial no planejamento considerava, dentre outras intenções, a promoção da superação das desigualdades sociais e regionais, desenvolvimento

sustentável das diferentes regiões e o Programa de Aceleração do Crescimento como uma das três agendas prioritárias para sua consolidação⁴.

Freitas (2013) considera que apesar destas políticas territoriais, ficou indefinido uma política de ordenamento territorial para o país, que foi incluída na Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Estimular o uso e ocupação racional e sustentável do território considerando a distribuição mais equânime da população e das atividades produtivas está como objetivo do PNOT.

Para a elaboração de um documento-base da PNOT, foram elaborados grupos temáticos de discussão sobre uso e ocupação do solo, logística do território, avaliação dos impactos de planos, programas e projetos no uso e ocupação do território no Brasil, entre outros. Realizações de seminários regionais e tentativas de articulação com outras instituições do Poder Executivo Federal foram praticadas até que, em 2007 havia o esboço de um Projeto de Lei que ainda não foi concluído (FREITAS, 2013). Contudo, apesar do fato de não existir uma política de ordenamento territorial, de ser indefinida, conforme mencionado, não se pode negar que nos últimos anos existem ações sobre o urbano no Brasil.

Nesse sentido, Serrano (2013, p. 185-186) afirmou que, a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, o Estado brasileiro passou a discutir sobre política urbana, e a construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), bem como uma Política Nacional de Habitação (Programa Minha Casa, Minha Vida), Plano Nacional de Saneamento Básico e uma Política Nacional de Mobilidade Urbana.

b) O vai e vem na história recente II: a política urbana

Ao longo da década de 1960, o Brasil, apresentava uma população urbana acima de 50%. Como resultado, tornou-se perceptível a necessidade de uma política urbana. O I PND apresentou timidamente o fato urbano, e problemas resultantes de

⁴ O PPA 2008 – 2011 ofereceu a possibilidade de manter o país em um círculo virtuoso de redução das desigualdades sociais, melhoria da infraestrutura, aumento do trabalho formal que, por consequência, atenderia a demanda do setor privado. A intenção era alterar o padrão distributivo da economia brasileira com aumento de consumo em massa e uma agenda social que atendessem à demanda de uma população vulnerável com valorização do salário mínimo, integração do trabalhador ao mercado de trabalho formal, aumento gradativo da escolaridade média da população e programas de transferência de renda como o Bolsa Família. No setor de infraestrutura, previa o aumento do investimento do setor público nos gargalos presentes no país em sua infraestrutura, logística e energética com continuidade das políticas chamadas de inclusivas. A ambição deste projeto era elevar as possibilidades de consumo, escolaridade, acessos da população mais pobre, o que atenderia o setor privado do mercado (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2007).

um crescimento vertiginoso, como uma questão natural das grandes cidades a ser superada por um crescimento das atividades econômicas. A Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971, p. 26), reiterava:

Consolidação do Centro-Sul

- Na década de 70, a região Centro-Sul, pelo nível de renda alcançado, enfrentará os problemas típicos da sociedade moderna: crescimento explosivo de aglomerados urbanos como o Grande São Paulo e o Grande Rio, com população, cada um, na ordem de 8 milhões de habitantes, comparável a das maiores concentrações humanas em áreas desenvolvidas; poluição, crítica em inúmeros centros urbanos; revolução tecnológica, com seus efeitos sobre a atividade econômica e social; intensificação das relações com o exterior.

Ao crescimento urbano acelerado notado no Centro-Sul, o desenvolvimento de atividades econômicas e a instituição das primeiras regiões metropolitanas foram apresentados como alternativas, além de mobilizar as migrações para outras regiões do país, inclusive como perspectiva de resolução do emprego, como consta na página 66 do I PND:

- Menor ritmo de migrações para os grandes centros urbanos, com sua reorientação para novas áreas, deverá resultar do estabelecimento dos polos agroindustrial do Sul, industrial-agrícola do Nordeste e agropecuário do Planalto Central, Amazônia e Centro-Oeste.

No II PND, decreto de 1974, o país criara 9 regiões metropolitanas e a previsão era sua implantação. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém. A preocupação com o desenvolvimento urbano focava nesses grandes centros, no sentido de diminuir os impactos de poluição industrial e da importância da economia nas cidades para o produto interno bruto do país, sem, contudo, mencionar a tensão das cidades no que diz respeito à favelização, falta de saneamento básico ou aumento da pobreza, por exemplo.

Ainda assim, havia uma agenda urbana que se preocupava com o aumento das grandes cidades e de cidades pequenas que se pulverizavam, ao passo que não havia um aumento adequado de cidades médias para equilibrar este conjunto de cidades. A Política de Desenvolvimento Urbano⁵ (PNDU) apresentava um diagnóstico do crescimento populacional nas metrópoles, capitais e cidades da costa brasileira, destacando a vertiginoso crescimento na Grande São Paulo e Grande

⁵ A geógrafa Maria Adélia de Souza participou da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Rio, com 29% da população urbana do país e, em sua maioria, empregada na indústria (BRASIL, 1974).

Dentro da PNDU estava a diretriz de estabelecer uma hierarquia urbana, desconcentração intrarregional do sistema urbano na Região Sudeste, a dinamização da economia nas metrópoles regionais do Nordeste e a promoção da urbanização recente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Assim, pode-se compreender que faz parte do I PND a deslocação dos fluxos migratórios e seu redirecionamento para estas duas últimas regiões, promovendo sua recente urbanização. Contudo, a preocupação econômica e de equipamentos urbanos foi de destaque do Centro-Sul.

No período pós-ditatorial o plano nacional (Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – I PND-NR de 1986-89) tinha como objetivo enxugar o Estado e priorizar investimentos públicos com políticas regionais e melhoras nas condições de vida nas regiões metropolitanas, como investimentos em áreas de habitação, saneamento básico, saúde, nutrição, segurança, educação, entre outros, além de apresentar críticas ao fato dos planos anteriores não destinarem recursos suficientes para corrigir os desequilíbrios existentes (SERRANO, 2013).

Na CRFB/88 é contemplado um capítulo de política urbana, influenciado pelo movimento de Reforma Urbana das décadas de 1960 – 1970. Souza (2008) afirma que a ideia de Reforma Urbana como problematização das moradias nas grandes cidades se estabelece desde 1950 e seus debates foram prejudicados com a Ditadura Militar, especialmente com o Ato Institucional nº 5, que marcou a fase mais dura do regime, quando os debates sobre reforma urbana foram interrompidos.

Entretanto, discussões em torno da especulação imobiliária e seus efeitos negativos sobre o espaço urbano, a disparidade socioeconômica que se reflete na segregação residencial e a democratização do planejamento e da gestão urbana eram agendas discutidas no âmbito de uma reforma social estrutural que obtém uma dimensão espacial com o intuito de melhorar a qualidade de vida, principalmente da população mais pobre. Estas discussões, presentes no Brasil urbano foram incorporadas na CRFB/88 (SOUZA, 2008).

Anos depois, em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade e, em 2013, foi criado o Ministério das Cidades. Um avanço na política urbana, mas, ao mesmo tempo, diante de uma ausência da agenda urbana ao longo de toda a década de

1990 e início dos anos 2000 (SERRANO, 2013). Os planos plurianuais do governo da época tinham uma proposição tímida voltada ao desenvolvimento urbano com foque nos grandes centros e nos transportes metropolitanos.

Possuindo a maior parte da população concentrando-se nas Regiões Metropolitanas ou em torno delas, destaca-se que, na história do Brasil urbano, não existe, na prática, política urbana para as cidades pequenas, sobretudo as cidades amazônicas.

A Conferência Nacional das Cidades foi um marco na política urbana. Realizada em 2003, outras conferências de caráter popular, com discussões nos municípios, estados e federação ocorreram no país e, atualmente, o país caminha para a 6ª Conferência das Cidades⁶. Documentos que embasaram as conferências apresentaram diagnóstico dos problemas urbanos, como diretrizes aprovadas sobre o direito de todos à cidade, a função social da cidade e da propriedade, sustentabilidade ambiental, entre outros princípios, como apresentado por Serrano (CONFERÊNCIA..., 2013, p. 192 – 195).

A 4ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu em 2010, apresentou um balanço das anteriores e as condições para a formulação de uma nova PNDU. Apesar disso, Serrano (2013) compreende que mesmo a não existência de um documento único e explícito sobre política urbana não anula o fato que a política urbana está presente, uma vez que envolve interesses de diversos agentes.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o capítulo de gestão urbana na CRFB/88, o Estatuto da Cidade apresentaram, em teoria, um avanço sobre o que se pensa do urbano no Brasil. No meio acadêmico, é amplo o debate sobre o que é cidade (materialidade) e o que é o urbano (abstrato) e as políticas urbanas que se preocupam com as disparidades sociais. De um receptáculo das ações humanas e, atualmente, como um espaço socialmente construído, entende-se que a política urbana deve ser compreendida pelo Estado, bem como os distintos interesses. Daí faz-se mister uma agenda urbana que seja de Estado e não de governo.

1.5.2 O protagonismo municipalista e a pobreza do entorno

Em 2013, o Painel de Desenvolvimento das Nações Unidas, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano, apontou um relativo crescimento econômico e social no

⁶ Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/6conferencia/>. Acesso em jul.2017

final do século XX e início do século XXI, em países como o Brasil. Estes resultados foram alcançados por uma ação tríplice: a presença do Estado, o atendimento ao mercado internacional e o estabelecimento de políticas sociais. A ação de um Estado desenvolvimentista diz-se com uma postura de regulação do mercado. Um Estado que desenvolve políticas dirigidas aos setores público e privado e que investe na capacidade das pessoas como parte integrante do crescimento econômico, e em áreas como saúde, educação e outros serviços públicos que promovem desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

Como segunda ação, o atendimento ao mercado internacional em uma integração gradual, conciliando ação estatal com livre mercado, com promoção de exportações e investimento nas capacidades das pessoas, em produtos de nicho na máxima “importar o que o resto do mundo sabe e exportar o que o resto do mundo quer” (PROGRAMA..., 2013, p. 7), com uma integração internacional gradual e sequenciada de acordo com as circunstâncias nacionais.

A terceira ação que foi de uma política social com políticas afirmativas e investimento em educação, saúde e a proteção social. A criação de círculos virtuosos no reforço da mutualidade crescimento econômico e políticas sociais, na redução da pobreza, promoção de igualdade nos diversos grupos da sociedade, a fim de minimizar conflitos sociais (PROGRAMA..., 2013).

O relatório do PNUD, em 2013, que demonstrou a presença de políticas sociais, promoção de benefícios, regulação jurídica sobre o trabalho, subentendeu que foram ações para dentro do território, quando, na história do subdesenvolvimento do país, as ações eram marcadas por atitudes orientadas ao exterior (PROGRAMA...,2013).

Até que ponto isso se refletiu no espaço que veio a contribuir na construção equitativa dos fluxos econômicos, culturais e políticos? Será que este Estado se superou na construção de “pontes” entre os lugares ou se tratou de uma sobreposição que criou espaços esquizofrênicos (SANTOS, 2006), que manifestam a totalidade-mundo, mas no local produzem uma contraordem na produção acelerada da pobreza?

Ainda que, as ações sociais tenham, por exemplo, aumentado a renda média da população, que espécie de lugares as pessoas habitam em suas condições materiais e na construção política? O aumento do consumo de massa não traz reflexo nas condições de infraestrutura e serviços essenciais no lugar, isto é, no

espaço vivido e não está em consonância com as políticas públicas territoriais e as reais necessidades daquele local.

Sob este aspecto, pode-se exemplificar a respeito das Regiões Metropolitanas. Num país que se urbanizou de maneira acelerada, a institucionalidade das Regiões Metropolitanas foi uma forma de instrumentalizar as políticas públicas territoriais. Essa competência da União foi transferida para o patamar estadual, na CRFB/88, ao mesmo tempo em que se estabeleceu a autonomia dos entes federativos.

Os arranjos cooperativos foram a governança alternativa em que a União distribuiria seus recursos, uma vez que era de competência dessa esfera a definição das RM's no país – definidas a partir de uma cidade-polo. Segundo Costa (2013), apesar das RM's, que foram instituídas na década de 1970, apresentarem um sucesso maior em comparação àquelas que surgiram após a CRFB/88 – definidas pela esfera estadual que acabou instituindo muitas RM's sem metrópole – o quadro geral de sua institucionalização e governança é de “fragilidades” e “põe em cheque o sentido dessa institucionalização” (COSTA, 2013, p. 324).

Os municípios buscam na constituição das RM's apenas a qualificação para receberem investimentos federais, que acabou por ser, na prática, um protagonismo municipalista que produz uma metropolização *ex post* (KLINK, 2013), marcada por contradições socioespaciais na qual os lugares que formam este espaço urbano são desconexos nas políticas territoriais. Assim, os fluxos econômicos quase “flutuam” sobre o chão, pois não contribuem no desenvolvimento local, apenas o usa deixando reflexos de desenvolvimento econômico raquítico, isto é, aumentam a renda das grandes construtoras e contribuem para aumentar a periferia pobre, com a permanente ausência de equipamentos públicos, das dificuldades de transporte público, entre outros.

Assim, apesar do aumento considerável de recursos e investimentos que as RM's receberam da União, pois são elas que se tornaram palco considerável dos recursos de ordem econômica, social e urbana, as mesmas não são preparadas para gerir estes recursos, ou seja, as regiões metropolitanas não são protagonistas (COSTA, 2013, p. 328, 329) e continuam marcadas “por desconexões e contradições nas diversas políticas públicas que produzem ou reproduzem o espaço urbano-regional” (KLINK, 2013, p. 84).

Ao que parece, no Brasil, a concentração de recursos e investimentos são, de maneira privilegiada, conduzidas aos locais de maior representatividade política e concentração populacional, na qual, a incompetência da gerência com o regional, propositalmente ou não, gera dois espaços: o “obeso” em recursos mal administrados e o “subnutrido” ignorado, em que, a ausência de recursos, contribui para seu raquitismo social, pois os recursos foram para as regiões consideradas mais dinâmicas do país.

Esse Estado tem dificuldades de gerenciar seu território, como pode-se observar nas regiões metropolitanas na qual habita quase 50% da população e os investimentos destinados, por parte da União à região metropolitana, concentram-se em municípios-polo que são gerenciados de maneira desarticulada (KLINK, 2013).

Os outros municípios, não polos que pertencem ao espaço metropolitano não são, conseqüentemente, atendidos. Os recursos são destinados ao mercado imobiliário, da construção e de grandes projetos e as necessidades populacionais deixadas de lado, o que, causa, a produção de pobreza. Eis a contradição em nossa realidade: o combate à pobreza não ocorre de maneira satisfatória devido à gestão territorial que privilegia outros setores que não a habitação social e infraestrutura para as regiões periféricas. No que tange a esta discussão, as regiões metropolitanas podem tanto desarticular o espaço metropolitano quanto seu entorno.

O que considerar, então, dos municípios distantes das Regiões Metropolitanas? São municípios com uma área urbana pequena, longe dos locais para onde são destinados os maiores recursos materiais. Neles estão localizadas pequenas cidades que sofrem um efeito de invisibilidade, seja pelo baixo colégio eleitoral presente neles, pela dificuldade em gerar recursos próprios e, até mesmo, pela dificuldade na gestão dos recursos das regiões metropolitanas.

Se nas RM's as necessidades são mais intensas, a visibilidade pela mídia, pela classe política, pela maior parte da população que ali habita e o interesse do mercado impulsiona, de certa forma, a destinação dos recursos disponíveis, e ainda assim estes recursos são mal geridos, o que sobra para os municípios afastados desta realidade do ponto de vista espacial, eleitoral e com realidades particulares, como, por exemplo, na Região da Amazônia?

Santos (1999) afirma que essa contradição existe pelo fato de que quando se busca crescimento econômico, ou até mesmo desenvolvimento econômico com a imposição da racionalidade das finanças como câmbio, juros, taxa de inflação,

déficits e superávits, e que se ignoram outros setores da vida social e ignora o território, se resulta em uma “sociedade fragmentada e uma Federação ingovernável”. O território é o revelador de situações conjunturais e estruturais e isso mantém, inclusive, o país em sucessivos intervalos de estabilidade e crise econômicas.

1.6 O Município Como Ente Federativo e o Poder Local

O município é a menor divisão político-administrativa do país. São 5 570 municipalidades após a divisão dos estados⁷. O Brasil é um dos poucos países para o qual o município é um ente federativo, com autonomia administrativa desde a CRFB/88, depois de uma longa história de avanços e retrocessos sobre a atuação do poder municipal. Como apresentado anteriormente, o município tem um papel relevante no país, no que tange às Regiões Metropolitanas e na compreensão daqueles que estão distantes desta influência.

Diferente de outros países, a menor divisão político-administrativa do Brasil é o município e não a cidade. Cidade é a sede administrativa do município, apesar de, culturalmente, identificarmos os locais como grandes, médias ou pequenas cidades. Na realidade, o que se demonstra é a quantidade da população habitando a área urbana destes municípios, bem como seu perímetro em relação ao território municipal.

A administração destes municípios sempre foi conturbada, com momentos de autonomia ou submissão aos entes estaduais ou federais. Submissão ao governo do estado, ao controle da União ou um papel indefinido marcou a história municipal do Brasil, até a CRFB/88 em que ficou estabelecida sua autonomia (LEAL, 2012; TAVARES, 1997).

Tavares (1997, p. 173) aponta que a autonomia municipal era assegurada desde a primeira constituição republicana do país, ao expressar que esta autonomia equivalia ao que fosse de interesse particular municipal, sem, contudo, esclarecer o que pudesse ser este interesse. A autonomia municipal foi um mero dispositivo que deu para o estado tal controle hierárquico.

⁷ De acordo com o IBGE, o Brasil possui 5570 municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em 30 nov. 2018.

Apesar de sempre existir uma discussão sobre o poder municipal, no período getulista, em 1930, os estados passaram a ser governados por interventores que nomeavam os prefeitos, com direitos de exonerá-los quando conveniente. Houve uma tentativa de correção, na Constituição de 1934, ao se apresentar como características básicas da autonomia, a política financeiro-tributária e administrativa. Isso tirou da União a interpretação do que seria autonomia municipal ao esclarecer seus princípios básicos, mas ainda assim, os prefeitos eram outorgados – o que manteve o “estadualismo” (TAVARES, 1997, p. 175, 176).

Em 1946, o estado (como ente federativo) teria o direito de intervir no município apenas para regularização das finanças municipais, embora o município ganhasse mais status de autonomia, que veio a perdê-la mais uma vez no período militar. Cabe lembrar a discussão apresentada acima, que no período getulista a importância da discussão regional ganhara destaque em paralelo às idas e vindas da autonomia municipal.

De qualquer maneira, a intervenção no município, bem como critérios para sua criação, passou das mãos do estado para a União, com órgãos de controle e proibição de Tribunais de Contas Municipais, com algumas exceções de municípios com população superior a dois milhões de habitantes, entre outras coisas (TAVARES, 1997). Essa centralização federal, marca profunda do período militar, foi importante para a autonomia municipal ganhar uma ampla aceitação na CRFB/88, quando os Municípios ganharam autonomia, elevados a entes federativos, bem singular diante do mundo atual.

Auto-organização, política urbana local, eleições para os cargos de prefeito e vereança e arrecadação de impostos como da propriedade territorial e urbana (IPTU), transmissão inter-vivos, serviços, repasses federais, são elementos que estão entre as características dessa autonomia municipal, e ao estado, o encargo de criação de tais municípios, como se o país fosse municipalista e não “estadualista”, isto é, as peculiaridades locais passam a florescer nesse contexto democrático, como a elaboração da lei orgânica (TAVARES, 1997).

É um país com fortes ações da União e dos Municípios, pois ao Estado coube “atribuições remanescentes”, conforme aponta Tavares (1997, p. 183), pois a União pode intervir sobre ele, caso a autonomia municipal não seja respeitada. Segundo Martins,

O Brasil é o único país do mundo civilizado a outorgar competência impositiva aos Municípios, em nível constitucional. Outros países outorgam-na, por legislação ordinária, mas tal delegação do poder central ou dos entes federados é excepcional. Vivem os Municípios, mesmo nas federações, da transferência da receita tributária (MARTINS *apud* TAVARES, 1997, p. 185).

Segue a partir da autonomia municipal, a gestão democrática das cidades, e sequencialmente, com a Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que se refere, entre outras coisas, à elaboração do Plano Diretor Municipal por meio de participação popular. O que se apresenta, então, é que a autonomia municipal alargou a participação do cidadão pela proximidade, principalmente na área urbana, quando no período autoritário essa participação não existia.

Estes municípios aumentaram em quantidade depois de 1990, e segundo Tomio (2002), essa “onda municipalista” atravessou em quantidade os estados da Região Centro-Oeste e Norte, por serem regiões de fronteiras e pela criação de novos estados. Muitos municípios criados são de população pequena (tabela 2).

Tabela 2 - Criação de Municípios.

Regiões	Anos						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Norte	88	99	120	143	153	298	449
Nordeste	584	609	903	1376	1375	1509	1791
Sudeste	641	845	1085	1410	1410	1432	1668
Sul	181	224	414	717	719	873	1189
Centro-Oeste	80	112	244	306	317	379	463
Total	1574	1889	2766	3952	3974	4491	5560

Fonte: Tomio (2002).

Entre as premissas levantadas pelo autor, o processo emancipatório tem como agentes os atores que agem conscientemente diante de resultados de decisões políticas, que atendam a seus interesses, pelos ganhos individuais como reeleição, bem como resultados provenientes de ações institucionais, pois elas que moldam as regras para tal.

Diversos atores de todos os níveis federativos (de presidentes e ministros de Estado a vereadores e eleitores de pequenas localidades interioranas) envolveram-se nas decisões políticas que geraram os novos municípios e as instituições que regulamentaram o processo legal das emancipações municipais. No entanto, a apreciação desses atores é restrita ao processo de decisão política estadual, pois é nesta esfera de governo que a decisão de criação de municípios é definida (TOMIO, 2002, p. 65).

As lideranças políticas locais atuam nesse processo ao mobilizarem os eleitores locais no plebiscito. Os deputados estaduais, para exercerem pressão na assembleia ou para criar um projeto de lei de emancipação municipal, e que, ao acompanharem todo o processo, podem interrompê-lo. Isso contribui para busca de vantagens políticas, desde alianças políticas a ganhos de patronagem. O executivo estadual, tanto pode concordar com a emancipação, aproveitando-se de vantagens semelhantes, como de opor por questões orçamentárias, ideológicas ou por questões de princípios partidários ou de programas de governo (TOMIO, 2002).

Um país com 5.570 municípios, com dimensões espaciais e grupos populacionais diferentes aponta, então, forte liderança local com laços em outras esferas, principalmente a estadual. Com 4922 municípios de até 50 mil habitantes – 88% do total, percebe-se que o Brasil é um país de municípios e, conseqüentemente, de pequenas cidades, em termos populacionais, sem, contudo, abranger a maioria da população do país, pois correspondem a 32% da população (tabela 3).

Uma outra questão relevante sobre esta realidade é que ao mesmo tempo em que a autonomia municipal é uma emancipação política diante de um quadro anteriormente autoritário, o que representa maior proximidade com o poder público e maior participação social nas decisões, existe uma história de elites locais que são municipais, aglutinadas regionalmente e que reproduzem o patrimonialismo. Na Região Sudeste, estão interpoladas elites que conseguem a realização de seus interesses e o que parece é que pouco “sobra” para as outras regiões, que, ainda assim, têm suas elites locais em conluio e mantenedoras da realidade, salvo raras exceções.

Tabela 3 - Município por grupo de habitantes em 2014.

Municípios	Total	%	População estimada em 2014	%	População urbana
Até 20.000 hab.	3.842	69	32.648.559	16	60
Entre 20.000 e 50.000 hab.	1.080	19	32.849.525	16	70,3
Entre 50.001 e 250.000 hab.	538	10	52.774.326	26	87,7
Entre 250.001 e 500.000 hab.	71	1,3	24.830.382	12	96,2
Entre 500.001 e 1 ml de hab.	22	0,4	15.149.719	7	98,5
Mais de 1 ml de hab.	17	0,3	46.147.296	23	99,3
Total	5.570	100	204.399.807	100	84,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2014); *CENSO 2010.

Também se pode perceber a carência de recursos que muitos municípios apresentam, recursos estes que não conseguem gerar pela receita local. Isso os

tornam dependentes de repasses da União. Esse quadro está além daquele em que se encontram os municípios que não são atendidos com recursos, apesar de compor a malha urbana de uma região metropolitana, pois, os recursos repassados, geralmente ficam para os que sediam a região, o protagonismo municipalista.

Todavia, ficam no poder público municipal muitas decisões elementares da vida nacional, desde a política fiscal de atração econômica à busca de projetos que atendam suas demandas municipais, o que ocasiona, assim, muitas alianças políticas. Isso pode caracterizar um comportamento conhecido na história do país: o coronelismo, que se constitui em uma forma de superposição do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (LEAL, 2012, p. 43).

Essa figura do poder privado pode ser o parente do chefe municipal ou ele mesmo, que após consolidar sua liderança pode, até mesmo, não comparecer mais na localidade, e, em tempos e tempos, voltar, seja para descanso ou fins políticos. Ele exerce uma liderança municipal que, seu prestígio lhe concede, assim como certa autoridade para comandar o “voto de cabresto”, visto pelo trabalhador rural como um benfeitor que logo lhe é submetido por dele receber os favores das quais necessita (LEAL, 2002). Essas características, de um país marcadamente rural, muito se têm presentes em municípios com cidades pequenas, com a figura elementar de uma representatividade política que exerce liderança política, conquista os cargos públicos, apesar de não possuir uma residência fixa, diária na cidade. Ali permanecem cargos políticos de confianças que são “os seus olhos” e mantenedores de alianças políticas com algumas figuras locais capazes de influenciar nas eleições: o dono de terras, o dono do hotel que geralmente o hospeda, além de hospedar o prefeito quando visita a cidade, alguns religiosos que obtêm doações de terrenos para suas comunidades, entre outros.

1.6.1 O Poder Público Municipal da Amazônia

A cidade, ela mesma, é uma forma particular de organização onde se supõe que possam ser maximizadas as trocas de matéria, energia e de informação com o ambiente em que se situa [...] (MACHADO, 1993, s/p).

Os agentes do poder público municipal têm grande influência na esfera do poder local. Ainda que dependentes de repasses da União, estes municípios são administrados pelos agentes locais em sua dimensão territorial no que diz respeito à Lei Orgânica e até mesmo aos Planos Diretores. São ambientes que oferecem

interações como troca de matéria (bens), energia (trabalho, força potencial) e de informação (conhecimento, inteligência, dados, mensagens) que operam com uma organização e em diferentes escalas (MACHADO, 1993).

A partir desta compreensão, pretende-se apresentar aqui o contexto da dinâmica urbana⁸. A urbanização se manifestou com aumento em tamanho e número de cidades e redefinindo a funcionalidade dos centros urbanos da região, sendo um elemento-chave do Estado, que promove o processo. A apropriação capitalista da fronteira, aponta Ribeiro (1993), é a responsável pela urbanização promovida pelo Poder Público, que se intensificou, após 1960, pelos projetos agrominerais e agropecuários como o projeto POLAMAZÔNIA e o programa Grande Carajás e projetos incentivados pela SUDAM (Superintendência da Amazônia), como a criação da Zona Franca de Manaus.

Em 1991, segundo IBGE, a região da Amazônia possuía 55,16% de população urbana da qual 51,32 habitavam a sede de município. Passou 155 cidades, em 1960, para 264, em 1991, sendo que 40%, 106 cidades, apresentavam uma população entre 5.000 a 9.999 habitantes. Estas cidades amazônicas, em sua maioria, ficam condicionadas por novas atividades agrícolas e extrativas e dentro da divisão territorial de trabalho apresentam elementos que as caracterizam como uma rede urbana.

O número destas pequenas cidades – em grande extensão municipal – são apontadas, em 1993, por Lia Osório Machado (MACHADO, 1993, s/p), presentes no sudeste do Pará, norte de Mato Grosso e centro-sul de Rondônia, ligados à rede viária. Os municípios do delta do Rio Amazonas têm forte ligação com a rede fluvial, mas apresentam características fisionômicas, de redes sociais e relações sócio-políticas similares.

Machado (1993), no seu artigo “A Geopolítica do Governo Local: Proposta de Abordagem aos Novos Territórios Urbanos da Amazônia”, apresenta aspectos relevantes sobre a urbanização da Amazônia e comenta que a forma-cidade se constitui em um tipo de rede rural/urbana que se caracteriza pela instabilidade e a situação de incerteza e precariedade a que estão sujeitos estes habitantes. Costa *et.*

⁸ Esta tese compreende que município no Brasil se refere a área urbana e rural, sendo a cidade a área urbana estabelecida no perímetro urbano do município. Ainda considera que a urbanização como modo de vida atinge até mesmo as áreas rurais. Contudo, a tese reconhece o município como divisão administrativa que engloba as duas áreas citadas e o poder público municipal como agente da área urbana, isto é, da cidade.

al. (2012) constatou, principalmente, essa rede rural/urbana entre famílias das comunidades ribeirinhas e seus parentes no centro urbano.

Machado ainda exemplifica uma geopolítica do governo local expressa em alguns itens, a saber: a existência de um espaço-rede de fluxos materiais, imateriais e de serviços; relações diretas entre microespaços e o espaço transnacional; uma configuração do tipo geométrico que depende da resposta seletiva das populações e de um desenvolvimento desigual na escala local; a simultaneidade das informações que, ao chegar na escala local podem ser modificadas e dar origem às novas formas; reconhecimento da dimensão institucional do território; uma sociedade urbana não produtora de mais-valia por estar marginalizada dos circuitos de acumulação; e reconhecimento que nesses espaços existem fixos e fluxos, movimento e permanência (MACHADO, 1993).

Sobre a dimensão institucional do território, compreende-se que as ações do governo local são como um conjunto de estratégias elaboradas nesse nível, pois, ainda que sejam poderosas, as corporações multinacionais que estão nesse processo, a dimensão institucional do território é de entidade político-legal daqueles que governam determinada área. Embora sem recursos financeiros, sem força econômica, o poder público municipal é o responsável, politicamente, pela urbanização recente, uma vez que é a ação de seus representantes que transformam vilas em cidades, e que tem voz política na região (MACHADO, 1993).

Vale destacar que muitos municípios caracterizam-se por exercícios de atividades extrativas e possuem área urbana pequena, bem como administração pública deficiente no que diz respeito à produção de sua receita, seja pela configuração do espaço urbano ter aspectos paisagísticos rurais, pouca infraestrutura e interesse político em não cobrar IPTU, ou ainda casos de municípios que surgiram com seu território sob certo controle da União, por possuírem legislação especial, como unidades de conservação, por exemplo.

Becker (2009) afirma que a criação de municípios na Região da Amazônia com uma enorme parcela de seu território federalizada, e com prévia regulamentação das formas de apropriação e uso do território municipal, dificulta o poder administrativo local.

Uma série de fatores ainda explicam a existência destes municípios: historicamente a ocupação da região, desde o período conhecido como drogas do sertão; mais tarde a exploração da borracha em que surgiu a necessidade de se

fundar vilas para defender a integridade da região, a fronteira agrícola pós 1950 que superpôs uma complexa relação com a terra, desde conflitos com proprietários latifundiários até terras de grilagem, como os padrões de ocupação influenciados pelo período pombalino, além da oscilação da vida urbana diante de ascensões e declinações de atividades econômicas (TAVARES, 2008).

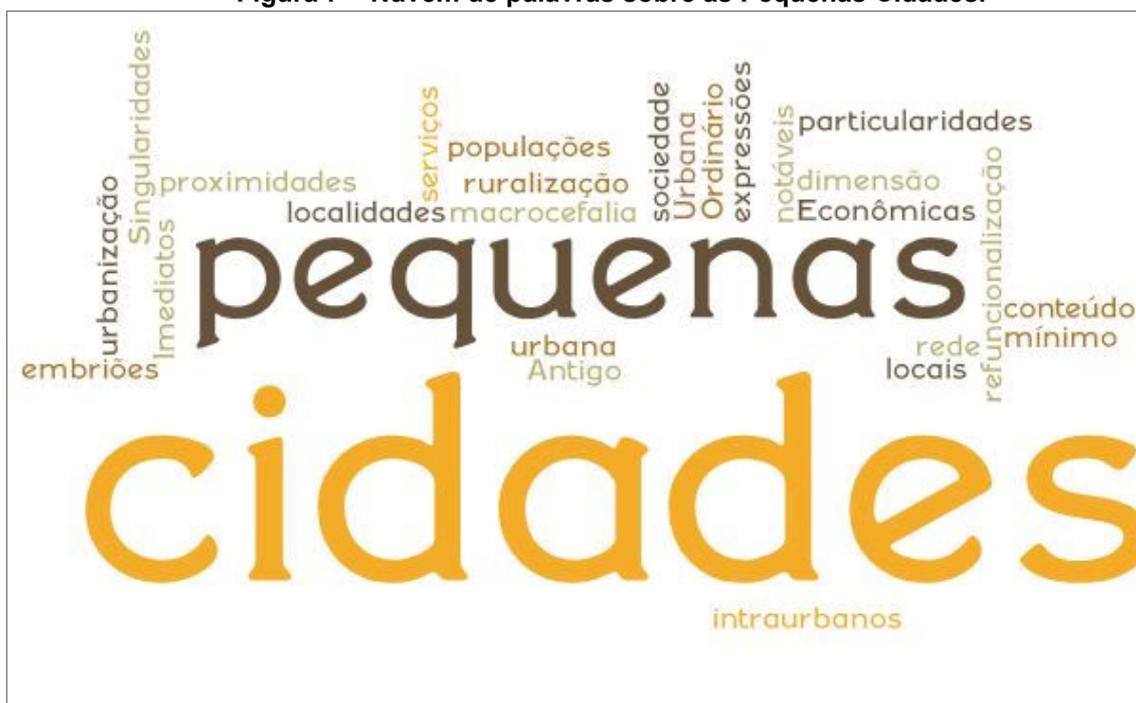
Desta maneira, se configurou uma região complexa, que, atualmente, destaca um quadro de peculiaridades em sua vida urbana e nas ações dos entes federativos com a localidade, seja em seu aspecto histórico, social e econômico, como também natural, da mesma forma que os municípios do delta do Rio Amazonas, que reservam pontos a serem discutidos como parte da construção desta tese.

CAPÍTULO 2 – O FATO URBANO NA PEQUENA CIDADE

"A corrente de urbanização, que nos surpreende pela sua força, é capital para o destino da humanidade" (Max. Sorre, "L'Habitat", 1952, p. 198).

☉ Brasil é um país de pequenas cidades. Apesar de a maior parte da população habitar de maneira concentrada, nas grandes e médias cidades ou próximo a elas, uma parcela que merece relevância habita nesta gama de mais de 4000 cidades consideradas pequenas (apesar de grandes municípios, possuem núcleos urbanos pequenos, numericamente, em população). A consideração sobre esta realidade deve ser constatada além da questão numérica, da quantidade da população localizada nesses espaços, mas de seus valores urbanos, o papel na rede de cidades e a vida que está presente nesta realidade: famílias que cooperam na busca pela sobrevivência, a busca de oportunidades, as manifestações culturais, as relações comerciais. Entre o global e o local, essas cidades produzem e reproduzem esta *socioespacialidade* magnífica, que são as formas transpassadas nesta realidade, expressas timidamente nas palavras-chave da figura 7.

Figura 7 – Nuvem de palavras sobre as Pequenas Cidades.



Fonte: Deffontaines (1938); Fresca(1990); Spósito e Jurado da Silva, (2013).

Não são multiformas, isto é, elementos variáveis que compõem esta realidade pequena. São “*transformas*” porque elas, apesar dos aspectos urbanos gerais, isto é, presentes em outros lugares e outras escalas geográficas, estes aspectos perpassam esta realidade e ganham caracterização local. Neste ponto, este capítulo pretende discutir a respeito destas pequenas cidades, desde sua construção seminal até sua caracterização geral: o embrião que originou as cidades médias e grandes também as formaram, seu papel dentro da rede urbana, a busca por uma conceituação, suas transformações diante das novas realidades econômicas além de aspectos culturais, o cotidiano, as personagens, o imaginário metropolitano brasileiro que provoca invisibilidade e a caracterização geral no espaço brasileiro. Esta tese ainda compreende que são aspectos da brasilidade dessas pequenas cidades e não de outros países. Por fim, é uma busca que não se esgota nesse trabalho e nos permitiu construir no próximo capítulo, que se refere, especificamente, às pequenas cidades da Amazônia.

2.1 O espaço da eugenia

Eugenia (HOBBSAWM, 2011) foi uma pseudoteoria, do século XIX, que consistia na diferenciação de raças entre seres humanos, que, na prática, afirmava que o homem branco europeu era superior em seu “processo civilizatório” e tinha a missão de levar outros povos a este nível, tirando-os da ignorância, superstições e primitivismo. Uma ideologia que justificou o imperialismo ocorrido em países africanos e asiáticos na época, enquanto, o Brasil, país independente, exercia papel de abastecimento primário para países europeus, com sua economia agroexportadora.

Apesar de não configurar um domínio territorial, mas uma dependência econômica, no período do imperialismo (final do século XIX), o Brasil na divisão internacional do trabalho servia às potências da época com fornecimento de bens primários, em coesão com a presença de uma elite mantenedora deste quadro agrário-exportador e que expressava opiniões semelhantes à da eugenia, em sua classe dominante, ao concluir a existência de um povo que não correspondia com os potenciais naturais do território. Com território que possibilitava o desenvolvimento, devido à abundância de recursos naturais, a população não estava “preparada” para esse crescimento diante de sua inábil condição, cabendo aos representantes da

nação a condução do povo na saída da barbárie para a civilização, que diz respeito aos moldes europeus. A eugenia era, de certa forma, um espelho do pensamento determinista (MORAES, 2005).

Dessa maneira, constitui-se no Brasil, o caráter paternalista de nossa política, pois, aos grandes senhores, donos de terras, cafeicultores, políticos, militares, cabiam-lhes a missão de conduzir o povo, uma espécie de catequese nas variáveis sociais, econômicas e políticas, até mesmo espacial. Deffontaines (1938, p. 141) afirmou que o Brasil era um país hostil ao agrupamento, o que dificultou na formação de rede de cidades, pois estava restrito a grande propriedade e não às vilas. Ainda que as propriedades fossem menos extensas, não havia povoamento concentrado e as explorações estavam distantes uma das outras.

A isto pode-se perceber o caráter de proximidade com a figura do dominador, o grande proprietário condutor não apenas da execução dos trabalhos, mas da condução da vida da comunidade que lhe estava submetida. Era, assim, a eugenia em seu caráter espacial na garantia de domínio sobre aqueles trabalhadores e, por consequência, de seu processo civilizatório. Dessa maneira, a urbanização ganhou aspectos de liberdade, na tentativa de romper as relações tradicionais de trabalho e vida comunitária reforçada pela moralidade da Igreja e pelo coronelismo fortemente marcado no século XIX. Isso ganhou força no pensamento de que a urbanização espelhava a modernidade e a vida rural configurava o atraso e o fracasso de grupos populacionais permanentes nesta realidade.

Apesar de mudanças da sociedade agrário-exportadora para a urbano-industrial ter atingido intensamente o território brasileiro em meados do século XX, esta concepção civilizatória do seu povo marcou a identidade socioespacial do país, e que, agora, estigmatiza as pequenas cidades como reflexos de um espaço primitivo e as grandes aglomerações de um espaço da modernidade. O arcaico e o moderno insistem no imaginário brasileiro e as pequenas cidades são aquelas que não atingiram um patamar de desenvolvimento, mas sim, de atraso.

2.2 Os Embriões das Redes de Cidades

Ainda em períodos de predominância das características rurais, Deffontaines (1938) apontou que o Brasil não parecia orientar-se para aglomerados e sim para dispersão. Elementos urbanos como comércio, médicos, dentistas, tabelião eram

ambulantes, quer dizer, elementos não fixados. Até mesmo a instalação de escolas era complicada, o que justificava uma população iletrada, ainda no final do século XIX. Esse caráter de poucos aglomerados populacionais nas fazendas, e não nas vilas, transformou-se em milhares de cidades em pouco tempo, isto é, apesar do caráter de negação da formação de uma rede urbana, não deixou de ser embrião da mesma. E isso, o autor aponta que é resultado de embriões de cidades geradas, até mesmo, de agrupamentos dispersos: as reduções, aglomerações de origem militar, as cidades mineiras, os pousos, as cidades de navegação, as ruínas de vias férreas e as cidades-estações ferroviárias, as bocas do sertão (quadro 7).

Quadro 7 – Embriões de Rede de Cidades.

Rede de Cidades adaptado de Deffontaines, 1938		
Embriões de Cidades	Tipologia	População
Reduções	Pequeno aglomerado ao redor da igreja e de uma praça central.	Clero, indígenas, comerciantes.
Militar	Proteções chamadas de fortalezas em uma área elevada com vilas e que eram ponto de partida para o interior do território.	Militares, exploradores, jesuítas.
Mineiras	Núcleos próximos aos filões de ouro em áreas de morros em torno da exploração com constituição de igreja, palácios, controle do governo.	Bandeirantes, garimpeiros, clero, comerciantes.
Pousos	Uma rua com prolongamento com presença de ranchos, estalagens, cabanas-hangares para atender aos tropeiros, conhecida como cidades dos viajantes.	Funcionários do governo que cobravam pedágio, comerciantes, boiadeiros, feirantes.
Navegação	Núcleos nas margens dos rios como ponto de abastecimento de navios movidos à lenha.	Lenhadores, comerciantes.
Ruínas de vias férreas	Aglomerações de circulação que declinaram com as estradas de ferro.	Navegadores, comerciantes.
Estações ferroviárias	Aglomerações como ponto de partida estações ferroviárias que antes eram fictícias. As estações surgiram antes das aglomerações em muitos casos.	Fazendeiros, agricultores, comerciantes.
Bocas do sertão	Aglomerações que começaram com aldeias no fim das estações férreas, chamadas de cidades-pontas. E cidades nos cruzamentos das estradas.	Comerciantes, hoteleiros, empresários, vendeiros, operários.

Fonte: Deffontaines, 1938

Estes embriões contribuíram para estabelecer no país uma rede de cidades, apesar das reduções virem a sofrer oposição dos fazendeiros. Era um pequeno aglomerado de famílias, indígenas em torno da igreja e de uma praça central, mas o regime da fazenda resistiu a esta forma, pois os indígenas representavam interesse para exploração colonial, no trabalho dos bandeirantes. Na região central, sudeste e sul do Brasil, além das aldeias jesuíticas da Amazônia, havia a presença destes redutos. Os fazendeiros, grandes proprietários, resistiram às reduções a ponto de

suprimir sua existência, levando muitas ao desaparecimento. A diminuição das reduções abortou uma formação de rede de cidades, tal como ocorrera na França (Ibid., p. 142).

As cidades militares surgiram com o intuito de defesa, seja de grupos indígenas hostis, seja de invasões estrangeiras. Nas entradas para o território brasileiro, na desembocadura de rios na Amazônia, no leste do território, como Rio de Janeiro, e cidades nordestinas e até mesmo no Sul, com a zona de influência espanhola, estavam presentes estas aglomerações de origem militar. Estes embriões de cidades foram sítios defensivos, acampamentos militares ou *entradas*, nas expedições fluviais que ocorriam na planície amazônica, por exemplo (Ibid., p. 143).

A corrida do ouro também se estabeleceu por núcleos urbanos e gerou embriões sob a necessidade de combater o banditismo nestas cidades mineiras, além de pequenos acampamentos temporários. Também surgiram fixações em áreas de morros na busca dos filões de ouro. Quando a mineração do Brasil entrou em declínio, estas cidades sofreram um esvaziamento, sobrando-lhe os pobres e miseráveis. Todavia, mantivera a presença de uma articulação gerada pelo antigo transporte de metais (Ibid., p. 144).

Dos pousos, surgiram núcleos urbanos advindos de caravanas, dos tropeiros, transportadores de produtos, gados, divulgadores de ideias, entre outras coisas, que nem sempre estavam relacionadas com as reais necessidades, mas que, ainda assim, significava um meio de vida. Foram embriões interioranos no país, que ligavam o eixo de exploração ou expansão de uma atividade econômica até a capital litorânea. Ao atravessarem grandes regiões, a necessidade de parada para pousos contribuiu para a constituição de aglomerados que mais tarde tornaram-se núcleos embrionários da rede urbana. Conhecidas como cidades dos viajantes, em uma rua prolongada havia a presença de ranchos, pousadas, cabanas-hangares para abrigar as caravanas (Ibid., p. 145).

As cidades de navegação caracterizavam os lugares em que não havia ligação por meio de estradas, mas sim por rios, como na Amazônia. Como a navegação só era realizada de dia e os barcos eram movidos à lenha, necessitavam de paradas para recompor o combustível, o que contribuiu para formação desses pequenos aglomerados ao longo das margens dos rios, com população de lenhadores e alguns comerciantes. Com o surgimento de barcos com motores de

explosão, estas aglomerações com população de lenhadores declinaram, mas os portos nelas presentes eram estáveis para as paradas de navegação (Ibid., p. 146).

As vias férreas contribuíram para o fim de antigas aglomerações que se baseavam em pequenos portos e transferiram esta necessidade para seus trilhos, e, depois, surgiram núcleos ao longo das estações ferroviárias para assegurar o escoamento de áreas já em exploração. Os trilhos e as estações fictícias chegaram antes de povoações com paradas em uma única fazenda. As estações terminais foram as bocas do sertão, regiões vazias, que apresentaram rendimentos de terra e originaram cidades-pontas que estendiam as próprias ferrovias e sequenciavam novos lugares (Ibid., p. 148).

Estes embriões contribuíram para a constituição da rede urbana que apresentou um caráter de integração e conexões com a industrialização do centro-sul no século XX, bem como sua modernização agrícola, mesmo que isto não significasse uma urbanização homogênea em todo o território. Esta heterogeneidade imprimiu realidades urbanas distintas: as grandes aglomerações, na macrocefalia urbana, as cidades médias após desconcentração industrial e a diversidade de pequenas cidades resultantes de movimentos variados, do ponto de vista regional.

Assim, nessa tese entende-se que as pequenas cidades também foram resultantes destes embriões e não as consequências de um fracasso em seu processo de urbanização. Quando, por um lado, prevaleceu a urbanização de concentração populacional, por outro, permaneceram as pequenas cidades, seja como resistência, seja como abandono ou resultantes de processos paralelos à urbanização que ocorreu no sudeste e sul brasileiro. No que diz respeito às pequenas cidades da Amazônia, discutido no próximo capítulo, os processos de surgimento se assemelham, respeitando suas particularidades.

2.3 Urbanização e as Pequenas Cidades

O processo de urbanização, de forma tardia, porém, acelerada, que atingiu outros países subdesenvolvidos, após 1950, configurou não apenas a urbanização do território, mas a urbanização da sociedade, isto é, não atingiu apenas as grandes aglomerações. Acompanhado de instalação de verdadeiras “próteses” no espaço brasileiro, a expansão das rodovias, das torres de eletricidade, de sistemas de engenharia, melhoria de portos, criação de meios de comunicação, o aumento do

consumo de energia e o surgimento de uma população agrícola e não mais rural, promoveram transformações na sociedade (SANTOS, 1993, p. 26 e 39).

O país passou, a partir destes acontecimentos, não apenas a ter um território urbanizado e conectado com sistemas técnicos (pois foi durante muitos séculos um grande arquipélago formado por subespaços seguindo lógicas próprias, segundo Becker e Egler, (1998) e Santos (1993), como também possuir uma sociedade urbanizada, pautada no consumo, no atrativo do trabalho industrial que impulsionou a vida de relações, como mercado interno, expansão do consumo de diversas formas e terciarização (SANTOS, 1993, p. 26). É uma urbanização como modo de vida, expressa em hábitos culturais, comportamentais e de atividades econômicas diferentes de um país predominantemente rural.

A urbanização foi concentrada, depois do século XX, em sua maior parte, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Herdeiros das estruturas espaciais advindas da economia cafeeira, com uma população que atendia à indústria devido ao grande fluxo migratório do fim do século XIX e início do XX, de partes da Europa e de nordestinos na busca por melhores condições de vida, estes estados assumiram a dianteira desse processo, marcando a Região Sudeste, depois a Região Sul (SANTOS, 1993).

A Região Centro-Oeste adequou-se aos novos fenômenos da urbanização com a agropecuária, pois a cidade regula a produção do campo (SANTOS, 1993, p. 52), o Nordeste, com pontualidades na região litorânea, e a Amazônia com valores urbanos acrescentados aos núcleos urbanos afligidos por períodos de ascensão e decadência de economias regionais e pós 1950, de políticas de indução do Governo Federal (SANTOS; SILVEIRA, 2004; BECKER, 1985).

Apesar da maior parte da população do país concentrar-se em espaços metropolitanos e do fenômeno de urbanização atingir as pessoas e depois o espaço construído em toda a sua magnitude, existem 88,3% de municípios com populações pequenas (até 50 mil habitantes), que possuem mais de 60% de sua população urbana. São pequenas cidades (figura 8). Aparentemente, são núcleos embrionários de vários momentos históricos do país, como se pode ver na Amazônia, notadamente no período da borracha e que, por algum motivo consolidaram-se nesta realidade. Os núcleos são reflexos da vida do campo, pelo fato do país não ter construído uma rede urbana por escolher a vida na fazenda, ou porque o Brasil, antes deste notável processo de urbanização, induzida por políticas

desenvolvimentistas, em seu passado, ter muito mais uma geração de cidades do que nível urbanidade⁹, sendo essa, o núcleo administrativo do município, local de encontro, trocas, comércio, com relações fracas, inconstantes e submetidas à economia rural (DEFFONTAINES, 1938; SANTOS, 1993).

Ter muito mais uma geração de cidades do que um processo de urbanização é que faz carregar em nossa concepção oficial, o conceito de cidade como núcleo administrativo do município e não pelo número populacional, como ocorre em países europeus, por exemplo.

Fracionando mais ainda esta realidade, 68,9% do país são constituídos de municípios com até 20 mil habitantes (figura 9) e 19, 4% entre 21 mil e 50 mil habitantes, com núcleos urbanos constituídos com mais de 60% da população. É mister ter essa realidade como objeto de análise, mesmo que concentre 32% da população. Existe o fato urbano nestes núcleos populacionais (figura10).

Segundo Fresca (2010), as cidades que não se encaixam em intermediárias ou metrópoles, mas que oferecem certa complexidade de atividades urbanas, acima do mínimo, são chamadas de pequenas cidades. Apesar de diferenciações do ponto de vista populacional e suas realidades serem assinaladas é importante considerar estas pequenas cidades dentro da rede urbana ou região em que está inserida (FRESCA, 2010, p. 77).

Compreender a rede urbana, então, é que faz a diferença, pois no Sul do Brasil ou na Região da Amazônia existem singularidades na própria rede urbana e, assim, é possível assimilar a realidade de que este núcleo urbano é uma pequena cidade. Segundo Fresca (2010, p. 78 - 80), classificar as cidades pelo tamanho populacional ou sem a compreensão da rede em que está inserida pode ser uma armadilha, inclusive de generalizar que são “apenas fornecedoras de bens e serviços básicos à população de uma restrita área de influência”.

As pequenas cidades atendem a uma parcela significativa da população em seus serviços imediatos. Algumas, com a presença do comércio via internet atendem consumo que não se encontra na localidade. Nas cidades do campo, elas são ofertadoras de insumos e mão-de-obra, onde é possível exercer maior controle

⁹ Para Ana Clara Torres Ribeiro, urbanidade é “amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais no urbano”, que deveria ser acompanhado com o aumento da população urbana, “sobretudo na qualidade da vida urbana, em suas condições materiais e sociais, que mais clara e rapidamente pode ser apreendida a incongruência histórica do desenvolvimento brasileiro, expresso num hibridismo entre formas e práticas sociais reprodutoras de padrões internacionais de consumo e exclusões radicalizadas” (1995, p. 558, 559).

sobre ela, são as cidades econômicas outrora cidades dos notáveis conforme aponta Milton Santos (1993).

As pequenas cidades podem apresentar setor industrial, com âmbito regional, e oferecer à localidade empregos, geração de renda e impostos e pode, inclusive, se tornarem especializadas. Estes e outros exemplos que podem ser levantados a respeito destas pequenas cidades ainda apontam que elas “não têm recebido maior atenção” (FRESCA, 2010, p. 80). O fato de não encontrarem nelas maior produção ou inovação não diminui a importância da análise.

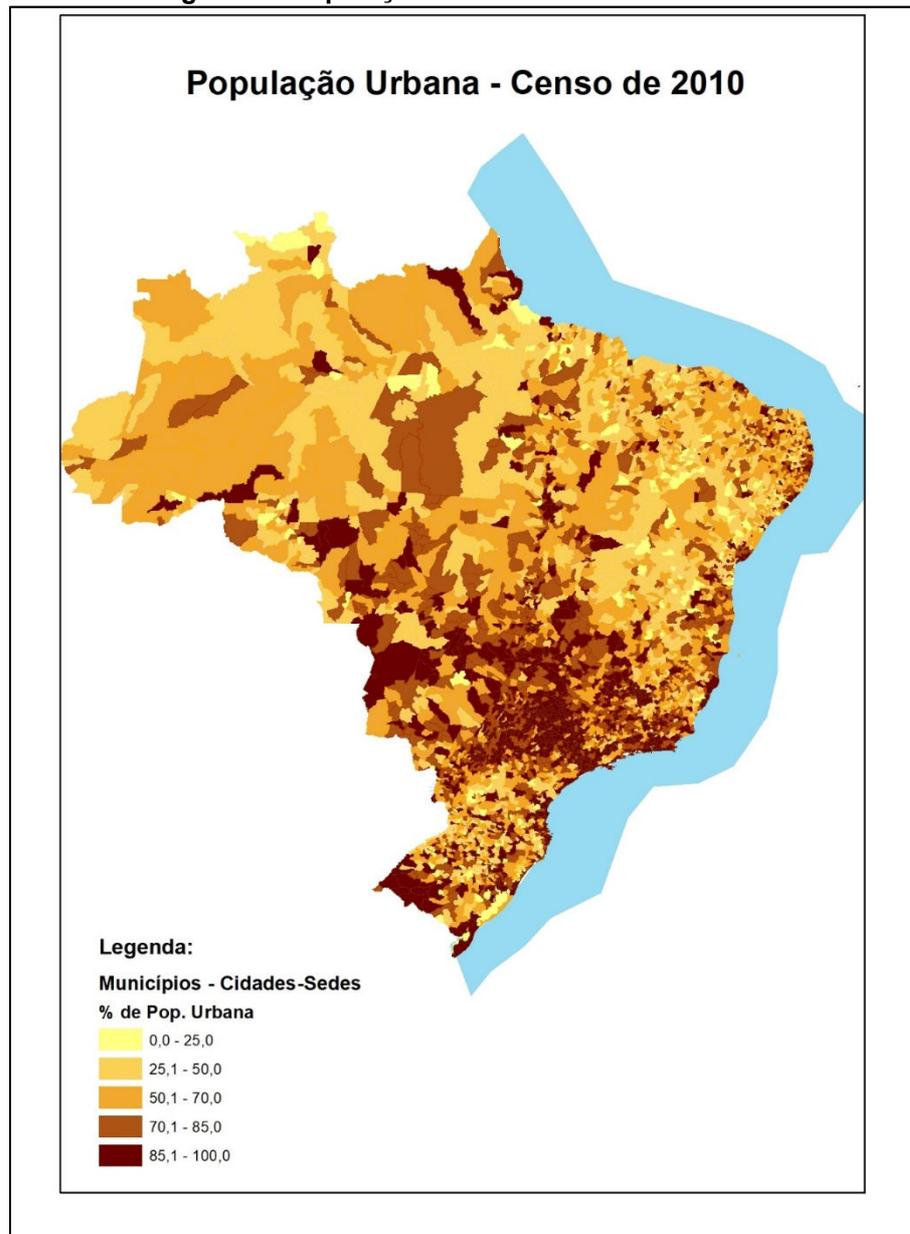
Spósito e Silva (2013) apontam vários aspectos das relações das cidades pequenas, que não devem ser analisadas isoladamente, mas na relação com outros centros. Os autores preferem o termo *cidade pequena* do que *pequena cidade*, pois na língua portuguesa é usual o adjetivo vir depois do substantivo e deixam claro que se trata da cidade pequena brasileira diante de outras realidades distintas do nosso território.

Os autores vão ao encontro das discussões de Tânia Maria Fresca ao concordarem que elas são distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades. Deve-se tomar cuidado para não cair em simplificações a respeito destas cidades. São cidades que sofrem ressignificação a cada papel que exercem com o avanço do capitalismo e que apresentam uma dimensão geral aos outros demais centros urbanos, no processo de desenvolvimento desigual e combinado.

Além do que pode demarcar o perímetro urbano, elas apresentam conteúdo social (SPÓSITO; SILVA, 2013, p. 33) e, assim, apresentam complexidade. O pequeno número de pessoas em um espaço urbano, também pequeno, não impede de abrigarem funções político-administrativas, residenciais, comerciais ou sociais, e, encontrando-se em patamar inferior à da grande cidade, são pontos de comunicação com outros centros.

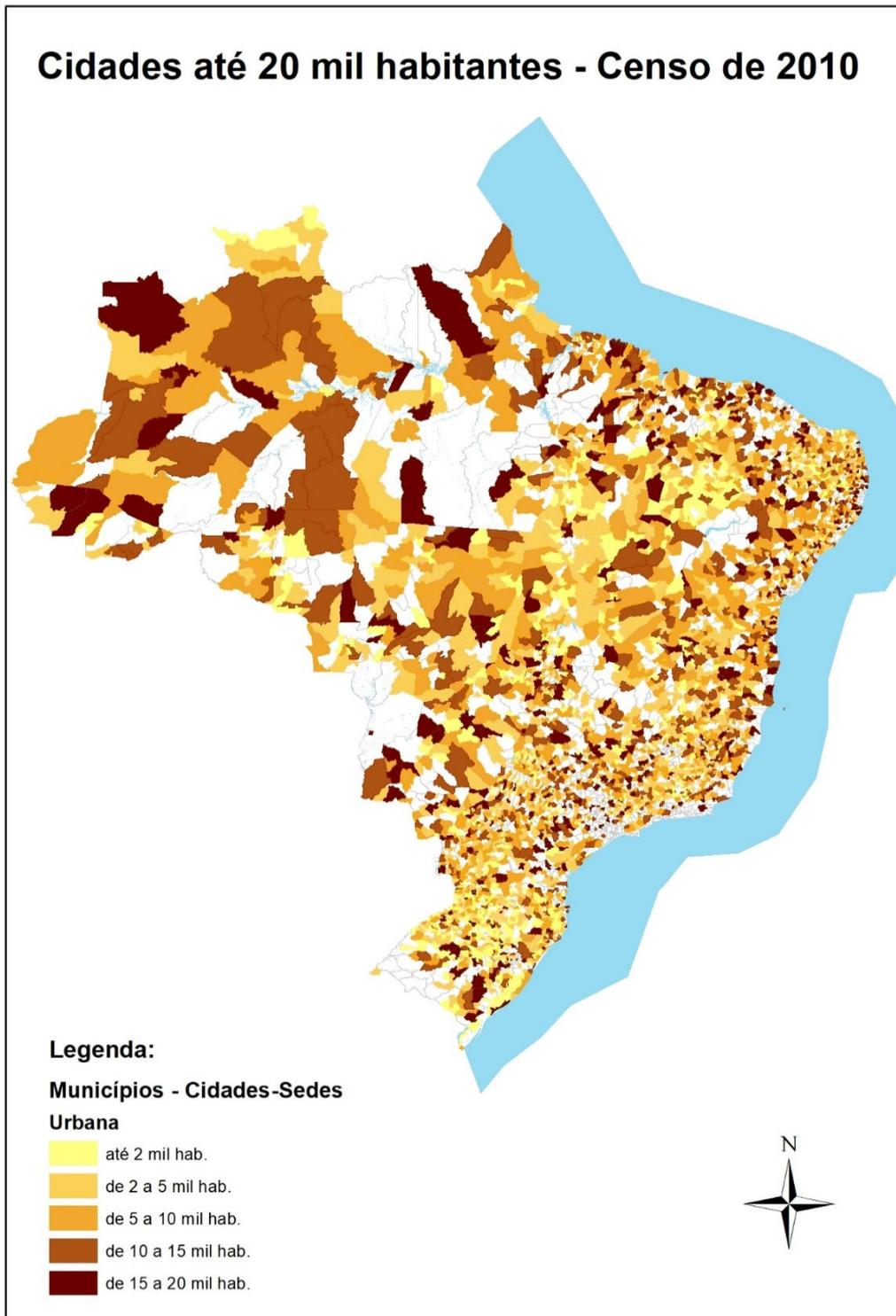
Com suas singularidades, não se exclui destas cidades um conjunto de ideias gerais, todavia, apresentam expressões do ordinário com mais intensidade do que outras escalas de cidade. Tem uma relação com o campo mais intensa, isto é, a ruralidade é uma condição de vida de muitas destas cidades, o espaço urbano é mais conhecido por seus habitantes, existe uma dimensão maior da cidade em um espaço urbano menor, salvo exceções de cidades pequenas em que já estão presentes loteamentos fechados (SPÓSITO; SILVA, 2013).

Figura 8 – População Urbana no Censo de 2010.



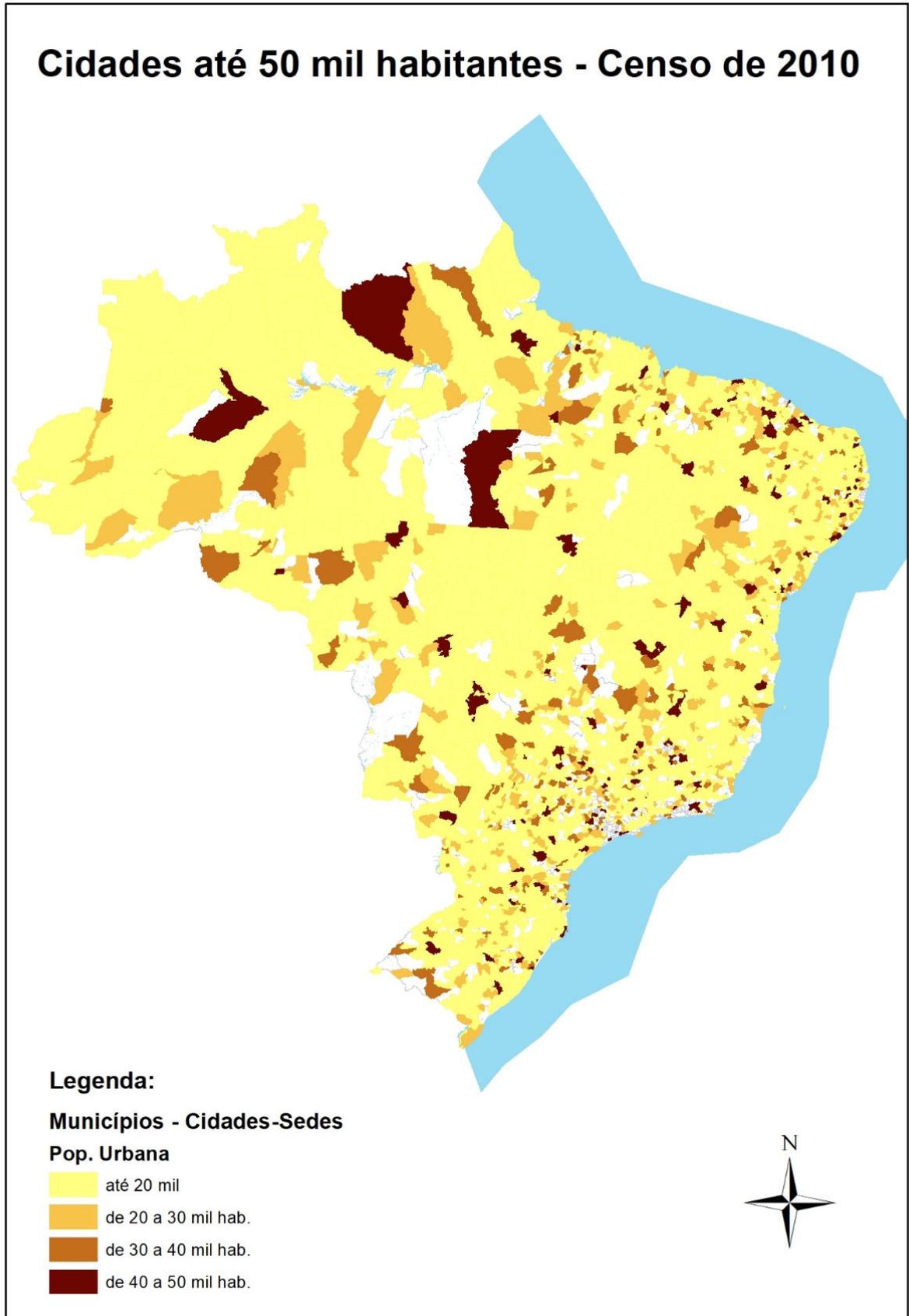
Fonte: IBGE, 2000.

Figura 9 – Cidades até 20 mil Habitantes em 2010.



Fonte: IBGE, 2000

Figura 10 – Cidades com até 50 mil habitantes em 2010.



Fonte: IBGE, 2000

Outras cidades se destacam em sua dimensão econômica na instalação de grandes estabelecimentos industriais e que são ligados ao capital internacional por meio das transnacionais, também por abrigarem atividades turísticas ou religiosas, serem cidades-dormitório ou cidades do campo (SANTOS, 1993; SPÓSITO; SILVA, 2013).

As cidades pequenas vão “assumir feições particulares no arranjo da rede urbana” em que está inserida. A análise destas cidades vem face às contradições do capitalismo e da divisão territorial do trabalho.

Observamos que a cidade pequena oferece uma gama mais restrita de serviços aos seus moradores e isso difere no gradiente de consumo e no acesso aos bens mais necessários e imprescindíveis à realização da vida, se comparados aos centros de porte superior (SPÓSITO; SILVA, 2013, p. 41).

Nas cidades pequenas também é possível encontrar uma relação dialética e contínua da luta de classes e a realização da mais valia. A política se sustenta como manutenção do poder e ocorre o atrito constante daqueles que buscam satisfazer suas vontades além da escala local. Aqueles mais abastados do ponto de vista financeiro podem se utilizar de vantagens políticas para realizarem-se em outras dimensões do que aquele cotidiano (SPÓSITO; SILVA, 2013).

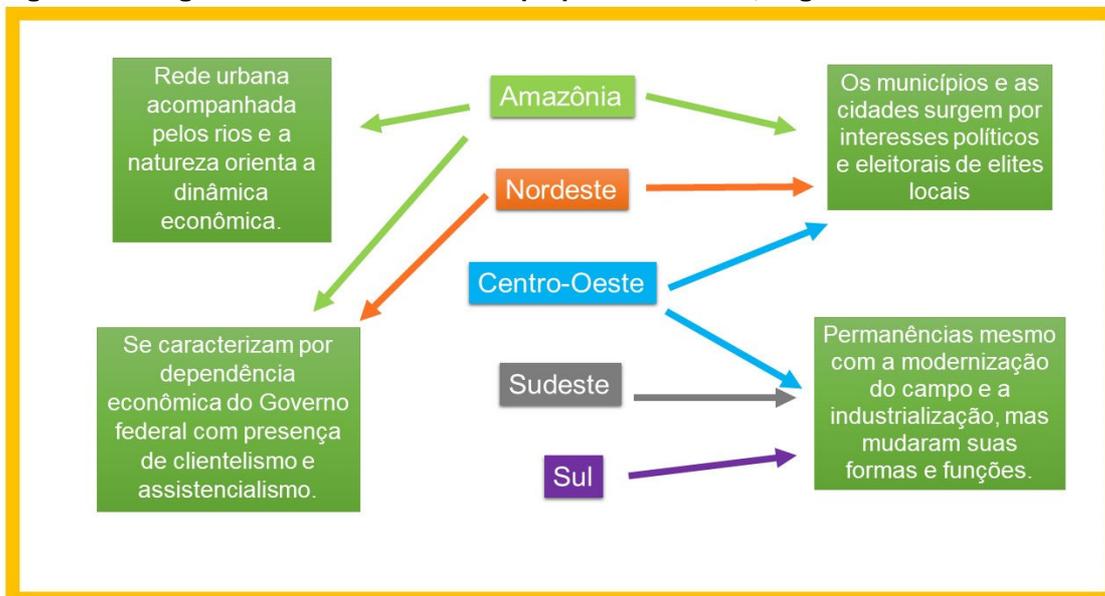
Spósito e Silva (2013) ainda sustentam que estas cidades estão em uma rede urbana que comporta ligações com diferentes lugares na efetivação de fluxos e fortalecimento dos fixos, como uma rede de circulação do capital que se constitui na seletividade espacial e em suas interações. A figura 11 apresenta algumas características destas cidades por região, em aspectos gerais.

Fresca (1990), em sua dissertação de mestrado, vai trabalhar na definição de Milton Santos que esclarece o fato de os centros locais serem aqueles que oferecem condições mínimas à sua população. Neste caso, a autora substituiu o termo *centros locais* para *cidades pequenas* no estudo realizado sobre Inúbia Paulista e Oswaldo Cruz, localizadas no estado de São Paulo.

Afirmou que o papel destas cidades se define não apenas diante das condições mínimas que oferecem à população, mas por sua importância no conjunto da rede urbana. Este conjunto de centros relacionados vai atribuir a estas cidades um valor social. Não devem ser analisadas isoladamente, pois sua singularidade

está intrinsicamente ligada a aspectos gerais que podem se alterar de acordo com as transformações da sociedade (Ibid., p. 4).

Figura 11 – Algumas características das pequenas cidades, segundo autores estudados.



Fonte: Spósito e Silva (2013)

O singular, por si só, não pode ser tomado de forma isolada e autônoma. Os aspectos intraurbanos, extremamente relevantes na constituição da identidade desta cidade, são formados em correlação com o geral, e, dessa forma, produzem o particular, isto é, a unidade entre singular e geral. Nesse movimento, o geral e o singular vão se manifestar no particular igualmente em seu desenvolvimento (Ibid., p. 4).

Em 2010, Fresca vai usar, para as cidades nestas características, a expressão “pequenas cidades” e não “cidades pequenas” conforme Spósito e Silva (2013). Desta maneira, nesta tese, compreende-se que, ao usar a expressão conforme a gramática da Língua Portuguesa em que o substantivo antecede à qualidade, esconde o valor substancial da característica que qualifica o estudo. Ser pequena não se refere apenas ao fato numérico da população e nem na ideia de estagnação de uma realidade que pode vir a sofrer transformações, todavia, revela um caráter histórico destas localidades que guardam em si as peculiaridades uterinas de proximidades relacionais, do ponto de vista de vizinhança, trabalho, atividades comerciais nas necessidades primárias e ambiciosas, políticas e a dependência entre os laços familiares cidade-campo e/ou campo-cidade. Ser pequena revela o cotidiano, a luta pela vida, a construção do espaço vivido e as

relações entre aspectos do global e do local sob o ponto de vista do habitante que está ali, na busca por melhores condições de vida. Nas pequenas cidades da Amazônia, este caráter se revela de maneira proeminente, como discutido no próximo capítulo.

Em consequência, Fresca (1990) afirma que a ocupação do Oeste Paulista ocorreu no sentido de organização do território quando garantiu a efetiva ocupação das terras por um elevado número de pequenos proprietários a fim de estas cidades exercerem funções agrícolas e de fornecimento de bens e serviços para a população. Estas cidades exerciam funções diretas, quando, no núcleo urbano estavam presentes os recursos técnicos e financeiros além de atenderem às demandas básicas de sua população. Diferente, as cidades do leste paulista que estavam ligadas ao desenvolvimento da cafeicultura, no século XIX e início do século XX, estas pequenas cidades da rede urbana de Marília, se tornaram capazes de ultrapassar o papel de intermediação entre as necessidades de uma cidade do campo, para se tornarem produtoras ao oferecer serviços agrícolas, financeiros, de apoio à população entre outros (Ibid., p. 258).

Essa rede urbana vai se estruturar associada, anos mais tarde, com a industrialização da capital do Estado de São Paulo, no momento em que a base agrário-exportadora será transformada em urbano-industrial, em meados de 1950. Cada pequeno núcleo urbano exercia várias funções, como atividades urbanas comerciais, bancárias e de serviços. Paralela às transformações ocorridas no estado de São Paulo em sua expansão urbana e industrial, estas pequenas cidades foram modificando-se, adquirindo novas funções, se redefinindo, desde sua expressão socioeconômica às suas formas geográficas (Ibid., p. 260-262).

Para Fresca (1990),

Sendo assim, ao longo das décadas de 1960 e 1970 os processos incidentes sobre as pequenas cidades foram sendo recebidos de maneiras singulares demonstrando que ocorreu uma receptividade específica de cada lugar em relação aos processos emanados do movimento da totalidade social.

Isto implica que as cidades pequenas na década de 1980 apresentem uma nova funcionalidade urbana, isto é, o papel exercido por elas se alterou. Mas as alterações processadas não foram as mesmas para todas as cidades posto que a realidade manifesta-se espacialmente diferente (Ibid., p. 264).

Cidades, como Oswaldo Cruz, sofreram alteração em seu padrão. Um núcleo que abastecia suas atividades agrícolas vai perder importância com a modernização da agricultura que não se impõe às distâncias. Êxodo rural para o próprio domínio territorial urbano e cidades vizinhas e mudanças comerciais para o atendimento massificado trouxeram uma substituição das atividades urbanas, além de receber atividades industriais decorrentes da desconcentração urbana.

Outros núcleos urbanos, como Inúbia Paulista, tiveram uma evolução de forma diferenciada. Não foram capazes de incorporar vários processos. Ao perderem o papel de fornecedores para atividades do campo com a modernização agrícola, substituíram-na por atividades do campo que não tinham necessidade para gerar demandas em seu núcleo urbano. Atividades como cana-de-açúcar e pecuária com este conseqüente desligamento da cidade provocaram esvaziamento do campo e migração populacional para cidades de maior hierarquia urbana. Uma parcela da população que não migrou se transformou em boia-fria. (FRESCA, 1990, 267).

Mantém-se estas pequenas cidades da rede urbana com uma participação bastante restrita na divisão territorial do trabalho, funcionando mais como locais de abrigo de força-de-trabalho rural (Ibid., p. 268).

As pequenas cidades possuem conteúdo social distinto – dado o seu contexto histórico, localização, intencionalidades políticas e sentido de ocupação territorial. Da mesma maneira, estas cidades são resultados de reflexos maiores do que sua hinterlândia, suas populações e/ou sua produção material espacial, pois ocorre um processo de formação em seus embriões urbanos, que sofrem transformações mediante atividade econômica pujante em si ou em seus arredores, e pode acarretar crescimento e perda de seu perfil “pequeno”.

Estas cidades também podem sofrer migrações por repulsão diante de declínio econômico, ou mudar seu perfil como as cidades agrícolas a partir da mudança promovida pela Revolução Verde, paralela ao processo de urbanização e industrialização no Sudeste, com reflexos em todo o Centro-Sul. Outros acontecimentos históricos “gerais” podem afetar pequenas cidades em outras regiões, como na Amazônia. Podemos citar como exemplos a ascensão e declínio da borracha ou políticas de indução do Governo Federal pós 1950, e, apesar de a cidade manter-se como pequena, adquirir um sentido socioespacial distinto.

Outro conteúdo social que pode caracterizar estes espaços é pensar em sua refuncionalização no processo de globalização. Esta pode ocorrer ou não e mudar o caráter destas cidades em sua rede urbana, isto é, do ponto de vista do capital, Roberto Lobato Corrêa (CORRÊA, 1999) aponta que a globalização, com a ação de corporações globais provocam uma reestruturação da rede urbana. Enquanto autores estudiosos apontam estes impactos nas grandes cidades, o autor vai em direção da compreensão deste impacto nas pequenas cidades.

Segundo o autor (CORRÊA, 1999), estas apresentam uma mínima divisão territorial de trabalho, ainda que sua economia de mercado seja incipiente. Foram núcleos muitas vezes criados em áreas de fronteira de ocupação e fronteira agrícola ou criados e controlados por grandes empresas, como a Vila dos Cabanos, em Barcarena (PA).

Essas áreas podem integrar o espaço globalizado diante de sua refuncionalização, que pode ocorrer com a ampliação da acessibilidade e ao desenvolvimento de novas funções centrais que são ligadas à produção do campo. Por assim dizer, as necessidades locais não eram mais atendidas apenas pela sua hinterlândia. Contudo, isso não desintegrou aquele pequeno núcleo urbano da pequena cidade, formado por uma massa trabalhadora disponível.

Outra refuncionalização são as cidades do campo sobre as quais Milton Santos discorreu. Estas cidades adquiriram uma singularidade funcional, isto é, características de diferenciação, mas, que ainda assim se integram à economia global. Atividades industriais de capital produtivo ou atividades agrícolas no bojo da agricultura moderna são exemplos em cidades pequenas que ofereciam uma boa infraestrutura e força de trabalho adequada às necessidades do capital (CORREA, 1999).

Estas atividades lhe ofereceram uma identidade funcional, fortalecendo seu prisma de lugar. Não significa que estas cidades surgiram influenciadas por atividades produtivas. Muitas delas, senão a maioria, preexistiam ante ao contexto da globalização, mas como resistência à manutenção do seu caráter de pequena e características peculiares ao lugar, à cultura, à história local, estiveram ali presentes.

Apesar destes processos de refuncionalização, estas cidades, em sua maioria representam o que não é moderno no imaginário social. Moderno é o metropolitano, figura de desenvolvimento econômico e social, de acessos a novidades, de movimentação do mercado, geração de empregos, local de universidades de ponta,

de variedades para consumo e de geração de oportunidades. Em intensidade e variedade, a vida metropolitana assim o é. Porém, acima de tudo, estas pequenas cidades são o local da vida, como em qualquer outro lugar, onde convivem pessoas que produzem espaços de esperança – na busca de acessos, oportunidades e meios de sobrevivência. Contudo, isso parece mais difícil de perceber.

Isso ocorre, porque, para Bacelar (2008, p. 69), “o capital cria articulações espaciais, mas não a igualdade”, isto é, o modo de produção capitalista no processo de urbanização e industrialização é baseado nos fixos e fluxos para a fluidez e a acumulação de capital, ainda que isso signifique concentração urbana e tratamento de outras áreas como residuais. Acompanhada deste processo, a urbanização é vista como um fenômeno positivista de modernização, em que a concentração é resultante. As pequenas cidades são, então, vistas como o arcaico.

Com todas as suas características peculiares, estes espaços são o exemplo de contradições entre o novo e o antigo; entre o moderno e a tradição; entre a administração pública gerencial e o patrimonialismo; entre as formas da modernidade e as heranças culturais (Ibid.; p. 61).

Segundo o autor (BACELAR, 2008), são “dois Brasis” de urbanidade, de relação urbano-rural distintos, de uma região central que se desenvolve e explora outras. A pequena cidade é o residual do processo capitalista de uma urbanização concentradora de capitais, pessoas e serviços, incapaz de produzir uma economia competitiva. Não sendo devidamente estudadas, elas são ignoradas até mesmo em suas problemáticas, pois, apesar de diferentes entre si, encaram dificuldades semelhantes no que diz respeito aos recursos humanos e financeiros.

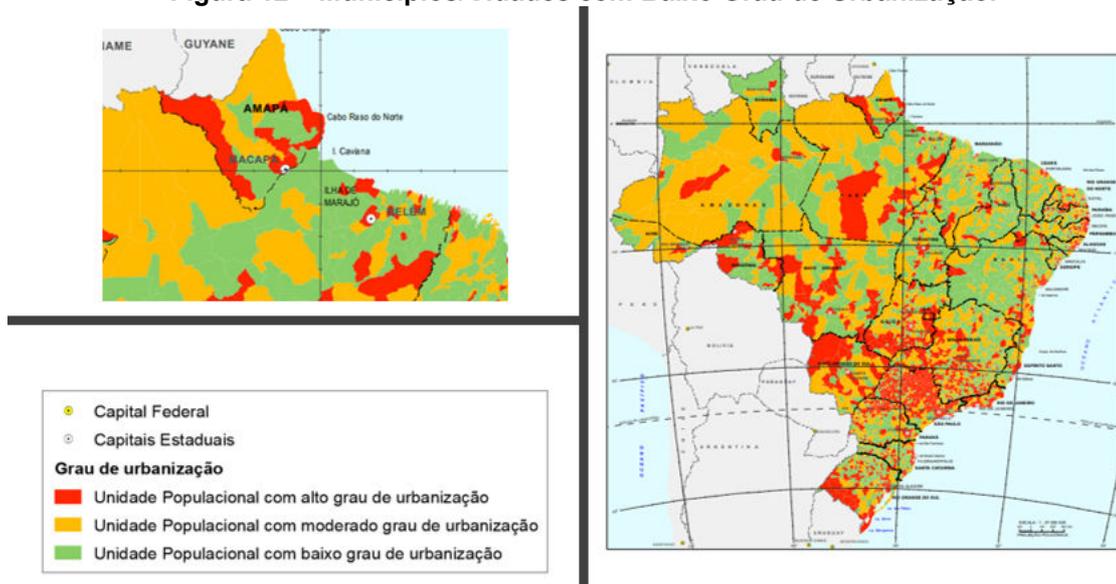
Nesta tese, nesse sentido, se compreende que, em nosso imaginário, não existe outro espaço urbano, senão o das grandes cidades, pois este é o modelo que as sociedades querem alcançar. Ambições de consumo, qualidade de vida como moradia, acesso aos estudos em seus diferentes níveis, facilidade de comunicação, informação e outras tecnologias, moda, ampliações culturais e outros elementos que remetem à modernidade são objetivos presentes e alcançados nas grandes cidades. As pequenas cidades, deste modo, são vistas como locais de atraso, locais de ausência.

O INSTITUTO... (2017) classifica a maior parte destas cidades como unidades com baixo grau de urbanização, isto é, muitas com maioria da população ainda habitando em áreas rurais, com pouca presença de infraestrutura como

saneamento básico, canalização de água, rede de esgoto, asfalto, iluminação pública, espaços de lazer e uma economia com comando urbano (figura 12). A questão é que, a não presença desses elementos nestas cidades, considerados como naturais à sua identidade espacial, e não como negligência dos poderes responsáveis, em suas políticas públicas, que perpetua uma espacialização da ausência. Assim, a solução é a grande cidade.

Grandes problemas, como favelização, ausência ou precariedade de saneamento básico, violência urbana em suas complexidades, problemas ambientais intensos (como poluição atmosférica, enchentes, poluição sonora, entre outros), são visíveis e dimensionados nos grandes centros urbanos. As pequenas cidades são, então, imaginadas como o local do sossego, da ausência destes problemas, principalmente na visão do morador sazonal. Ignoradas nos investimentos com vistas às diversas formas de consumo, sofrem negligências para enfrentar seus desafios e carências. Isso ocorre porque a metrópole produz no indivíduo uma série de sentimentos e sensações, como a liberdade. Habitar uma cidade pequena significa ter uma rede de relações próximas e isso lhe confere um acompanhamento diário de sua vida. A qualidade e a quantidade de sua liberdade pessoal são diferentes, se comparadas à vida na metrópole. Portanto, a vida na metrópole possibilita uma impessoalidade e uma reserva que leva a nossa vida pessoal somente aos círculos mais íntimos (SIMMEL, 1979, p. 18).

Figura 12 – Municípios/Cidades com Baixo Grau de Urbanização.



Fonte: Instituto..., 2017 (Adaptado).

“Esta liberdade pessoal interior e exterior fizeram da metrópole um local da liberdade” (SIMMEL, 1979, p. 20), pois tem uma extensão funcional para além de suas fronteiras físicas. Elas são, como outras cidades, todavia com mais intensidade, sede da mais alta divisão econômica do trabalho. Então, deve ser por este aspecto, que em nosso imaginário a vida urbana esteja tão vinculada à vida na metrópole.

Pode-se compreender que nosso imaginário urbano esteja na cidade grande ou na metrópole e, então, a pequena cidade fique excluída dos pensamentos sobre urbanidade, aglomeração, ou proximidade limitada. As pessoas vivem aglomeradas, estão próximas aos itens que suprem suas necessidades e até as excedem, desejam a liberdade individual a ponto de se preservar do outro. Estes e outros aspectos produzem um imaginário urbano somente nestes espaços de grandeza.

O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos (SIMMEL, 1979, p. 21).

Não é somente a influência espacial da metrópole que se estende além de seus limites, mas é a sua forma de pensar, é uma psicoesfera que induz à grandeza (SANTOS, 2014a). A questão é que isso também permite que as pequenas cidades sejam ignoradas. Maior concentração de pessoas, variedade de comércios, serviços e geração de empregos, propagação de uma cultura urbana “moderna”, “progressista” e de “liberdade” são constantemente veiculadas por meio de novelas, filmes e canções, e, por que não, por estarem as políticas públicas estarem intrinsecamente ligadas a esta realidade?

A existência de marcos regulatórios, essenciais sob o ponto de vista jurídico e democrático para toda uma nação, foram produzidos neste imaginário urbano de maior concentração populacional e, portanto, de maior espelho para mazelas e lutas por conquistas. Sendo extremamente relevante, Estatuto da Cidade, Plano Diretor Participativo, Plano Nacional de Ordenamento Territorial são documentos ou propostas que, se apresentam dificuldades nas esferas metropolitanas para sua realização, quanto mais para as pequenas cidades, visto que as generalidades presentes neles se tornam vazios de significado no momento de se colocar em prática nestas localidades. Dessa maneira, se perpetua, na esfera urbana

brasileira, o que Sorre, escreveu em 1952, a respeito dos diferentes graus de desenvolvimento:

As regiões humanas, porque são o produto da atividade de um grupo, porque não são impostas por fatores físicos agindo numa direção constante, são criações permanentes e podem apresentar, a seguir, certa mobilidade e, ao mesmo tempo, diferentes graus de desenvolvimento" (SORRE, 1952, p. 449).

CAPÍTULO 3 – A ANTROPOGEOGRAFIA DAS CIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

É que, dito assim, “a ordem espacial do mundo” pode parecer simples, mas de fato não o é. Explicar por que as coisas estão ali onde estão, por que são diferentes quando aparecem em outras localizações, explicar graus de proximidade e de distância, a posição, a forma e o tamanho envolve um raciocínio bastante sofisticado (GOMES, 2017, p. 145).

 termo “Antropogeografia” remete à famosa obra de Ratzel, o geógrafo cujos pensamentos ficaram conhecidos como determinismo geográfico. A visão positivista e naturalista apontou que o meio físico determinaria o desenvolvimento dos Estados. “O Estado é obrigado a viver do solo”, afirmou o autor, “Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão” (RATZEL, 1982, p. 100), isto é, o desenvolvimento de uma sociedade estava limitado às condições naturais de sua área espacial, daí, então, a necessidade de um espaço vital.

Obviamente, o autor escrevera em um contexto de unificação alemã e de expansionismo, e sua obra confere importância às ações de um Estado Nacional recentemente centralizado e com interesses territoriais, a começar na Partilha da África. Afirma Moraes (2005¹⁰) que Ratzel, influenciado pela Biologia, transformou a Geografia em uma ciência natural, para a qual a formação da sociedade e sua própria constituição social dependeria dos recursos de que seu espaço viesse a dispor. Pode até mesmo influenciar na formação do caráter dos indivíduos que a compõem. Por fim, estas condições naturais poderiam contribuir para sua expansão, como obstáculo ou impulso.

Milton Santos (SANTOS, 2002, p. 31) afirmou que esta Geografia escondeu o papel do Estado, bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. Foi uma justificativa para a obra colonial que ocorrera na época. Portanto, a ideia deste capítulo não é estabelecer relações deterministas com o meio, mas conferir uma ressignificação do termo antropogeografia à tese: o indivíduo, produtor do lugar e o lugar como reflexo externo e interno, e que pode ser condicionante. O indivíduo é cidadão do lugar e, ao produzir o espaço, constrói sua identidade local em paralelo às lógicas estranhas ao lugar.

Sahlins (1997a, p. 41), ao estudar povos do Pacífico, faz uma crítica ao fato de muitos entenderem que existe uma homogeneização cultural e, devido a isso, a

¹⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

cultura é um objeto em extinção. Contudo, sem considerar que “as pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se, essencialmente, como valores e significados”. Em “uma montagem de sequências da vida urbana” dos “lugares próximos ao cidadão” (AGIER, 2011), associado à ideia de que existe um cotidiano que recobra a consciência do homem e a amplia, além da letra de uma Constituição, o que o torna cidadão daquele lugar e construtor do seu modo de vida socioespacial, que é uma produção cultural, visto ser resultante da produção humana estabelecida ali, por quem está “perto” sem desconsiderar quem está “distante” (SANTOS, 2000).

Há, porém, um outro cotidiano, aquele pelo qual o homem redescobre a consciência e busca ampliá-la. Este cotidiano não se defende apenas pela letra de uma Constituição Federal, mas igualmente (e mais frequentemente) pelas regras da convivência no lugar mesmo em que se vive. Essa consciência do homem, que faz dele um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo, também faz parte dos desígnios fundamentais e do longo prazo, porque diz respeito à própria essência humana (SANTOS, 2000, p. 108).

Dessa maneira, pode-se construir uma antropogeografia das pequenas cidades da Amazônia, que estão em áreas municipais grandes, sendo espaços urbanos pequenos, mas que são espaços de vivência diante de suas implicações situacionais. O antropólogo Michel Agier (2011) trata o encadeamento de situações de interações que existem de acordo com o lugar, com as atividades, horários, pessoas, etc., e suas combinações e compartilhamentos, o que justifica o movimento entre o rural e o urbano e a hibridização deles no mesmo lugar, pois a produção social do espaço se dá no plano vivido, no lugar. E é a base de reprodução da vida e das identidades dos indivíduos. Sua produção é resultado da ação humana (CARLOS, 2007).

Por fim, apesar de aparentar um título provocativo, a construção da formação socioespacial urbana da Amazônia remete a pluralidades que exigem uma compreensão histórica desafiadora. Esta região, que compreende mais do que os estados que compõem a Região Norte do país, é conhecida como Amazônia Legal, composta pelos estados do Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Pará (PA), Rondônia (RO) e Tocantins (TO). Além das ocupações correspondentes ao período colonial, projetos induzidos pelo Governo Federal tornaram esta região um palco de diversas disputas internas e externas (figura 13).

até início do século XX, o período de planejamento regional, com as políticas indutoras do Governo Federal, e o que chamou de incógnita da *heartland*, isto é, várias ações se estabelecem simultaneamente sobre a região após esgotamento do modelo governamental desenvolvimentista. No quadro 8, é apresentado um resumo esquemático dessa discussão¹¹.

Quadro 8 – Períodos de Formação Regional da Amazônia.

Formação territorial (1916-1930)	Delimitação da Amazônia (1850-1899) Apropriação do Território (1616-1777) Definição dos Limites (1899-1930).	Ocupação com as drogas do sertão e o período da borracha são os destaques deste período, com a importância regional de Belém e Manaus.
Planejamento Regional (1930-1985)	Início do Planejamento (1930-1966). A produção do Espaço Estatal (1966-1985)	Governos desenvolvimentistas com interesses em recursos naturais, na ocupação de áreas fronteiriças e projetos de grande porte.
A Incógnita do Heartland (1985....)	A Fronteira Socioambiental (1985-1996) Tendências Atuais	A região com visibilidade ambiental: proteção das florestas e manutenção da biodiversidade com busca de desenvolvimento endógeno em paralelo aos conflitos de interesses econômicos externos.

Fonte: Adaptado de Becker (2009)

No primeiro período, da formação territorial, entre 1616 até 1930, a região passou a ter uma ocupação gradativa, quando, ao ultrapassar o limite territorial do Tratado de Tordesilhas, no Brasil colonial, estabelece-se a atividade econômica conhecida como “drogas do sertão”, uma ocupação tardia baseada em produtos naturais, que passaria por longos períodos de estagnação.

A ocupação do território no período colonial fora marcada pelas relações com a metrópole colonial, no período das drogas do sertão. O controle do território fora uma característica tanto do governo português quanto do governo brasileiro, sem preocupação com aumento da população ou crescimento econômico para assegurar a soberania sobre a região.

No Império, o “boom” da borracha, marcado por relações com o mercado exterior, em um país independente que se preocupava com a região diante de valorização momentânea de seus produtos no mercado internacional. Isso reforçara a soberania e controle sobre a região em locais estratégicos como na embocadura

¹¹ No capítulo 1, encontra-se a discussão da questão municipal na região amazônica a partir da obra de Becker (2009).

de rios e afluentes, mas nunca a partir de um projeto integrado – o que permitiu um certo isolamento regional diante da economia crescente na região sudeste.

Uma visão interna ao território, ocorreu pelo projeto missionário, fruto do trabalho dos jesuítas com os habitantes locais. Contudo, essa visão endógena tornou-se menos expressiva após as missões. Os habitantes locais como seringueiros, ribeirinhos, indígenas, são os que tentam, atualmente, manter esse modelo (BECKER, 2009, p. 25). Sobre este período, Roberto Lobato Corrêa realizou uma periodização a partir de momentos econômicos para a qual Machado (1999) e Vicentini (2006) apresentaram posições diferentes.

Corrêa (1987) aponta a fundação de Belém como o início da conquista do território, quando desempenhava poucas funções: era ponto de defesa e ponto de penetração e conquista, marcado historicamente pela busca das drogas do sertão. O segundo período foi a expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias que seriam o embrião da rede urbana comandada por Belém (quadro 9).

Quadro 9 – Periodização da Rede Urbana da Amazônia.

Periodização da rede urbana da Amazônia – Roberto Lobato Corrêa – breve síntese						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
Fundação de Belém como ponto de defesa e penetração no território.	Expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias que tornaram-se o embrião da rede urbana de Belém	Criação da Companhia Geral do Grão-Pará em 1755. Algumas vilas foram elevadas a cidades e a capital passou de São Luís a Belém. Melhoramentos urbanos em Belém.	Extinção da Companhia e desinteresse pelos produtos tropicais causando uma estagnação na região.	Transição entre a estagnação e de uma rede urbana ribeirinha com o revigoramento regional pela economia da borracha. Manaus e Belém adquirem extrema importância regional. Migração nordestina. Melhoramentos urbanos.	Crise da borracha e estagnação que se estende até 1960. O investimento estatal em infraestrutura manteve-se na região como cristalizações materiais que contribuíram para sua organização atual.	Amazônia é transformada em fronteira do capital, com projetos de colonização e repressão dos conflitos de terra. Belém e Manaus perderam sua importância para a cidade de São Paulo. Surgimento de núcleos rurais.

Adaptado de Corrêa (1987)

Vicentini (2006, p. 31) afirma que, apesar dos destaques fundamentais ao caráter das cidades da Amazônia, esta periodização de Corrêa se mantém superficial diante da construção do meio urbano sem apreendê-lo culturalmente,

devido aos destaques dos ciclos econômicos e não aos sujeitos históricos. Machado (1999) também afirma que foi a economia da borracha que impulsionou a urbanização na Região, sendo, portanto, um erro empregar o termo urbanização para as formações iniciais do período colonial, contudo, a periodização elaborada por Roberto Lobato Corrêa é uma obra importante para a construção do que é a região urbanizada da Amazônia.

Todavia, segundo Machado (1999, p. 111):

[...] dificuldade de comunicação e à quase-ausência de diferenciação funcional entre as aglomerações, são indicativos de que não existiam as condições para o desenvolvimento da rede urbana. Contudo, o povoamento associado à exploração da borracha nos vales amazônicos impulsionou o que se pode denominar de *proto-urbanização* da região.

O segundo período, que Becker apresenta (2009), corresponde aos governos desenvolvimentistas, após 1930. Com a inserção do país na economia internacional, com vistas aos projetos de modernização do território, como a política de substituição de importações e indústrias estatais de base e um impulsionado movimento de urbanização (SANTOS, 1993), várias instituições foram criadas e revelaram a preocupação com o regional.

A Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia, na constituição de 1946, seguida pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foram tentáculos do governo sobre a região, que passou pelo declínio da borracha e que tornar-se-ia objeto de projetos com vistas ao uso dos recursos naturais e apaziguamento de conflitos por terra, que ocorrera no Nordeste e Sudeste do país (BECKER, 2009, p. 25, 26).

Dentre as ações estatais mais efetivas, entre 1966 e 1985, está a criação da Zona Franca de Manaus, a implementação de redes de circulação rodoviária e de telecomunicações, entre outros, como uma maneira de apropriação física e controle do território além do mapeamento regional pelo projeto de aerofotogrametria para levantamento dos recursos naturais (Projeto RADAM, de 1971).

O último grande projeto, Calha Norte (1985), exerceu funções de vigilância das fronteiras e realização de obras estruturantes, como a construção de rodovias, portos, pontes, escolas, creches, hospitais, poços de água potável e redes de energia elétrica. Nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, elaborados no período

militar (1964 a 1984), os projetos tendo em vista a Amazônia tratavam de políticas agrominerais, expansão para alimentação e exploração da madeira. Estes projetos não mencionavam a Ilha de Marajó.

O terceiro período, a partir de 1985, e ainda em ocorrência, é que estabeleceu a Amazônia como uma fronteira socioambiental. Esse reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, com visão interna, com vistas à proteção da biodiversidade. A dificuldade de inserção nos mercados, acessibilidade e de competitividade impedem o alcance de uma escala significativa (BECKER, 2009).

Por fim, a incógnita da “*heartland*” que estabelece a retomada de projetos nacionais e internacionais em conflito direto com a ideia de fronteira socioambiental e que vê as potencialidades naturais da região a fim de exploração comercial, como os Programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999). Este último visou a implantação de rodovias e termoelétricas na região, com continuidade no Projeto de Aceleração do Crescimento do governo Lula (AGÊNCIA ESTADO, 2007).

Estas ações do Estado sobre a região, combinadas com processos globais, nacionais e regionais, e suas contradições alteraram o povoamento da região e estabeleceram como padrões de uso da terra: a) reprodução do ciclo de exploração da madeira/expansão da pecuária/desflorestamento; b) as experiências sustentáveis do extrativismo florestal e pesqueiro tradicional melhorados; c) a agropecuária capitalizada (Becker, 2009, p. 31).

Como palco de tantos projetos, conflitos administrativos decorrem na região. A institucionalização dos municípios, que nasceram tendo parte de seu território, sob legislação especial, submetido ao poder central ou estadual, fragmentou o território. As diferenças regionais conseguem se sobrepor à administração local, seja para a conservação ambiental com a criação de unidades de conservação, seja para defesa das terras indígenas, ou direitos históricos de ocupação dos seringueiros e quilombolas. Isso promoveu recortes territoriais que questionam a autonomia municipal, ao gerar dependência dos municípios aos recursos da União, bem como limitações à própria gestão do território municipal (BECKER, 2009, p. 115).

Nesse contexto Bertha Becker questiona o fato de se criar municípios, uma vez que sua validade é colocada em dúvida quando nasce com boa parte de seu território federalizada. A regulamentação prévia das formas de apropriação e uso do território municipal dificulta o exercício do poder local, cria dependência da União e estes recursos que recebem são destinados com intenções prévias (BECKER, 2009,

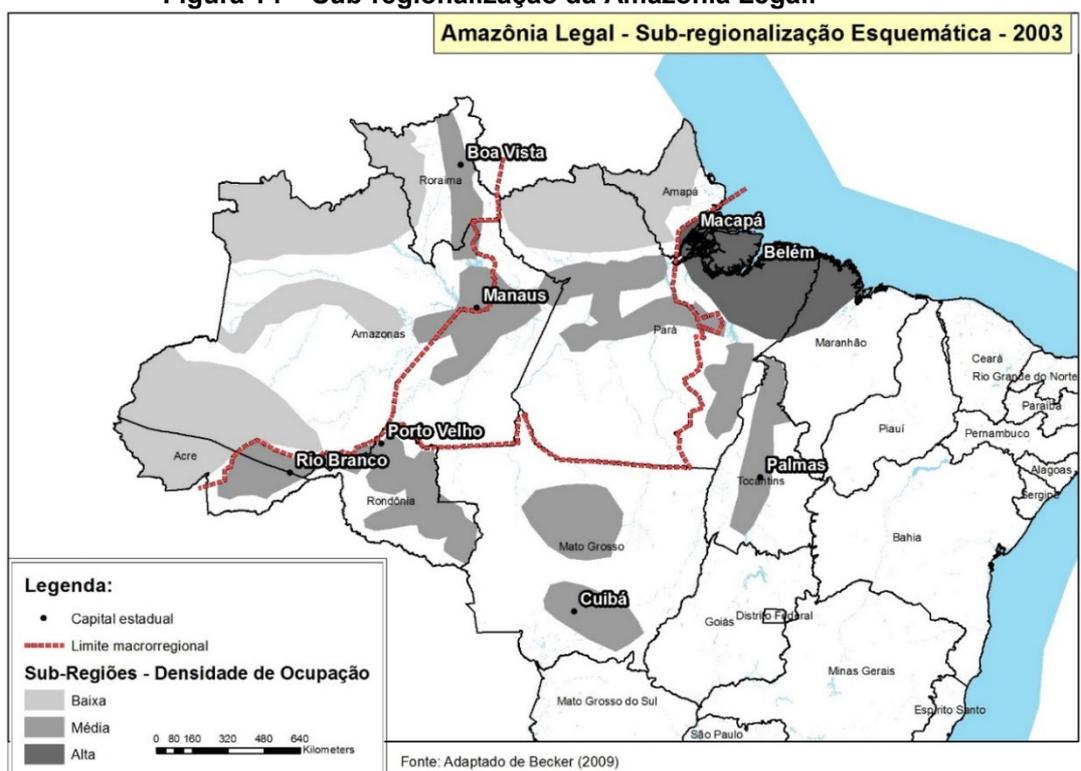
p. 121, 122). Vicentini (2006, p. 150) também aponta esse processo de formação de uma rede de municípios, inclusive de desmembramentos ocorridos.

Sobre esta fronteira socioambiental, Neusa Pressler (PRESSLER, 2010, p. 166) apontou que foi uma prática discursiva sobre a Amazônia. Pode-se compreender que este discurso ecológico se tornou predominante no imaginário tanto daquelas instituições que o emitiram, quanto de sua recepção nacional. Vários assuntos fortaleceram uma imagem sobre Amazônia no que diz respeito a seu potencial ecológico: queimadas, diminuição da população indígena, preservação, tornaram-se partes desta ideologia preservacionista que se estabeleceu no imaginário brasileiro, tanto quanto no global. Não apenas preservação do ecossistema florestal, o discurso da proteção dos recursos naturais ganhou notoriedade. O econegócio surge, então, como uma solução sustentável para o combate à pobreza, conciliando com a preservação da natureza.

Por fim, Becker (2009) estabelece sub-regiões como Amazônia Ocidental, Amazônia Central, Arco do Povoamento Adensado e, nesse, o Arco da Embocadura (Figura 14). O Arco do Povoamento Adensamento é uma mesorregião do povoamento consolidado, e corresponde a grandes extensões do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, bem como sudeste do Pará, Rondônia e sul do Acre.

Nesta mesorregião encontra-se o Arco da Embocadura, região com baixo desenvolvimento humano, com as maiores densidades demográficas (considerando Maranhão até Amapá) e onde se verifica maior desigualdade social. É uma região dinamizada por Belém, mas nesses grandes municípios e pequenas cidades, os serviços e equipamentos não são acessíveis a todos e considerável parcela da população vive em áreas periféricas insalubres, na qual exercem atividades do setor informal (BECKER, 2009, p. 148).

Figura 14 – Sub-regionalização da Amazônia Legal.



Fonte: Becker, 2009

3.2 Urbanizações: das tradicionais às intencionalidades federais

Enquanto espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural. Na representação simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem, atualmente, no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da Terra. Diversos movimentos ambientalistas corporificados em organizações não governamentais (ONGs) estendem amplamente suas redes na Amazônia graças às telecomunicações, penetrando decisivamente no imaginário planetário (BECKER, 2009, p. 35).

O meio técnico-científico-informacional não se impõe igualmente sobre o território. Por este fato resultante, Santos e Silveira (2004, p. 268-269) dividem o país no que denominam de “quatro Brasis”: Região Concentrada (que abrange as regiões Sudeste e Sul); Região Centro-Oeste; Região Nordeste e Região Amazônica.

A Região Amazônica, conhecida como Amazônia Legal, composta pelos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amapá, Acre, Maranhão e Tocantins, passou por transformações muito intensas. Becker (2005) desmistificou a imagem sobre a Floresta Amazônica ao afirmar que ela é uma

floresta urbanizada desde a década de 1980, embora o modelo de urbanização na região tenha sido diferenciado das outras regiões.

Novos valores foram incorporados à Região, valores urbanos, mesmo que naquele momento não tenha ocorrido o surgimento de grandes cidades. A Região Amazônica, sempre vista como “selvagem”, desconhecida, inexplorada, com baixa densidade demográfica em seus poucos aglomerados urbanos, foi incorporada aos estudos urbanos, vista como uma ação urbana de caráter mais geopolítico, do que um fenômeno espontâneo.

Essa consideração ocorre, pois o urbano exprime-se pela sua produção material e não material, como a saúde, a educação, o lazer, a informação e até mesmo as esperanças: é um modo de vida e de pensamento da sociedade. Existe uma *psicoesfera* na Região que a caracteriza urbana. Na Região em destaque, tem uma característica peculiar ao que se apresentou em outras partes do território brasileiro. Existem valores urbanos acrescentando-se à maioria de cidades pequenas, formando uma rede urbana com circulação de pessoas, serviços e produtos entre estas cidades que, em sua maioria, têm a população com até 20 mil habitantes (SANTOS, 1993; SANTOS; SILVEIRA, 2004; MONTOIA, 2010; COSTA *et al*, 2009 e 2012).

Santos (1993) confirmou este quadro quando escreveu que a Região não possuía uma infraestrutura de monta que pudesse dificultar inovações. Deste modo, estava a serviço da modernização de seu território para os sistemas técnicos. Embora seja a última região do Brasil a ampliar a sua mecanização, tanto na produção econômica quanto no território, tem seu espaço interligado por pontos servidos de aviação, pontos de circulação fluvial e terrestre (SANTOS; SILVEIRA, 2004). Esta urbanização, fortemente induzida pelo Estado, apresentou, segundo Becker (1985), três formas de urbanização:

a) Urbanização espontânea: aquela apenas induzida pelo Estado, como na Amazônia Oriental, local em que predomina a apropriação privada de terras por empresas, grupos econômicos e fazendeiros individuais. As relações de trabalho apresentaram forte mobilidade, trabalho assalariado combinado, mecanizado e pagamento de renda, sem espaço ou pouco espaço para o campesinato, que ficou como força de trabalho para obras públicas, mineração, desmatamento e formação de pastagens;

b) Urbanização dirigida pelo Estado ou companhias privadas: a “colonização”, como a baseada pelo INCRA, a qual presume uma espécie de sistemas de núcleos rurais hierarquizados, as rurópolis, como um polo integrado com agrovilas e agrópolis. A colonização teve como base as

rodovias, e no caso, a Transamazônica, utilizando a circulação fluvial e terrestre; (BECKER, 1985).

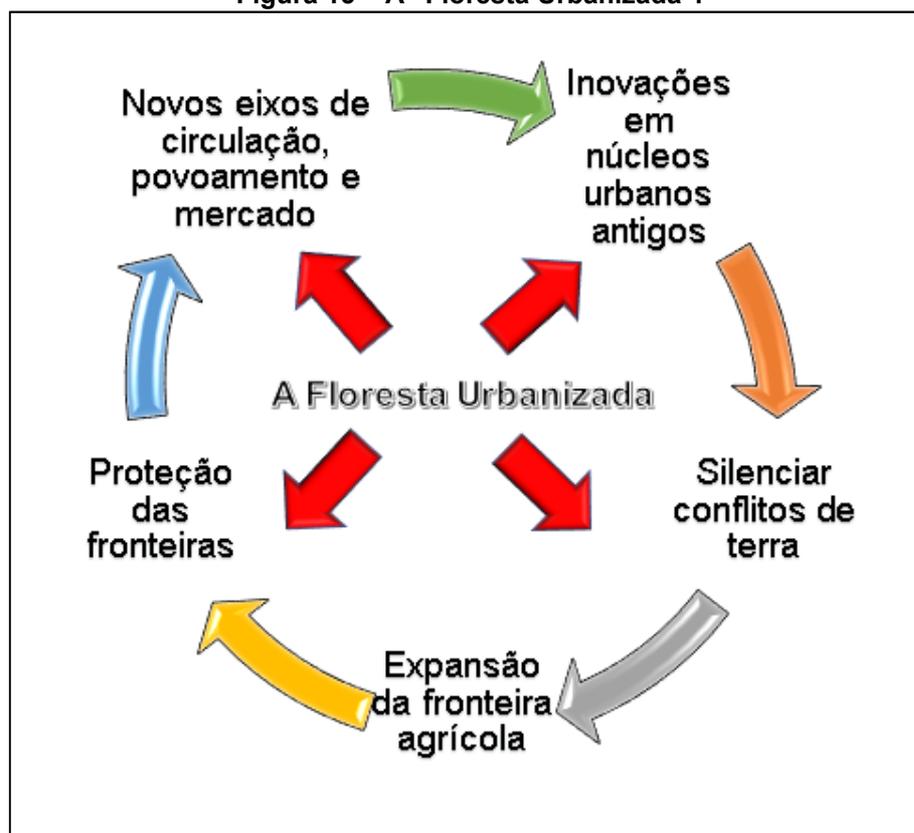
c) Urbanização tradicional: refere-se às áreas onde a expansão de frentes e o crescimento das capitais estaduais são dinâmicos o suficiente para alterar o padrão tradicional do local, no caso um centro regional, que é comandado por artérias fluviais.

Após 1930, com a inserção da Região no contexto dos governos desenvolvimentistas, o urbano caracterizou-se por funções induzidas do ponto de vista federal, seja nos projetos de fronteira agrícola, seja na tentativa de aliviar conflitos por terra que ocorriam no Nordeste e Sudeste. A migração para estas localidades era uma maneira de silenciá-los. Becker (2013), em sua última obra, “A Urbe Amazônida” afirmou que,

Incentivos fiscais e créditos e juros baixos para atrair empresas, implantação de redes de infraestruturas e de cidades e a indução de imigração para formar um mercado de mão de obra local levaram à formação de uma fronteira urbana antes mesmo de a própria fronteira agrícola alcançar a região (2013, p. 33).

Houve uma fronteira urbana antes mesmo de ser fronteira agrícola, pela estratégia geopolítica do governo militar que visava ocupar a região, com as seguintes intenções (figura 15): controle de fronteira e ocupação de uma área desconhecida pelo Estado; uma maneira de silenciar conflitos de terra; uma fronteira agrícola; local de força de trabalho; local de entroncamento; alternativa de trabalhos artesanais, comerciais, de formação de mão-de-obra; e uma articulação empresarial (BECKER, 1985).

Figura 15 – A “Floresta Urbanizada”.



Adaptado de Becker (1985; 2005; 2009; 2013)

Torna-se a base da organização do mercado de trabalho, pois é ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho. São pontos de aglutinação para a abertura da região, e têm a sua localização estratégica, isto é, situam-se, via de regra, as áreas de desbravamento e entroncamento, como rodovias e núcleos urbanos antigos, mas sem estrutura fixa, o que permite inovações em suas funções (BECKER, 1985; 1997; SANTOS; SILVEIRA, 2004).

Segundo Becker (1997), não se pode negar a dimensão ideológica de um Estado ditatorial (década de 1960-80), uma vez que a região Amazônica tinha (e tem) uma visibilidade interna e externa, no sentido de ter uma fronteira vulnerável quanto ao dinamismo interno dos países vizinhos e à organização de focos revolucionários, como no período da borracha, no início do século XX. Internamente, é vista como a Região capaz de solucionar os problemas na região nordestina, que são de ordem social. Nesse sentido, cuidar da fronteira, ocupando-a, estabelecendo atividades econômicas é importante para a sua proteção. Vicentini (2006) corrobora com Becker ao apontar a dimensão da intervenção do Estado brasileiro ao afirmar que:

A velocidade da formação de novas cidades, particularmente a partir das décadas de 1960 e 1970, foi fruto de uma intensificação das políticas públicas e privadas de ocupação do território, em um período fortemente demarcado pela intervenção do Estado Brasileiro. Apesar do arrefecimento das estratégias geopolíticas, com o fim do “Nacional Desenvolvimento”, na década de 70, a rede de cidades continua a se expandir, demonstrando, para a última década, uma transformação no significado dessa expansão, tornando-a a expressão diferenciada da ocupação na Amazônia, o que colocou as cidades como meio primordial de ocupação (VICENTINI, 2006, p. 34).

Nas décadas de 1950 e 1960, houve a ocupação por frentes camponesas e por fazendeiros que se apossavam da terra, espontaneamente, uma ocupação com caráter de fronteira agrícola. Foi uma fronteira que nasceu urbana devido à migração intensa, pois a Amazônia não foi, nesse período, um espaço vazio que estava sendo ocupado e absorvendo a população. Antes, um local ocupado que sofreu a indução governamental para receber migrantes, porque esta migração não se constituiu somente para o povoamento, mas para trazer força de trabalho para as áreas produtoras (BECKER, 1997).

A isto, inclusive, os meios de comunicação em massa foram essenciais para divulgar este projeto interventor, pois, segundo Pressler (2010, p. 164), durante o governo Médici (1969, 1974), por exemplo, houve a intenção de atrair mais de 100 mil famílias de trabalhadores rurais do Nordeste e do Centro-Oeste para a região, como estratégia de silenciar conflitos de terra. O slogan, naquele momento, era que a Amazônia era uma região isolada, de vazio demográfico. “São terras sem homens, para homens sem terra”, o que, mais tarde, demonstra-se como apenas uma ideologia e não uma reforma agrária, pois com a agropecuária, a grilagem e a violência na terra aumentaram (CARVALHO; CARVALHO, 2012).

Esta população é uma população agrícola, que vai trabalhar nas áreas produtoras, tendo, contudo, suas moradias nas vilas, nas pequenas cidades e núcleos rurais, onde outros procuraram diferentes maneiras de ocupação, como trabalhos artesanais e comerciais (BECKER, 1985; 1997).

Além disso, a urbanização na Amazônia serviu, também, como entroncamento, uma vez que a rede urbana constituída de pequenas cidades e vilas são a ligação com o Centro-Sul do país. Nessa perspectiva, a fronteira de ocupação amazônica nasce urbana, pois esta é a base logística para o projeto estatal de uso da região. Foi a base local de uma cadeia de mobilização do produto em favor das metrópoles nacionais e internacionais (BECKER, 1985; 1997).

Embora os critérios destes povoados fossem convencionalmente rurais, e móveis no tempo e no espaço, multiplicavam-se como residência de força de trabalho, pois exerciam um papel global de circulação do produto excedente. Para Becker (1985), era uma manifestação de um fenômeno urbano na Região.

Foram dois níveis dessa manifestação, na qual o Estado é o elemento definidor, uma vez que o urbano na Amazônia é resultado de uma ação intencional, pois o processo de urbanização e o planejamento estatal são ações sociais integradas. Primeiro, existe associada a uma integração econômica e uma coordenação de estoques e fluxos, a difusão de valores, comportamentos, organizações e instituições urbanas, e em, segundo, e conseqüentemente, o crescimento dos núcleos urbanos em si.

Outros agentes envolvidos são as empresas do agronegócio, além de madeireiras e pecuaristas que estão se firmando e expandindo (BECKER, 2005). Entretanto, conclui-se que quem define é o Estado em seus diferentes níveis, uma vez que ele é o canal para ações corporativistas.

Ao mesmo tempo, o Estado tornou-se um agente contraditório, pois apresentou conflitos de ordem de interesses federais, estaduais e locais. À vista disso, houve os conflitos devido à socialização do espaço urbano entre estas forças, e entre os interesses privados, diante dos projetos de longo prazo de ocupação do espaço, no qual suas relações são maiores que a vida regional e local, como a fronteira de recursos (BECKER, 1985).

No período de 1970-80, a Amazônia apresentou taxas de ocupação mais rápidas que do país, fenômeno este que é intrinsecamente ligado à urbanização (BECKER, 1997) e ao meio técnico-científico-informacional. Santos (1993) confirma este quadro quando escreve que a Região não possuía uma infraestrutura rígida que pudesse dificultar inovações. Deste modo, estava a serviço da modernização de seu território para os sistemas técnicos. Embora seja a última região do Brasil a ampliar a sua mecanização, tanto na produção econômica quanto no território, tem seu espaço interligado por pontos servidos de aviação, pontos de circulação fluvial e terrestre (SANTOS; SILVEIRA, 2004).

A população, por sua vez, é preparada para exercer seu papel com valores urbanos, na busca de informações e meio de sobrevivência, por meio do consumo e da circulação. É um urbano como fator de mudança, no qual os migrantes aprendem ocupações e ofícios para exercer tanto no campo quanto na cidade, ao mesmo

tempo na conservação e na dissolução do campesinato na reprodução da força de trabalho (BECKER, 1985).

Paralelo a este processo de urbanização que mais se configurou como indução estatal, estão ali as cidades ribeirinhas, muitas centenárias em sua formação. Não obstante, Carvalho e Carvalho (2012) apresentam uma abordagem histórica do processo de ocupação da região e da economia. O exemplo notório é a Amazônia paraense. Em três períodos definidos pelos autores, houve uma integração econômica na região, conforme demonstra o quadro 10.

Quadro 10 - Crescimento Econômico e Ocupação Territorial na Amazônia.

Crescimento Econômico e Ocupação Territorial na Amazônia			
Fases	Período aproximado	Características econômicas	Características Socioespaciais
Integração Comercial	Pós 1950	Atuação estatal em investimentos públicos e investidores em indústrias naturais (transformação de insumos agrícolas e extrativistas).	Construção da rodovia Belém-Brasília e importância de Manaus e Belém para a sua <i>hinterland</i> .
Integração Produtiva	Pós 1960	Conquista do mercado regional com investidores de outras regiões. Criação de uma indústria de exportação e importação. Projetos minero-metalúrgicos.	Construção da Rodovia Transamazônica. Projetos de mineração e migrações na tentativa de reforma agrária.
Integração Competitiva	Pós 1990	Mercado de <i>commodities</i> com valor agregado mais elevado.	Sistemas de transporte que atendem complexo minero-metalúrgico.

Adaptado de Carvalho e Carvalho (2012).

Desta maneira, os autores procuram estabelecer uma construção histórico-espacial da região em uma concepção miltoniana de totalidade espacial, que compreende o desigual desenvolvimento das forças produtivas e das mudanças nas relações sociais de produção e de troca no espaço-território, nos três períodos estabelecidos: integração comercial, integração produtiva e integração econômica:

a) Integração Comercial: com liderança econômica da indústria paulista, a região terá a presença do governo Federal com a criação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na tentativa de promover setores produtivos e infraestruturas em serviços públicos em geral. Com o Fundo Público da Amazônia, a SPVEA exercerá papel importante na construção da rodovia Belém-Brasília, da Universidade Federal do Pará e da Escola de Agronomia da Amazônia. O rompimento do isolamento regional será a principal marca para a região. Belém e Manaus concentraram os recursos e passaram a ter investidores na indústria natural e na artificial. Funcionaram como verdadeiros entrepostos comerciais para sua *hinterland*.

b) Integração Produtiva: vai se caracterizar pela transferência de capitais do centro econômico do país na conquista do mercado regional. Principalmente no período militar, a política nacional de desenvolvimento regional esteve voltada para a atração de investidores do centro-sul para a economia paraense, por meio de incentivos fiscais e financeiros. Especialmente no Pará, será consolidada uma indústria de “enclave de exportação” e a criação da Zona Franca de Manaus, no estado do Amazonas. Do ponto de vista espacial, o governo militar vai intencionar uma integração periferia-periferia, isto é, a ligação do Nordeste com a Região Norte, por meio da rodovia Transamazônica, além da exploração de recursos da terra e a criação de complexos minero-metalúrgicos. Neste momento, houve a tentativa de silenciar os conflitos por terra ocorridos na Região Nordeste com as Ligas Camponesas, na política indutora de migração de mão de obra.

c) Integração Competitiva: na economia globalizada, após 1990, as agências regionais foram extintas e o Estado nacional deixa de ser interventor para ser regulador. Nas regiões Norte e Nordeste, a guerra fiscal é um instrumento cotidiano na atração de investimentos. Os estados da Amazônia, neste momento, ficam “órfãos” de um programa de desenvolvimento regional. O Programa *Brasil em Ação* vai intencionar eixos de integração, que diz respeito à articulação regional. Especialização em *commodities* é a melhor inserção da região no mercado global, sendo que a concentração econômica permanece intensa na Região Sudeste. Cultivos agrícolas e novos enclaves minerais contabilizam a economia paraense.

Acompanhando esse processo econômico-territorial, a região urbanizou-se. Em concordância com Becker (1985; 1997; 2009), os autores Carvalho e Carvalho estabelecem algumas características do processo de urbanização. Após a criação de Belém e o surgimento de aldeamentos nas margens dos rios, a economia da borracha intensificou a ocupação humana. Posteriormente, estas localidades foram transformadas em vilas e cidades. Após a crise da economia gomífera, algumas cidades cresceram em decorrência da pecuária, de atividades extrativistas e agricultura. Com a criação da SPVEA, outras cidades foram criadas (CARVALHO; CARVALHO, 2012).

A região da Amazônia paraense se caracterizou por uma grande cidade, que é Belém, algumas de porte médio, as cidades ribeirinhas e as cidades “beira dos rios” que se desenvolveram em direção às estradas que contam com fluxos globais e suporte financeiro dos governos estaduais e federais (Ibid.). No próximo tópico, a produção das cidades ribeirinhas será o tema desenvolvido.

3.3 O Pulsar nas Águas e os Ecos na Floresta: As (Pequenas) Cidades Ribeirinhas da Amazônia

Dessas cidades, temos a primeira visão de longe quando o barco em que navegamos se aproxima. Se for dia vemos a torre da telefônica, antes víamos a torre da igreja. À noite é o clarão da cidade que se achega vagarosamente, sem pressa. A viagem é longa, mas a chegada à cidade, desde que temos a primeira visão, parece interminável, dando-nos tempo para os aconteceres e para a concretização do SER (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Apesar de desmembramentos de municípios, e de surgimentos de outros, percebe-se, como citado por Becker (1985; 2005; 2009; 2016), que o Governo injetou investimentos em municípios o que se refletiu em seus espaços urbanos. Desde a expansão colonial, com a proteção de fronteiras, com o surgimento dos fortes e das missões, com as drogas do sertão, pequenos povoados surgiram na Região, que fundaram-se como aglomeração, antes mesmo de qualquer definição de área municipal. Iniciaram como proto-urbes, nas palavras de Becker (2009, p. 27), mesmo que não se tratassem de efetivos núcleos urbanos, na época da missão jesuítica. Com a exploração da borracha tornaram-se núcleos urbanos, pois o projeto pombalino para a Região provocou um “boom urbanizador” (BECKER, 2009, p. 29).

Marquês de Pombal, com o objetivo de fortalecer a soberania do governo português sobre a região, diminuiu a influência dos missionários, procurou fortalecer a miscigenação indígena, criou a Companhia do Grão-Pará e fundou vilas. Em apenas 4 anos, havia-se criado cerca de sessenta povoações, que foram núcleos com “padrões de regularidade que permitiam atender, simultaneamente, a objetivos civis e militares, transformando radicalmente os aldeamentos missionários” (BECKER, 2009, p. 29).

Como as localidades passaram por momentos econômicos, como a exploração da borracha, mas, ao mesmo tempo, com longos períodos de estagnação, desenvolveu-se, então, uma urbanização que perdurou ao longo do tempo, com características de uma urbanização tímida, com aspectos rurais ou, até mesmo, com declínio urbano. Da mesma maneira, sua população acompanhou essa dinâmica, a predominando uma economia de atividades agrícolas, uma vez que o comércio e os serviços foram inexpressivos do ponto de vista regional.

As origens das cidades da Região remontam ao período colonial, com o surgimento de vilas e, em meados do século XIX, como cidades. Diante de vários acontecimentos que se sucederam na Região, formou-se uma malha urbana, com a continuidade das mesmas funções pelas quais haviam sido criadas: local de representação do poder público com o intuito de arrecadação de impostos, de circulação de produtos para exportação, como os extrativistas, e para importação, como alimentos e sede das missões religiosas (OLIVEIRA, 2016, p.196).

No início do século XX, segundo Oliveira (2016, p. 197), principalmente após o declínio da economia da borracha, houve crise nas finanças públicas destas cidades, sem, contudo, significar crise generalizada para “a população da floresta e para os migrantes nordestinos pobres”. Especialmente, no estado do Amazonas, a “crise” (aspas do autor) significou “a melhoria das condições de vida que já eram precárias” (Ibid).

Em outros casos, percebeu-se a diminuição da população urbana em períodos de estagnação econômica (MONTAIA, 2010, p. 66). Na cidade de Ponta de Pedras – PA, a flutuação da população urbana demonstra bem o caráter de relativos momentos de prosperidade ou declínio econômico que se abateu sobre a região, como o marcante período da borracha, quando a população urbana teve um acréscimo de 72%, acompanhado de uma queda e, depois de 1970, com a economia do açaí, experimenta novamente esse crescimento populacional.

No segundo quartel do século XX, o Governo Federal atua com suas políticas indutoras na região, com a criação de superintendências, de infraestrutura, transporte de cabotagem, construção da rodovia Belém-Brasília, e pós 1960, a política nacionalista militar, inclusive de proteção de fronteiras, vai atuar em integração entre as regiões Nordeste e Norte, com a geração de fluxos migratórios e a construção da rodovia Transamazônica. São exemplos que demonstram a mudança do eixo de circulação de cidades da Região do rio para a estrada, no estado do Pará com maior intensidade do que no estado do Amazonas, por exemplo (BECKER, 2009; CARVALHO; CARVALHO, 2012; OLIVEIRA, 2016).

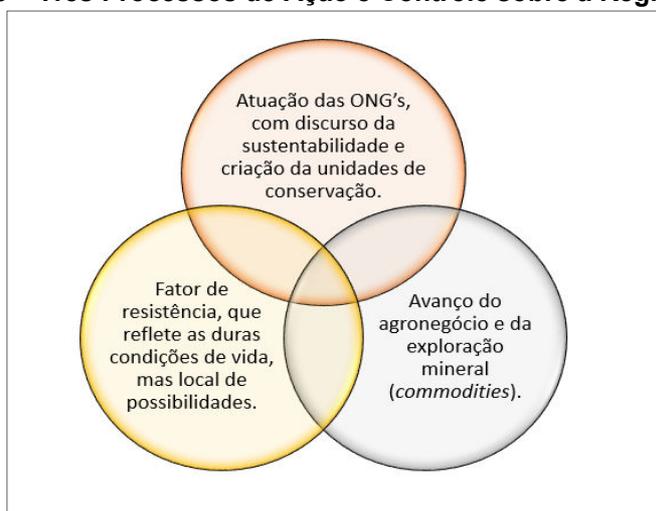
Estas cidades, à beira da estrada, são acompanhadas de grandes projetos econômicos com forte participação do Estado, ao lado de cidades que seguem o padrão tradicional, ribeirinhas, cidades-rio em sua gênese, que se desenvolveram nas margens dos rios e que, de certa forma, permanecem com estas características. Entender a dinâmica urbana das cidades da Amazônia é uma tarefa essencial para

compreender até mesmo as relações entre o global e o local e os fatores de resistência. É um movimento contraditório que resulta em maior diversidade das cidades.

As cidades amazônicas sofreram diferentes processos de ações e controle (figura 16): o discurso “irrecusável” da sustentabilidade, com ampla participação de ONG’s “que estão articuladas ao mundo, sem se articular com os lugares” (OLIVEIRA, 2006, p. 28), que, por exemplo, estimulam a demarcação das unidades de conservação; o avanço do agronegócio, na ampliação das *commodities* agrícolas e minerais com abordagens de empreendedorismo, geração de renda, que são elementos discursivos amplamente usados no combate à pobreza com preservação da natureza (PRESSLER, 2010, p. 166); e o contraponto a estes modos, que é fator de resistência, que se trata da possibilidade de “produção e controle de espacialidades articuladas à terra, floresta e aos rios como portadores de um modo de ser vivente”, que são as cidades ribeirinhas (OLIVEIRA, 2016, p. 1999).

José Aldemir Oliveira (OLIVEIRA, 2016, p. 200) afirma que a tendência de análise e objetividade sempre paira na macroestrutura com a preocupação de identificar carências e perdas. Isso nos inibe na identificação de que, apesar de duras condições de vida, estes espaços que apresentam ritmos próprios e diversos em relação à lógica imposta são também sinal de resistência e de construção de uma nova vida, não preocupando-se em classificar o fato de ser melhor ou pior, mas de apreender que é “outra vida”. Essa é a presença humana nas pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, de que parte o estudo desta tese.

Figura 16 – Três Processos de Ação e Controle sobre a Região.



Adaptado de Oliveira (2016)

Estas cidades ribeirinhas são cidades-rio, isto é, surgidas nas margens dos grandes rios e seus afluentes, com ritmos condicionados pela rede hidrográfica e pela floresta, pela força da natureza. A presença do meio natural é marcante, na qual a circulação de pessoas e materiais são submetidas ao ir e vir das marés. “São herdeiras de espacialidades pretéritas que mostram processos contínuos e descontínuos no tempo e no espaço” (OLIVEIRA, 2016, p. 195).

Muitas vezes, suas espacialidades foram impostas, mas não são homogêneas. Pode ser afirmado que elas não apenas guardam momentos econômicos, obras públicas, mas, a produção das relações sociais realizadas pelos seus próprios habitantes em seu *ethos*. É um conjunto dos sistemas naturais e de relações sociais, o cotidiano, a vida que anima as formas, a produção geográfica do espaço feita pelos homens. Apesar da água e da floresta serem elementos marcantes e não ignorados na compreensão destas cidades, existe uma dimensão espacial, além do encantamento da realidade física (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 19). Esta composição de uma natureza que parece se impor diante da produção humana do espaço,

[...] estabelece certo “choque” diante dos avanços da tecnologia, em especial dos sistemas de informação e controle sobre o espaço, estabelecendo redes urbanas múltiplas, legais e ilegais numa geografia exclusiva e peculiar... (OLIVEIRA, 2016, p. 195)

Cruz (2008) corrobora com esta compreensão ao apontar que existe um padrão nestas cidades, padrão este que é espaço-temporal, estabelecido em um ritmo lento no modo de vida orquestrado pelo sistema rio-várzea-floresta. “A vida se tece pelas relações estabelecidas com e através do rio” (Ibid, p. 49), na coexistência com um padrão estabelecido pós 1960 estrada- terra firme- subsolo criando uma nova temporalidade mais ágil (GONÇALVES, 2001, *apud* CRUZ, 2008, p. 50), neste mercado global que desconhece o lugar, o cotidiano e o direito à alteridade.

O rio é um elemento tão marcante nestas cidades, que Eidorfe Moreira (MOREIRA, 1960, p. 83), um estudioso reconhecidamente como um geógrafo que trouxe a produção de uma análise regional, chegou a afirmar que

O rio constitui, desse modo, o condensador demográfico por excelência na Amazônia. São as fozes e as confluências, os *furos* e os barrancos, isto é, os acidentes ligados à hidrografia que formam a base das nucleações humanas na região.

A identidade ribeirinha com o rio, no sentimento de pertencimento e de relações socioespaciais e histórico-culturais, são marcadas pela tradição e pela dinâmica da natureza. É um ritmo social e a ligação com o meio ambiente, na qual as estações do ano, o ritmo das marés, influenciam o cotidiano social, a materialidade, os trabalhos, a espera, os fluxos, os encontros, o comportamento, pois, nas palavras de Cruz (2008, p. 55),

A ligação dessas populações com o meio ambiente é profunda, sendo que os movimentos cíclicos da natureza (estações do ano, marés, etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais; as ações concretas do cotidiano do ribeirinho se repetem ciclicamente no pulsar das águas – os movimentos das marés de alguma forma regulam os horários e os comportamentos. É no vaivém das águas (enchentes e vazantes) que se dá a reprodução da vida social e da experiência cultural num cotidiano que se realiza de maneira plural.

O rio tem três dimensões importantes nestas cidades (Ibid., p. 59). É um *espaço físico-natural*, o meio de transporte, a fonte de recursos e é “responsável” pelo ritmo, pela temporalidade; é um *espaço social*, pois é o mediador das “tramas sociais”, parte da sociabilidade cotidiana da população; e um *espaço simbólico*, pois é a matriz do pensamento imaginário, do sistema de credices, histórias, lendas, mitos, da cosmologia que insiste em permanecer como fator de resistência. Esta identidade é até mesma usada como intenção turística.

A importância do meio natural não equivale a uma visão determinista da realidade, mas em sua não negação da importância do fator natural que se mistura às formas construídas artificialmente, à produção dos espaços urbanos, aos fluxos econômicos, às manifestações entre diferentes escalas neste “molde” peculiar. Não nega a existência de um modo temporal ribeirinho porque existem outras temporalidades, como aquela das cidades à beira dos rios, mas reconhece a presença coexistente de outra, que são de sujeitos não hegemônicos e de modos de vida que implicam o espaço de vivência, as experiências e a recriação das singularidades culturais próprias do lugar (CRUZ, 2008, p. 57). Requer uma análise cuidadosa, que exige trabalho de campo, observação, registro, análise histórica, antropológica, econômica, sem cair nas representações usuais sobre a região que levam às ideias de primitivo ou pré-moderno (quadro 11).

Quadro 11 – Três modos de ver a identidade das populações ribeirinhas.

Três modos de ver a identidade das populações ribeirinhas		
Representações	Olhares	Consequências
Olhar naturalista	Observa a região como natureza, biodiversidade, recursos naturais.	Identities ignoradas, causa invisibilidade. Personifica a ideia de vazio demográfico.
Olhar romântico tradicionalista	Observa a rica diversidade cultural, porém vista como algo que se produziu de forma isolada, cultura congelada.	Olha a diferença pela diferença e não como fenômenos históricos e socialmente produzidos. Ignora as interações multiescalares.
Olhar colonial/moderno	Uma visão linear na ideologia do progresso, como se a história produzisse um sentido único.	Um estereótipo que "culpa" as populações locais pelo seu nível de "desenvolvimento".

Adaptado de Cruz, 2008.

Destas representações, Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, na obra *Urupês*, para designar a população do interior do estado de São Paulo como alguém que era preguiçoso, fora da modernidade e não como produto da sociedade. A respeito deste personagem, Monteiro Lobato vai mudar sua perspectiva em outra obra (*Problema Vital*) depois de estudos sobre saneamento básico no Brasil, na qual afirmara que “O Jeca não é assim: está assim” (LIMA; HOCHMAN, 2000).

Dessa mesma maneira, vê-se a figura do caboclo da Amazônia, quando a região é tratada sob o ponto de vista linear de desenvolvimento, isto é, apenas vista com atraso, como se sua condição estivesse ligada apenas à realidade local, regional e não a um desenvolvimento desigual e combinado. Isso, segundo Cruz (2008, p. 54), fica bem claro na atribuição dada a esta população ribeirinha como atrasada ou improdutiva. Compreendemos também que parte da mesma visão quando apenas se considera que a região tem este perfil em função de sua integração incompleta ao mercado global, e não como o fato de que é um produto de várias escalas, desde o local ao regional, do nacional ao global.

Eidorfe Moreira apontara em seu trabalho as várias visões a respeito do caboclo amazônico, com precariedades em sua formação moral e displicente em seu modo de vida, “vista por uns como resultante de um estado patológico”. O que o autor não deixa claro é em qual parte da descrição deste habitante “descendente direto e sucessor do índio”, é, em parte, a sua visão, ou a visão de outros autores. Não obstante, deixa claro que este tem uma forte adaptação à realidade regional e que se trata de uma questão mental herdada de um comportamento ancestral (MOREIRA, 1960, p. 86)

Estes três olhares sobre a região contribuem para uma visão residual da mesma. O olhar naturalista, que trata a região apenas como um local de biodiversidade, recursos naturais, paisagem natural intocada que produz a ideia de vazio demográfico e apaga a presença política e discursiva da população. O olhar romântico é aquele que observa o morador como o “bom selvagem” (CRUZ, 2008, p. 53) na qual sua cultura é uma particularidade produzida no isolamento, fora do movimento da história e da própria dinâmica socioespacial regional, como se a cultura fosse algo congelado no tempo, e que ficasse de fora da modernidade.

Por fim, o olhar linear, que produz o pensamento de que a história segue uma única direção, como nas nações: primeiro é colonial, subdesenvolvido, depois se segue em caminho para o desenvolvimento ou moderno. “O tempo é pensando numa perspectiva diacrônica” (CRUZ, 2008, p. 53), quando a história é vista a partir de estágios e etapas sucessivas. Charles Wagley, para a época de sua obra, em 1957 (WAGLEY, 1957, p. 38), ao estudar Gurupá, apresentava um pensamento que não ignorava as razões múltiplas do subdesenvolvimento da região, ao afirmar que a compreensão para seu atraso deveria estar nas relações da cultura e da sociedade amazônica com os centros de poder econômico e político vigentes.

Estas cidades apresentam um padrão espacial (figura 17), como aquele orientado pelo rio de maneira direta ou indireta; o padrão “espontâneo”, pois, apesar de ser construído de maneira aleatória, segue as necessidades e os interesses de diferentes agentes que produzem a cidade, e, portanto, não seguem um padrão de orientação referencial; e o terceiro, é um padrão pré-definido, quer dizer, pautado em loteamentos públicos ou privados (TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008, p. 37).

As cidades ribeirinhas, localizadas às margens dos rios, podem ser pequenas quanto ao seu tamanho populacional, perímetro e funções urbanas. Podem ser locais no aspecto relacional com seu entorno ou no conjunto regional ou tradicionais no sentido do ordenamento territorial e intraurbano, bem como suas relações do ponto de vista cultural, social e econômico (TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008, p. 38).

Figura 17 – Padrão Espacial das Cidades Amazônicas.



Adaptado de Trindade Junior, Silva e Amaral (2008)

Estas pequenas cidades nem sempre são cidades locais, que apresentam uma dimensão mínima, pois as cidades-empresa existentes na Amazônia apresentam um número significativo de atividades modernas, apresentam padrões de vida de boa qualidade e serviços urbanos e equipamentos urbanos em quantidade significativa se comparadas às demais cidades amazônicas (Ibid., p. 41).

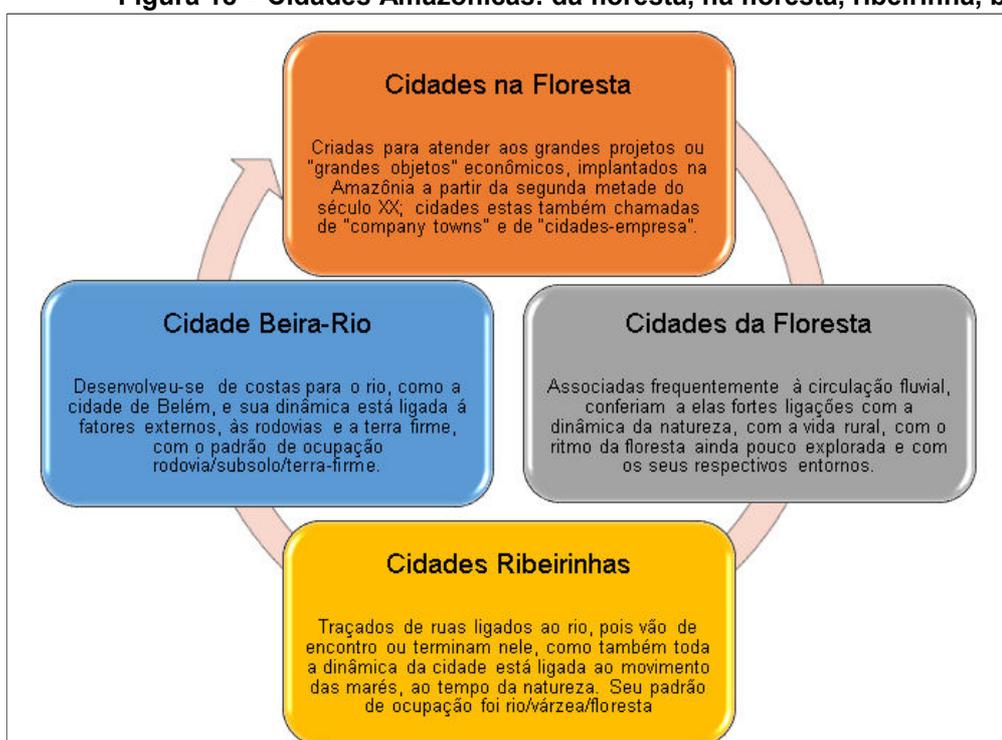
Uma outra característica que estas cidades apresentam é sua orientação social e, principalmente, econômica. Algumas, mais do que outras, nesta característica ou a coexistência que é um paradoxo, por assim dizer, refere-se ao fato de serem cidades ribeirinhas ou cidades beira rio. Com suas ruas e traçados ligados aos rios por ser ponto de chegada e saída, padrão de ocupação rio/várzea/floresta, apresentam uma característica ligada mais ao tempo lento, às identidades com lugar pelos seus meios simbólicos como o rio no uso doméstico, lazer e representação simbólica, o cotidiano, os laços de proximidade de familiaridade, vizinhança na interação mais doméstica entre os habitantes, também é chamada de “cidade da floresta” (TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008., p. 39, 40; TRINDADE JUNIOR, 2010).

Em sua outra face, existem as “cidades na floresta”. Este aspecto beira-rio, segundo o qual a lógica de políticas públicas, mercado internacionalizado,

movimentação da força de trabalho parecem estar mais presentes de maneira funcional a um objetivo de externalidade, estabeleceu-se no padrão rodovia/subsolo/terra-firme. A estrada tornou-se elemento principal para os fluxos, como, por exemplo, aqueles da mineração e circulação de produtos da floresta.

Sua dinâmica tornou-se, então, mais intensa, de base logística para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional e que servem de apoio aos grandes projetos econômicos. Com fluxos mais rápidos a cidade fez da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores de vida urbana (TRINDADE JUNIOR, 2010, p. 118; TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008., p. 39, 40). A figura 18 procura sintetizar, de maneira breve, esses aspectos.

Figura 18 – Cidades Amazônicas: da floresta, na floresta, ribeirinha, beira-rio.



Adaptado de Trindade Junior (2010) e Trindade Júnior; Silva; Amaral (2008)

Apesar de Trindade Junior, Rosário, Costa (2009) classificar estas cidades como ribeirinhas ou beira-rio, cidades da floresta ou cidades na floresta, não significa também que são “puras” nestas características, como se as cidades ribeirinhas não sofressem influência da dinâmica daquilo que está em seu entorno, ou nas cidades mais caracterizadas como beira-rio não existissem permanências de

características ribeirinhas¹². Elas são híbridas e parte da totalidade do espaço social, como Santos (2002, p. 207) afirma:

As transformações espaciais provêm da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial. Chegamos, finalmente, a um mundo onde, melhor do que em qualquer outro período histórico, podemos falar de espaço total.

Esta influência entre o global, o regional e o local pode ocorrer de modos e tempos diferentes, ou até mesmo como uma *pontualidade* espacial, isto é, apenas usufruindo de uma localização específica diante de um recurso natural, de um produto florestal, todavia, existe ali, apesar de causar estranhamento ao lugar, as inter-relações escalares. É importante compreender que as cidades ribeirinhas não são isoladas do movimento total da sociedade e nem a classificação que se faz delas representa uma dualidade.

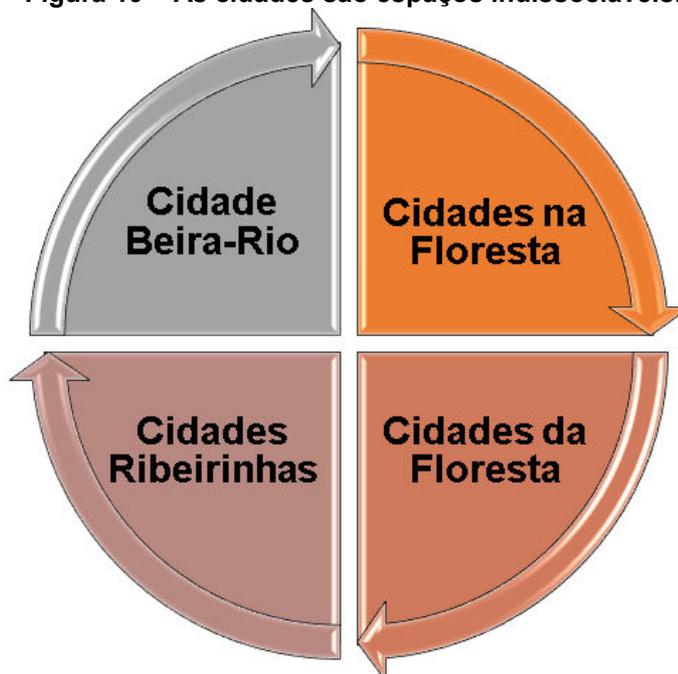
O que, inclusive, nos permite distinguir estas cidades de outras cidades é que as ações sobre elas, ações da sociedade, das grandes empresas, do Estado em suas esferas, ocorrem em tempos diferentes, sobrepostos, obedecendo às lógicas fora do lugar, além do tempo lento equivalente ao lugar. Assim, esta realidade totalizadora, da sociedade humana em processo, permite-nos ver o tempo em forma material (SANTOS, 2014a, p. 54), pois o espaço, como um sistema de objetos e sistema de ações é um conjunto indissociável, solidário e contraditório (Ibid., p. 63). São movimentos sobrepostos (o tempo das grandes empresas e o tempo lento do lugar) e que correspondem a estes espaços, pois não espaços isolados do espaço total, seja do ponto de vista regional, seja global, mesmo.

Com pouca modernização econômica e territorial, as cidades ribeirinhas, segundo Trindade Junior (2010), apresentam um meio técnico-científico-informacional tímido, principalmente se comparadas às cidades de Belém, Santarém ou Marabá. Apesar de produtos das relações de produção da sociedade capitalista, são cidades em que existe a produção das relações, isto é, não são apenas suporte

¹² Compreende-se também que classificar como cidades da floresta ou cidades na floresta; cidades beira-rio ou cidades ribeirinhas não possibilita uma caracterização decisiva destas cidades, pois, ao categorizar as cidades, Weber (1979, p. 69) afirmou que existem aspectos que não se decidem por si, como a localização ou um ponto de vista econômico. Ou seja, podem existir duas tipologias em uma mesma cidade, como Belém que é beira-rio, mas também ribeirinha, em muitos bairros. Assim, entendemos que a classificação supracitada são tipos ideias, mas não absolutos para a compreensão do fenômeno urbano na região, como os autores que trabalham estas caracterizações intencionam.

espacial, mas, produto de relações que os homens constroem. A figura 19 procura então expressar esse caráter indissociável das cidades estudadas.

Figura 19 – As cidades são espaços indissociáveis.



Adaptado de Trindade Junior (2010) e Trindade Júnior; Silva; Amaral (2008)

Wagley (1957), apresentou características bem peculiares desta sociedade, apesar de também serem reflexos de escalas econômicas fora daquele lugar que é conhecido pelo cidadão ribeirinho. Gurupá, apresentada pelo autor, é uma cidade fundada em 1639, a sudoeste da Ilha de Marajó. Fora atingida pela ascensão e declínio da borracha, com um período de prosperidade e crise.

Como uma cidade pequena, ribeirinha, apresenta o ordinário bem regional. Ainda que suas instituições fossem fundamentalmente europeias, herança colonial em todo o território nacional, o ambiente típico da Amazônia caracteriza bem a cultura regional, apesar de constatar que, o “caboclo da Amazônia vem cada vez mais se aproximando da vida regional e nacional” (Ibid., p. 68) e seu modo de vida é parte, então, de uma cultura nacional.

Dentre resultados de seus estudos, que deu origem à obra “Uma Comunidade Amazônica” (1957), Wagley procurou compreender diversos aspectos desta realidade, ainda presente nas cidades ribeirinhas, desde a construção material do espaço aos hábitos e atividades presentes. Os detalhes de sua obra produzem familiaridade com características ainda presentes e é possível transmitir aos leitores

e conhecedores desta realidade uma identificação legítima da realidade socioespacial ribeirinha, bem como explicar ao leitor leigo nesta realidade de forma satisfatória.

Segundo Wagley (1957), a viagem para chegar a Itá, nome fictício de Gurupá em sua obra, requer um transporte bem vagaroso nestas águas, para conhecer uma cidade ribeirinha com traçado urbanístico “xadrez”, herança de Marquês de Pombal. Esta realidade, de casas disseminadas, da importância do transporte fluvial, é uma realidade presente.

A forma de colonização em toda a Amazônia é de pequenas casas disseminadas, próximas às vias fluviais, principais meios de transporte. Há dois caminhos terrestres, entretanto, que partem da cidade em direção este e oeste, estabelecendo comunicação por terra com as zonas rurais, durante o verão. Mesmo durante a estação seca, entretanto, cargas e carregamentos pesados podem ser transportados por canoa (Ibid., p. 53).

A cidade era de população pequena, pois no município, na época, constavam 7 mil habitantes. Sobre tal população, o autor reitera que seria melhor morar concentrada para que os recursos de saúde, por exemplo, pudessem ser aproveitados com mais eficiência, o que não era o caso. “A indústria é primitiva e quase inexistente” (ibid., p. 22), e a vida urbana fora marcada pelo auge e declínio da borracha. Em período de ascensão a cidade passara por construções de obras públicas, um semanário local com notícia regionais, nacionais e internacionais e uma relativa classe média. Tornara-se uma cidade-fantasma com a decadência do produto, com casas em processo de deterioração e o prédio da prefeitura, que havia se tornado um “elefante branco” com aspectos deprimentes.

A cidade, como parte da região da Amazônia, era exportadora de produtos primários, desde o período colonial e mesmo após a independência. Isso dificultava o acesso, muito caro, a bens manufaturados, exportados do exterior ou do Sul do país. As instalações públicas eram insignificantes para a população local, principalmente após a crise instalada. Iluminação pública, postos de saúde, equipamentos urbanos eram “insignificantes” do ponto de vista da utilidade e necessidade.

A hospitalidade era uma marca da população, e, ao ser chamado para dentro das casas, o “inevitável cafezinho” (Ibid., p. 49) era parte dos íntimos chamados para

a residência. A hospitalidade, o cafezinho e a paciência no atendimento eram parte hoje desta realidade.

As relações humanas eram marcadas pela vida em comunidade. As interligações eram fortes no ganhar a vida, educação dos filhos, práticas religiosas, o que promovia um forte sentimento de bairrismo, inclusive nas festas dedicadas aos santos, as quais a comunidade local identificava como “nossa festa” (ibid., p. 54). Os laços de família, parentesco e vizinhança eram traços fortes, nestes laços que promoviam o trabalho cooperativo, como o trabalho no cultivo, em que o dono da roça convidava vários homens para ajudá-lo, geralmente familiares. O anfitrião era o responsável para recebê-los e promover a alimentação, com o trabalho das mulheres, neste caso.

Outras questões sociais são apresentadas, na obra de Wagley, como a importância do controle da malária, a presença política pontual na localidade, fazendo com as que ruas fossem limpas nesta particular ocasião. Também aborda a carência do ensino público, com apenas 7 escolas primárias, cada qual com somente uma sala, professores com pouca qualificação e alunos com pouca frequência. Como exemplo dessa situação tão interessante, o autor relata que, em 1946, apenas um aluno conseguiu se certificar das séries iniciais e, em 1947, somente duas crianças (Ibid., p. 94).

Os prédios mais destacados de Gurupá eram a Igreja, a Prefeitura e os postos de Saúde. Isso nos permite-nos confirmar, inclusive, que são símbolos de uma sociedade dos notáveis, como Milton Santos afirmara sobre a pequena cidade no Brasil, na qual o médico, o professor, o tabelião, o político local são figuras importantes na típica vida de uma pequena cidade (SANTOS, 1993).

Com todas as dificuldades e carências apontadas por Wagley (1957), o mesmo se questionou a respeito dos pensamentos de sua época sobre regiões subdesenvolvidas, quando o determinismo climático era uma explicação aparentemente plausível para as regiões como a Amazônia.

A população esparsa, as péssimas condições sanitárias, os padrões de vida deploravelmente baixos e a ausência da indústria serão um indício de que o ambiente da Amazônia é um obstáculo insuperável ao desenvolvimento? (Ibid., p. 22).

Em algumas páginas o autor apresentara reflexões sobre esta pergunta. O clima, é capaz de “enfraquecer a vontade” como afirmou Ellworth Huntington, ou a

baixa estatura da população? A este respeito o autor afirmara que os homens são a espécie que mais se adapta ao clima, inclusive ao clima amazônico e que a altura não tem relação com a capacidade mental. O ambiente físico não é um obstáculo ao seu desenvolvimento, pois “todos os povos têm a mesma potencialidade para melhorar sua condição social” (ibid., p. 25, 34, 37).

Por fim, as barreiras do atraso da região amazônica são de natureza social e cultural, inclusive com problemas econômicos e sociais que não podem ser resolvidos apenas do ponto de vista local. É uma região ligada ao país e ao mundo exterior resultado de acontecimentos que não são puramente locais (Ibid., p. 99).

Este estudo de Wagley, na primeira metade do século XX, nos remete à ideia de que explicações reducionistas da realidade das cidades ribeirinhas, apesar de serem usualmente fáceis, não completam este quadro de proximidade e distância, de explicação da realidade local com interligações além do espaço presente. Nem as formas existentes, neste vasto colorido e multifacetado que são estas pequenas cidades. Sua antropogeografia requer um grande desafio de compreensão que conforme Gomes (2017), “envolve um raciocínio bastante sofisticado”.

CAPÍTULO 4 – O QUADRO GEOGRÁFICO DO RIBEIRURBANO

É possível, por exemplo, pensarmos em cena da vida comum como “quadros geográficos”. Elas também produzem sentido pelo conteúdo que ali transita; no entanto, em grande parte esse conteúdo é conotado pelo lugar em que a cena ocorre (GOMES, 2017, p. 96).

A compreensão desta antropogeografia das cidades ribeirinhas equivale a analisar as relações socioespaciais, que consideram o espaço de vivência, o cotidiano do indivíduo, suas relações próximas, redes sociais, situações e laços de proximidade, bem como este movimento desigual e combinado da totalidade espacial. É o desafio, inclusive, de perceber, que, apesar da presença do Estado, existe uma produção espacial da vida diária, onde as pessoas constroem sua própria existência, pois “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade – lugar*” (CARLOS, 2007, p. 17).

Nesta tese, entende-se que a totalidade espacial explica as relações entre o local, o regional, o nacional e o global, e nos oferece a possibilidade de análise a partir de uma perspectiva econômica, de intenções dos grandes conglomerados econômicos em junção com o poder do Estado Nacional. Contudo, em uma outra face desta realidade, está o sujeito que se situa no espaço, que produz o lugar, o habitar, o pensar, o viver em seu cotidiano, que revela os conflitos no mundo, mas se fortalece como o “homem do lugar”, em sua resiliência diária, na luta pela sobrevivência.

O mundo não é somente o espaço total no sentido das inter-relações entre Estados mediada pelos transportes e comunicações globalizados. Ele está ali (ou aqui), no lugar, onde pessoas vivem em uma lógica diferente daquela planejada para aquela localidade. Não que os objetos instalados ali não façam parte de suas vidas, ou que a presença do Poder Público não seja de seu interesse, pois todos os objetos ali presentes, todas as relações estabelecidas, fazem parte, ainda que em graus diferentes, do cotidiano.

Entretanto, apesar de pensar que a totalidade espacial contribui para situar o lugar no mundo, o total em si pode se tornar uma mera generalização e, assim, negar o lugar. Quando o lugar é apenas o contexto do que é geral, mundial, não é possível perceber detalhes da vida diária, do movimento do cotidiano, do cidadão que não é um simples quebra-cabeça de uma instrumentalização do global. Da mesma maneira, o lugar em si não explica suas formas-conteúdo e seus processos,

mas, sob o ponto de vista do agir urbano (AGIER, 2011) pode ser protagonista das pessoas que fazem a cidade na construção de sua existência.

Os cruzamentos destas relações produzem conteúdo para a vida ali presente, na produção do espaço, com forte conotação do lugar. E, para esta compreensão, é necessário realizar um recorte espacial para o esforço de análise do que é específico, e que, apesar de ter semelhanças com outros lugares, é possível identificar como o que pertence àquele espaço relacional.

Esse recorte espacial é um enquadramento proposital da realidade. Uma escolha selecionada para descrever e analisar este quadro socioespacial, seus elementos, formas e funções. Para isso, na construção desta antropogeografia, entende-se que o enquadramento são as cidades ribeirinhas, e pensar em quadro é buscar uma compreensão de que existe um contínuo jogo de transformações e permanências em uma dada localização, que se estrutura e reestrutura e que permite um material para a reflexão da Geografia, como uma maneira de ver e de pensar (GOMES, 2017), e que contribui para o planejamento urbano e regional.

Pensar em quadro é entender que a ação humana é capaz de produzir uma paisagem, um meio ambiente construído. Ao observar esse ambiente como um quadro, pode-se encontrar conexões de localização, multiplicidade de possibilidades de análise que estão expressas em uma determinada paisagem cultural, que, apesar de ser um recorte da realidade, obriga a considerar as coisas presentes como um conjunto, não como elementos isolados (GOMES, 2017, p. 36).

Um quadro geográfico¹³, por assim dizer, pode ser uma imagem, um mapa, uma pintura – tipos reais, concretos, que compartilham qualidade como localização e diversidade, reunidos em um enquadramento e por uma escala de representação proporcional. Ou de elementos textuais, descritivos – não de caráter exaustivo e sim analítico e relacional – em que, o cruzamento destas informações situadas em um mesmo plano, apresenta uma síntese destas múltiplas relações, formando, então, um sistema de informações geográficas. Essa imagem descritiva, mais do que apresentar os elementos visuais de maneira exaustiva, é uma forma de pensar, pois,

¹³ Discutir o conceito de quadros geográficos (GOMES, 2017), para esta tese, é um esforço de análise a fim de estabelecer relações entre as três cidades de estudo, como suas “semelhanças” e “diferenças”, para colocar, em relevo, destaques presentes no cotidiano e que são, desta maneira, objetos de investigação. Ainda, neste capítulo, sentimos a necessidade de iniciá-lo com uma construção teórica comparativa, com a discussão de quadros geográficos, do autor Paulo César da Costa Gomes, e a categoria de paisagem, tema tradicional na epistemologia geográfica, para apontar que o quadro geográfico não é uma paisagem estática, todavia, a paisagem oferece recurso para estabelecer uma relação de enquadramento, como ponto de partida de observação.

provoca o raciocínio, uma vez que torna coisas e relações visíveis (GOMES, 2017, p. 37, 57).

Assim,

Podemos, por isso, afirmar sem medo que construímos “quadros” para que eles nos deixem ver – não aquilo que já sabemos, mas aquilo justamente que nos é revelado pela análise das formas e das composições que se delineiam pelas infinitas escolhas que podemos proceder (GOMES, 2017, p. 57).

“Os quadros nos deixam ver”, pois, quantas coisas são como detalhes invisíveis no mais corriqueiro cotidiano, e, devido a isso, ignoramos na construção do local, da identidade espacial dos homens que ali habitam? Desta maneira, pensar em quadro, isto é, a partir de um recorte de uma realidade, possibilita perceber as composições que vão se delineando pela escolha aqui apresentada.

Estas composições são, de certa maneira, as coisas diversas, “juntas em um lugar” (GOMES, 2017, p. 25), o que confere pensar que estas relações são impostas pela sua localização e também pelo lugar, pois o espaço “é a casa do homem e também a sua prisão” (SANTOS, 2002, p. 264). Busca-se, neste enquadramento espacial, tal como um mapa, uma figura limitada, perimetrada, um entendimento sem partir de uma concepção externa, todavia, ao mesmo tempo, sem ignorá-la, como já discutido neste trabalho.

Outro fato é que, na análise deste quadro, não se deve confundir localização com lugar, embora possam se confundir como sinônimos diante dos contextos em frases já expressas. Contudo, não deixemos de considerar que as localizações mudam e o lugar não, como adverte Santos (2014b, p. 13). O lugar, sendo o conjunto de objetos e a localização um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar são, em soma, parte desta análise a partir da fisionomia espacial. Assim como trabalhos desenvolvidos por geógrafos clássicos sobre a fisionomia das plantas, pensar em quadro é observar a fisionomia do lugar, com a vida presente que anima, com as formas-conteúdo nesta realidade geográfica.

O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica (SANTOS, 2014b, p. 13).

A realidade geográfica desta tese é o lugar, as cidades ribeirinhas da Amazônia e a afirmação de que o processo de globalização, que afeta os lugares em diferentes proporções, não é capaz de “pasteurizar” as pessoas e os lugares numa total complexidade extra local. Ana Fani Alessandri Carlos afirma que “a globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço” (CARLOS, 2007, p. 36). Apesar dessa característica parecer se aplicar bem nas metrópoles, o processo de homogeneização não é repetitivo em todos os lugares, muito menos nos ambientes amazônicos.

Existe uma contra-realidade ao processo de globalização homogêneo, banalizador, fragmentário, consumista e que torna as pessoas submissas às mídias. Esta contra-realidade não nega a existência do exógeno, mas apresenta fatores de resistência em sua situação e posição ao que está em seu torno, endógeno, ao imediato à vista, ao, até mesmo, ignorado pelas forças contemporâneas globalizantes.

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2006, p. 96).

Assim, confirma-se que existe uma camada importante na produção do espaço que se conecta com relações globais, mas que produz o pertencimento, e, assim, a identidade por aquilo que lhe é significativo, cativo, próprio de sua história. Na compreensão das pequenas cidades da Amazônia, a partir do espectro da paisagem construída, é possível elaborar as relações sociais que lhe deram origem e que podem, no olhar mais profundo, comportar a observação dentro daquela paisagem das peças que realizaram sua composição e as mãos que lhe deram vida, pois a ideia de pensar a partir de quadro, leva-nos a observar os conteúdos, os valores daquilo que vemos e que antes parecia nada haver de admirável (GOMES, 2017, p. 134), todavia, agora, ganha valor de análise científica, como se pretende.

O quadro é mais que a paisagem estática, que o produto de mudanças irregulares ao longo do tempo, como partes, pedaços de tempos históricos representativos o qual Milton Santos afirmou como aquilo que vemos, o que a nossa visão alcança, a dimensão da percepção, que chega aos sentidos, com objetos construídos em diferentes épocas, mas negando ser o espaço. Segundo o autor, o espaço é aquele que tem vida e que anima as formas e que a paisagem são formas

que, num dado momento, exprimem heranças, um conjunto de objetos reais-concretos, transtemporal com a presença de objetos passados e presentes, isto é, paisagem é o que ficou construído, mas não explica toda a realidade (SANTOS, 2014a, p. 103 104)

Apesar de Souza (2013) afirmar que este conceito não é uma discussão consensual entre os intelectuais, especialmente os geógrafos, e que a paisagem

(...) é uma forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou por ideologia, nos “sugere” (SOUZA, 2013, p. 46).

Souza (2013, p. 57) justifica a importância do conceito de paisagem como um potencial meio para a pesquisa sócio-espacial, pois a paisagem cotidiana pode condicionar a forma como nos socializamos ao apreender a realidade de maneira alienada ou inalienada. Assim, podemos afirmar que o quadro é um espaço-paisagem, ainda que os autores aqui relacionados apresentem pensamentos diferentes.

O espaço-paisagem, nas palavras de Milton Santos, diz respeito “às formas múltiplas de organização que resultam em outras tantas aparências concretas” (SANTOS, 2013a, p. 75), considerando também não existe um acordo total entre espaço e paisagem, é uma busca permanente que nunca chega a um fim (SANTOS, 2014a, p. 104). Sendo assim, é um trabalho de análise e interpretação espacial das coisas, pessoas e fenômenos que nos permite julgar as proximidades e distâncias, neste enquadramento espacial. Neste espaço-paisagem, que “não impomos o deslocamento das coisas do lugar onde aparecem e vivem”, mas que nos incumbe de explicar porque as coisas estão ali e por que são diferentes quando aparecem em outras localizações, quer dizer, em outros lugares (GOMES, 2017, p. 144, 145).

Um desenho, um quadro, um mapa, um texto descritivo que estão limitados a um recorte espacial, bem como uma tabela, um gráfico ou uma descrição analítica são quadros geográficos que estimulam a imaginação, a construção de uma ideia espacial, e que nos levam a tecer relações no que outrora poderia ser apenas trivial. Mas não é este caso, pois o potencial de reflexão que nos é oferecido produz um conhecimento de um “mundo novo” naquilo que foi visto, mas nunca observado. Este é o desafio sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia.

Trindade Júnior (2011, p. 3) afirma que existe uma relação muito próxima entre os objetos espaciais que compõem a paisagem das cidades ribeirinhas da Amazônia e o seu histórico de ocupação, e que existe uma forte presença destes aspectos em uma realidade pouco afetada por um novo padrão de organização do espaço regional. José Aldemir de Oliveira aponta que sua aparência, muitas vezes de aspecto caótico, é o que permanece diante do encantamento que elas tendem a gerar à primeira vista, mas, este aspecto de equipamentos urbanos inadequados ou de carências pode, simplesmente, levar estas cidades apenas ao diagnóstico de crise. Na verdade, na busca de sua compreensão, no lugar da crise, podemos perceber como um lugar de virtualidades e de possibilidades (OLIVEIRA, 2006).

Sendo “herdeiras de espacialidades pretéritas que mostram processos contínuos e descontínuos no tempo e no espaço” e, portanto, em sua paisagem, as cidades ribeirinhas são resultantes de processos que resultam em uma dura vida, que é um sinal de resistência, “não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida” (OLIVEIRA, 2016).

Assim, para a construção deste quadro das cidades ribeirinhas da Amazônia e compreender o *ribeirurbano*, apresentam-se alguns estudos de caso.

4.1 A “narrativa” do ribeirurbano: o que as cidades ribeirinhas nos deixam ver

Quem quer que se proponha a conceituar a Amazônia, sob qualquer aspecto que seja, deve fazê-lo num sentido necessariamente lato, sem o que prejudicará essa conceituação. Como área ou fato geográfico, ela não comporta conceitos restritivos. Sob qualquer aspecto que a considerarmos ela será extensa, variando apenas os critérios com base nos quais avaliamos ou limitamos a sua grandeza (MOREIRA, 1960, p. 13).

Entende-se por narrativa não apenas uma mera descrição de um fato, como se justificasse por si mesmo, *in loco*, e como se o autor fosse totalmente imparcial em sua análise, trabalhando uma visão “pura” de uma dada realidade. Aqui, considera-se a construção de um quadro geográfico, do esforço em estabelecer relações, conexões em um enquadramento selecionado, sem perder o caráter crítico e sem inibir a contemplação de um espetáculo, que é a própria vida humana em uma determinada localidade.

Eidorfe Moreira (MOREIRA, 1961, p. 10) afirmou que “sem o homem, o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica” e isto equivale a compreender a ação humana sobre este espaço geográfico, que é a Amazônia

como produto da ação humana, seja em aspectos solidários ou em interesses unilaterais. Assim, o espaço é uma “estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2002, p. 63).

Tiemman-Arsenic (2010) realizou uma pesquisa de campo de caráter antropogeográfico sobre as comunidades ribeirinhas no vale do rio Negro e em Presidente Figueiredo, estado do Amazonas. Estas localidades encontram-se com algumas características em comum: o uso dos recursos locais para a sua sobrevivência em conflito com as exigências ambientais normativas, a ausência de um sistema de saneamento básico e a perspectiva temerosa para o futuro, pois a maioria dos entrevistados em ambos os locais acreditam que os filhos irão deixar o lugar em busca de melhores condições de vida.

Neste artigo, Tiemman-Arsenic (2010), ainda apresenta algumas diferenças entre as localidades que se referem à fonte de renda e a percepção sobre a floresta. No rio Negro, a fonte de renda vem de forma variada, pois a maioria das pessoas tinha membros da família com outra fonte de renda que não são da pesca, da agricultura, pecuária ou extrativismo, o que demonstra o conjunto familiar na luta pela sobrevivência, na busca de outras alternativas, como as atividades ligadas ao turismo.

Em Presidente Figueiredo, a dependência da família em relação à renda de apenas um membro correspondia à maioria dos entrevistados, quando este membro era o único que possuía outra renda além da caracterização de renda local, como atividades ocasionais, aposentados, trabalhos como mecânicos ou trabalhadores do campo (Ibid., p. 133)

Por fim, a relação emocional com o espaço de vivência apresentou variação entre os diferentes lugares. A população no rio Negro apresentou uma maior significação com o local e a floresta diferentemente da população de Presidente Figueiredo. Esta, tem uma maior percepção da floresta como abastecimento e como fonte de renda do que a população de Presidente Figueiredo e isso se deve à própria preservação da floresta no primeiro caso, além da vida mais simples, ligada à natureza (Ibid.).

No rio Negro, a população habita ali há várias gerações, enquanto Presidente Figueiredo é uma colonização agrária do governo, mais recente. Isso vai refletir inclusive no sentimento de que os filhos buscarão a melhoria de suas vidas em

outros lugares, fato mais marcante no segundo caso. Quando o local é recurso e não identidade, as pessoas projetam um futuro em outro lugar, caso ocorra (Ibid.).

Podemos perceber em ambos os casos, que a relação de interesse com o local na busca de fonte de sobrevivência é conflitante com interesses nacionais e internacionais. Estes últimos, embasados nas leis ambientais que garantem inclusive um “mercado sustentável”, apresentam dificuldades para os habitantes que buscam possibilidades de sobrevivência, as quais passam a se tornar limitadas. Concluimos que um fator externo interfere mais no processo de uma possível expulsão da população mais jovem do que a atração da modernidade, pois esta é uma característica do ribeirurbano: o local é o projeto de construção de sua vida, em primeiro lugar.

Daniela Alvez Carvalho (CARVALHO, 2014) apresenta o município de Fonte Boa/AM, que tem uma população dependente de atividades primárias, principalmente o pescado, no caso, o pirarucu. As políticas ambientais têm modificado as relações sociais, ambientais e econômicas no município, bem como causam impacto em sua rede urbana. Segundo a autora, “a modernização chega a essa cidade pelas políticas ambientais” (Ibid., p.109).

O manejo sustentável do pirarucu chegou por meio das políticas públicas ambientais e se tornou responsável pelo processo de produção do espaço e transformação da natureza na cidade: primeiro, existe uma territorialidade imposta pelo Estado que implica no aspecto físico do território, isto é, sem levar em conta as relações existentes anteriores às políticas ambientais. Segundo, ocorre um conjunto de ações que levam em consideração desde o ordenamento territorial ao licenciamento, fiscalização e monitoramento desta atividade sustentável, o que criou espaços regulados (Ibid.).

Para a autora, apesar do setor pesqueiro assegurar a manutenção econômica da população e do comércio da cidade de Fonte Boa, isso não gera receita para o município, que continua dependente de repasses do Governo Federal, mas a rede urbana da cidade se consolida por estas *funções não urbanas*. É neste espaço urbano que a atividade do manejo se materializa, onde ocorre a comercialização, o planejamento, as reuniões das associações de pescadores.

Essa rede urbana se consolida entre cidades que possuem desde o mercado consumidor do produto até a estrutura de frigoríficos que favorece o desembarque

do peixe de Fonte Boa, como os municípios de Manacapuru, Jutá e, principalmente, Manaus.

O setor pesqueiro é que assegura a interação econômica da população e do comércio local da cidade de Fonte Boa, pois a expansão da comercialização do pescado constrói diferenciados circuitos de vendas de mercadorias deslocados de outros centros de produção já mencionados. Percebe-se que, apesar da integração econômica, essa atividade não gera receita para o município. Apesar de ele ter uma instituição – IDSF – que gerencia os recursos naturais, porém não prevê uma cobrança de imposto sobre o setor de produção do pescado (CARVALHO, 2014, p. 125).

Ocorreram transformações significativas no município em Fonte Boa, com destaque para a área urbana, uma vez que toda a legalidade da atividade de manejo, as inovações, as tecnologias, a atuação de seus agentes provém de um Estado regulador que é urbano. O espaço como mercadoria, novos valores “sustentáveis” e de relações com a atividade pesqueira, bem como sua comercialização ocorreram. Além disso, os agentes locais em muito contribuíram para a consolidação de uma rede de municípios, apesar de permanecer a dependência de recursos dos governos estadual e federal. Apesar destas mudanças, a gestão municipal continua a não cobrar IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano).

De todas estas mudanças, e não necessariamente negativas, o peixe “configura o urbano e é o urbano, pelas instituições ambientais que reconfiguram o rural na região” (Ibid., p. 129), sendo esta rede de solidariedade uma peculiaridade do ribeirurbano onde o rural e o urbano são presentes nos fluxos e se “confundem” no próprio espaço urbano, em seus aspectos paisagísticos.

Em Lábrea, estado do Amazonas, Santos (2014c) apresentam uma população que mantém na cidade a prática advinda de uma cultura da zona rural ainda permanente: as hortas urbanas. Além de consumo para a própria família, esta prática contribui para uma complementação da renda no orçamento. Isso é uma herança histórica que vem desde a crise da borracha, quando as famílias instaladas às margens dos rios desenvolviam atividades agrícolas.

É “um saber local” (Ibid., p. 139) que passa de pai para filho na manutenção do hábito na cidade. “No cotidiano do povo labrense evidencia-se, nos bairros da cidade, a produção de hortaliças suspensas nos quintais das casas, atividade muito difundida na região amazônica” (Ibid., p. 137). Isso é, de certa maneira, uma

herança rural presente em outros lugares, sendo em Lábrea uma produção que atende à demanda alimentar da cidade, apesar de necessitarem de complemento com abastecimento de fora.

Esta estratégia de sobrevivência, com políticas públicas ineficientes, tem uma significativa contribuição para a segurança alimentar da população e contribuição econômica com a cidade, pois, apesar de o Estado, apesar de sua ausência ou presença, o ribeirurbano produz a sua própria existência.

Estas cidades ribeirinhas são parte da Amazônia dos grandes rios. Eidorfe Moreira (MOREIRA, 1960, p. 84) ao citar Edison Carneiro, sobre a importância dos rios, afirma que é uma população que “vive *do* e *no* rio, submissa e dócil aos seus caprichos”. Aqui não se pretende estabelecer um determinismo geográfico, mas o caráter condicionante das águas, que é uma marca indelével deste espaço.

Edison Carneiro aponta que na Amazônia até as moradias se estendem de maneira longitudinal, acompanhando as margens dos rios, “em vez de penetrar a terra firme e criar condições de vida autônoma, sem tanta dependência do meio físico” (CARNEIRO, 1980; p. 159). É este ribeirurbano que, às margens das águas, estabelece sua vida, seu local de transporte, seu horizonte diário e constante.

Aguiar *et al.* (2014, p. 152) confirma esta realidade, pois a população ainda mantém “relação íntima e direta com os rios”, que “condicionam a vida ribeirinha, funcionando como artérias que interligam cidades e as abastecem”. O período de cheias e baixas dos rios alteram a constância destes fluxos, inclusive a variação dos cardápios na mesa do morador destas cidades.

Segundo o autor, a pesca, em algumas cidades, no período de cheias, torna-se difícil, o que afeta a cesta básica da população. E como existe uma impossibilidade de cultivo em área de várzea neste período, a importação de produtos oriundos de Manaus, ainda que venham garantir o abastecimento local, onera os custos de alimentação. Em Manacapuru, estado do Amazonas, uma cidade-rio, a produção de gêneros alimentícios *in natura* é amplamente utilizada, tanto para subsistência quanto para agricultura comercial.

Com a proximidade da capital Manaus, ainda mais pelo acesso rodoviário, houve uma maior garantia de produtos industrializados. Apesar de onerar, existe uma mínima variação dos preços destes produtos possibilitada pela rodovia, que também significa uma possível transformação em um futuro próximo. A agricultura familiar ainda é significativa e seus preços variam no mercado em períodos de

produção. O sistema urbano-hidrológico é impactante em termos econômicos em Manacapuru (AGUIAR *et al.*, 2014).

O autor comenta que Óbidos, estado do Pará, se encontra longe de sua capital, Belém, todavia está próximo de um centro agropecuário, a cidade de Santarém, na qual se origina parte de seu abastecimento. A cesta básica em Óbidos também apresenta variação diante do regime dos rios, sendo menor do que Manacapuru para produtos industrializados, mas para o peixe, um produto *in natura*, uma maior oscilação. De uma maneira geral, a variação do preço dos produtos é mais intensa em Manacapuru do que Óbidos, mas o sistema hidrológico tem significância para as duas cidades (Ibid.).

Apesar de transformações que as duas cidades possam sofrer futuramente, seja pela construção da rodovia em Manacapuru, que a conecta com Manaus, seja pela proximidade com Santarém de Óbidos, o rio é fundamental nessa relação espaço-sociedade do ribeirurbano. Essa relação que, de certa maneira dependente das cheias, é um fator importante para compreender sua base alimentar, na qual produtos industrializados sempre são mais caros e a permanência da alimentação local é preponderante nesta realidade.

Moraes (2014) aponta que estas relações que envolvem, inclusive, a cesta básica ou a pesca, se estabelecem por redes urbanas, para as quais, sugere o autor, “as políticas públicas devem também ser pensadas em rede” (Ibid., p. 169). Cidades do estado do Amazonas, na obtenção de produtos de sua cesta básica em períodos de enchentes, por exemplo, buscam suprir com intermédio de outras cidades. Algumas buscam diretamente de Manaus, como Coari, outras buscam abastecimento em cidades menores, como Tefé em relação a Uarini e Alvarães. Um outro fator importante nesta relação, característica do ribeirurbano, é este relacionamento em redes sociais independente de uma intervenção ou intermediação por meio de políticas públicas. São as redes autônomas de solidariedade e sobrevivência.

Estes estudos realizados e publicados na obra organizada por Tatiana Schor (2014), “Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira”, apresentam vários aspectos que configuram a realidade das pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia (figura 20). O estado do Amazonas apresenta aspectos marcantes desta realidade, e nesta tese, o intuito de explorar estes artigos não é, necessariamente, enfatizar o objetivo principal do mesmo. Sem diminuir sua importância e reconhecendo o entrelaçamento dos

fatos, aqui a intenção é elencar aspectos do que objetivamos construir: o conceito de ribeirurbano.

Figura 20 – Cidades – rio.



Legenda:

- Cidades - rio

Fonte: Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (2018)

Em 2010 foi realizada uma dissertação de mestrado sobre a cidade de Ponta de Pedras/PA (MONTÓIA, 2010). Essa é uma cidade ribeirinha com aspectos semelhantes às apresentadas até aqui. Sua área urbana é relativamente aglomerada, com moradias no sentido longitudinal dos rios e a extensão para a área de terra firme, com casas que mesclam entre construções de alvenaria e madeira, comércios locais dos mais variados, a representação do Poder Público local em seus prédios e a vida simples que segue o movimento de chegada de pessoas e produtos diante das marés (figura 21).

É uma população acostumada a viver no local, que enfrenta as dificuldades, mas que permanece, com a presença marcante de nativos do próprio município, de pessoas advindas das diferentes comunidades e que compõem a sua mancha urbana, com presença do açaí em sua base alimentar e fortes ligações com o local, pois “é filho da terra” (Ibid., p. 83).

Incoerências entre a realidade local e a ação do Poder Público em suas diferentes esferas foram encontrados, como a suposta participação popular na elaboração do Plano Diretor Municipal para cumprimento formal da Lei, segundo a qual, até o ano de 2006, municípios com interesse turístico também deveriam ter seu plano elaborado, como era o caso de Ponta de Pedras (MONTÓIA, 2010).

Figura 21 – Cidade de Ponta de Pedras, ano de 2009.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Casa de palafita em área de várzea; casa de arquitetura colonial abandonada; vista de parte da diocese; Avenida Antonio Malato; Avenida 30 de Abril; orla da cidade/ local de chegada e saída.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2009.

Outro estudo apresentado por Rangel (2011), sobre o programa habitacional do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” (figura 22), em que o processo de inscrição e seleção dos contemplados para distribuição das casas ocorreu de maneira nebulosa, em um processo turvo, no qual pessoas de certa maneira ligadas a agentes do Poder Público local foram beneficiadas, em uma clara demonstração da presença política clássica nas pequenas cidades da Região, conhecida como coronelismo. São evidências de ações perniciosas do poder político, as quais é possível se encontrar em outras localidades do Brasil, mas que, nestas cidades¹⁴, denotam uma prática diária através da qual a vida local pode ou não se beneficiar, pois este ribeirurbano tem uma relação com a vida política local que é uma mistura entre apatia, oportunismo, desconfiança, rejeição e uma tênue reciprocidade.

Figura 22 – Início do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2011.



Início das construções do programa habitacional em terreno localizado na Rodovia Mangabeira, hoje um bairro denominado Conjunto Habitacional Pedrolândia.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2011

Lima (2017), em trabalho desenvolvido sobre saúde e globalização em Ponta de Pedras, identificou situações de descarte de lixo inadequado, condições de habitabilidade duvidosas, situações de surgimento de sintomas de saúde como hipertensão, colesterol elevado e diabetes, diante de relativas mudanças no cardápio da população, que passou a consumir mais produtos industrializados,

¹⁴ Estas cidades são o objeto empírico de estudo desta tese, ou seja, a realidade constatada.

devido ao aumento de seu poder de compra com a crescente renda advinda da produção do açaí e de programas de transferência de renda.

Contudo, a autora demonstrou que em sua maior parte, o cardápio desta população ainda tem o predomínio dos produtos locais, como peixe, camarão, tapioca, mandioca e o açaí, sendo compreensível “devido à própria disponibilidade dos produtos” (Ibid., p. 167-168). Ainda assim, apesar do açaí e do peixe serem primeiras opções em sua mesa, os jovens têm consumido produtos processados em sua alimentação, o que demonstra uma possível mudança cultural. Esse fato será discutido ainda nesta tese.

Estes e outros autores, além de apresentarem as dificuldades dos locais, os desencontros entre as reais necessidades da população e as ações contraditórias do Poder Público, também buscaram compreender uma série de relações que compõem o quadro destas cidades, como fatores que denotam a peculiaridade que a pluralidade das cidades ribeirinhas apresentam e como estas características “se comportam” diante de ações homogêneas sobre o território.

Como afirmou Rangel (2011, p. 81)

Peculiaridades como essas, citadas anteriormente, são intrínsecas à cidade de Ponta de Pedras [...]. A relação que a população tem com o rio é muito particular, uma vez que os rios são considerados as vias por onde essa população local mantém contato com seus parentes mais distantes e também é por onde acessam os recursos e serviços da cidade. São famílias inteiras, circulando por canoas, rio acima e rio abaixo. São crianças que se deslocam manhã e tarde a caminho da escola, são chefes de famílias que saem de seus sítios rio afora para efetuar suas compras na cidade.

Ao considerar o rio como um elemento preponderante nesta realidade, como na cidade de Ponta de Pedras, têm-se aí, um elemento natural do espaço geográfico que produz resultados sociais: a vida humana que circula, os produtos que vêm e vão entre as cidades e que somam tempo e preço pela distância; os pensamentos de melhoria de vida, de planejamentos sobre formação escolar, propostas políticas, que estão, de certa maneira, “sobre o rio”. E existe do outro lado do rio a política pública pensada, que facilmente é conduzida pelas rodovias interestaduais em projetos, equipamentos, construções, objetivos digitados em planilhas com valores preestabelecidos em âmbito nacional, que têm como imaginário de transporte o asfalto, e que entra em conflito aqui, pois se trata do rio (figura 23).

Os resultados sociais não existem pela presença do rio em seu aspecto físico, como um elemento natural, de Natureza Primeira, mas pela presença humana que está sobre ele e que o ribeirurbano considera todos os dias para realizar viagens, consultas médicas, busca de trabalho, a produção de redes sociais e que ele vai em busca e, novamente, volta para casa. O rio aqui é Natureza Segunda, parte do espaço geográfico como instância da sociedade, que faz parte do movimento dialético da sociedade, na qual, entre a forma e conteúdo, faz parte do todo social (SANTOS, 2002, p. 203). É parte do todo social das cidades ribeirinhas da Amazônia.

Ao considerar este elemento presente por toda a parte, compreendemos o que Rangel (2011, p. 84) apontou: que, apesar de “aspecto bucólico e tranquilo”, existe uma relação existencial destas cidades com as forças produtivas externas. Em Ponta de Pedras, o açaí é fato marcante, sendo o município considerado como grande produtor deste fruto, algo também destacado por outros autores (LIMA, 2017; COSTA *et al*, 2016; VALOTA, 2015; OLIVEIRA, 2015), em cidades que têm como rio, a via principal.

Figura 23 – As Cidades-Rio: Afuá e Ponta de Pedras/PA; Mazagão/AP.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: vista do trapiche/ entrada pública para Ponta de Pedras/PA; vista da orla de Mazagão/AP que guarda suas raízes ribeirinhas; trapiches particulares de residências em Afuá/PA; entrada para Mazagão/AP por meio da ponte Washington Elias dos Santos, no rio Matapi.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2015 e 2017.

Apesar de carências, dificuldades, desafios diários impostos a esta população, Lima (2017, p. 178) apontou que existe uma forte relação do habitante com o lugar, pois este é sua identidade. Dos 350 formulários aplicados às famílias de Ponta de Pedras para sua tese, a autora constatou que “apesar da precariedade das condições de habitabilidade, mais de 60% da população acima dos 40 anos relataram gostar de morar em Ponta de Pedras”. Os valores pelas relações locais são aspectos do ribeirurbano, como destacou a autora: “sentimento às relações familiares e de amizade, ao ambiente privilegiado da vegetação local, ao rio como atrativo principal de economia e lazer, bem como à tranquilidade local” são itens importantes que a população valoriza como qualidade de vida.

O bairro Carnapijó, formado por uma população que habita esta área de várzea em Ponta de Pedras é outra realidade emblemática nesta cidade. Considerado uma espécie de periferia, a população do bairro Carnapijó escolheu como um dos critérios para se instalar nesta localidade com estas características fisionômicas, além dos terrenos baratos, o ambiente de várzea que era familiar aos locais em que dantes estava instalada. É um processo de ocupação que ocorre há mais de 25 anos e a população está diante de um ambiente que sofre influência das marés diariamente, fato evidenciado por Valota (2015, p. 94-95):

Segundo os moradores do Bairro Carnapijó, a variação das marés ao longo do dia não interfere no seu cotidiano. Contudo, nos períodos de cheia (inverno), quando ocorre o aumento do nível das águas, os moradores afirmam que trabalha-se menos e, como consequência, há redução no valor da renda da família. No verão, período em que as chuvas são menores, o morador trabalha mais e tem a possibilidade de aumentar sua renda mensal.

Moradores do bairro ainda carregam consigo a cultura da pesca, uma herança dos seus antepassados e fazem uso dela principalmente para consumo, o que corresponde a 47% da população dos entrevistados pelo autor. É um “complemento do cardápio alimentar” (VALOTA, 2015, p. 99).

Morar em ambiente de várzea (figura 24) é uma predominância na formação urbana da Amazônia. Essa população que migra de áreas rurais, o “interior”, vai para estas localidades nas áreas urbanas que são, normalmente, áreas periféricas da cidade. São ambientes vulneráveis à ocupação humana, mas é a oportunidade que a população encontra para estabelecer sua residência, na busca por melhores condições de vida (VALOTA, 2015, p. 131).

Sandra Costa *et al.* (2016) afirma que, em Ponta de Pedras, mais de um terço dos moradores da cidade habita em área de várzea, uma paisagem fluvial urbana, geralmente desconsiderada pelas políticas públicas, que são ineficazes em dialogar com a população sobre suas reais necessidades: “A população, por seu turno, fica à mercê de si própria na busca de oportunidades de sobrevivência, adotando padrões e modos de vida restritos ao status quo urbano”.

Oliveira e Costa (2018, p. 164) ainda apontam que existem relações entre a percepção dos moradores do Carnapijó com o meio ambiente, principalmente por se tratar de uma área de várzea que apresenta esgoto das casas descartado no rio e lixo por baixo das casas de palafita, sendo que a percepção da população com a degradação ambiental é diferente da realidade de outros lugares. Uma minoria consegue perceber que, por exemplo, descartar o esgoto sanitário direto nos rios é ruim para o meio ambiente. Isso se deve ao fato de que existe uma abundância dos recursos naturais na região. Assim, o pensamento predominante é de que de o esgoto sanitário e os resíduos sólidos não geram danos ao meio ambiente.

Figura 24– A Floresta Urbanizada de Ponta de Pedras – PA.



Ambiente de várzea em área urbana de Ponta de Pedras/PA.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2015, 2017, 2018

Isso se deve ao fato de que a convivência com o meio natural é tão intrínseca que a população não percebe a questão ambiental de maneira urgente como nos grandes centros urbanos e suas proximidades, onde existe um constante discurso de proteção, preservação, ao lado de uma aparente ausência da natureza, fato este

diferente nestas cidades ribeirinhas da Amazônia. Apesar de conviver com lixos nas áreas de igarapés, água sem tratamento ou o esgoto sendo lançado no rio (figura 25), a sua percepção sobre estas situações é menor, pois os elementos naturais são grandiosos, abundantes e constantes na percepção do local. Não significa que é um elemento ignorado, significa apenas que a maneira como a população convive com esta realidade é outra.

Figura 25 – Preocupações Ambientais, Floresta, Rio e Várzea.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Local de despejo de lixo urbano em Ponta de Pedras/PA; canalização de água e lixo por baixo da palafita em Ponta de Pedras/PA; lixo por baixo de casa em Afuá/PA; roupas sendo lavadas em casa em ambiente de várzea de Ponta de Pedras/PA; esgoto a céu aberto em área de várzea em Mazagão/AP.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2016, 2017

Questão ambiental, geração de empregos, transporte de mercadorias e pessoas, acesso à saúde adequada, infraestrutura urbana que atenda à demanda populacional, transparência na gestão dos recursos públicos e das ações em conjunto com os moradores são parte desta gama de desafios que estas cidades apresentam, bem como sua regularização fundiária¹⁵. Para Costa *et al* (2014), o Estado não pode ignorar esta realidade, inclusive, deve seriamente levar em consideração que este urbano é peculiar e que não pode ser ignorado “pelos tomadores de decisão”. E uma discussão

¹⁵ Estes aspectos são encontrados em várias cidades brasileiras, mas completam o quadro deste contexto, entre outros aspectos apresentados.

[...] que precisa avançar, em relação à regularização fundiária nas cidades da Região Amazônia, refere-se a essa noção de urbano e à percepção da população e do poder público locais sobre as formas de apropriação desse espaço, discussão importante para subsidiar a elaboração de políticas regionais que viabilizem o desenvolvimento regional com qualidade de vida (COSTA *et al*, 2014, p. 138).

Ponta de Pedras, como outras cidades do Delta do Rio Amazonas, apesar de não oferecerem serviços suficientes para a população, como o serviço de água, proximidades com comércio e escolas, entre outros, são polos que atraem as populações em busca de melhoria de qualidade de vida em suas mais diversas formas de acesso. Uma atração que estas cidades exercem está inclusive em sua identidade permanente com “fortes vínculos com o ambiente rural, ribeirinho, do seu entorno, em termos de relações sociais e atividades econômicas” (COSTA; ROSA, 2017, p. 94), como constatam os diversos autores discutidos até aqui.

Não são cidades “estacionadas no tempo”. Apesar de sua paisagem construída compor um mosaico de tempos diferentes em suas construções, de estabelecimentos inacabados, deteriorados pela ação do tempo, ou da impressão de incompletude, são cidades que sofreram ações ao longo dos anos. Projetos de vínculos estatais, outros ligados a empresas como cooperativas, são fatos que estão no enredo da história destas cidades, bem como a evidência de verdadeiras próteses serem instaladas em sua área extra-urbana, isto é, no território municipal, a fim de estabelecer uma relação de comércio global com uma lógica estranha ao lugar.

Em Barcarena/PA, o urbano é singular (figura 26). A cidade ribeirinha que guarda características semelhantes a outras desta vasta e colorida região está presente. A presença da feira, do porto, da chegada e saída dos barcos que marcam sutilmente a “hora em que a cidade acorda”, dos comércios informais, das ruas sem asfalto, das casas de madeira, dos hábitos ligados ao clima local estão presentes nesta cidade da floresta, na qual, segundo Carmo (2015, p. 96) afirma que “a mesma não foi usada para agregar a modernização do espaço”.

Figura 26 – Paisagens Urbanas Desiguais em Barcarena/PA.



Bairros irregulares e Vila dos Cabanos, Barcarena/PA.
 Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2013.

Todavia, Barcarena é um município que apresenta duas realidades urbanas distintas: a chamada velha Barcarena, ribeirinha, reconhecida como área urbana deste município, e a Vila dos Cabanos, um núcleo urbano com uma infraestrutura adequada à modernização de uma indústria extrativa de recursos naturais, com proximidade de Belém, que recebe investimentos para atrair trabalhadores voltados à área. Com arruamentos padronizados e largos, presença de hipermercados, sistema particular de saúde, escolas particulares de ensino fundamental e médio, a Vila dos Cabanos, planejada para receber trabalhadores da empresa Albrás/Alunorte, apresenta uma realidade distinta e que torna Barcarena um município com a presença de duas cidades diferentes (CARMO, 2015).

Em contraponto, a Vila dos Cabanos se caracteriza como uma cidade na Floresta, porque ela não somente possui toda a modernização e infraestrutura, mas principalmente por estar articulada a áreas externas à região, além de não ter nenhum vínculo com os recursos da floresta. Os modos de vida que estão presentes na Vila dos Cabanos refletem muito mais uma negação à antiga realidade que estava ligada aos costumes tradicionais da vida do caboclo (CARMO, 2015, p. 96).

No município de Barcarena fica confusa, nebulosa, a categorização entre rural e urbano (figura 27). A autora constatou que segundo a setorização do IBGE, a Vila dos Cabanos, uma área notadamente urbanizada, é considerada área rural. Por fim,

a velha Barcarena, a cidade-sede, apresenta estes elementos, por assim dizer, clássicos de uma cidade ribeirinha. Sendo “representante da vida local ribeirinha, fica evidente a dependência dos benefícios sociais e a predominância de trabalhos informais”, reitera a autora, “algo muito comum nas pequenas cidades” (CARMO; COSTA, 2016, p. 301, 303).

Moreira (2016) apresentou “velhas consequências” de uma urbanização “espontânea” com um Estado que ignora as necessidades da população. Os bairros São José e Luz Divina são áreas irregulares em Barcarena, com população atraída pela esperança do mercado de trabalho. São locais com deficiências nos serviços urbanos, que são precários ou simplesmente não existem nesses bairros, como problemas com coleta de lixo, ausência de asfalto ou arruamento, dificuldades de locomoção, entre outros reveses. É resultado de um planejamento urbano de *pontualidade espacial*, isto é, aquele planejamento mercadológico com vias de atender uma demanda empresarial, por muitas vezes uma multinacional, que delimita um lugar, instala a infraestrutura necessária na busca do lucro, em que os seres humanos também são recursos e assim, podem ser opcionais e descartáveis, pois, onde a centralidade é o dinheiro, os seres humanos tornam-se elementos residuais (SANTOS, 2006, p. 146).

Figura 27 – Fisionomia Urbana em Barcarena/ Vila dos Cabanos – PA.



Aspectos do urbano em terra firme na Vila dos Cabanos e da “Velha” Barcarena ribeirinha.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades/ Carmo, 2015.

Nenhuma localidade está distante das lógicas perversas do capital. Corroborando com Bacelar (2008), o capital cria suas articulações, que atendem às suas demandas, por isso atua nestes locais que são considerados *periferias* do sistema mundial de maneira pontual. Não existe uma preocupação em criar igualdade, em minimizar os efeitos nefastos de uma política econômica que atende a conglomerados. Contudo, apesar do capital criar suas redes lucrativas e ignorar o habitante daquele lugar em seu pleno desenvolvimento humano, não é capaz de minar a resiliência do ribeirurbano.

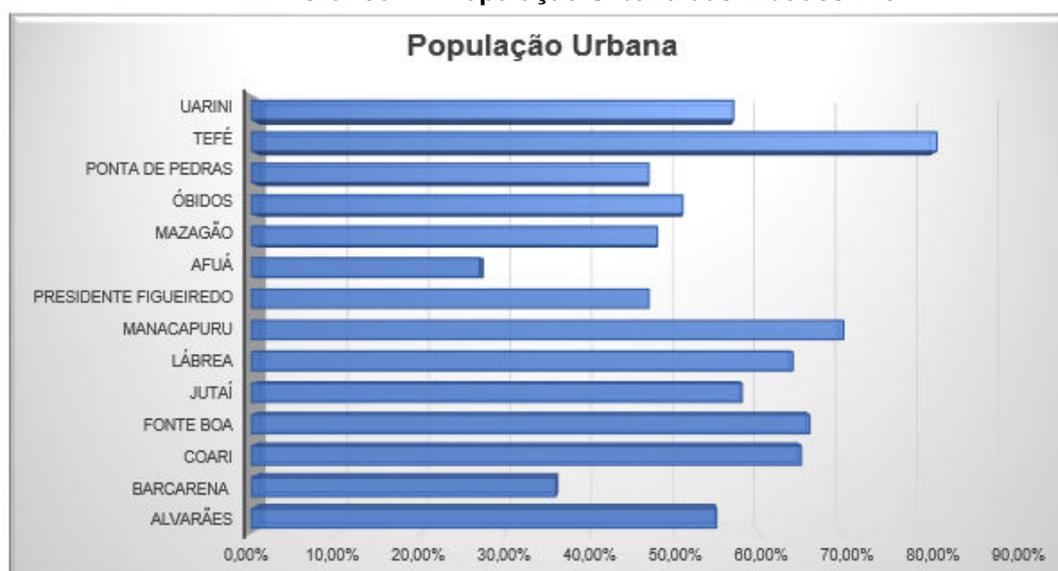
Outro fato que devemos deixar claro é a compreensão da diferença entre município e cidade. O município é a menor unidade administrativa delimitada no Brasil. Nele se completam a população urbana e rural. A população urbana vive em um perímetro urbano que pode ser definido como zona urbana ou cidade, uma delimitação estabelecida pela prefeitura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, no Brasil, cidade é a sede da administração municipal, mas a urbanização vai além desta realidade, produzindo espaço e modo de vida. O que procuramos destacar até aqui são as ações na cidade, embora em alguns momentos foram ultrapassadas deste âmbito urbano.

Podemos ainda perceber que a maioria destes municípios discutidos neste capítulo tem 50% ou mais de população urbana (gráfico 1). Contudo, os autores confirmam que todas as relações econômicas e sociais, seja do manejo para pesca, da produção de alimentos locais, de projetos públicos são pensados por um Estado urbano e decidido nesta esfera espacial, o que implica em compreender que urbano é este, o qual podemos caracterizá-lo como peculiar, específico às cidades ribeirinhas da Amazônia.

É este ribeirurbano que procuramos compreender. Em todos estes trabalhos apresentados podemos perceber que as cidades podem ter a presença do Estado em sua regulação ambiental, a presença das políticas públicas nas obras que mudam o aspecto da ligação do rio quando uma ponte é construída, por exemplo; programas de transferência de renda e de projetos habitacionais; o fato global na presença de uma multinacional instalada que produz certos efeitos naquela localidade, como aumento de renda e produção da pobreza. Entretanto, como resistência e como identidade, a presença do ribeirurbano é constante nesta realidade.

Desde Charles Wagley a Edison Carneiro, de Eidorfe Moreira e Bertha Becker à produção de autores como Tatiana Schor, Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior, José Aldemir de Oliveira, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Sandra Maria Fonseca da Costa e os autores do Laboratório de Estudos das Cidades da Universidade do Vale do Paraíba, uma gama relevante de estudos realizados sobre a Região da Amazônia demonstram características permanentes nas cidades ribeirinhas, seja em seu aspecto paisagístico, como no modo de vida do habitante local, o que leva a criar mais uma classificação nesta pluralidade regional e que chamamos de ribeirurbano.

Gráfico 1 – População Urbana das Cidades-Rio.



Fonte: IBGE, Censo de 2010

É este o ribeirurbano: a tríade lugar, habitante e o modo de vida. As cidades ribeirinhas têm seu aspecto paisagístico significativo: as casas que estão instaladas no sentido do rio, com intenção de chegada e saída, de obtenção de recursos, pois as águas são “uterinas” em sua topofilia. É um modo urbano/rio/floresta, em uma produção dialética entre sociedade e natureza, ambos elementos de produção espacial como um conjunto indissociável entre sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2014a), pois, este recorte espacial, que configura a paisagem das cidades ribeirinhas, é o espaço produzido pela busca de melhores condições de vida.

As habitações em área de várzea, uma característica fundamental nesta região, já apresentada neste capítulo, é a produção do espaço pelo habitante local,

permanentes neste espaço como rugosidades, pois é uma construção constante do modo de vida ribeirinho, percebido por vários autores de épocas diferentes e cristalizadas neste espaço ribeirurbano. Estas casas em ambiente de várzea se reproduzem até mesmo em áreas de terra firme, não sendo apenas de madeira, mas em formato de palafita, é a forma-conteúdo de um modo de viver que compreende a presença da floresta e do rio, mas que, ainda assim, é urbano.

Milton Santos (2014a, p. 40) afirma que não são os objetos no espaço geográfico que determinam os próprios objetos, mas o espaço que os determina: os objetos são organizados segundo uma lógica e utilizados segundo uma lógica. É uma harmonia entre a história, a cultura, a relação dos seres humanos com o espaço geográfico, de modo que então podemos definir como ribeirurbano a própria instalação dos objetos nesta cidade ribeirinha: como são e onde estão como reflexo de um modo de vida e uma harmonia que reconhece o urbano/rio/floresta.

É uma paisagem que guarda em si os diferentes estágios que não apenas designaram a ação dos agentes produtores de regulação normativa e atividades econômicas, como o Estado e as empresas, mas que reflete o caráter local das relações sociais que produziram no espaço urbano o sentido característico de vida, entre natureza, relações sociais, pobreza, uma “dura vida” mas, que ainda assim, é “outra vida” (OLIVEIRA, 2016). Esta artificialização neste ambiente equatorial entre rios, floresta e aglomeração é uma organização social que objetiva a proximidade para as necessidades pelos serviços imediatos, como comércio, hospital, escola, consumo.

O ribeirurbano é um espaço que pode ser percorrido a pé em um tempo de no máximo uma hora, vinte minutos, trinta minutos, a depender da cidade ribeirinha, com uma noção de distância imediata. Diferente das longas distâncias percorridas pelo rio, seja para a entrada da própria cidade, vindo de outras cidades, e até mesmo as longas distâncias percorridas entre o interior e a área urbana. Este espaço ribeirurbano é uma alternativa de proximidade, em contraponto às longas distâncias produzidas pelos rios.

O ribeirurbano é *ethos*. É o rio como imaginário social, simbologia, lenda. É a floresta, não apenas como recurso subsistente, mas como histórias e fábulas. São representações simbólicas, expressas nas hortas que existem nos quintais das casas como cultura adquirida de seus antepassados que viviam no interior destes

municípios, bem como açazais presentes nesses mesmos quintais e que são a base alimentar da população.

Isso porque o urbano na Amazônia é heterogêneo: é uma mistura de estilos de vida rural e de vida na aglomeração, reforçada pela enorme diversidade de produtos extrativos que compõem o conjunto importante de bens que circulam no meio urbano. Para alguém de fora da região, isso evoca elementos tradicionais numa sociedade em processo de mudança (NUNES, 2008, p. 55)

É o movimento popular nas festividades de santos e de alimentação local (Festival do Camarão em Afuá, por exemplo). Nos finais de semana, em períodos de férias escolares e festividades de santos padroeiros das cidades, o movimento popular é constante e abundante, não só do habitante de área urbana, mas de pessoas advindas do interior destes municípios. É uma religiosidade presente: calendários de orientação católica dinamizam a vida social, bem como as igrejas evangélicas com seus congressos, para os quais outras igrejas do mesmo segmento são convidadas e produzem, assim, uma movimentação na cidade. O catolicismo é uma característica, desde a fundação das aldeias no período colonial. As igrejas evangélicas são um fenômeno de aproximadamente cem anos, pulverizadas em pequenos núcleos religiosos por toda a região (figura 28).

Este *ethos* urbano é presente na permanência do carimbó, na festa do boi, nas representações e credices indígenas, no consumo do açaí, da farinha, da mandioca e do peixe, no transporte a barco, muitos, inclusive, encontrados nos quintais de casas que dão diretamente ao rio, nas moradias de pescadores, principalmente em área de várzea submetidas ao ir e vir das marés, na cultura musical que mesclam entre produções locais e adaptações de canções nacionais e internacionais ao ritmo *tecnobrega*, nas crianças e jovens que correm pelas ruas, jogam futebol, andam de bicicleta sem se preocupar com a dinâmica desta pequena cidade ribeirinha, no movimento da cidade em que, seus comércios, a circulação de pessoas, as atividades dos funcionários públicos quase param, ou param no período aproximado das 12 às 15 horas devido ao intenso sol (figura 29).

Figura 28 – Alguns elementos religiosos do cristianismo na Amazônia.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Igreja em Mazagão Novo e Festa de São Tiago em Mazagão Velho, Amapá; Igreja Católica e Monumento de Bíblia em Afuá, estado do Pará. Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

Figura 29 – Carimbó, em Ponta de Pedras.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2009.

Em trabalho de campo ainda é possível notar moradores receptivos, alegres e sempre em busca de apresentar a cidade para o turista. Em suas casas, com suas convidativas varandas, é comum oferecerem café com leite em uma xícara. Às vezes, resabiados com entrevistas e aplicação de formulários universitários, logo compartilham sua vida: a busca laboriosa para além da sobrevivência e a ênfase nos

laços com a sua cidade. Entre os fatos apresentados acima, a dinâmica deste espaço ribeirurbano ainda se denota no período noturno, quando sua pequenez é revelada pelo silêncio típico de uma vida urbana tímida, na qual as conexões sociais e econômicas dependem do dia, com a chegada das embarcações, mas vai além disso, com a dinâmica interna intensa nas manhãs. À noite, restam alguns movimentos ligados aos cultos religiosos e algumas áreas de lazer e esporte, poucos estabelecimentos comerciais abertos, com exceção de lanchonetes e pequenos restaurantes em funcionamento nos períodos de férias e festas com maior movimento de pessoas.

O ribeirurbano é o lugar e também o habitante que anima as formas. Pois quando se tem a impressão de que os aspectos visíveis destas cidades são caóticos, o visível não revela o tempo da ação, seja como norma, seja como exercício, pois como afirmou Santos (2006, p. 133), “A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo”. Assim, compreendemos que o ribeirurbano *espaço e homem* é baseado em redes de solidariedade, na busca da complementação de renda, na renda não monetária, isto é, na troca de produtos e serviços entre os habitantes e na subsistência presentes em seus quintais.

O circuito inferior da economia que se apoia no consumo, é presente nesta realidade. Parte significativa da população trabalha e vive em relações informais e atividades autônomas, como subempregos. Formado por atividades de pequena dimensão e interessantes principalmente aos pobres, o circuito inferior é um subsistema do comércio em geral, ligado às atividades artesanais, transporte tradicional, prestação de serviços simples, sem trabalhos permanentes e com número limitado de empregos (SANTOS, 2008, p. 22). Acrescentamos ainda que, nas cidades ribeirinhas, parte significativa de trabalhos permanentes estão no serviço público. Os trabalhos sazonais, que dinamizam a tímida vida econômica da cidade, são de trabalhadores que adquirem renda em atividades primárias, isto é, *funções não urbanas*. Boa parte da população está ligada ao setor primário e que trabalha em período de colheita do açaí, trabalha também com pesca, além de parte deles serem dependentes de programas de transferência de renda com o Bolsa Família e o Seguro Defeso.

Existe a presença de estabelecimentos comerciais, sem alvará, sem trabalhadores registrados, atividades informais em feiras e barracas que vendem

legumes e hortaliças, produtos eletrônicos, como *cd's*, fones de ouvido, caixas de som, roupas de time de futebol, chapéus, bonés. Há ainda lojinhas de armarinhos, aviamentos e as conhecidas “1,99”, com produtos diversos como utensílios, brinquedos, materiais escolares, tapetes, itens de higiene, entre outros, além de supermercados com venda de alimentos processados, utensílios de limpeza, higiene, e produtos em geral. Existem ainda pequenos restaurantes, muitas vezes dentro das residências ou atrelados a pousadas e hotéis desejosos de turistas.

A produção socioespacial do ribeirurbano é produtora de mais-valia. Segundo Marx (2001, p. 578), “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital”, isto é, o trabalho produtivo para o capital é aquele que tem um determinado fim, para produzir valores de uso, na qual o trabalhador é instrumento de produção de mais-valia para o capitalista. Como afirmar que esta é uma realidade do ribeirurbano? Podemos considerar que o ribeirurbano, em suas atividades informais contribui para uma mais-valia funcional, uma vez que, o que ele ganha na colheita não está relacionado ao valor do produto no mercado. Nos comércios das cidades, não pode ocorrer o mesmo?

Além disso, a rede urbana que compõe estas cidades ribeirinhas não é uma rede que comporta a circulação apenas do capital, tendo, com afinco, a intenção de suprir necessidades, de transporte de alimentos de primeira necessidade, de acesso a oportunidades como escola e hospital, de trocas de produtos, movimentos religiosos, que existe mesmo se não houvesse a atuação do Estado como agente interventor.

Existem novas territorialidades sendo produzidas na Amazônia, nas quais, segundo Oliveira (2016, p. 195), os indígenas, ribeirinhos, movimentos sociais, empresas, governo, forças armadas, ambientalistas, pesquisadores, forasteiros, religiosos e representantes de várias mídias são sujeitos que procuram articular as estruturas preexistentes com dimensões globais. Contudo, este ribeirurbano é um contraponto e aparece como resistência diante de forças nacionais e internacionais externas à sua realidade. Apesar das provocações que estas forças possam causar dentro deste espaço amazônico, sua figura, como portador de um modo de vida em um ritmo próprio ao que lhe é imposto, concretiza um “espaço-tempo que homens e mulheres habitam e são habitados”, na possibilidade de produção e controle de possibilidades “de espacialidades articuladas à terra, às florestas e os rios” (Ibid., p. 199, 200).

Índios, posseiros, ribeirinhos, trabalhadores do campo e da cidade quase sempre são desconsiderados por estarem ligados a uma vida simples, a um cotidiano corriqueiro de sobrevivência e, assim, sempre vistos como cercados de carências e perdas, quando isso significa, na verdade, uma negligência quanto aos modos de vida peculiares ao local e cheio de possibilidades e virtualidades. Contudo, a sua permanência, inclusive deste ribeirurbano – uma composição das pessoas simples que habitam a região e principalmente as cidades ribeirinhas – “é sinal de resistência, de força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida” (Ibid., p. 200).

Sem embargo disso, há uma certa grandeza no modo como eles vivem, se adaptam e suportam tão árduas condições mesológicas, a tal ponto que se tornam verdadeiramente heróicos nessa resistência (MOREIRA, 1960, p. 90).

O ribeirurbano reforça a tese de Santos de que a força dos pobres é seu tempo lento, pois, a

[...] aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência (SANTOS, 2013b, p. 74).

O ribeirurbano é o lugar e o indivíduo, é a compreensão dos elementos compostos neste espaço geográfico das cidades ribeirinhas, a partir da percepção da paisagem; e o indivíduo como resistência na construção de sua própria vida, das relações sociais. É uma identidade que reforça o que é próprio do lugar e não nega o exógeno. As cidades ribeirinhas e os hábitos de seus habitantes são sujeitos à influência externa, às mudanças “vindas de fora”, com a chegada de empresas multinacionais, instalação de infraestrutura que contribui para mudar sua relação de proximidade, com o aumento do consumo, ainda que a maior parte seja do circuito inferior da economia, bem como a dinâmica global e seus reflexos em maior ou menor grau nestas realidades.

Sendo espaços com pouca infraestrutura, existência de casas e prédios com arquitetura colonial, casas de madeira, casas de alvenaria, quadras de esporte, unidades escolares de ensino fundamental e médio, nos últimos anos, polos

universitários de ensino à distância têm marcado presença nestas cidades e oferecem, em sua maioria, cursos de licenciaturas. Antenas parabólicas ou de operadoras de canal fechado, serviços de internet via rádio, cabos de eletricidade subaquáticos e modernos eletrodomésticos em meio às casas de madeira são aspectos da paisagem que guarda simplicidade e uso da modernidade em meio à floresta, até mesmo em comunidades do interior destes municípios.

Com torres de celular e internet instalados, recentemente, em muitas cidades, há menos de 10 anos, computadores e, principalmente, celulares são objetos atrativos nas cidades, somando *status* ao usuário, bem como o aumento da população com motocicletas diante de uma renda relativamente maior e possibilitando o acesso à modernidade que estes bens carregam consigo. Não apenas o uso dos objetos em si, mas a informação e a entrada deles em seu cotidiano como parte da sociedade da informação e do conhecimento em bases informacionais instantâneas, em tempo real.

A primeira compreensão que se costuma realizar sobre a modernização nos lugares é a visão de que o global pode suprimir o lugar e homogeneizá-lo, produzindo, assim, mudanças sociais e espaciais. Contudo, essa população tem uma interação com a modernidade de outra maneira, inclusive em questões que envolvem a identidade na pós-modernidade: Stuart Hall (2005) afirma que aquele sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está cada vez mais fragmentado, possuidor de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. É uma identidade móvel, na qual o “sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (Ibid., p. 13), e isso nos leva a compreender que a globalização acaba por reforçar as identidades locais, sem que, com isso, as identidades locais venham rejeitar a modernidade, pelo contrário, aproveitam-se dela para seu interesse. É uma lógica de alteridade ao que é homogêneo, em uma não negação da tradição local, sem, contudo, ignorá-lo.

Nas relações com a modernidade, seja de acesso a alimentos ultraprocessados, seja a equipamentos tecnológicos de consumo de massa, na sociedade da informação e do conhecimento, da qual todos são parte, na identificação do habitante com o lugar que chamamos de ribeirurbano, este é parte de um todo nacional e que aspectos gerais incidem sobre esta realidade, mas que guarda mais um feitiço ainda singular: Milton Santos afirmou que as regras do jogo da economia e da sociedade tendem a passar por profundas mudanças que são

rápidas e brutais nos territórios, como a mudança de conteúdo do que o autor chamou de cidade local (SANTOS, 1993), embora se compreende que as cidades ribeirinhas não são cidades locais, isto é, que têm apenas a dimensão mínima. Elas são pequenas cidades, com forte conotação regional e redes sociais.

Esta cidade, com personalidades influentes no cotidiano das pessoas, a cidade dos notáveis, cederia lugar a personalidades ligadas a outros aspectos econômicos de uma cidade econômica, que atende ao mercado global. Todavia, as cidades ribeirinhas, têm uma vida política marcada pelos notáveis: as famílias tradicionais nas áreas rurais, donas de terras que têm alianças com famílias tradicionais nas áreas urbanas que perpetuam-se na política. Além da presença dos religiosos na vida comunitária, espiritual e até mesmo política do povo, como os padres e os pastores, o tabelião, o professor, o radialista, o opositor político participante de grupos sociais, o juiz, o comerciante, entre outros personagens presentes de maneira simbólica ou presencial no cotidiano deste ambiente amazônico.

O ribeirurbano é também espaço de iniquidades. Esta iniquidade social, que se trata da permanência de relações de interesse que causa suspeita na transparência pública é presente nesta realidade. Apesar de ser uma “iniquidade como escape¹⁶”, é a reprodução de um ambiente de corrupção e de uma figura política patronal como o coronel. Líderes políticos exercem influência e confundem o público com o privado. Podemos perceber isso no trabalho desenvolvido por Rangel (2011) segundo o qual pessoas ligadas a agentes políticos e vereadores foram contempladas com casas de um projeto habitacional. É uma certa aceitação da realidade política, e, de certa maneira, promotora de sua manutenção.

Costa *et al* (2015) levantou que as terras em Ponta de Pedras oferecidas por vias de aforamento foram dirigidas, predominantemente, às famílias consideradas elites na localidade, em uma contínua reprodução política em que a relação público e privado ainda se perpetua. Estas famílias exercem forte influência política ainda sobre o ‘cidadão comum’, como os comerciantes, empregadas domésticas, servidores públicos, trabalhadores informais. Com não inferir que pessoas em suas necessidades básicas não atendidas possam vir a ceder a esta realidade imposta?

¹⁶ Iniquidade como escape, isto é, uma relação que não se encaixa em aspectos formais e transparentes na vida pública, como as relações paternalistas e clientelistas que ocorrem, mas neste caso, é uma maneira de sobreviver a esta realidade.

Não se pretende neste trabalho estabelecer julgamentos ou esgotar a compreensão das cidades ribeirinhas da Amazônia, realizadas por vários autores renomados. A pesquisa pretende contribuir com mais uma face desta realidade plural. Por isso, o ribeirurbano é mais que o espaço como o imaginamos urbanizado. É um modo de vida, entre a paisagem rururbana e uma agitação social, que aos olhos externos é tímida, mas quando adentramos mais nesse local, percebemos as diferenças entre as comunidades ribeirinhas distantes no município e do que é o espaço urbano. O consumo, a facilidade do acesso pela rede urbana que se estabelece, a proximidade com a escola, a vida aglomerada com seus fetiches, seja o celular, a moto, a calça jeans, o acesso a bens imateriais como a informação, o conhecimento em suas variadas formas – pela via religiosa, cultural, acadêmica, política - a busca pelas oportunidades que por si são diferentes das grandes e médias aglomerações urbanas brasileiras. Logo, apesar de certas limitações espaciais, de infraestrutura escolar, médico-hospitalar ou de consumos urbanos, como a TV e internet, o ribeirurbano é um modo de vida entre o aqui e o acolá: o indivíduo em suas múltiplas identidades.

É um cidadão local, da terra, dos sabores locais, da vida simplificada entre a busca dos alimentos e das oportunidades do instante e o vislumbre dos acessos regionais, nacionais e até globais. São acessos que lhe interessam, que usufruem nesta paisagem das ruas de madeira, da casa de palafita com antenas de TV fechada, com eletrodomésticos modernos nos quintais florestados, na divulgação em redes sociais de sua cultura local e, principalmente, na continuidade de sua vida local, isto é, ribeirinha. O ribeirurbano é peculiaridade, é um cotidiano que evoca o retorno: quem sai para trabalhar, quem vai estudar fora leva seus hábitos e muitos voltam para sua terra (figura 30).

No tempo da natureza, das marés que condicionam o ir e vir das embarcações, na administração da vida mediante as constantes e quase diárias chuvas equatoriais, então, existe o ribeirurbano: modo vida de uma cidade pequena da Amazônia, ribeirinha, cercada pelos fluxos fluviais e pela dinâmica laboriosa da conquista das necessidades, da vida de consumo, dos elementos globais, em uma paisagem amazônica, entre rios, floresta e aglomeração, o modo urbano/rio/floresta.

Figura 30 – Amazônia: Objetos tecnológicos e Floresta.



Elementos tecnológicos que evocam a vida urbana na floresta.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2015

É parte desta urbanodiversidade (TRINDADE JÚNIOR, 2013) que compreende a existência intraurbana que se articula com a floresta, que revela a pluralidade da Região em “suas formas espaciais e de seus conteúdos urbanos” (Ibid., p. 20), pois a Amazônia, sempre compreendida pela sua diversidade vegetal e animal e a diversidade cultural de suas populações, também possui um caráter urbano que não é homogêneo, no qual, as pequenas cidades ganham destaque.

Estes núcleos urbanos que “interagem” com a floresta, “pintam” um quadro recheado de cidades, das quais poucas são médias e grandes, pois, pulverizam-se como pequenas e apresentam vários tipos de urbanização, várias relações híbridas, nas quais o ribeirurbano é parte deste grande mosaico.

Como afirmou Trindade Júnior (2013, p. 18):

A urbanodiversidade assim entendida é revelada não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região.

CAPÍTULO 5 – ESPAÇOS RIBEIRUBANOS: A URBANODIVERSIDADE DE AFUÁ E PONTA DE PEDRAS, ESTADO DO PARÁ E MAZAGÃO, ESTADO DO AMAPÁ

Cada cidade tem sua individualidade particular, sua própria vida, sua fisionomia, trágica ou dolente para umas; alegre, espiritual para as outras. As gerações que se sucederam deixaram-lhe seu caráter distintivo; ela constitui uma personalidade coletiva cuja impressão sobre o ser isolado é ruim ou boa, hostil ou benevolente. Mas a cidade também é uma personagem muito complexa, e cada um dos seus diversos bairros distingue-se dos outros por uma natureza particular. (RECLUS, 2015, p. 57).

Para Reclus, “cada cidade é uma personagem muito complexa”, pois as gerações que se sucederam sobre ela deixaram-lhe um caráter particular. O autor, que analisou cidades europeias no século XIX, observou o que chamou de crescimento e decrescimento de cidades a partir de grande importância que cidades adquiriram desde a época da Revolução Industrial, como Londres, na Inglaterra. Ainda assim, Reclus (2015, p. 57) reservou certas premissas em suas análises as quais conseguimos perceber em nossa realidade:

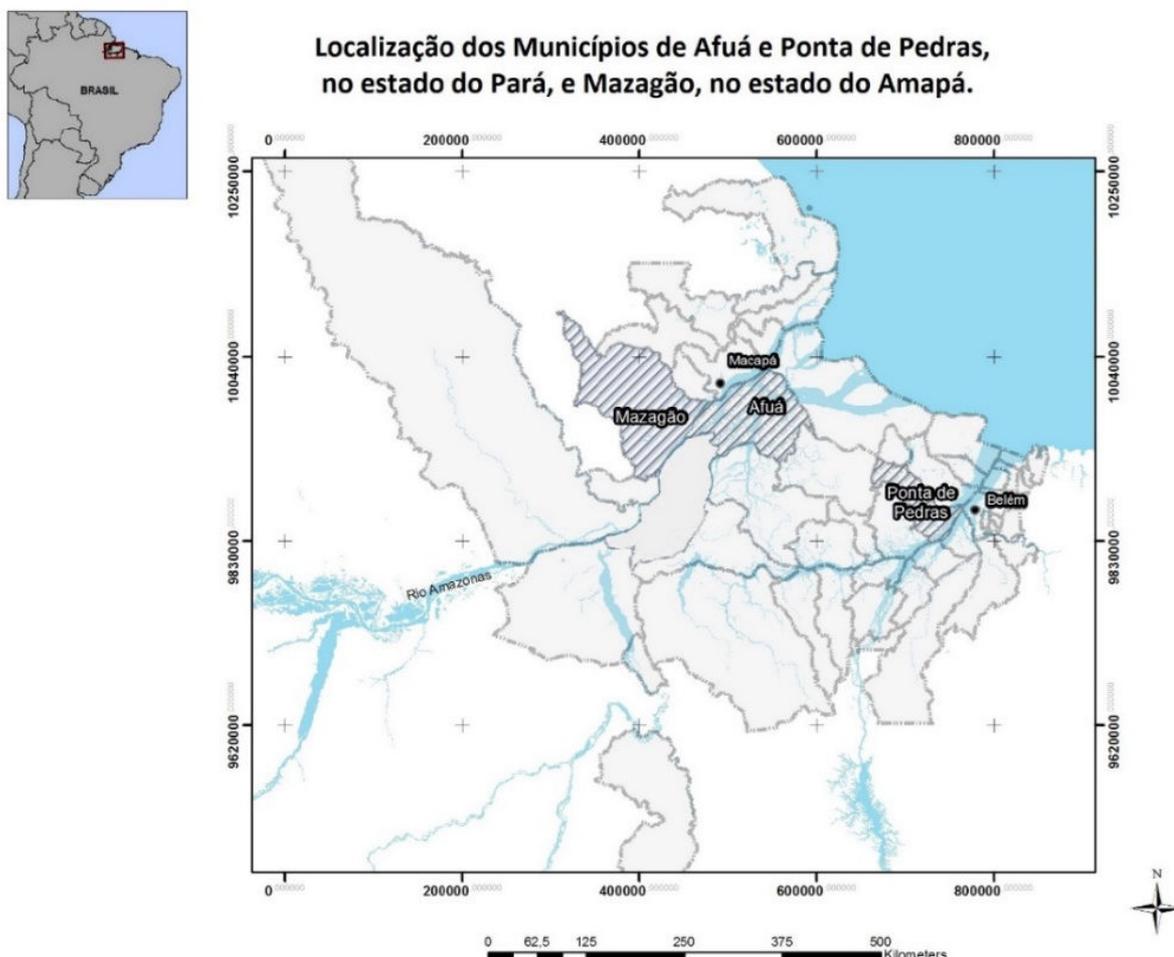
A verdadeira maneira de estudar uma aglomeração urbana, tendo vivido uma longa existência histórica, é visitá-la em detalhe conformemente aos fenômenos de seu crescimento. É preciso começar pelo local que quase sempre a lenda sagrou, onde foi seu berço, e terminar por suas fábricas e seus monturos.

As cidades ribeirinhas da Amazônia têm uma longa existência e compreender os fenômenos que levaram à sua construção socioespacial a partir do local é o quadro que intentamos descrever, a partir da entrada destas cidades, que é o Rio Amazonas e seus afluentes, ou a junção de águas que compõem o seu Delta, que são águas que nascem das Cordilheiras dos Andes e se intensificam pela região equatorial com sua intensa incidência solar e suas chuvas constantes.

No caminho que se percorre até essas cidades, com a embarcação por duas, três ou mais horas, o verde exuberante da maior floresta equatorial do mundo, ombrófila, latifoliada, perenifólia em sua “ vaidade ” de um verde vivo, acompanha a maior parte do trajeto. Quando, devido à larga extensão entre as margens dos rios, é possível apenas observar ao longe a floresta como uma franja bordando o caminho até a entrada da cidade. E ali, no final deste percurso de entorno monumental, estão as pequenas cidades, cheias de vida, que “ convidam ” a entrar, contemplar e instigar

o seu conhecimento, como Ponta de Pedras e Afuá, estado do Pará e Mazagão, estado do Amapá (figura 31).

Figura 31 – As cidades de estudo: Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.



Fonte : Laboratório do Estudo das Cidades, 2017.

5.1 Espaços Ribeirurbanos: sistema de objetos

A cidade de Ponta de Pedras/PA, foi a primeira cidade ribeirinha como área de estudos do Laboratório de Estudos das Cidades, da Universidade do Vale do Paraíba, incluindo a dissertação de mestrado deste autor. Localizada, aproximadamente, há duas horas de barco da capital Belém, na Ilha de Marajó, na região estuarina do rio Amazonas, foi fundada em 1737, com o nome de Vila de Mangabeira e emancipado, como município, em 1877 (COSTA et al., 2012).

O trapiche é o local de entrada da cidade. Na sua orla, quando a embarcação se aproxima, é possível observar vários trapiches particulares e embarcações de

diversos tamanhos, ancoradas nas proximidades, bem como o trapiche¹⁷ (porto de entrada) principal. Uma pequena extensão que segue às cabines de vendas de passagens do ir e vir da cidade até a entrada, onde é possível avistar uma paisagem calma, mas, atrativa aos olhos curiosos: à sua direita, um palco chamado Casa Caboquinha, em uma pequena área aberta onde ocorrem atrações na cidade; um hotel, uma *lan house*, um salão de festas; à sua esquerda, o mercado municipal em uma rua com açougues, lojas de roupas, eletrônicos, doces, salgados e bebidas, além de residências; à sua frente, algumas barracas, fechadas no período matutino, uma loja de roupa na esquina, mototáxis aguardando clientes; e uma praça, com a Igreja Matriz, rodeada de lojas de roupas, eletrônicos, alimentos, banco, que seguem para a entrada da cidade. Essa é considerada uma área central, local de passeio, encontros e festividades (figura 32).

Figura 32 – Vista da entrada de Ponta de Pedras/PA.



Vista ao longe do trapiche de entrada da cidade; visão do palco Casa Caboquinha de costas e lateral em uma área aberta; portal de entrada da praça; Igreja Matriz; vista em direção ao trapiche com loja na esquina; mercado municipal com transeuntes de bicicleta.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2018

Na continuidade desta paisagem urbana, em direção à avenida principal, 30 de Abril/Praça Antonio Malato (endereço do prédio da prefeitura municipal), é possível observar um prédio escolar, supermercado, concessionária de eletricidade, lojas pequenas e variadas, casas que expressam arquitetura antiga, prédios

¹⁷ Trapiche é uma denominação de porto de menor tamanho. Uma ponte que serve como entrada destas cidades, onde os barcos ancoram para o embarque e desembarque das pessoas.

elevados destinados à atividade comercial, sobrados e o quase escalonamento de casas de madeira, muitas delas com pouca ou nenhuma manutenção, além de casas de alvenaria, que propiciam menos reformas nestas constantes chuvas que afetam as casas de madeiras. Muitas destas casas são construídas no sistema de autoconstrução (figura 33).

Figura 33 – Avenida 30 de Abril, Ponta de Pedras/PA.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: prédio da prefeitura municipal; Câmara dos Vereadores; Supermercado em praça com coreto; extensão da avenida em direção à Rádio Itaguaí; Canteiro centro da avenida; Visão horizontal nos arredores do prédio da prefeitura.

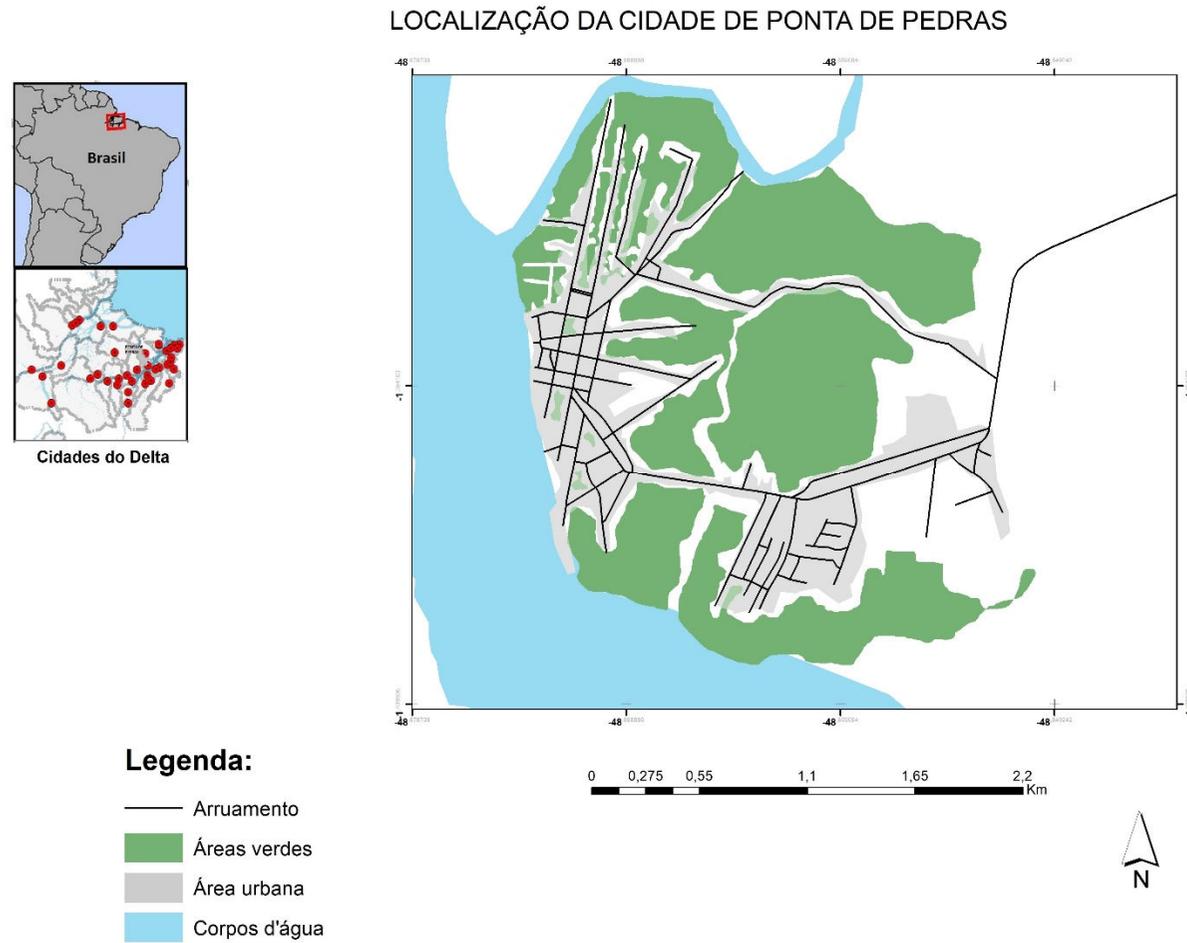
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2018.

Prédios públicos estão presentes na paisagem nesta avenida central: o monumental Palácio da Prefeitura, que é um prédio do início do século XX, com aspecto colonial, vizinho da câmara dos vereadores, um prédio mais moderno e de frente para uma praça com coreto, onde se percebe também a presença de um supermercado, a Secretaria de Obras e mototaxistas. Essa é a avenida que comporta maior centralidade, e, portanto, maior circulação de pessoas, bicicletas e motocicletas, mas poucos ônibus ou caminhões. Comércio, prédios públicos, casas de alvenaria e madeira, quadras, escola e saída para diversas áreas da cidade são pontos avistados por esta parte da cidade.

Muitas ruas são pavimentadas, algumas de forma bem precária, há quadra de esportes municipal, cemitério do século XIX, rádio local, sindicato de pescadores, hospital municipal. Ruas surgem, por meio de aterros duvidosos, em áreas de igarapés, com casas de palafitas. As ruas centrais são parcamente arborizadas, mas

ao adentrar em áreas onde há, ou havia, pontes, percebe-se o açaí como elemento da paisagem, compondo os quintais de muitas residências.

Figura 34 – localização de Ponta de Pedras.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades 2018

Nestes quintais é possível perceber, ao longe, o açazal (*euterpe oleracea*), uma árvore que pode atingir 20 a 25 metros, com 14 centímetros de diâmetro, que gera o fruto em cachos. O açai é uma base alimentar muito presente nos cardápios e na paisagem da cidade, seja com as árvores nos quintais das casas, seja em locais de venda do produto processado e suas placas vermelhas como indicativo.

Na rodovia, em direção às praias, encontra-se posto de gasolina, matadouro, delegacia estadual de polícia, pista de pouso e dois bairros – relativamente distantes, de projetos do “Minha Casa, Minha Vida”, sem ruas definidas, sem asfalto e calçamento. A cidade apresenta um desenho urbano espraiado, formando um padrão dendrítico (figura 34), resultado de um crescimento urbano espontâneo que segue o meio físico, entremeado de igarapés, e sem normativas do poder público local para esse crescimento urbano (COSTA et al., 2012).

Da entrada da cidade, no trapiche principal, quando se segue em direção à Igreja Matriz, no seu lado esquerdo, tomamos a direção para bairros considerados periferias da cidade, como Carnapijó, Armazém, Campinho e Estrada (figuras 35, 36, 37), bairros em áreas de várzea com condições de saneamento básico precárias.

Muitas transformações estão ocorrendo nos bairros do Carnapijó e do Campinho, principalmente o aterro de suas ruas, com a justificativa de melhorar a circulação de carros dos guardas municipais e de ambulâncias, além de combate ao tráfico de drogas, presente nesta cidade. O aterramento das ruas é feito com o uso de piçarras¹⁸, extraídas em localidade próxima à Rodovia Mangabeira (figura 38), além de aterramentos realizados pelos moradores com caroços de açai e lixo para facilitação de deslocamento e contenção de enchentes (VALOTA, 2015).

Se as várzeas forem aterradas, em consequência do processo de ocupação urbana, podem vir a perder a sua importância social ribeirinha, acabando com a prática de retirada de recursos naturais para a sua subsistência, eliminação dos cursos hídricos, entre outros. Entretanto, não se tem informação se a extração da piçarra é estabelecida de forma correta e se foi realizada uma análise dos possíveis impactos ambientais que podem ocorrer devido essa prática (VALOTA, 2015, p. 108).

A região mais central da cidade é área de terra firme. A leste do prédio principal da Prefeitura seguem-se a Avenida 30 de Abril e sua proximidade, com aumento de casas de alvenaria, loja de móveis, roupas, padaria, com presença de

¹⁸ Piçarra é uma rocha alterada que contém grãos formados por minúsculos cristais arredondados. Muito presente na Ilha de Marajó, que tem a formação fluviomarina.

ruas asfaltadas, calçadas ou sem asfalto, mas, ao fundo, a permanência de habitações em área de várzea. Como é recorrente, observa-se a presença de pequenos barcos ao fundo destas casas.

Figura 35 – Aterramento no Bairro Carnapijó, Ponta de Pedras/PA.



Bairro Carnapijó: ao lado esquerdo estão as ruas aterradas e lado direito as ruas no ano de 2009, um ambiente de várzea. Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2009 e 2018.

Figura 36 – Aterramento nas proximidades do Bairro Campinho.



Nas duas imagens maiores é possível perceber o aterramento em área de várzea com material denominado piçarra, um material de origem sedimentar. No canto direito é possível perceber ao fundo da imagem a presença de pontes que aos poucos é substituída pela rua. Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2009 e 2018.

Figura 37 – Bairro da Estrada e seus arredores, Ponta de Pedras/PA.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Figura 38 – Bairro da Mangabeira, Ponta de Pedras/PA.



Portal de entrada para a localidade e o balneário da praia de Mangabeira.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2018.

Na área que se estende pela Rodovia Mangabeira em um bairro que leva o mesmo nome, localiza-se a praia mais frequentada da cidade, com infraestrutura de balneário, com casarões, casas simples de madeira, outras de alvenaria, e presença de asfalto até a parte que oferece acesso de interesse ao público em geral.

Famílias importantes do ponto de vista político da cidade possuem residências nesta localidade. É uma praia de água doce, com obras de contenção de

erosões, bancos, arborizadas e com pequenas lanchonetes, além de um palco onde acontecem pequenas atrações, principalmente em período de festividades e maior atração de turistas.

A cidade passou, recentemente, por muitas transformações em sua paisagem (figura 39), como aumento de casas de alvenaria, mais ruas asfaltadas, aterramento de áreas de várzea, bem como de comércios, sendo possível perceber tais modificações desde trabalho realizado em 2010 (MONTAIA, 2010). Esta fisionomia típica de uma cidade ribeirinha está se perdendo, aos poucos, diante da mudança da madeira pelo concreto e pela alvenaria.

Figura 39 – Mudanças aparentes na cidade.



Uma casa de arquitetura colonial e o prédio da prefeitura que sofreu incêndio na década de 1990 e agora está restaurado.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2009 e 2018

A cidade de Afuá, localizada na porção norte da Ilha de Marajó (figura 40), se originou, segundo documentos, de uma posse de terras, denominada Sítio Santo Antônio, por volta de 1845, e era ponto de passagem das embarcações, segundo o Estado do Pará (1916). Em 1870, sua proprietária, Micaela Arcanja Ferreira, doou suas terras para a formação de uma capela. O povoado se elevou a freguesia, em 1874 e, na República, foi elevada à categoria de Vila, em 1890. Em 02 de maio de 1896, pela Lei estadual nº 403, fora elevada à categoria de cidade (PARÁ, 1916).

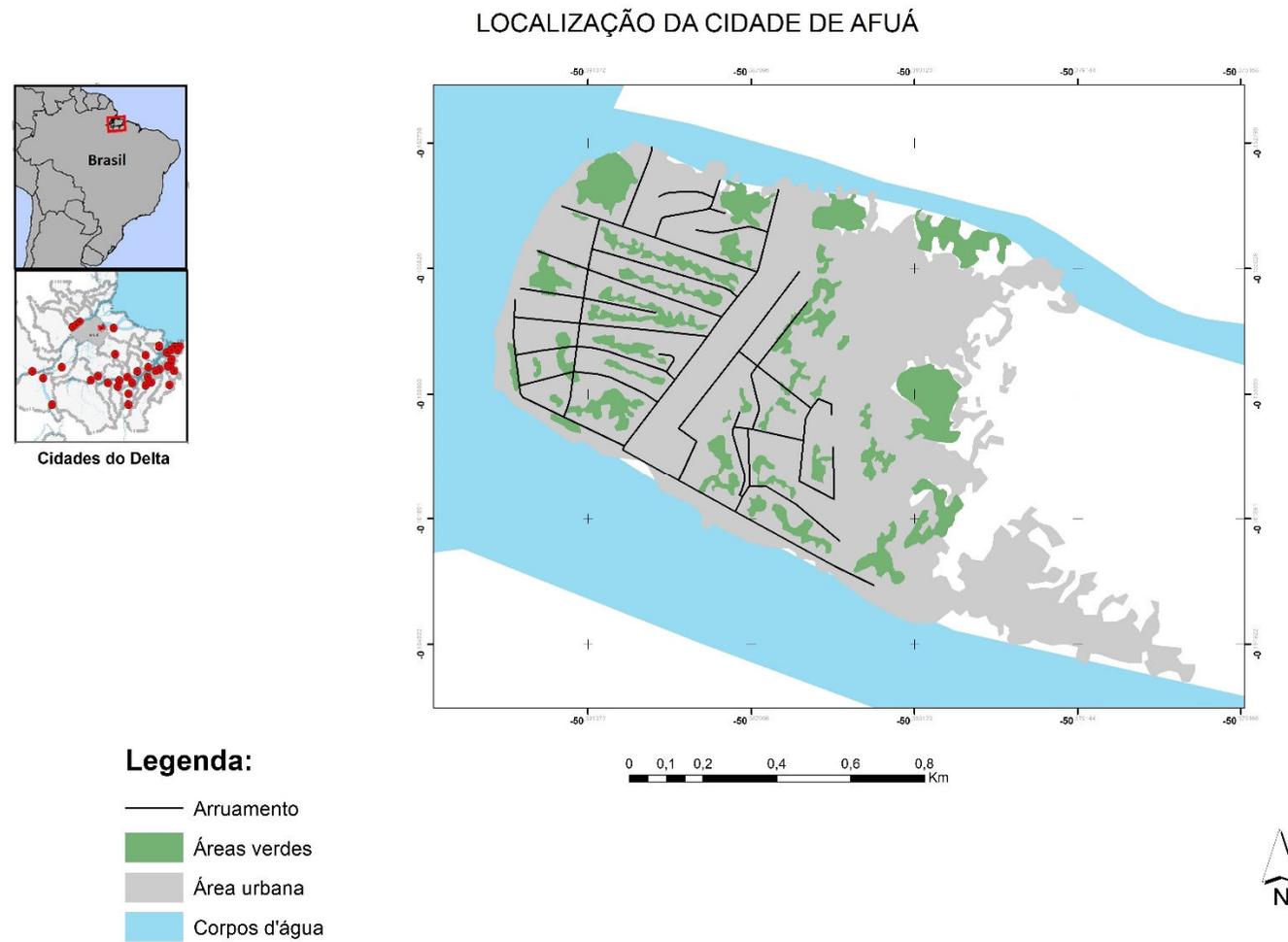
Em um porto na cidade de Macapá, há embarcações disponíveis para se chegar a Afuá. Em, aproximadamente, duas horas chegamos à entrada da cidade, um trapiche com trabalhadores à espera dos viajantes e “bicitaxistas” locais (figura

41). O bicitaxi é uma invenção do morador local, que se movimenta com pedaladas e tem capacidade para transportar pessoas e mercadorias. Afuá é uma cidade sobre pontes, com largura em torno de 3 a 5 metros. Construída sobre uma várzea, toda a cidade está elevada sobre estacas de madeira. O código de condutas da cidade proibiu o uso de transporte como carros e motocicletas, portanto, as bicicletas são parte da paisagem local, assim como o conhecido “bicitáxi”. A Lei Municipal nº 201/2002 GAB/PMA, Art. 82 (AFUÁ. PREFEITURA, 2002, p.15) afirma: “Assiste ao Município, o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à população ou à via pública”.

A orla da cidade é composta por casas como sobrados, hotéis, comércios e bares, para a atração ao turista (figura 42). Em sua extensão, existem mercados de produtos de varejo; lojas de roupas, armarinhos, artesanatos, utensílios domésticos, e o cartório da cidade. Nas proximidades da Câmara Municipal existe uma pequena praça com jardins, na qual a grama é aparada com o formato do nome da cidade. Nas corredeiras sobre a orla encontramos bancos, alguns trapiches particulares para escoamento de produtos e a Igreja Matriz, a paróquia da Imaculada Conceição, que se constitui em um importante monumento na sua orla e marca a religiosidade local.

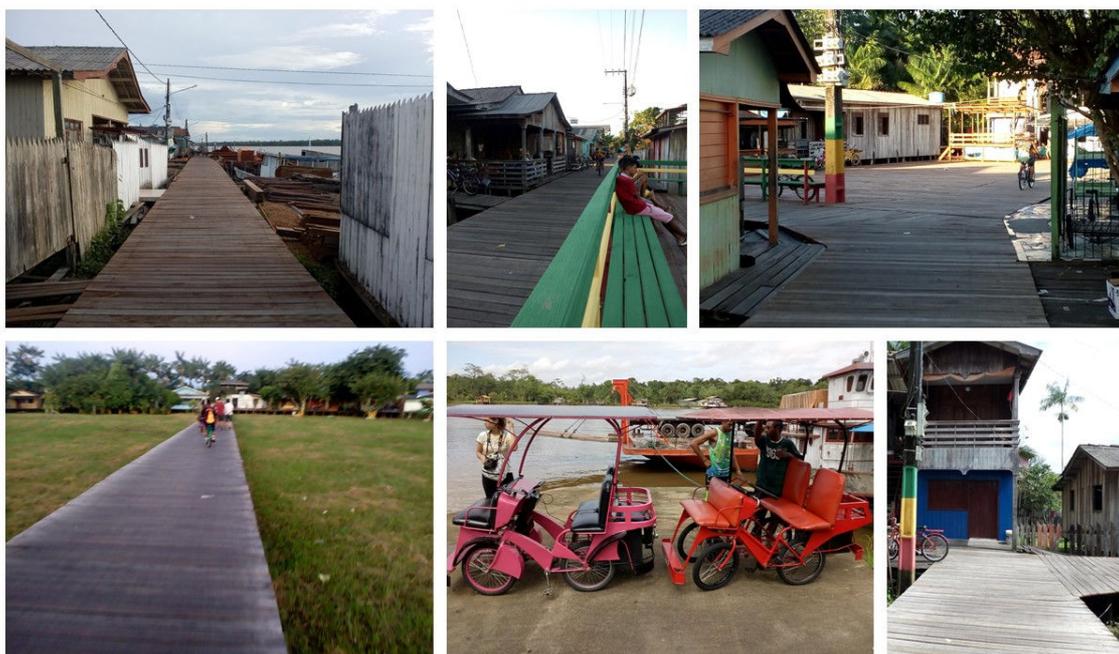
O turismo é uma atividade significativa no local e o evento mais conhecido é o Festival do Camarão, que ocorre no mês de julho. Existe uma área na orla da cidade, local onde ocorre a festividade, com barracas, local para palco, espaço aberto denominado “camaródromo”, que localiza-se em frente à prefeitura municipal, uma área aberta com palco para atrações artísticas, quadra de futebol, barracas, bancos e uma praia de madeira (figura 43).

Figura 40 – Localização de Afuá.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Figura 41 – Afuá, uma cidade sobre pontes.



No mosaico, diversas localidades em Afuá, uma cidade em área de várzea, com ruas e casas palafitas e o bicitáxi.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

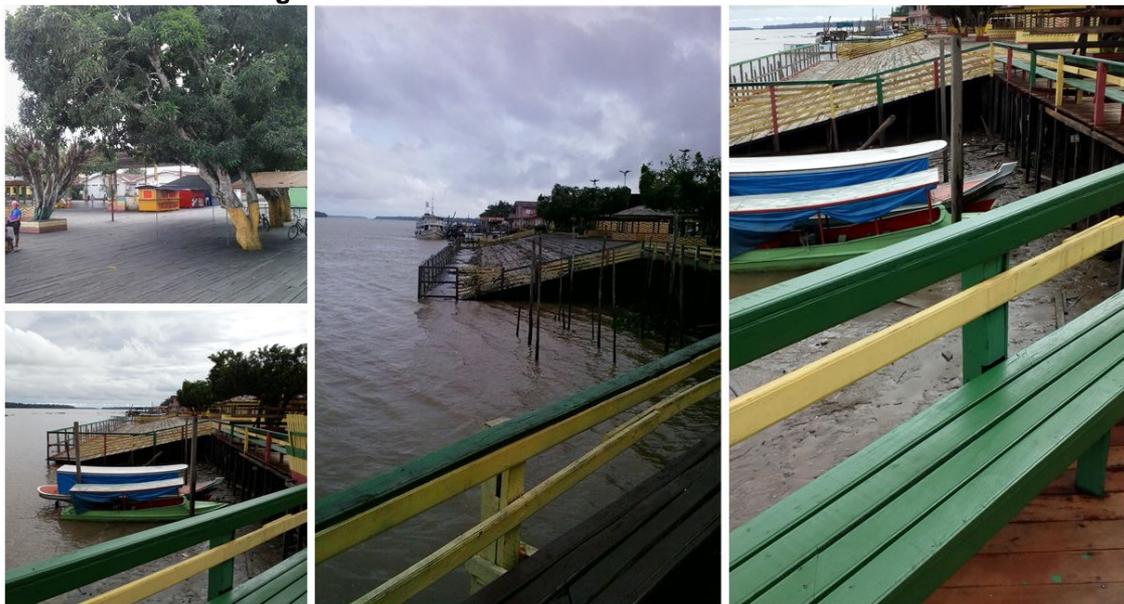
Figura 42 – Orla da cidade de Afuá.



Entrada principal da cidade, nas proximidades da Av. Barão do Rio Branco. Local de comércio, entrada de produtos, praça e, no canto direito, o prédio da Câmara Municipal da cidade.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

Figura 43 – Camaródromo e a Praia de Madeira em Afuá.



No canto esquerdo superior, uma área aberta, o camaródromo, onde se concentram mais pessoas no Festival do Camarão. Na extremidade desta mesma área, em direção à orla, uma extensão de madeira declinada, que, na maré alta se torna atração para banhistas, a praia de madeira.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

A organização espacial está explícita na paisagem. Cidade bem cuidada, com prédios públicos com pintura recente, ou sempre retocados, cestos de lixo espalhados pela rua, alpendres nas esquinas, praça para shows e eventos locais, como atividades de condicionamento físico, ruas sempre com manutenção, limpeza pública e iluminação. Uma característica interessante é a arborização das ruas, a existência de espaços de convivência (alpendres), em vários entroncamentos de ruas, o que cria um espaço aprazível ao transeunte, ao morador (figura 44).

Como bem observou Simões (2014, p 44):

Casas simples, porém caprichadas, pontuam com cores vivas a paisagem verde das florestas, aparecendo em alguns momentos reunidas, formando pequenas vilas. Em frente destas, trapiches para o acesso de pessoas e pequenas embarcações, que figuram uma extensa variedade: cascos, rabetas, rabudos e popopós (SIMÕES, 2014, p. 44).

Por dentro de suas pontes, a continuidade de casas térreas com suas convidativas varandas, pintadas, coloridas, comércio locais como mercados, pizzaria, bar, loja de armarinhos, eletrônicos, açougue, bicicletas para alugar, além de prédios públicos como escolas, secretarias municipais, bancos, igrejas evangélicas. Nesse espaço ocorre uma movimentação intensa de pessoas durante o dia.

Figura 44 – Aspectos da Paisagem nas ruas de Afuá.

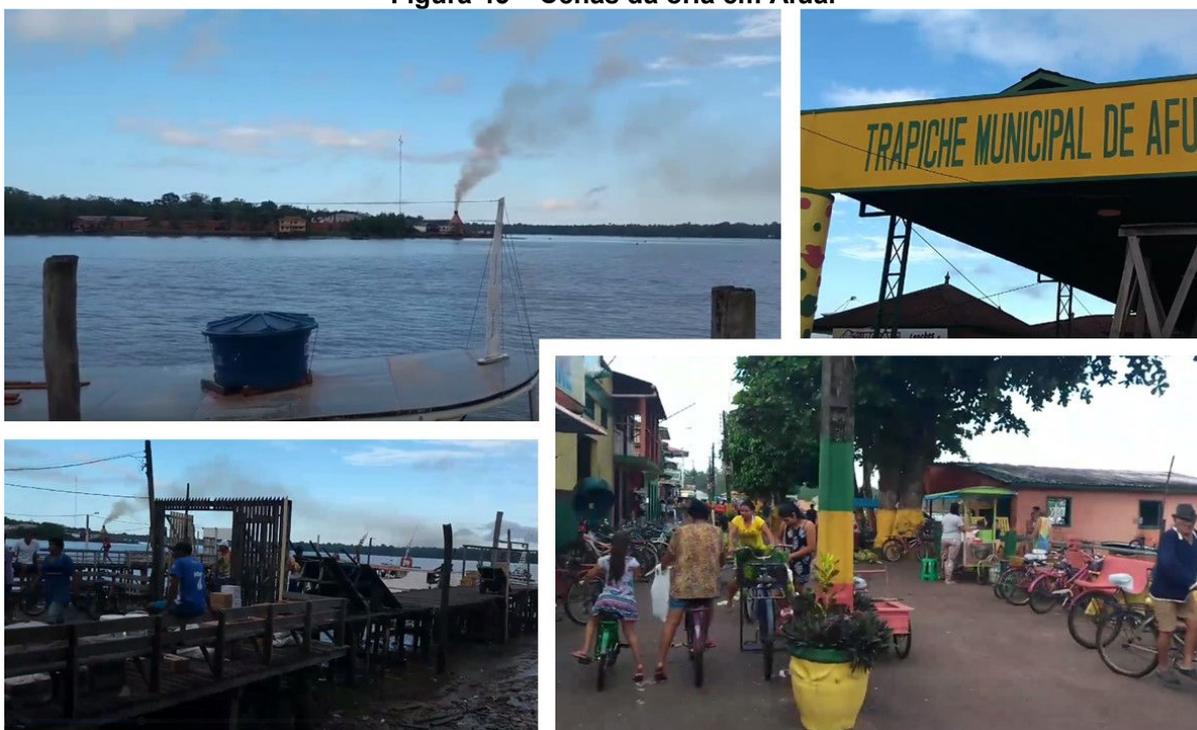


Limpeza das ruas, alpendres nas esquinas, e arborização em Afuá.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017.

A rádio local, com seus alto-falantes nas esquinas anuncia notícias locais, músicas seculares e religiosas. Proximidade é uma marca visível neste quadro, considerando sua organização espacial compacta, é possível percorrer por toda a cidade de Afuá, inclusive sua ocupação mais recente, o bairro Capim Marinho, em um percurso de 30 minutos de bicicleta.

Pela orla principal da cidade, é possível perceber, do outro lado do rio, algumas continuidades não contíguas a Afuá: comunidades com aspectos mais rurais e uma fábrica de madeira que compõe uma constante “pintura” na paisagem da cidade com fumaças saindo de sua chaminé. E, apesar de toda a organização com o lixo na cidade, pois a coleta do lixo ocorre no período noturno, devido à topografia da mesma, a solução encontrada em primeiro momento para seu descarte é a queima (figura 45).

Figura 45 – Cenas da orla em Afuá.



Ao fundo, fumaça saindo da chaminé de uma fábrica de madeira (EMAPA) e mais cenas da cidade em sua orla principal.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2017.

Os moradores de Afuá valorizam muito o aspecto paisagístico da cidade (figura 46). Apesar de ser possível encontrar lixos nas áreas abaixo das casas e na orla, quando a maré baixa, as ruas são limpas, cestos de lixo são facilmente encontrados, os prédios públicos estão sempre com a pintura retocada, muitas casas na área central estão com pintura recente e a manutenção das ruas/pontes ou passarelas é de extrema importância – onde pedestres e ciclistas se “confundem” mas não se acidentam (figura 47).

Ademais, comércios varejistas de produtos alimentícios, confecções, eletrodomésticos e artigos em geral se acumulam nestas duas beiras, dividindo espaço com ambulantes de todo tipo de segmento, que aí se estabeleceram e compõem um aquecido mercado, formado na contramão da formalidade das empresas capitalistas. Junto a estes, temos ainda as oficinas metalúrgicas e carpintarias, responsáveis pela produção de barcos, manutenção de motores, forjamento de grades, produção de bicicletas e bicitaxis. Foi me aventurando nestas oficinas que conheci muitos criadores de mecanismos, soluções de projeto e composições visuais, aplicadas a todo tipo de invenção (SIMÕES, 2014, p. 63).

Figura 46 – Página da Prefeitura Municipal de Afuá.



Página do site da prefeitura municipal de Afuá, com notícia de revitalização das passarelas na cidade.
Fonte: Afuá, 2018a.

Figura 47 – Áreas comerciais em Afuá/PA.



Bicicletas para alugar, ruas com comércios. O concreto nas ruas é apenas uma espécie de revestimento por cima das madeiras.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017.

Outros autores ressaltam o aspecto visual da cidade, como o cuidado das casas, a individualidade das construções e o fato de as casas não possuírem projeto de construção. O modelo das casas vem da observação das casas dos vizinhos são executadas tendo como base o número de janelas e de águas do telhado, como Palheta e Rodrigues (2012, p. 180) afirmaram:

A casa afuaense é, mais do que um bem imóvel, um valor para os seus moradores, uma expressão de quem são: moradores de uma cidade construída não à beira do rio, mas sobre o rio, cujo ritmo e fluxo das águas conforma, em grande parte, o ritmo de vida, as estações, a produção econômica e muitas atividades dos seus habitantes.

A história de Mazagão está diretamente relacionada à expansão política de Portugal na África e das lutas decorrentes da tentativa de dominação cristã sobre o islamismo naquele continente (RABELO et al., 2005). Mazagão é considerada o porto de entrada da raça negra no Estado do Amapá.

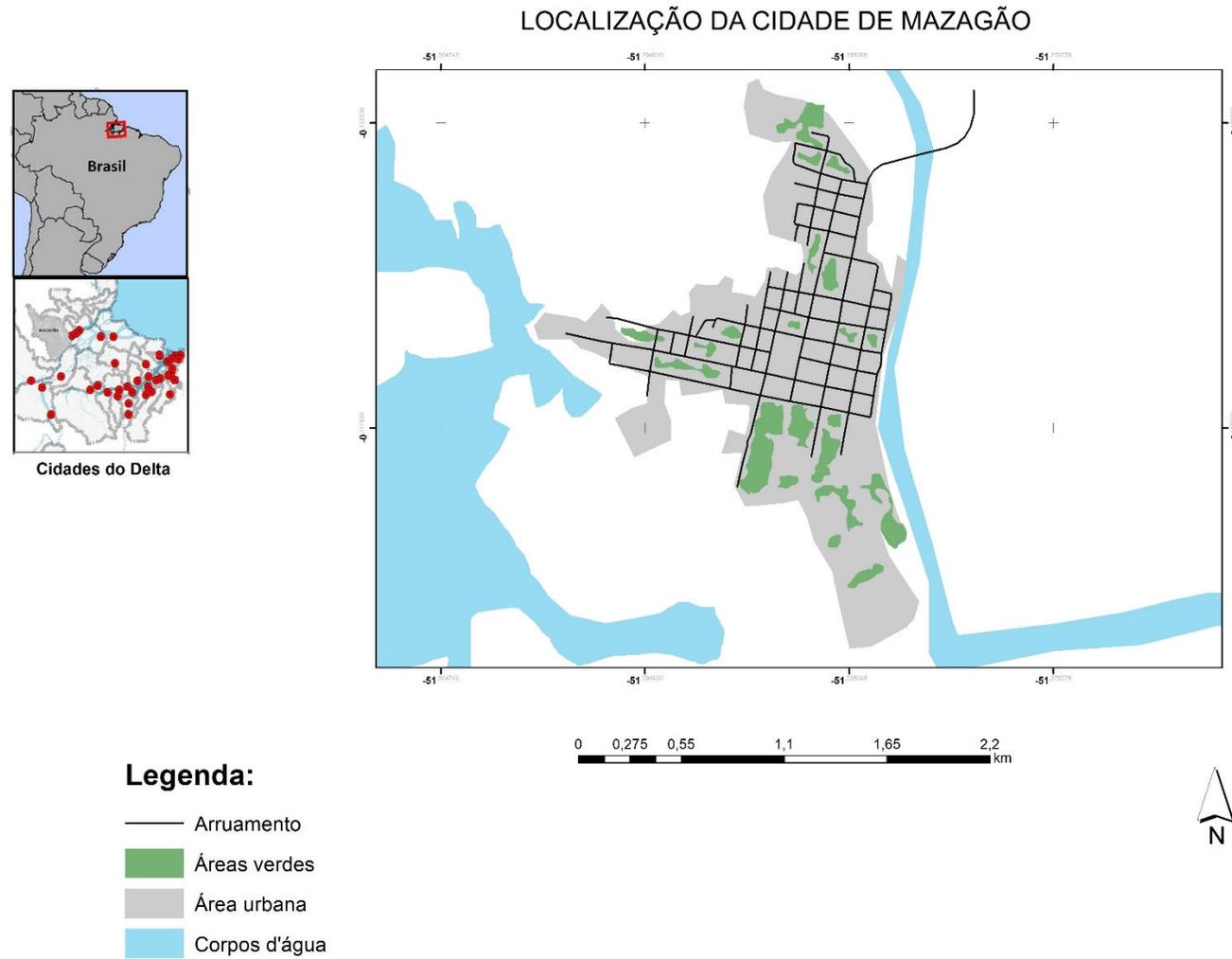
Foram originários do Norte da África, na região da antiga Mauritânia, no reino de Marrocos, colonizados pelos portugueses no século XVII, que pensavam em expandir seus domínios a partir da construção de Fortes. Esse povoado instalou-se às margens do rio Mutucá, até a transferência para a nova sede municipal, após uma série de situações econômicas e de epidemias que forçaram a mudança. Segundo Lomba e Fonseca (2017, p. 261):

Os anos sucessivos até a independência do Brasil foram marcados pelo caos na região de Mazagão. Depois da epidemia, muitos portugueses, escravos e índios migraram de Nova Mazagão para cidades maiores e para outros lugares nas redondezas.

Esta nova sede, a povoação de Vila Nova do Anauerapucu recebeu o nome de Mazaganópolis e, depois, passou a chamar-se Mazagão, ficando a antiga vila com a denominação de Mazagão Velho. Foi elevada à categoria de cidade em 1888 (RABELO, et al., 2005).

Localizada a uma hora da capital do estado do Amapá (figura 48) Mazagão é uma cidade com expressões de grandeza. Mazagão Novo, antes com entrada pela orla fluvial, local de entrada e saída de pessoas, comércios de peixes e açaí, agora é acessada pela rodovia, com a construção de uma ponte, denominada Washington Elias dos Santos que liga a cidade de Macapá à cidade de Santana e Mazagão, como a ponte construída no rio Vila Nova. Trata-se de uma obra do PAC do Governo Federal (Programa de Aceleração do Crescimento), com 420 metros de extensão, 50 metros de largura e 15 metros de altura. Antes, no percurso até Mazagão era necessário utilizar uma balsa com capacidade de 6 veículos pequenos para atravessar o Rio Matapi.

Figura 48 – Localização de Mazagão.



Fonte: Laboratório de Estudo das Cidades, UNIVAP, 2018.

A ponte tem alterado, significativamente, a dinâmica da cidade, devido ao aumento no fluxo de carros, motos e caminhões, efetuando continuamente o deslocamento de pessoas e mercadorias. Inclusive, é o que tem caracterizado a cidade como parte da Região Metropolitana de Macapá, apesar da distância e da ausência de fenômenos urbanos como conurbação.

Ao chegar à localidade, pela rodovia AP-010, entramos na rua principal de entrada da cidade, a Veiga Cabral (figura 49), que mais se parece uma avenida, onde se localiza a rodoviária intermunicipal, comércio, padaria, casas de alvenaria e madeira, igrejas evangélicas, que compõem a paisagem de entrada. Nas ruas transversais, encontram-se prédios públicos, como cartório, fórum, escola, casas e obras públicas inacabadas.

A cidade de Mazagão possui ruas e avenidas largas e longas, com calçadas nem sempre cimentadas e poucas árvores pelo caminho das avenidas. Sua paisagem dá a impressão de vazio: casas e comércios concentrados mais na avenida central e próximos à orla, sendo mais distantes das casas que estão nas ruas ao entorno. São casas distantes uma das outras, as ruas com asfalto, recentemente, implantado, havendo pouca circulação de pessoas e carros.

Figura 49 – Rua Veiga Cabral.



Rua Veiga Cabral de diferentes pontos. Imagens ao lado mostram a rodoviária da cidade.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017.

É uma cidade horizontal, sendo possível, à distância, observar casas e, compondo este quadro, a copa das árvores misturando-se com os beirais e os

telhados, revelando, assim, a predominância da floresta em meio a este núcleo urbano. Percebemos sinalizações e faixa de pedestres nestas ruas quase vazias de transportes automotivos, como também os postes de iluminação pública nos canteiros cortando avenidas ao meio.

Os prédios públicos parecem obras faraônicas em relação às casas humildes de autoconstrução, na vizinhança. Muitas são casas de madeira sem manutenção, além de terrenos vazios. É uma expressão de grandeza do Poder Público diante de uma pequena cidade, com vida simples, que soa silêncio, que parece indiferente à sua presença.

Na avenida Intendente Alfredo Pinto se encontra o Fórum, a Promotoria Pública, a Câmara dos Vereadores e o Cartório. É uma avenida e calçadas largas, com casas de madeira bem precárias, de palafita, mas com uma altura pequena se comparada às casas de área de várzea. Estão ao lado de casas e prédios de alvenaria. Os prédios institucionais são imponentes, grandes, como o prédio do TSE ou o Fórum e ficam ao lado de casas precárias – desarmonicamente com a realidade social quando muitas casas são antigas, de palafitas (em meio à terra firme) e muito barro levado pelas chuvas nas ruas da cidade.

Na avenida Getúlio Vargas localiza-se o prédio novo da prefeitura municipal de Mazagão, ao lado do prédio antigo, deteriorado e em reforma, que estava sem funcionamento até o início do ano de 2017 (figura 50).

Nesta rua ainda se encontra o prédio da Secretaria da Educação, além de uma unidade de pronto atendimento, a biblioteca municipal na esquina e, do outro lado rua, adjacente ao rio Furo do Mazagão, uma orla pavimentada com cimento e lajotas de paralelepípedo. Nesta calçada encontram-se comércios em barracas, que vendem roupas, eletrônicos, legumes e verduras, e coisas do gênero. Uma cidade, portanto, que guarda permanências ribeirinhas visíveis na paisagem (figura 51).

Figura 50 – Prédios Públicos na Avenida Getúlio Vargas, Mazagão/AP.



Prédios públicos, rio Furo do Mazagão e prédio novo da Prefeitura Municipal de Mazagão/AP.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2017

Figura 51 – Continuidade da Avenida Getúlio Vargas.



Furo do Rio Mazagão, a orla na avenida Getúlio Vargas
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2017

Encontramos na cidade moradores residindo em área irregular, que era um local construído para ser comércio que nunca chegou a ser inaugurado. Hoje, está ocupado por famílias em situação de pobreza e desemprego. Existem moradias do programa “Minha Casa, Minha Vida” em condições extremamente precárias, que

não foram finalizadas e foram invadidas, além de habitações em área de várzea, com casas de palafitas, banheiros construídos no fundo destas casas e o esgoto sendo despejado na própria várzea, que é uma área pantanosa, com árvores e açaçais ao fundo das residências. Muitas ruas não são asfaltadas, e em dias de chuva ficam barrentas, enlameadas, o que dificulta a locomoção de pessoas e transporte.

Mazagão é uma cidade ribeirinha. Existe o trapiche, casas do outro lado da margem do rio no mesmo aspecto de outras cidades ribeirinhas, para as quais a entrada e a saída é o rio. Além disso, pessoas vivem da pesca e do açai. Mas no município há indústria de mineração. O sentimento que a cidade passa é de que seu futuro crescimento urbano e econômico será como uma cidade beira-rio e não uma predominância ribeirinha, apesar de a população rural deste município ainda ser maior e existirem comunidades distantes, as quais necessitam de recursos da prefeitura (figura 52).

Figura 52 – Casas em ambiente de várzea em área afastada do centro de Mazagão/PA.



Casas em ambiente de várzea em área afastada de Mazagão indicando abertura para novas ocupações, com casas de palafitas, banheiros ao fundo das casas, esgoto a céu aberto.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

Élisée Reclus (2015) afirmou que as cidades possuem personalidades a partir do que as gerações construíram ao longo dos anos. Existem cidades consagradas ao trabalho, com suas indústrias locais que revelam um dinamismo entre circulação de produtos e trabalhadores. Existem as cidades que se mostram burguesas, outras

banais, algumas construídas para a dominação, circundando seu próprio povo e outras que são velhas demais e parecem lugares de sombra até mesmo suas partes mais modernas, “enquanto há cidades eternamente jovens que incitam à alegria”.

Enfim, quantas cidades de faces múltiplas onde cada classe da sociedade encontra bairros que lhe parecem e cuja atitude e linguagem são modificadas muito lentamente pelos séculos! Quantos lugares lamentáveis antes os quais desejaríamos chorar! (RECLUS, 2015, p. 58).

O autor não descarta a criticidade sobre a realidade social, apesar deste seu texto ter uma linguagem um tanto poética, mas estes escritos vêm incitar sentimentos a respeito da percepção do indivíduo, tanto quanto do pesquisador. Sendo assim, o que estas cidades ribeirinhas, Ponta de Pedras e Afuá/PA, Mazagão/AP revelam em suas personalidades, nas quais o materialismo dialético histórico vem a contribuir em sua compreensão, sem descartar a necessidade de uma visão humanista? Este é o constante exercício sobre as pequenas cidades da Amazônia.

5.2 Espaços ribeirurbanos: sistema de ações

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos (SANTOS, 2014a, p. 63).

Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá, são municípios do delta do Rio Amazonas, onde a população rural guarda um predomínio ao longo dos anos. Apesar do termo “rural”, o que se costuma falar, e fica bem caracterizado regionalmente, é “interior”. Geralmente comunidades afastadas e casas na beira dos rios, as “ruas”, cujo “quintal” é a própria floresta. Ainda assim, percebe-se ao longo das décadas, o crescimento da população urbana nos três municípios, portanto, as cidades têm apresentado crescimento.

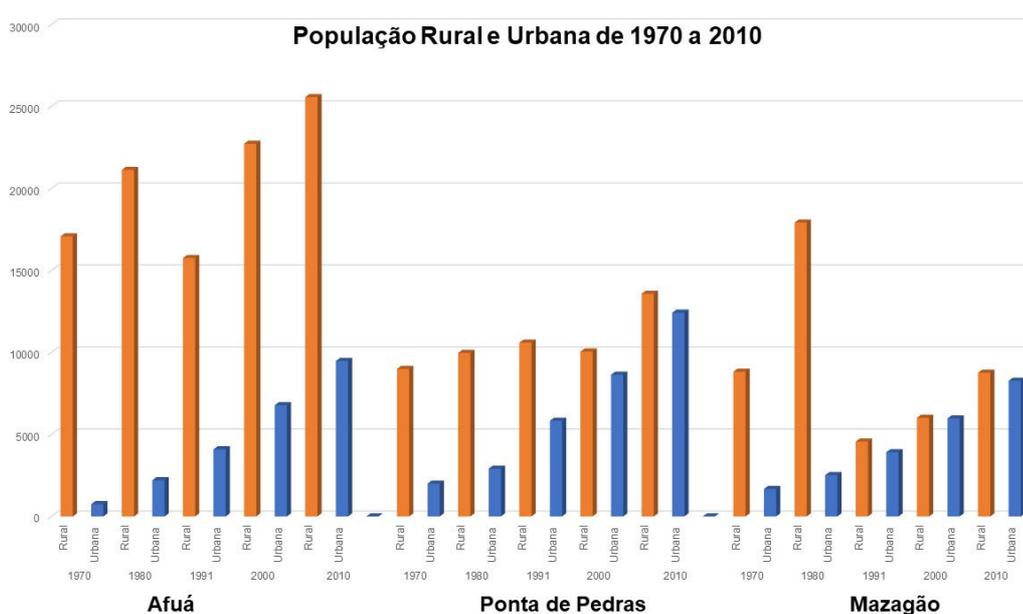
Entretanto, simplificar essa dinâmica com uma visão dicotômica, tal como urbano/rural ou pequenas cidades e grandes, negligencia os sistemas complexos da economia, dos meios de subsistência que movimentam essas cidades. Essa visão também ignora a importância das cidades de tamanho pequeno e médio existentes na região, as quais servem de nós para as redes urbanas sub-regionais que dominam cada vez mais os espaços regionais (COSTA et al, 2012, p. 60).

Os municípios relacionados a essas pequenas cidades possuem a população espalhada em sua extensa área municipal, o que lhes confere baixa densidade demográfica, com concentração da população somente na área urbana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), Afuá tem, em estimativa, uma população de 37.778 habitantes, em 2016. Ponta de Pedras tem 29.700 e, em Mazagão, um total de 19.981. De acordo com o Censo de 2010, Afuá tem 27,05% de população urbana, enquanto Ponta de Pedras tem 47,79% e Mazagão 48,57 %.

Aumentou, nos últimos anos, a possibilidade da vida na cidade. Proximidade com comércio, escola e hospital, aumento relativamente do comércio e consumo são variáveis de atração para a população, principalmente com o crescimento da exportação do açaí da região, como verificou-se nos últimos anos, como em programas de transferência de renda do G.F. (COSTA; BRONDÍZIO, 2009; COSTA et al, 2012).

No gráfico 2 é possível perceber, de maneira comparativa que, apesar do predomínio rural nos três municípios, suas cidades têm apresentado crescimento populacional, com destaque para Ponta de Pedras e Mazagão que chegam próximas à faixa de 50%. Contudo, estas duas cidades têm uma aglomeração urbana mais espaiada ao compararmos com Afuá, cujo espaço urbano propicia maior proximidade entre moradias e pessoas.

Gráfico 2 – População Rural e Urbana de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE, 2018

Estes ambientes sociais apresentam infraestrutura inadequada, inclusive no que diz respeito às moradias. Muitas casas ficam em situações vulneráveis, em locais de ausência de saneamento básico, principalmente no que diz respeito ao acesso de água potável, à forma adequada de lançamento de esgoto doméstico ou coleta de lixo, o que torna o ambiente local um possibilitador de doenças, conforme aponta trabalho de Lima (2017) sobre Ponta de Pedras.

Contudo, é válido ressaltar que apesar de a maioria das moradias constituírem-se de madeira, seja casas de palafitas em área de várzea ou em terra firme, não significa que isso é uma precariedade social como consta nas próprias informações do IBGE, em que as casas de palafitas são classificadas como irregulares. A precariedade vem da ausência de saneamento básico. Como é possível perceber no quadro 12, as três cidades são caracterizadas por este tipo de casa.

A casa de palafita é típica de ambientes inundáveis periodicamente, sendo que a moradia na Amazônia, do caboclo, do posseiro, do nativo, assim se adequou à realidade do ecossistema local. Eles são os habitantes das comunidades no interior dos municípios, e, muitos, ao estabelecerem-se nas cidades, mantiveram tal hábito, seja pela facilidade de acesso à madeira, seja pelo conforto térmico, seja pela semelhança dos ambientes, seja por uma caracterização urbano/rural. Nunes (2008, p. 56) aponta que o urbano na Amazônia é esta mistura de estilos entre ambientes rurais e urbanos. É aglomerado, busca consumo, proximidade, mas traz, em si, hábitos e percepções dos locais em que dantes habitava.

Quadro 12 – Domicílios Urbanos em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.

Domicílios Urbanos em 2010	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão
Domicílios Particulares Permanentes	6.754	5.828	3.539
Situação Domiciliar:			
Urbana	1.977	3.021	1.769
Rural	4.777	2.807	1.770
Presença de Habitações Irregulares segundo IBGE			
Favelas, cortiços e loteamentos irregulares			
Existem no município?			
Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	Sim	Sim	Sim
Cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco	Sim	Não	Sim
Loteamentos irregulares e/ou clandestinos	Sim	Sim	Sim
Ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

O plano plurianual do governo do ex-Presidente Fernando Herinque Cardoso chegou a considerar programas de habitação de acordo com a realidade regional, embora tenha permanecido somente no papel. Esta realidade foi desconsiderada nos planos plurianuais dos governos seguintes. E estas prefeituras que têm dependência de repasses do G.F. não apresentam condições de realizar programas na área da habitação, como aponta quadro 13, sobre ausência de programas de habitações.

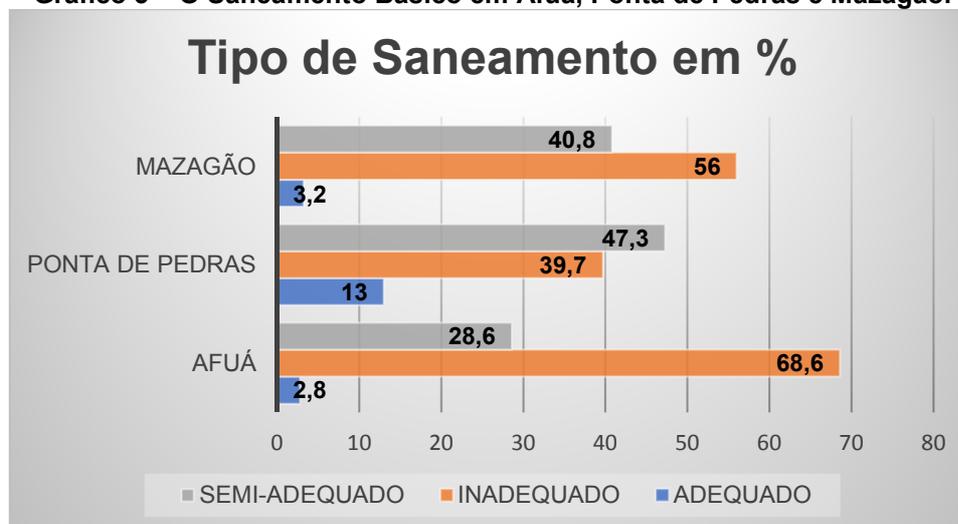
Quadro 13 – Programas realizados pela prefeitura no ano de 2015 ou 2016.

Programas ou ações na área de habitação	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão
Nenhum dos programas ou ações	Sim	Sim	Sim
A prefeitura tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

As carências também são evidentes na questão do saneamento básico, para o qual o item “adequado” é o que menor se constata nestas realidades. Costa *et al* (2016), para a cidade de Ponta de Pedras, constatou que os serviços de esgotamento sanitário foram classificados pela maioria dos moradores entrevistados como “muito ruim” e “ruim”, o que correspondeu a mais de 50% dos moradores abordados. Situações semelhantes encontramos em Mazagão, principalmente nas áreas mais periféricas da cidade (gráfico 3).

Gráfico 3 – O Saneamento Básico em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.



Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

A situação do tratamento de água é outra evidência das carências e incapacidade do poder público local em resolver situações de primeira necessidade da população. A maior parte da água distribuída à população das três cidades não passa por um processo de tratamento completo, que equivale à água bruta passar por tratamento completo em estação de tratamento de água, dotado dos processos de floculação, decantação, filtração, correção de pH, desinfecção (cloração) e fluoretação, antes de ser distribuída à população. Como constatamos no quadro 14, a água recebe apenas o composto cloro antes de sua distribuição à população, que se trata da simples desinfecção da água antes das diversas formas de uso que as pessoas podem designar, principalmente tomar água, tão vital aos corpos.

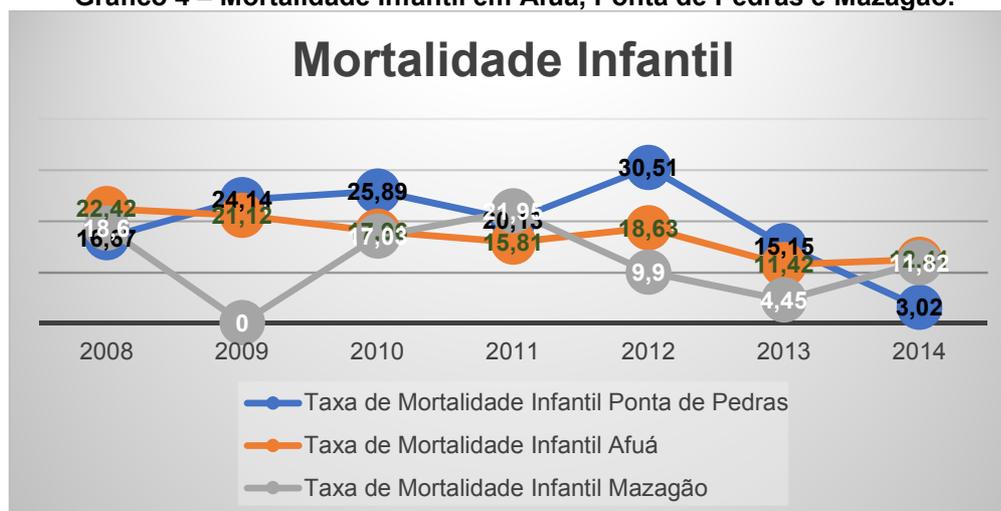
Quadro 14 – Tratamento de água em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.

	Ponta de Pedras	Afuá	Mazagão	
Volume de água tratada distribuída por dia	1.724	24.812	1.734	m ³
Tipo de Tratamento de Água	Ponta de Pedras	Afuá	Mazagão	
Não convencional	-	812	-	m ³
Simples desinfecção (cloração e outros)	1.724	24.000	1.734	m ³
Sem tratamento	-	-	90	m ³

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

Alguns indicadores sociais também denotam preocupações e se refletem no Índice de Desenvolvimento Humano destes municípios e suas cidades (IDH-M), como a mortalidade infantil medida a cada mil nascidos vivos. (gráfico 4). Apesar de apresentar uma diminuição ao longo dos anos de 2008 a 2014, a mortalidade infantil está acima do limite considerável aceito pela OMS, 10 a cada mil nascidos vivos, com exceção de Ponta de Pedras/PA, que está mais próximo de Belém, e onde a população busca mais recursos da saúde.

Gráfico 4 – Mortalidade Infantil em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.



Mazagão em 2009 não apresentou dados, por isso o número zero no gráfico.

Óbitos por mil nascidos vivos

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

Segundo Lima et al. (2012, p. 66), em Ponta de Pedras, a população da área urbana se dirige a Belém, pois,

há uma predominância para o tratamento da saúde, na busca por especialista (74% dos entrevistados se deslocam por razões de saúde, sendo que 44% fazem esse movimento exclusivamente para buscar esse serviço). Entre os que se deslocam, por motivo de saúde, à busca por consultas agendadas, dá-se tanto para médicos generalistas (pediatra, ginecologista, obstetra), como especialistas (ortopedista, neurocirurgião, entre outros).

Apesar de população com ensino fundamental universalizado (tabela 4), a nota do IDEB é abaixo da Região Norte (tabelas 5 e 6). Um grande desafio, portanto, para estas populações locais é a ampliação do acesso a ensino médio e universidade. Não é difícil encontrar, nestas pequenas cidades, polos universitários de instituições particulares e que oferecem cursos de pedagogia e licenciaturas, sem, contudo, essa ampliação se expressar em um IDH adequado. Com IDH-M mediano, a má distribuição de renda, esgotamento sanitário que se reflete na saúde, bem como água com tratamento abaixo do adequado são características dessas cidades que se revelam nos dados oficiais, suas carências sociais.

Tabela 4 – Escolarização das Cidades em estudo.

Cidade	Escolarização de 6 a 14 anos em 2010	Matriculas no ensino fundamental em 2015
Afuá	88,40%	11.091
Ponta de Pedras	91,30%	5.317
Mazagão	92,9	4.278

Fonte: IBGE – Síntese das Cidades (2017)

Tabela 5 – IDEB – Anos Iniciais em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.

IDEB	2007	2009	2011	2013
Afuá	3.1	3.2	2.8	2.9
Ponta de Pedras	2.9	3.2	3.6	3.4
Mazagão	3.2	2.9	3.2	3.4

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018.

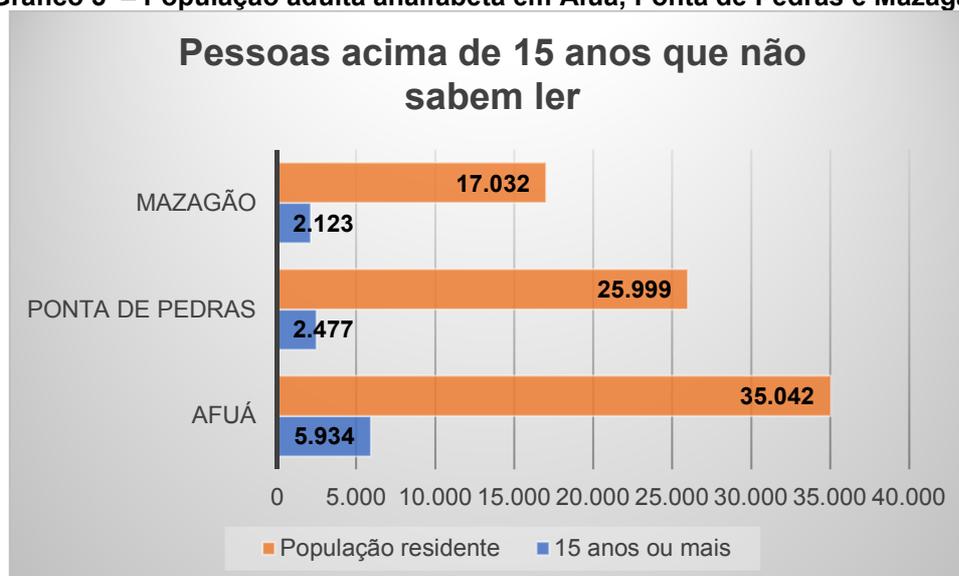
Tabela 6 – IDEB – Anos Iniciais dos estados da Região Norte.

IDEB	1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Acre	3.4	3.8	4.3	4.6	5.1	5.4
Amapá	3.2	3.4	3.8	4.1	4.0	4.5
Amazonas	3.1	3.6	3.9	4.3	4.7	5.2
Pará	2.8	3.1	3.6	4.2	4.0	4.5
Rondônia	3.6	4.0	4.3	4.7	5.2	5.4
Roraima	3.7	4.1	4.3	4.7	5.0	5.2
Tocantins	3.5	4.1	4.5	4.9	5.1	5.1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018).

Os avanços no acesso à escola ainda não se refletiram na qualidade do ensino, pois estes municípios, dos quais estas cidades são sedes, têm um IDEB abaixo dos estados que fazem parte e abaixo da média nacional, que é 5,5, em 2015, para os anos iniciais. A população adulta tem um índice de analfabetismo significativo: os 5.934 habitantes com mais de 15 anos que não sabem ler em Afuá, segundo dados do IBGE, representavam 16,93% do total da população; em Ponta de Pedras, os 2.477 representavam 9,53% e em Mazagão, os 2.123 representam 12,46% do total de sua população municipal. Aqui, os dados são municipais, isto é, não somente da cidade, da área urbana (gráfico 5).

Gráfico 5 – População adulta analfabeta em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.



A população apresenta um baixo poder aquisitivo, uma média de 2 salários mínimos, estando em torno de 4 a 6% em trabalhos formais, sendo, em sua maioria com uma renda de meio salário mínimo (tabela 7).

Tabela 7 – Perfil socioeconômico das cidades em estudo.

	<i>Média salarial em trabalhos formais</i>	<i>Pessoal Ocupado 2015</i>	<i>População Ocupada 2015</i>	<i>Percentual com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo 2010</i>
<i>Afuá</i>	2,1	2.315	6,20%	55,30%
<i>Ponta de Pedras</i>	1,7	1.509	5,20%	54%
<i>Mazagão</i>	2	869	4,40%	48,20%

Fonte: IBGE – Síntese das Cidades (2017)

Com uma empregabilidade deficiente, além de serem dependentes de repasses do G.F., estes municípios não são capazes de gerar renda própria, seja com impostos, seja com o comércio local, que emprega informalmente parte da população e não gera receita local (COSTA; BRONDÍZIO, 2009). Lembramos que o trabalho no extrativismo não é passível de cobrança de impostos e a maior parte da população dos três municípios (a considerar sua população urbana) está empregada, em sua maioria, no setor público (tabela 8).

Tabela 8 – Empregos Formais em 31/12/16 - Anos de 2015 e 2016 por setor de atividade econômica.

IBGE Setor	Afuá		Ponta de Pedras		Mazagão	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1 - Extrativa mineral	-	-	-	-	36	42
2 - Indústria de transformação	290	267	-	-	15	43
3 - Serviços industriais de utilidade pública	4	4	2	2	-	-
4 - Construção Civil	-	-	0	2	13	22
5 - Comércio	38	38	117	112	40	39
6 - Serviços	21	22	10	10	122	105
7 - Administração Pública	1.810	1.844	1.330	1.122	586	542
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2	2	39	51	10	8
Total	2.165	2.177	1.498	1.299	822	801
Aposentadoria	826	822	629	716	570	577

Fonte: RAIS e Ministério do Trabalho, 2018

Ademais, o produto interno bruto de cada localidade aqui expresso reflete a desigualdade, com seu baixo IDH, pois, ao realizar uma análise das condições econômicas da população, com baixo poder empregatício, as condições da qualidade da educação e da saúde, percebemos as nuances entre dados e realidade (tabela 9).

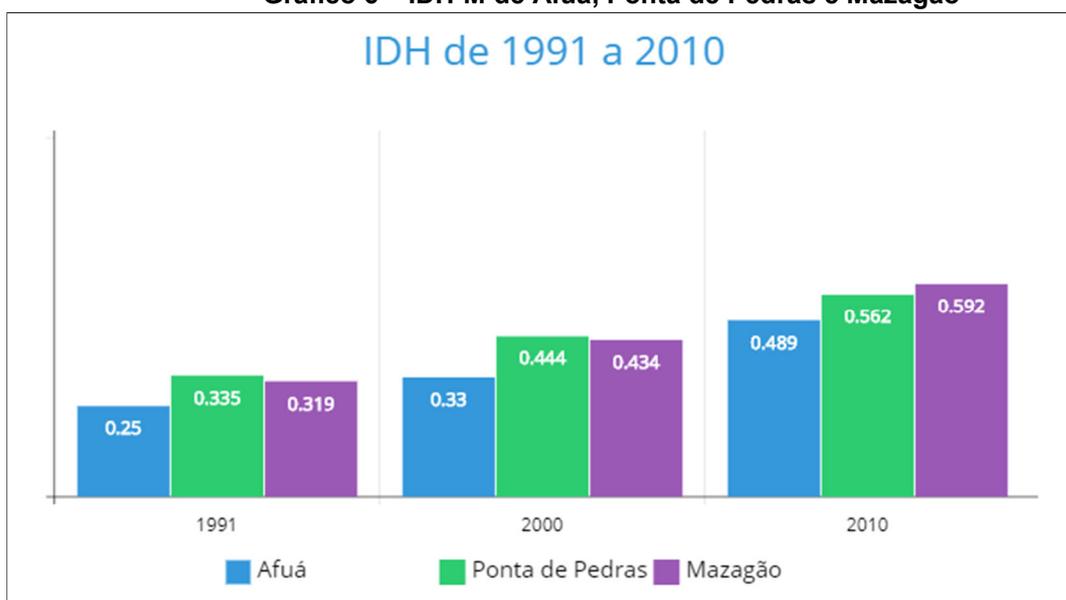
Tabela 9 – Dados sociais das cidades em estudo.

Cidade	PIB per capita 2014	IDHM 2010	Mortalidade Infantil 2014 (por 1000 nascidos vivos)	Esgotamento sanitário 2010	Fonte: IBGE – Síntese das Cidades
Afuá	7.953,74	0,489	12,41	3,20%	
Ponta de Pedras	5.777,87	0,562	3,2	20,30%	
Mazagão	10.857,06	0,592	11,82	5,60%	

(2017)

Bilbas e Cardoso (2017, p. 5) questionam os indicadores criados sob um ponto de vista mais generalizado. O IDH não consegue, segundo as autoras, expressar uma realidade atípica como de Afuá, e que, devido a isso, é classificada como um dos 25 piores IDH-M do país, mas que tem uma população que obtém acesso a saúde e educação e consegue “gerar renda de forma não assalariada, a partir da associação de uma série de atividades tradicionais” além das redes de solidariedade (gráfico 6).

Gráfico 6 – IDH-M de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão



Fonte: IBGE – Síntese das Cidades (2017)

Realmente, os índices que não consideram estes espaços ribeirurbanos podem ser questionados mediante análise que requer trabalho de campo, investigação que levam a constatar a realidade do modo de vida, geração de renda, apropriação do espaço, moradias e relação do poder público com a localidade.

Mas podemos constatar por estes dados algumas deficiências que afligem as populações destes municípios e suas cidades. O planejamento e gestão públicas são necessários em qualquer esfera e realidade. Até mesmo marcos regulatórios são importantes desde que levem em consideração a peculiaridade e os relacionamentos sociais estabelecidos nestas realidades plurais.

A participação da população é fundamental neste processo. Como em 2010, na elaboração do Plano Diretor Municipal de Ponta de Pedras, em que a prefeitura cumpriu todos os requisitos propostos pelo Ministério das Cidades, mas se caracterizou como um mero cumprimento de uma formalidade, sem participação popular significativa. Das 200 famílias entrevistadas, apenas 32% afirmaram ouvir falar do plano diretor, e destas, a maioria era de funcionários públicos, o que pode ser percebido nas atas que estavam presentes nas reuniões regionais para compor o número de participantes desejáveis. Da população que participou de alguma reunião ou audiência pública sobre o plano diretor, 78,1% afirmaram não ter participado, o que deixou muito claro a ineficiência de uma gestão mais participativa dentro da área urbana, mas que, ainda assim, pode-se considerar que existem

instrumentos de participação necessários, desde sejam que reconhecidos e aplicados de maneira adequada à realidade (MONTÓIA, 2010).

Destes instrumentos, o Conselho de Meio Ambiente possui ampla importância, pois, contribui para aumentar a consciência daqueles que participam sobre sua realidade, uma vez que sua percepção sobre o meio é intrínseca à sua realidade de abundância, como já discutido nesta tese (quadro 15).

Quadro 15 – Conselho do Meio Ambiente em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.

	<i>Afuá</i>	<i>Ponta de Pedras</i>	<i>Mazagão</i>
<i>O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar</i>	Sim	Não	Sim
<i>Ano de criação</i>	Não soube informar		2001
<i>Formação do conselho</i>	Paritário		Paritário
<i>Caráter do conselho</i>			
<i>Quantidade de reuniões realizadas pelo conselho municipal de meio ambiente nos últimos 12 meses</i>	12		6

Quadro 16 – Conselho do Meio Ambiente em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão (conclusão).

<i>A área responsável pelo tema meio ambiente dispõe de recursos financeiros específicos para serem utilizados no desenvolvimento de suas ações</i>	Sim	Não	Sim
<i>O município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar</i>	Sim	Não	Sim
<i>O conselho gestor do fundo é o conselho municipal de meio ambiente ou similar</i>	Não	Não	Sim
<i>No ano de 2016 foi utilizado recurso do fundo municipal de meio ambiente para ações ambientais</i>	Não	Não	Não
<i>O município participa de consórcio (público ou administrativo), convênio de parceria com o setor privado e/ou recebe apoio do setor privado e/ou de comunidades, que contribua para a realização ou manutenção de ações na área de meio ambiente</i>	Sim, Consórcio público	Não	Não

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

Afuá e Mazagão possuem Conselho de Meio Ambiente, recursos específicos para aplicar na área e Fundo Municipal de Meio Ambiente (quadro 16). Apenas Afuá possui consórcio de natureza pública para realização de manutenção e ações nesta área, assim como Mazagão, que declara ter um conselho gestor do fundo municipal que é o mesmo conselho municipal de meio ambiente. Afuá e Mazagão não usaram recursos para esta finalidade, no ano de 2016. Ponta de Pedras aponta um negativo

para todos os itens: não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, nem Fundo Municipal ou consórcio independente de sua natureza.

A participação da população sobre o meio ambiente, conhecer sua realidade e a visão externa sobre ela é parte do desenvolvimento de autonomia individual e coletiva. Não apenas um cumprimento de uma legislação que ultrapassa os ditames municipais e que, então, deve ser cumprida, mas por se tratar de uma ação humanizadora do espaço, coletiva, que expressa desejos e anseios sobre o lugar em que se vive, em que baseia esta participação social.

É um desafio que ocorre em todo o Brasil, e que, nestes espaços ribeirurbanos, ganha um toque especial, uma vez que a visibilidade sobre a região, devido aos seus recursos naturais, a sua natureza exuberante, fragiliza aqueles que devem buscar a apropriação do seu espaço, o lugar de vivência.

Quadro 17 – Legislação Ambiental Presente em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão

<i>Legislação ambiental municipal</i>	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão
<i>Sobre coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Sobre saneamento básico</i>	Sim	Não	Sim
<i>Sobre gestão de bacias hidrográficas</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre destino das embalagens utilizadas em produtos agrotóxicos</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre poluição do ar</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre permissão de atividades extrativas minerais</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre fauna silvestre</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre florestas</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre proteção à biodiversidade</i>	Sim	Não	Não
<i>Sobre adaptação e mitigação de mudança do clima</i>	Sim	Não	Não
<i>Plano de gestão dos resíduos sólidos</i>	Não	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Síntese das Cidades, 2018

Sobre a presença de legislação ambiental relativa a itens específicos sobre meio ambiente, Afuá não possui plano de gestão de resíduos sólidos. A cidade queima o lixo coletado na cidade. A coleta ocorre todos os dias e vai para um terreno na cidade, um aterro local. Como o próprio espaço físico do local é dificultador de um destino para este lixo, ele é queimado. Ponta de Pedras possui o plano de gestão de resíduos, mas ainda descarta em um terreno nas proximidades da Rodovia Mangabeira.

A existência das leis ambientais ainda são complicações nestas realidades. Estes sistemas de ações não possibilitam a ausência dos problemas ambientais sobre estes espaços ribeirurbanos, pelo contrário, incidem para a ocorrência de vulnerabilidades.

Já afirmaram que as cidades ribeirinhas não devem ser vistas apenas como local de carências. Não se trata de negá-las, mas de perceber que, possivelmente estas carências se acentuam pelas lentes com as quais enxergamos esta região: um obstáculo diante de uma realidade homogeneizadora. Cheias de virtualidades e possibilidades (NUNES, 2008), talvez este seja um caminho de compreensão para a busca de um projeto que compreenda que o urbano na Amazônia existe em um mosaico desconhecido por nós: este modo de vida urbano/rio/floresta.

CAPÍTULO 6 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO E AS ESCALAS DE DECISÃO NOS ESPAÇOS RIBEIRUBANOS: DIFICULDADES DE ANÁLISE E MAIS DO MESMO

A missão do intelectual/pesquisador/planejador é a de chamar a atenção daqueles que, para ele, são, ao mesmo tempo, o objeto de conhecimento e sujeitos históricos cuja autonomia precisa ser respeitada e estimulada, para as contradições entre objetivos, os problemas e as margens de manobra que o seu treinamento técnico-científico lhe permite vislumbrar (SOUZA, 2008, p. 36).

 Estado brasileiro, desde a modernização do seu território com seu processo de industrialização e urbanização, principalmente depois de 1950, adotou uma visão de desenvolvimento baseada na teoria da modernização. Assim, copiar o modelo industrial dos países desenvolvidos era o caminho para o crescimento e a superação dos problemas sociais, principalmente após o inchaço urbano e a precariedade observada nas cidades brasileiras, como resultado de sua macrocefalia urbana.

Este Estado, desde sua independência, tinha uma visão determinista sobre o território: um país com recursos naturais em potencial diante de uma população debilitada. Para proporcionar seu desenvolvimento deveria, então, promover uma espécie de missão civilizadora (MORAES, 2005). Desta maneira, um dos aspectos de “civilizar” era urbanizar o país, pois se tratava de um Brasil arcaico, com aspectos rurais (LAMBERT, 1967).

Em paralelo a este movimento, projetos se pensaram sobre a Região da Amazônia, que estava vivendo as consequências de seu declínio econômico, do período da borracha. Contudo, estes projetos que impulsionaram o surgimento de agrovilas, rurópolis, *company towns*, ocorriam a despeito da existência de cidades com mínima população em sua área, e que apresentavam aspectos urbanos, seja para o consumo, seja para o estabelecimento de redes sociais.

No Governo Vargas, apesar de destaques regionais ganharem visibilidade, inclusive a sua elite patrimonialista, o olhar sobre a Amazônia repousava sobre seus recursos naturais. Com o estabelecimento, em meados de 1980, da autonomia municipal, muitos destes territórios sofreram subdivisões que incluíram, inclusive, territórios federalizados, como áreas de reserva natural, que acabaram por infligir a própria autonomia municipal (BECKER, 2013).

Desde o surgimento da Fundação Brasil Central, em 1944, à criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), braços de esferas federais permaneceram sobre estes municípios e seus enclaves urbanos, mas que, com sua autonomia municipal, fortaleceram os elos com a elite local. Os projetos nacionais propostos para esta região, que incluíram os municípios e suas cidades, foram desde os projetos agrominerais do período militar (e que permanecem) à fronteira socioambiental, que, por sua vez, contribui para que tal realidade seja tratada apenas como um potencial de exploração comercial, um “mercado sustentável”.

É a continuidade de uma visão determinista sobre o território em que as pessoas são excluídas ou são entraves, juntamente com a ideia de obstáculo que a diversidade regional em seus aspectos naturais apresenta e que deve ser superada a fim de interesses mercadológicos (BECKER, 2009; 2015).

Diante desse quadro, estabelecer uma análise a respeito das políticas públicas nestes municípios, com foco em seu espaço intraurbano tornou-se uma tarefa difícil em função de sua complexidade. A compreensão do que é este espaço, este *ribeirurbano* como fator de permanência e resistência, seus aspectos paisagísticos e suas similitudes, suas características socioeconômicas, com uma população ligada à administração pública no emprego formal, à informalidade no comércio, e a estreita ligação com atividades não urbanas em sua aquisição de renda, não é tarefa das mais fáceis.

Consequente, são realidades com IDH médio, considerados os piores do país, apesar desta métrica não reconhecer outros aspectos de qualidade de vida ou modo de vida, como já discutido em capítulos anteriores. Diante desse quadro, perceber as políticas públicas e seus reflexos tornaram-se tarefas desafiadoras, seja pelo fato de a realidade apresentar singularidade, seja pela dificuldade de acesso à informação, e desta maneira, o cuidado para não transportar ou sobrepor uma realidade com a outra é algo constante.

Nesse sentido, considerando que esta tese procurou analisar políticas públicas de caráter territorial no espaço intraurbano, analisando a instalação de equipamentos urbanos como sistema de abastecimento de água, quadras, creches, unidades básicas de saúde, manutenção de ruas e avenidas, que propiciam compreender aspectos visíveis presentes no espaço geográfico e dimensionar qualidade de vida em aspectos de urbanidade que contribuam para o planejamento

urbano e regional com foco em realidades diferenciadas. Muitas dessas políticas se apresentam em âmbito municipal. Portanto, extrair seus efeitos no intraurbano foi desafiador.

A aquisição de dados e informações ocorreram por meio de trabalho de campo, que ocorreram desde o ano de 2009, mas, nesta tese, os anos de 2014 a 2018 foram essenciais, seja para fotografar propagandas com apresentação de obras públicas das mais diferentes esferas, para entrevistar representantes do poder público local, como funcionários e secretários ligados à prefeitura, até a busca em secretarias específicas dos governos estaduais, tanto do Pará, como do Amapá, a SEDOP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas/PA e a Secretaria das Cidades/AP. Funcionários ligados à AMAM (Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó) também foram entrevistadas.

Estas entrevistas tinham como objetivo compreender as dificuldades que os agentes públicos locais encontram na execução de obras públicas, na relação entre entes governamentais, na constante luta que alegam encontrar pela falta de compreensão que o G.F. ignora. E isso resulta em uma série de dificuldades de levantamentos de dados e compreensão do rebatimento dessas políticas no urbano das pequenas cidades.

6.1 Políticas Públicas no Território como em Todo Lugar

a) Comparativos incompletos

Muitos serviços públicos essenciais apresentam deficiências e incompletudes. Essas situações, geradoras de impossibilidades de melhoria de vida para seus moradores, ocasionam a necessidade de intervenção pública por meio da instalação de obras que atendam à comunidade local. Ao longo dos anos de elaboração dessa pesquisa, observamos a presença de placas de obras públicas nestas cidades, em uma demonstração do Poder Público local que algo está sendo realizado, para melhorar a condição de vida.

Um exemplo a este respeito se trata da melhoria do sistema de abastecimento de água municipal, notadamente no espaço intraurbano. A qualidade da água para o consumo da população é questionável, apesar de se localizarem em uma região com abundância de recursos hídricos, da maior bacia hidrográfica do

mundo, que as caracterizam como cidades-rio, ribeirinhas por excelência, diante do importante papel deste elemento natural, seja para transporte, para prover alimento e contemplação.

Diante dessas e outras necessidades de infraestrutura, o que também ocorre em muitas cidades brasileiras, o Governo Federal estabelece sua presença nestas localidades por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, a fim de dotar o país com a infraestrutura necessária nas demandas de logística, de social, e urbana e energética (quadro 17).

Quadro 18 – Obras envolvendo abastecimento de água.

Abastecimento De Água			
	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão
Órgão responsável	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
Executor:	Estado	Município	Município
Unidade federativa:	PA	PA	AP
Município (s):	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão
Observação:	Inclui investimento 2007 a 2010.	-	Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC.
Investimento previsto	R\$ 777.777,78	R\$ 1.037.390,89	NÃO DIVULGADO*
Estágio:	Em obras	Em obras	Ação Preparatória
Data de referência	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017
Convênio	403312 - EP 2177/99 ou 328673 - 120/97/ SUDAM	671982 - TC/PAC 0242/12	679616 - 0009/14
Situação / Portal da Transparência	Inadimplente / concluído	Inadimplente	Sem valor liberado / Adimplente
Observações/ Portal da Transparência	-	-	No portal o valor é 4.231.211,93

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento e Portal da Transparência

No Portal da Transparência os investimentos referentes a Afuá/PA e os convênios apresentados no quadro são uma suposição que podem ligar a estas obras. Em Ponta de Pedras/PA a situação é inadimplente, embora caracterizado como “em obras”, mas se trata de uma obra que não terminou. Já em Mazagão/AP, o sistema mostra que está em fase de “ação preparatória”, o que pode significar que o empreendimento está em fase de preparação para iniciar a contratação.

Segundo relatórios da Agência Nacional das Águas (ANA), a Região Norte do país é que mais apresenta deficiência quando ao saneamento básico, coleta de esgoto e abastecimento de água (ANA, 2010; 2014). Enquanto a Região Norte apresenta uma média de 76,4% de abastecimento de água, a do País é de 93, 2%, fato ainda questionável quanto à qualidade do sistema de abastecimento é

considerada, pois as obras do PAC não foram suficientes para suplantar o problema da qualidade de água (figura 53).

Materiais utilizados nessas obras mostram-se de baixa qualidade, como canalização precária, locais de captação enferrujados, água sem tratamento para consumo e abastecimento intermitente, são realidades constantes nestas cidades. Estes sistemas são invisíveis no dia a dia, um “invisível material”, isto é, canalizações não são objetos de percepção imediata, mas completam a paisagem presente destas cidades e apresentam um quadro de precariedade, como podemos perceber em Afuá/PA.

A água em Afuá recebe apenas cloro antes de sua distribuição à população, uma simples desinfecção da água, o que ocasionou ações do Ministério Público Federal diante da qualidade da água, pois ““tinha significativa quantidade de sujeira e outros agentes patogênicos, o que vinha causando sérios problemas de saúde”, segundo Portal G1 (G1 PA, 2017), em notícia veiculada no dia 28 de novembro de 2017.

Figura 53 – Obra de Abastecimento de Água em Afuá/PA.



Placa de Obra do PAC em Afuá.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017.

Um desencontro de informações ocorreu diante deste fato. Primeiro, a concessionária que administra a distribuição de água alegou que espera obra da SEDOP/PA, enquanto a secretaria estadual afirma que os contratos com as empresas responsáveis pelas obras do PAC-1 foram rescindidos, isto é, anulados, mas que os serviços do programa deveriam ser entregues em 2018.

O Processo nº 0003298-52.2012.4.01.3900 da 5ª Vara Federal em Belém, é uma ação do Ministério Público Federal contra Estado de Pará, Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA e FUNASA – Fundo Nacional de Saúde, baseada em análise da água realizada pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Município de Afuá, que ocorreu em 11/10/2011 e 19/10/2011. Nessa ação constatava-se que a água fornecida pela CONSAPA “não estaria de acordo com os padrões mínimos exigidos pela Portaria MS nº 518, de março de 2004”. Podemos perceber a precariedade do sistema de captação da água na cidade, em local descuidado e próximo da placa do PAC que corresponde a melhoria neste serviço (figura 54).

Figura 54 – Situação do Sistema de Captação de Água em Afuá/PA.



Sistema de captação de água em Afuá.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018.

No estado do Pará, Afuá encontra-se como “necessidade de adequação do sistema existente”, formando um conjunto de 24 cidades, o que necessitaria de um investimento de, aproximadamente, 152 milhões, segundo Agência Nacional das águas (2010). Ponta de Pedras encontra-se na classificação de “satisfatório” (AGÊNCIA..., 2010).

Em Ponta de Pedras, no Conjunto Habitacional Pedrolândia, uma obra do Programa “Minha Casa, Minha Vida” foi apresentada por Rangel (2011). O sistema de abastecimento de água, no entanto, continua precário, sendo uma obra original do PAC, referente ao ano de 2012 (TC/PAC 0242/12). Nas próprias condições de entrega das casas, de acordo com toda precariedade do bairro localizado às margens da Rodovia Mangabeira, se encontra a obra que atenderia a outras

Figura 56 – Obra de Abastecimento de Água em Ponta de Pedras/PA.

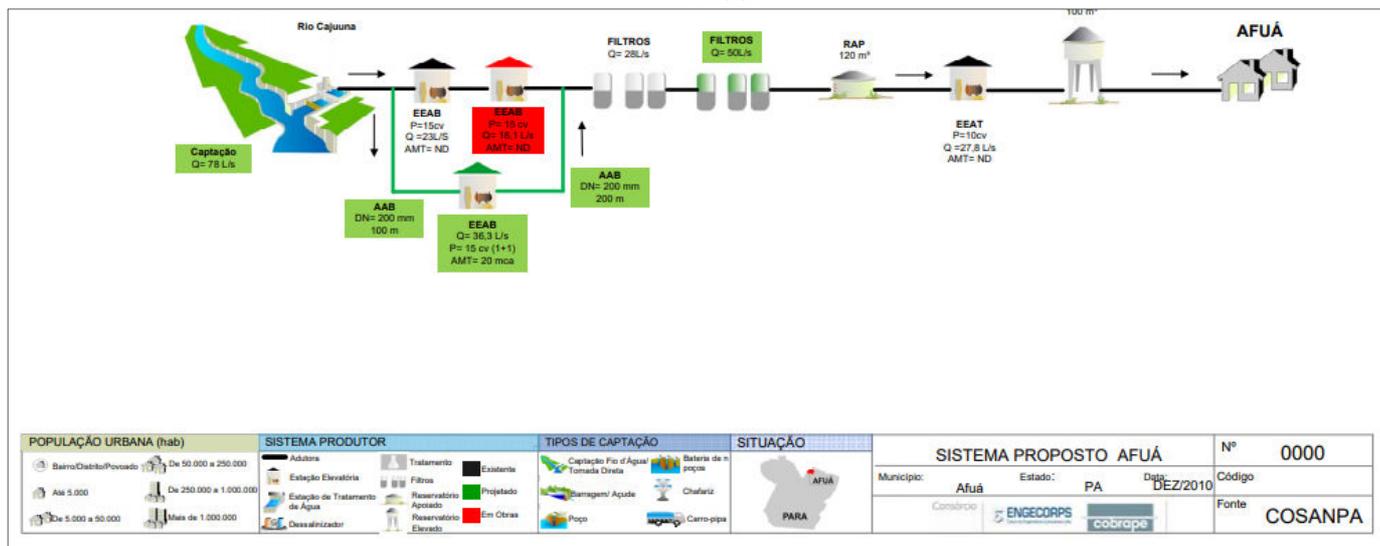


Obra de sistema de água na Vila Pedrolândia, Ponta de Pedras/PA.
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018.

Ainda sobre este aspecto do sistema de abastecimento de água, segundo a Agência Nacional de águas (2015), somente cinco sedes urbanas apresentam um sistema de abastecimento de água satisfatório no estado do Amapá, do qual Mazagão não faz parte. Sua classificação se encontra “em necessidade de adequação do sistema existente”, o que inclui, segundo relatório, um investimento de aproximadamente 111 milhões para o conjunto de sedes urbanas nesta mesma situação (o que corresponde a 4 sedes).

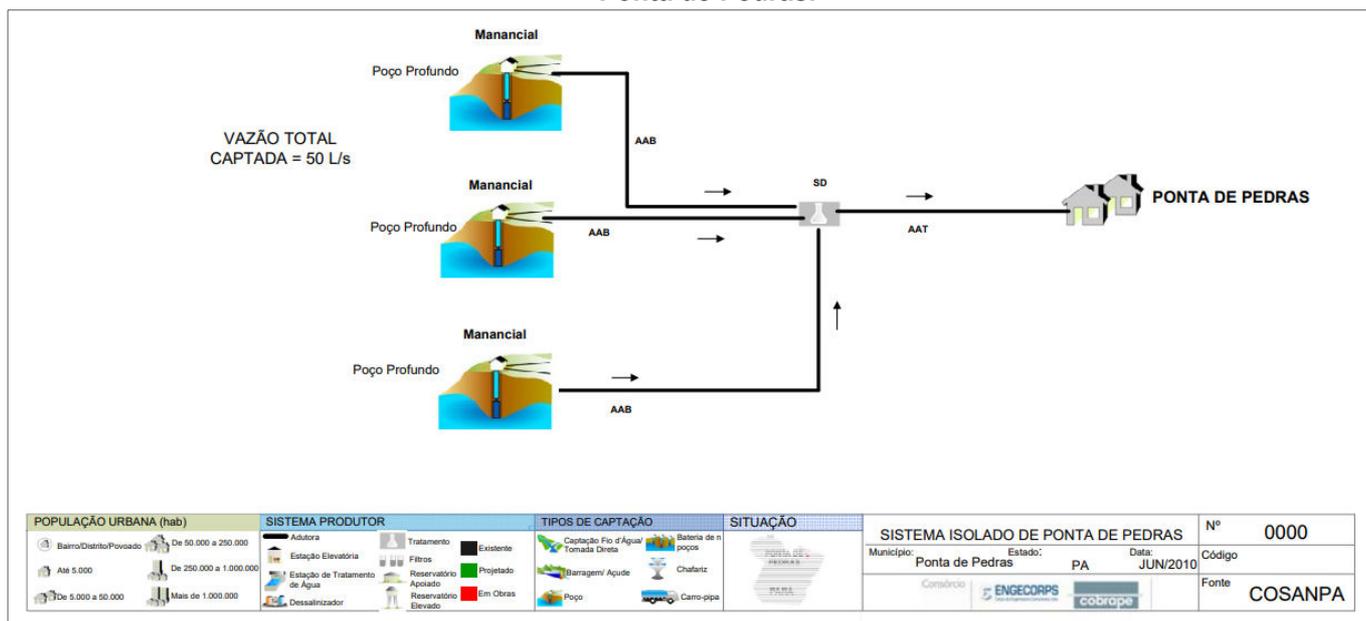
Algo importante a notar é a forma como a realidade topográfica e realidade dos locais de captação, os rios, é representada pelo consórcio responsável pelo abastecimento de água, a COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará (figuras 57 e 58). Uma região com baixa altitude e com a abundância de águas ao seu entorno, que não é considerado na representação gráfica das captações no sítio da Empresa.

Figura 57 – Croqui elaborado pela COSANPA sobre o sistema de abastecimento de água de Afuá.



Fonte: Atlas da Agência Nacional de Águas, 2018

Figura 58 – Croqui elaborado pela COSANPA sobre o sistema de abastecimento de água de Ponta de Pedras.



Fonte: Agência Nacional de Águas (2018)

É importante considerar que um croqui não tem a responsabilidade de mostrar escala ou curvas de nível para expressar, por exemplo, distâncias e altitudes. Todavia, diante do quadro apresentado sobre as cidades, o croqui soma às variáveis que permitem um desconhecimento maior das realidades dos municípios e suas cidades.

Um mapa que demonstrasse realmente os locais de captação, do tratamento até a distribuição e a forma como esse sistema está inserido no espaço urbano, seria, inclusive, de viés pedagógico. Conhecimentos do espaço físico, como a altitude e a localização dos serviços da concessionária, seria de uma ação cidadã por parte da empresa e educativo para os habitantes.

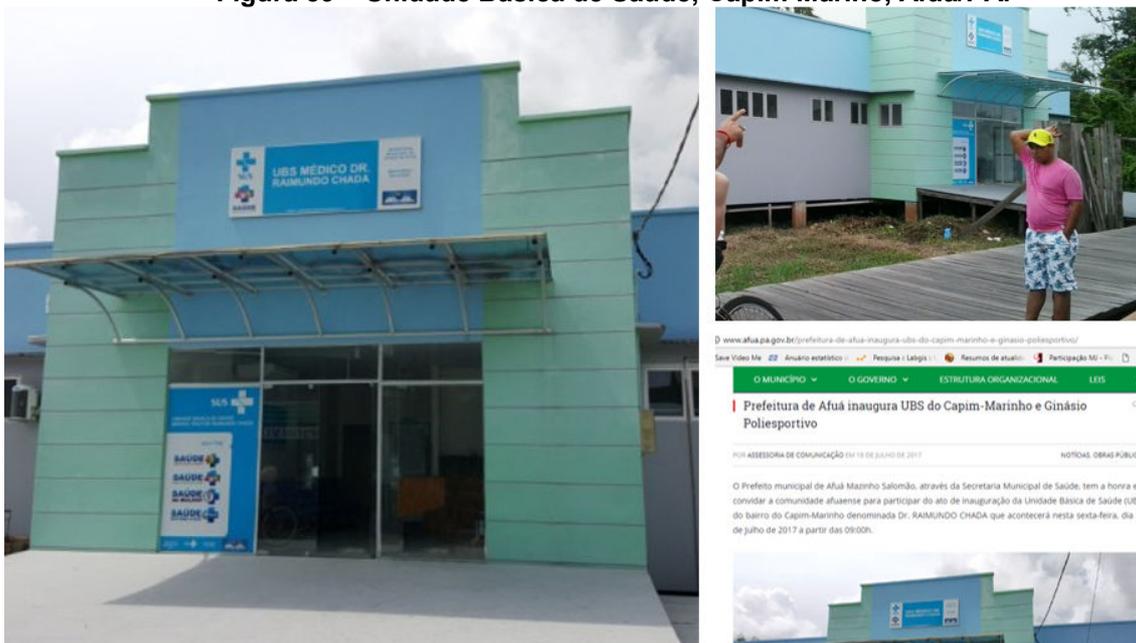
Outras obras que se realizaram nestas cidades foram as unidades básicas de saúde. A instalação destas unidades ocorreu de forma diferente nestas cidades (quadro 18). Em Afuá, recentemente foi inaugurada uma unidade básica de saúde no bairro Capim Marinho, um bairro de ocupação mais recente na cidade. A Prefeitura Municipal de Afuá (2018) inaugurou a unidade básica de saúde no dia 21 de julho de 2017 (figura 59). A previsão era para o segundo semestre do ano anterior.

Quadro 19 – Instalação de Unidades Básicas de Saúde.

Ministério da Saúde				
	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão	
Obra	UBS – I	UBS – I	UBS III	UBS IV
Órgão responsável	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
Executor:	Município	Município	Município	Município
Unidade federativa:	PA	PA	AP	AP
Município (s):	Afuá	Ponta de Pedras	Mazagão	Mazagão
Observação:				
Investimento previsto	R\$ 408.000,00	R\$ 190.800,00	R\$ 659.000,00	R\$ 773.000,00
Estágio:	Concluído	Concluído	Em obras	Em obras
Data de referência	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento e Portal da Transparência

Figura 59 – Unidade Básica de Saúde, Capim Marino, Afuá/PA.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades; Afuá, 2017a.

Em Ponta de Pedras a instalação de unidade básica de saúde do PAC não ocorreu na área urbana. Foi em uma comunidade rural chamada Jaguarajó, inaugurada em meados do segundo semestre de 2016 (figura 60). A obra era prevista para ser inaugurada no segundo semestre de 2014. A Unidade Básica de Saúde, localizada no centro da cidade, uma obra em parceria com o G. F., foi inaugurada em 1º de maio do ano de 2014 (figura 61).

Figura 60 – Unidade Básica de Saúde, Jaguarajó, Ponta de Pedras.



Fonte: Página do Facebook da Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, 2018

Figura 61 – Unidade Básica de Saúde, Centro, Ponta de Pedras.



Fachada da UBS e descuido.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Em Mazagão, no sítio do PAC, está a construção de duas unidades básicas de saúde. Não conseguimos informações da unidade básica de saúde tipo III, mas a unidade básica de saúde tipo IV está na Avenida Intendente Alfredo Pinto. Início das obras ocorreu em 18 de fevereiro de 2014, com previsão de entrega em 16 de agosto do mesmo ano (figura 62). Contudo, a obra foi abandonada e retomada apenas no ano de 2017, com término das construções em 2018. Ao final desta tese, ainda não havia sido entregue (figura 63).

Figura 62 – Unidade Básica de Saúde Tipo IV, Mazagão/AP.



Obra abandonada. Imagem de 2017. Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

Figura 63 – Unidade Básica de Saúde Tipo IV, Mazagão/AP.



Obra em fase final.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Algumas complicações ocorreram nesta obra citada. Segundo representante do governo local, entrevistado em julho de 2017, a gestão na época do projeto não cumpriu com as fases do projeto, pois, cada etapa deve ser fiscalizada, fotografada e, então, o dinheiro é repassado para a prefeitura dar continuidade à obra. O sistema de acompanhamento da obra não foi alimentado corretamente, a empresa responsável abandonou a construção devido a falta de verba e pagamento, o que

também acarretou em roubo do material da construção localizado no terreno. A nova gestão municipal, que iniciada em 2017, se responsabilizou por finalizar a obra que tinha se tornado um verdadeiro “elefante branco” na paisagem da cidade.

“Mas, o que nós fizemos, nos apropriamos da dificuldade, do problema e nós articulamos, rompemos com aquela empresa que ela não tinha mais interesse, não tinha dinheiro para terminar, para poder receber os 20 e ela tinha executado daqui de Mazagão em torno de 60%” (AGENTE PÚBLICO DE MAZAGÃO EM ENTREVISTA, JULHO DE 2017).

“Tanto essa UBS quanto a outra nós arranjamos uma articulação política, eu arranjei um empresário, chamei uns três ou quatro empresários coloquei a realidade e disse que falta construir 20% e falta receber 20%, mas só vem o recebimento se eles entregarem a obra pronta, um falou que vai e outro ia participar, eles estão fazendo a licitação, fez ganhou um e o prazo para ele é 4 meses. Eu disse para ele para ele construir em um mês, ele construindo em um mês, eu tenho três meses para inserir no sistema, fazer todo o processo” (AGENTE PÚBLICO DE MAZAGÃO EM ENTREVISTA, JULHO DE 2017).

As entrevistas com os agentes públicos de Mazagão revelaram a dificuldade da gestão em dois aspectos: primeiro, a prefeitura administrar os recursos que são recebidos, cumprir etapas e realizar licitação e acompanhamento das obras; segundo, a responsabilidade da empresa com licitação aprovada em cumprir prazos, realizar as obras com os recursos disponíveis, bem como a distância física da sede da empresa e do banco que aprova o recurso. Isso pode possibilitar descumprimento dos prazos e/ou realização das obras.

Os investimentos na área educacional desses municípios também chamam atenção pelo montante e resultados obtidos. A construção de creche municipal é um exemplo (quadro 19). Em Mazagão, as obras estão em fase de “ação preparatória”, ainda em fase inicial de aceitação do projeto e resposta do Governo Federal e não tem convênio firmado com datas vigentes de início e término das obras, não sendo possível, então, realizar uma análise da mesma, apenas uma menção. Em Ponta de Pedras, houve o início da construção de uma creche na avenida Lauro Sodré, onde hoje se localiza uma escola municipal denominada Escola Municipal Semente do Saber, em exercício, mas com deficiências em infraestrutura: sem acessibilidade para deficientes, sem biblioteca ou equipamentos de informática.

Quadro 20 – Instalação de Creches e/ou Escola de Educação Infantil.

Creches			
	Ponta de Pedras	Mazagão	
		Creches e pré-escolas - Mazagão - AP - projeto 1 convencional	
Órgão responsável	Sem informação	Ministério da Educação	Ministério da Educação
Executor:	Sem informação	Município	Município
Unidade federativa:	Sem informação	AP	AP
Município (s):	Ponta de Pedras	Mazagão	Mazagão
Observação:	Sem informação	http://www.pac.gov.br/obra/77585	http://www.pac.gov.br/obra/77955
Investimento previsto	Sem informação	Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC.	Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC.
Estágio:	Sem informação	Ação Preparatória	Ação Preparatória
DATA DE REFERÊNCIA	Sem informação	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017
Convênio	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Situação / Portal da Transparência	Sem informação	Não consta no Portal de Transparência	Não consta no Portal de Transparência

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento e Portal da Transparência

Após a inauguração do Conjunto Pedrolândia em Ponta de Pedras, às margens da Rodovia Mangabeira, em 2012, foi aprovada a construção de uma creche que atenderia ao bairro e aos arredores, como a comunidade Cajueiro, a mesma onde se localiza a construção do sistema de abastecimento de água, ainda incompleto. Esta obra foi divulgada no antigo Portal da Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, que não está mais disponível, indicada como uma creche para a comunidade do Cajueiro.

Com o término da obra prevista para novembro do ano de 2014, a construção da creche se tornou um “elefante branco” no bairro, além de um criadouro para insetos e local de despejo de lixo, como constado em campo nos anos de 2015, 2017 e 2018 (figuras 64, 65, 66, 67). Um agente público entrevistado no ano de 2015 chegou a mencionar que a obra estava em fase de finalização, em uma entrevista gravada e autorizada pelos membros do Laboratório de Estudos das Cidades da Universidade do Vale do Paraíba:

“A creche ‘tá’ quase pronta, mas com recurso da prefeitura e a prefeita não conseguiu recuperar o dinheiro que foi enviado. [...] A creche ela conseguiu recurso, ela conseguiu emenda parlamentar... ela tá terminando, já tá bem adiantado...” (AGENTE PÚBLICO DE PONTA DE PEDRAS ENTREVISTADO EM 2015).

Figura 64 – Divulgação de Obras em Ponta de Pedras/PA.

O DESENVOLVIMENTO NÃO PODE PARAR P.M. PONTA DE PEDRAS
GESTÃO: Consuelo Castro e Josafá Ferreira

Escola Romeu Santos:



A Escola do Ensino Fundamental Romeu Santos, foi construída por Consuelo em seu primeiro mandato com seis salas de aula. Agora, ela dobrou o número de salas, aumentou para quase mil alunos matriculados, instalou ar condicionado nas salas, centro de informática, nomeou um pessoal gabaritado e especializado para garantir a qualidade do ensino sob a direção da professora Aline Andrade e vice direção de Gisele Sanches.

Agência Banpará



As obras da nova agência do Banpará estão adiantadas como mostra a imagem e deverá estar concluída em breve. A agência vai trazer mais desenvolvimento ao município com linhas de crédito, abertura de contas, financiamentos para empreendedorismo, poupança e muitos outros serviços bancários.



Duas creches padrão MEC estão sendo construídas nos bairros do Cucuira e Cajueiro, este próximo ao programa Minha Casa Minha Vida. Elas irão atender quase mil crianças da baixa renda com toda a estrutura educacional, alimentar, pedagógica, de saúde higiene e muita brincadeira e lazer para os curumins.

Avanço

Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, 2015

Figura 65 – Divulgação de Obras em Ponta de Pedras/PA, na Vila Pedrolândia.



BRASIL PAC2
PAZ, RICO E PAZ SEM POBREZA

Construção de Creche Tipo B Programa Pró Infância

Valor Total da Obra: R\$ 1.200.911,18
Comunidade: Cajueiro
Município: Ponta de Pedras PA
Objeto: Escola de Ensino Infantil

Autorias Participantes: Governo Federal e Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras
Tabela da Obra: 09/09/2014
Término da Obra: 09/11/2014
Empresa Contratada: Etn Empreterias Ltda EPP

FIDE Fundação de Investimentos de Ponta de Pedras
Ministério da Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS PAZ, RICO E PAZ SEM POBREZA

Imagem de 2014



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2014

Figura 66 – Construção da Creche na Vila Pedrolândia, 2015.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2015

Figura 67 – Construção da Creche na Vila Pedrolândia Abandonada, 2018.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Ponta de Pedras e Mazagão receberam recursos para realizar obras públicas de instalação de equipamentos sociais de quadras poliesportivas (quadro 20). No centro de Ponta de Pedras, a quadra Romeu Santos inaugurada em meados do segundo semestre de 2014, abriga eventos estudantis e atende a escola de mesmo nome (figura 68). Em Mazagão, apesar de não conseguimos localizar exatamente, a quadra da obra do PAC, sabemos que no distrito de Mazagão Velho, que fica a, aproximadamente, 29 quilômetros da sede, a obra foi embargada devido à

descoberta de artefatos históricos pelo “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O órgão alegou, em nota, que a obra executada pela prefeitura não realizou o acompanhamento técnico necessário para construções próximas a locais com descobertas arqueológicas”, segundo Portal G1 (PACHECO, 2018).

No jornal local, a Folha Mazagão, foi noticiado que, após embargo, materiais da obra foram roubados (PENHA, 2016). A obra que deveria ter iniciado em 20 de agosto de 2016, era para ser inaugurada em dezembro do mesmo ano. A obra contava com recursos do G.F. em parceria com Programa Calha Norte e Ministério da Defesa (figura 69). Contudo, o entrave encontrado na execução desta obra foi burocrático, isto é, a morosidade entre aprovação, disponibilidade de recursos e execução .

Quadro 21 – Instalação de quadras poliesportivas.

	Ponta de Pedras	Mazagão
Órgão responsável	Ministério da Educação	Ministério da Educação
Executor:	Município	Município
Unidade federativa:	PA	AP
Município (s):	Ponta de Pedras	Mazagão
Observação:		
Investimento previsto	R\$ 509.939,05	R\$ 509.993,84
Estágio:	Concluído	Concluído
Data de referência	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento

Figura 68 – Quadra Poliesportiva de Ponta de Pedras/PA.



Quadra Romeu Santos, no centro de Ponta de Pedras em anos diferentes.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, anos 2009, 2018/ Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, 2014

Figura 69 – Construção Quadra Poliesportiva em Mazagão Velho/AP.



Fonte: Pacheco (2018); Folha Mazagão (2018).

b) Exemplos Individuais no intraurbano

Neste item, vamos apresentar obras públicas em cada cidade separadamente. Todas estas obras ocorreram ou ainda vão ocorrer no espaço intraurbano. A intenção de apresentar esta série de obras ocorreu pelo levantamento possível, durante os trabalhos de campo, que permitiram uma observação empírica e pesquisa de dados.

⇒ **Afuá/PA:**

A cidade de Afuá, que possui como tradição a organização espacial, os equipamentos urbanos em manutenção, a limpeza pública e o cuidado com os espaços públicos, recentemente apresentou uma obra pública sobre abastecimento de água. Podemos perceber o reflexo da pressão do Ministério Público que ocorreu no ano de 2017. Em 8 de fevereiro de 2018, foi divulgado no Portal da Prefeitura (sítio) as obras do sistema de abastecimento de água compacto, que permitiria o tratamento completo da água (bomba de sucção, floculação, decantação, filtros, plataforma de vistoria, casa de química, casa de bombas, reservatório elevado e apoiado). A obra ainda não foi entregue (AFUÁ, 2018b).

No Portal da Transparência, o único convênio que apresenta semelhança é o de número 403312 (original corresponde a 1999, EP 2177/99) que deveria ter sido concluído no ano de 2002 (figura 70). A obra se trata do sistema de abastecimento de água/ construção de microssistema de abastecimento de água. A água é um dos elementos de maior contradição nas cidades ribeirinhas: margeadas pelos rios, abundantes, presentes na dimensão imaginária e real, o consumo de água é precário. Em trabalho de campo realizado no ano de 2017, foi-nos recomendado consumir apenas água mineral na cidade de Afuá, em que, inclusive, a água que saía das torneiras era turva. Essa realidade da situação da água foi mencionada por agente público em entrevista:

“Um dos problemas sérios hoje é a questão da qualidade da água, a sede do município é praticamente atendida mas tem outros bairros que praticamente quase ninguém tem água, mas agora foi feita uma licitação para o governo do estado para o município, porque a gente está construindo um novo sistema já começamos inclusive a obra que vai atender a toda população” (AGENTE PÚBLICO DE AFUÁ, ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

Figura 70 – Sistema Compacto de Água, em Afuá/PA.



Fonte: Afuá, 2018b.

Uma obra recente, inaugurada na cidade, é o Centro de Atendimento ao Cidadão, para oferecer serviços públicos gerais, como retirar documentos oficiais, informações, entre outras atividades. Ocorreu ainda a assinatura de um convênio para a construção de passarelas de concreto na cidade (figura 71).

O convênio de número 841066 é o que consta no Portal da Transparência como “construção de passarelas em concreto armado no Município de Afuá/PA”, e o valor no sítio e na placa da ordem de serviço em parceria com a SUDAM e o Ministério da Defesa são bem próximos (figura 72).

Uma passarela de concreto armado é mais duradoura que as passarelas de madeira, algo em que funcionários da prefeitura sempre são encarregados de realizar manutenção. Contudo, o concreto armado é um material pesado para o solo de várzea. Tem um custo de manutenção muito baixo, boa resistência, mas é um material caro, pesado e gera muitos resíduos. Não sabemos ainda o quanto o solo de várzea, hidromórfico, será capaz de resistir.

Figura 71 – Centro de Atendimento ao Cidadão, Afuá/PA.



Fonte: Afuá, 2017b.

Figura 72 – Construção de Passarelas de Concreto a iniciar em Afuá/PA.



Fonte: Afuá, 2018a.

Outras obras a ocorrer na cidade, como podemos perceber no Portal da Transparência, são, além do calçamento de concreto armado, a construção de um muro de arrimo, que geralmente é para áreas que apresentam declividade sendo sujeitas à erosão. Supõe-se, entretanto, que aqui é devido à presença das marés e o “VEÍCULO AUTOMOTOR PARA TRANSPORTES DE ALUNOS”, embora o código de condutas da cidade tenha proibido o uso de transporte como carros e motocicletas (quadro 21)

Quadro 22 – Obras em Afuá no Portal da Transparência em 2018.

Convênio	Obra	Órgão Superior Responsável	Conveniente	Valor Conveniado	Data da última liberação	Valor da última liberação
<u>841066</u>	Construção de Passarelas em Concreto Armado no Município de Afuá/PA.	Ministério Da Integração Nacional	Município de Afuá	1.000.000,00	06/12/2017	500.000,00
<u>414478</u>	Construção de muro de arrimo.	Ministério Da Integração Nacional	Município de Afuá	200.000,00	05/06/2001	200.000,00
<u>624841</u>	Aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, de transporte coletivo, destinado exclusivamente ao transporte diário de alunos da educação básica, conforme projeto apresentado, decorrente de emenda parlamentar.	Ministério da Educação	Município de Afuá	283.833,00	18/06/2008	283.833,00

Fonte: Portal da Transparência (2018)

⇒ **Ponta de Pedras/PA:**

A cidade de Ponta de Pedras, cidade estudada há 10 anos pelo Laboratório de Estudos das Cidades, apresenta uma ampliação maior de observações, apesar de este trabalho se preocupar em traçar similitudes nas análises. A cidade pode ser considerada hoje uma periferia da cidade de Belém, a metrópole regional.

De acordo com IBGE (2008, p. 14), a rede de influência de Belém apresenta uma centralidade com sua RM e as cidades do entorno. A intensidade de relacionamento com Centros Locais e os Centros de Zona B revelam que, apesar de uma ocupação consolidada, a capital concentra comércios e serviços, exerce polarização e não existem centros de nível intermediário.

Existem 25 Centros Locais, com relacionamento direto com Belém, e 4 Centros de Zonas B, com relacionamento direto com a capital paraense. É uma rede urbana truncada, que tem relações de diversidade muito elevadas, na qual estes centros citados têm pouca intensidade no relacionamento. Ponta de Pedras apresenta uma população que destina em Belém a busca por serviços de saúde (COSTA, 2012), por exemplo, ou busca de comércio varejista, deslocando-se os 60 Km de distância em linha reta com a capital, ou em até 3 horas de embarcação.

A cidade há muitos anos, é palco de uma economia flutuante, informal, de políticas públicas incompletas há muitos anos, alvos de disputas políticas locais, e de construções públicas inacabadas, como a fábrica de polpa de fruta na Rodovia Mangabeira que nunca chegou a funcionar. Há ainda a dependência do poder público local de recursos federais e, da população, de programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Seguro Defeso.

Algo comum a todos os moradores da cidade é o acesso intermitente de água, a constante queda da energia elétrica, o abandono dos serviços públicos, sendo um quadro que apresentou uma relativa melhora apenas nos últimos anos, em que se verificou uma população com maior cobrança política, principalmente entre os jovens. Parte das observações das obras públicas na cidade é resultado da pesquisa em campo, com registros fotográficos, e em sítios na *internet*. Em 2009, se observou que o sistema de água da cidade deixava a desejar: a população tinha avaliado como boa (26,5% dos entrevistados), mas 23% como ruim e 23% como razoável (MONTÓIA, 2010).

O abastecimento de água em Ponta de Pedras é, em parte, serviço da prefeitura que está deficiente a ponto de um morador afirmar que é “impróprio para uso humano”, e outra parte pela concessionária COSANPA, que tem um serviço melhor que o da prefeitura (MONTAIA, 2010, p. 122).

Na figura 73 é possível perceber o aspecto do local de distribuição de água na cidade, em que após obra pública do governo, o que transpareceu foi a pintura na caixa d'água. Em avaliação realizada pelas próprias famílias entrevistadas, a questão da água, apesar de aparecer em quarto lugar no gráfico 7, é um dos aspectos na urgência dos serviços de saúde, avaliado pela própria população entrevistada (MONTAIA, 2010). Costa e Brondízio (2009), Lima *et al* (2012) e Lima (2017) apontam a problemática do acesso à água na cidade e da relação com a saúde da população. Lima (2017, p. 101) afirmou que

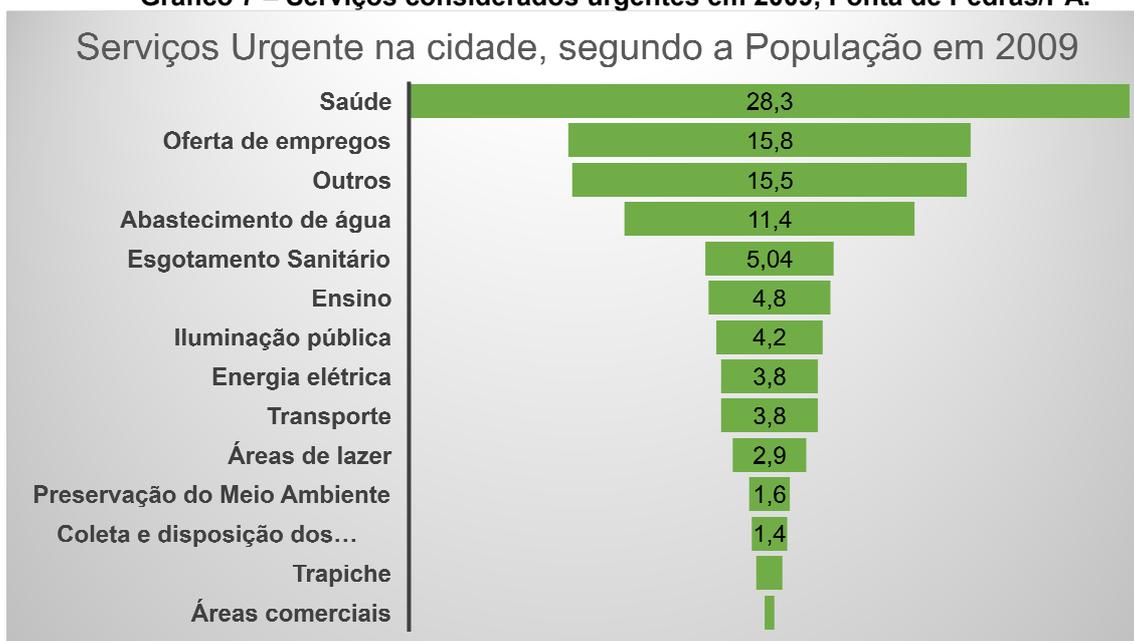
Em formulário aplicado em campo, contatou-se que a maioria (75%) da população entrevistada na área urbana afirmou ter acesso à água da Companhia de Saneamento Básico do Pará (COSANPA), unidade no Município em Ponta de Pedras, mas que não é tratada, e cerca de menos de 10% dos moradores alegaram utilizar água do vizinho ou de poço artesanal.

Figura 73 – Obra do Governo do Estado do Pará, 2013, em Ponta de Pedras/PA.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, anos de 2009 e 2014.

Gráfico 7 – Serviços considerados urgentes em 2009, Ponta de Pedras/PA.



Fonte: MONTOIA, 2010 (adaptado)

A situação da água ainda é um agravante na cidade, reconhecida por agentes públicos locais e em outros níveis, como estaduais. Em entrevista, em janeiro de 2018, um agente público local, de Ponta de Pedras, afirmou que

“aqui não tem água tratada, a própria COSANPA do jeito que ela pega do poço ela despeja para as torneiras, é uma água boa só que ela não tem tratamento, é água de poço não é água do rio. Aqui essa questão hídrica é boa onde você cava tem água, estou falando dessa área urbana, área de campo é complicada. E mesmo assim falta água em várias ruas, alguns lugares que a COSANPA alimenta, a água não chega, por conta de tubulações antigas, falta de caixas d’água, mas o município foi contemplado com cinco sistemas de abastecimento de água, já está para sair a licitação e vai sair iniciado lá na Siqueira, e isso já vai ser o município que vai gerir, não o estado”.

Uma obra do governo local, que ocorreu nos idos de 2014 e 2015 foi a reforma da orla na Praia de Mangabeira, que apesar de não cumprir com a data prevista de término, ocorreu. A obra incluía a contenção da erosão na orla da praia e que iria atingir moradias que tinham a praia como um “quintal”, inclusive moradias de políticos locais, e barracas de comerciantes. A praia ganhou um aspecto de balneário, com um “calçadão”, isto é, uma extensão de parte da praia, muito frequentada, foi concretada. Fizeram também uma obra de contenção da erosão, pintura e palco ao fundo, para atrações em períodos de férias e festividades (figura 74).

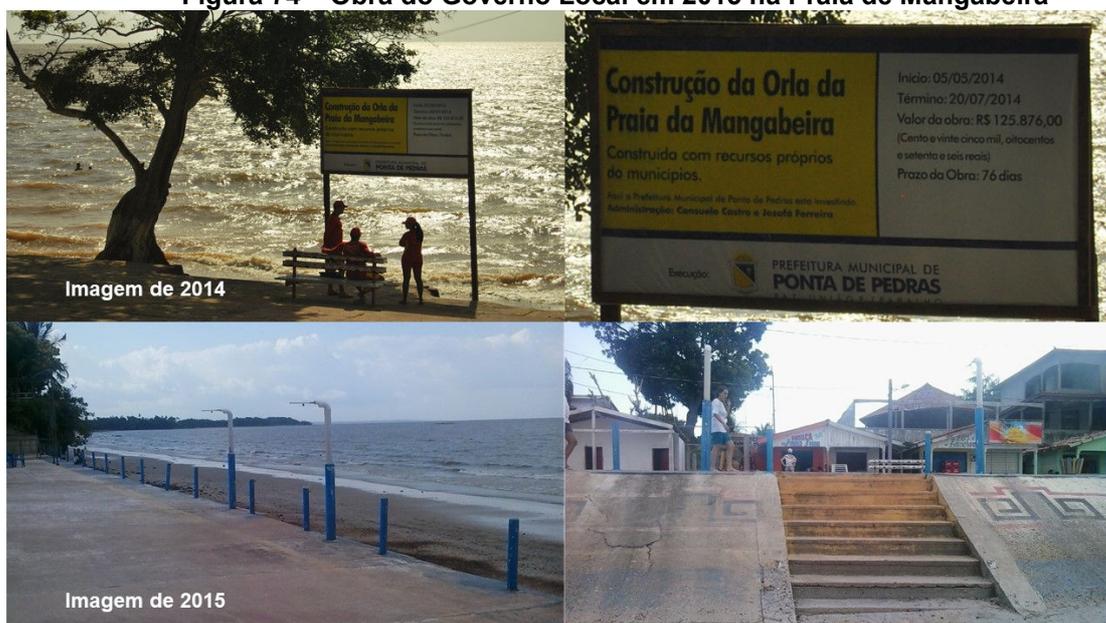
Recentemente, no Portal da Transparência, e por meio de entrevistas com representantes locais, um problema na localidade de Mangabeira constatado é a erosão na Rodovia, nas proximidades do bairro. Esta erosão está comprometendo a Rodovia e instalações de distribuição de água (figura 75). Na imagem é possível perceber as canalizações expostas com a erosão e a proximidade da mesma nas grades adjacentes à Rodovia que leva o mesmo nome. O valor está liberado, com data de início da vigência em dezembro de 2017, mas que, até o término desta tese, ainda não havia começado (quadro 22).

Quadro 23 – Obra para conter Erosão na Rodovia Mangabeira

Contenção de Erosão na Rodovia Mangabeira	
Objeto	Obras de prevenção de infraestrutura pública com risco e ameaça de desastres na Rodovia Mangabeira, no município de Ponta de Pedras/pa
Concedente	Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC
Órgão	Ministério da Integração Nacional - unidades com vínculo direto
Conveniente	Município de Ponta de Pedras
Convênio	692058
Início da Vigência	15/12/2017
Fim da Vigência	13/01/2019
Publicação	22/12/2017
Valor do Convênio	3.359.087,40
Valor de Contrapartida	0
Valor Liberado	1.007.726,22 (30.00% DO VALOR DO CONVÊNIO)

Fonte: Portal da Transparência, 2018

Figura 74 – Obra do Governo Local em 2015 na Praia de Mangabeira



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, anos 2014 e 2015.

Figura 75 – Erosão na Rodovia Mangabeira em Ponta de Pedras/PA.



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

⇒ **Mazagão/AP**

Mazagão é um município considerado parte da Região Metropolitana de Macapá, que inclui também o município de Santana. É um município que enfrenta muitas dificuldades. Segundo entrevistas realizadas, a nova gestão municipal, iniciada no ano de 2017, recebeu da administração anterior um município cheio de irregularidades: convênios não cumpridos, dívida pública, atrasos de salários dos servidores municipais, deficiências em oferta de serviços públicos e uma insatisfação populacional com a coisa pública significativa.

A partir de 2017, medidas para sanar as deficiências começaram a ser tomadas, o que incluiu a continuidade de serviços públicos na área urbana: limpeza das ruas, coleta de lixo, abastecimento de água, atendimentos clínicos, melhoria na merenda escolar, pagamentos de salários atrasados dos funcionários públicos, entre outras demandas, além da tentativa de retomada de construções de obras públicas, como a pavimentação do Bairro Bom Jesus (figuras 76, 77), com o início da vigência, em dezembro de 2015 e finalização da obra em junho de 2017. Não existe informação sobre término da obra, somente o fato de que a prestação de contas deveria ocorrer 60 dias após fim da vigência.

Figura 76 – Pavimentação no Bairro Bom Jesus em Mazagão/AP



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Figura 77 – Portal da Transparência, Pavimentação no Bairro Bom Jesus, Mazagão, AP.

Convênio/Acordo		
Número do Instrumento (SIAFI/SICONV) 817158 <small>(REDIRECIONA PARA O PORTAL CONVÊNIO - SICONV)</small>	Situação PRESTAÇÃO DE CONTAS EM COMPLEMENTAÇÃO	Nº Original 00097/2015
Objeto PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS COM DRENAGEM, CALÇADA, MEIO-FIO E SARJETAS NO BAIRRO BOM JESUS NA SEDE DO MUNICÍPIO		
Tipo de instrumento NÃO SE APLICA	Concedente DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	Órgão MINISTÉRIO DA DEFESA - UNIDADES COM VÍNCULO DIRETO
Conveniente MUNICÍPIO DE MAZAGÃO	Estado AMAPÁ - AP	Município MAZAGÃO
Início da Vigência 29/12/2015	Fim da Vigência 13/06/2017	Publicação 30/12/2015
Valor do Convênio 1.200.000,00	Valor de Contrapartida 6.000,00	Valor Liberado 1.200.000,00 (100,00% DO VALOR DO CONVÊNIO)

Fique de olho!

O OBJETO DESSE CONVÊNIO FOI ENTREGUE?

Sim Não

O OBJETO DESSE CONVÊNIO É COMPATÍVEL COM O VALOR INVESTIDO?

Sim Não

Fonte: Portal da Transparência, 2018 (Acesso em 17jul.2018)

Outra obra em atraso presente na cidade é a construção do centro de atenção psicossocial, uma instituição com o intuito de acolher pacientes com transtornos mentais e estimular sua integração social e familiar, além de sua autonomia. Também é um convênio do ano de 2017, a ser realizada em 150 dias. A figura 78 é de janeiro de 2018, e a obra continua como uma obra parada.

Figura 78 – Obra Parada do Centro Psicossocial em Mazagão/AP



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Obra recente instalada na cidade, a ser construída em sua área urbana, é a Casa do Agricultor (figura 79). A antiga data de vigência para a obra era de 30 de dezembro de 2015, e passou para 30 de dezembro de 2018, com encerramento das obras em data-limite para prestação de contas, no dia 28 de dezembro de 2019 (quadros 23 e 24). A justificativa apresentada é de que os trabalhadores agrícolas não possuem local específico para alojamento em condições adequadas de higiene e segurança para a venda de seus produtos na cidade.

Quadro 24 – Casa do Agricultor, Portal da Transparência, Mazagão/AP

Número	816525
Número Original	06776/2015
Município	Mazagão, Amapá
Objetivo	Construção Da Casa Do Agricultor
Órgão Superior	Minist. Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento
Órgão/Entidade vinculada	Minist. Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento - Unidades Com Vínculo Direto
Concedente	Caixa Econômica Federal/MA
Conveniente	Município De Mazagão
Valor Conveniado (R\$)	487.500,00

Fonte: Portal da Transparência, 2018

Quadro 25 – Casa do Agricultor, Portal dos Convênios, Mazagão/AP

Fundamento Legal	Portaria Interministerial nº 127 e Decreto nº 6170
Órgão	22000 - Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Justificativa	Pelas características de suas origens, o Município de Mazagão no Estado do Amapá tem inúmeros problemas de ordem sócios - econômicas. Sua população é de baixa renda, vivem basicamente da pesca, extrativismo e da agricultura de subsistência, Os agricultores, cuja população corresponde é aproximadamente 30% do total de habitantes do Município, necessitam de oportunidades de obtenção de renda que os tire de uma condição precária de subsistência se forem realizadas ações para superar os vários pontos de exclusão que os aprisionam a margem do processo de desenvolvimento econômico. Esses agricultores quando chegam à sede do Município, para comercializarem os seus produtos agrícolas não dispõe de alojamento para dormi e para sua segurança. Diante do exposto acima urge a necessidade de construir uma Casa para Agricultores, localizado na Sede do Município, que objetivara apoio na segurança, limpeza e educação espontâneas (ambiental, saúde ou sociais), local para executar higiene pessoal mais humanas, pernoitar quando necessário, oferecer ambiente familiar sem degradação Social, para esse Agricultores, e que oferecerá um espaço para abrigar 23 pessoas em rede ou até 15 pessoas em cama, por dia.
Categorias	
Objeto do Convênio	Construção da Casa Do Agricultor

Fonte: Portal dos Convênios (2018).

Figura 79 – Construção de Casa do Agricultor, Pannel da Obra em 2018.

Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2018

Lomba e Fonseca (2017) apontam que moradores que vivem da agricultura, pesca e extrativismo na comunidade Foz do Mazagão têm sua produção vendida, principalmente no município de Santana. Inclusive, uma dificuldade que estes moradores sofrem se deve em relação à dependência que possuem do atravessador, isto é, aquele que vai revender seus produtos. Os produtores têm

dificuldade em levar seus produtos para vender em outros mercados (entendemos que isso inclui a cidade de Mazagão) e são, de certa maneira, submetidos ao preço que o atravessador determina. Desta maneira, compreendemos que a Casa do Agricultor será um facilitador e um elemento de atração para a venda dos produtos na própria cidade, ainda a verificar nos anos posteriores.

6.2 Políticas Públicas Territoriais e o Lugar

Esta tese entende que as políticas públicas não levam em consideração as realidades locais, por isso são implementadas, muitas vezes, nestes locais de forma distorcida, nestes locais. As cidades do delta têm características próprias do lugar que vão além dos aspectos naturais e que merecem análise, sendo importante do ponto de vista regional e, igualmente, para a aplicação de políticas públicas adequadas.

Este elemento de distorção pode ser a não realização da obra, a inadequação com as verdadeiras necessidades do local, o atraso nas obras, além de impasses políticos. Assim, como estas obras apresentadas podem ser analisadas? O que estas formas no espaço “têm as nos dizer”? Para o desenvolvimento deste raciocínio, o primeiro item a discutir é o desenvolvimento socioespacial que estas próteses espaciais podem promover.

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) afirma em seu artigo segundo que a política urbana objetiva ordenar “o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” em vários aspectos: a garantia do direito à infraestrutura urbana, serviços públicos, trabalho e lazer; correção das distorções do crescimento urbano; oferta de equipamentos urbanos e comunitários; ordenação e controle do uso do solo, a fim de evitar deterioração de áreas urbanas; complementaridade entre áreas urbanas e rurais e proteção do meio ambiente natural e construído.

Desta maneira, estes equipamentos urbanos instalados nestas cidades vêm a contribuir para o desenvolvimento urbano das mesmas, quando quadras, creches, áreas de lazer são construídas, como percebemos. A ausência destas formas contribui para a diminuição de acessos que sequenciam para o desenvolvimento social e cultural da população. E da mesma maneira, uma obra parada, contribui para a deterioração das áreas urbanas, inclusive na percepção do indivíduo que,

todo dia, contempla a negligência com o trato da coisa pública e, por consequência, a negligência com a sua vida e com a comunidade. Em uma simples contagem de obras ocorridas nestas cidades, percebemos que Afuá e Ponta de Pedras tiveram mais de 50% dessas obras concluídas e, em Mazagão, 100% não concluídas. O termo “não concluída” equivale a obras que ainda não terminaram, com prazo ultrapassado ou ainda a ultrapassar (quadro 25).

Quadro 26 – Obras Concluídas e Não Concluídas

Cidade	Obras		
	Quantidade	Concluída	Não concluída
Afuá	5	3	2
Ponta de Pedras	7	4	3
Mazagão	5	0	5

As obras de construção de unidades de saúde, sistema de abastecimento de água e de creches (escolas) contribuem para a melhora de indicadores sociais, como o IDH, uma vez que incidem sobre aspectos de saúde e educação, fatores do índice. Ainda sobre a concepção de desenvolvimento urbano, Souza (2008, p.75) afirma que é um termo que muitas vezes recobre a ideia de construções novas em ambientes intocados pelo homem ou em ambientes deteriorados, mas é uma ideologia modernizante que segue uma lógica capitalista de que desenvolver é “fazer crescer” de alguma forma. Sabemos também que construções podem ser apenas fluxos ou fixos de interesses de expansão capitalista e não de melhoria da qualidade de vida para a população. Pode favorecer o mercado sem resultados sociais satisfatórios relacionados ao uso da coisa pública.

Ainda assim, não podemos negar o fato de que todas as obras apresentadas neste capítulo têm o prisma de melhorar o ambiente construído, como, por exemplo, o acesso à água que se reflete na saúde ou quadras e creches que influem na cultura e na educação e acessibilidade, como pavimentação, contenção de erosão ou vias públicas. Segundo Souza (2008), o desenvolvimento urbano pode ser assumido como a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Ambos são fins do planejamento e da gestão urbana.

Todavia, a construção de obras não são fins em si mesmas, mas são meios para um fim, que é a melhoria da qualidade de vida. São fatores relativos à satisfação individual, como saúde e educação, por meio da construção de uma unidade básica de saúde, de creches, praças públicas, melhoria de acessibilidade

são parâmetros instrumentais a um parâmetro superior que é a qualidade de vida da população. Contudo, melhoria de qualidade de vida pode ocorrer sem desenvolvimento de autonomia individual e coletiva, isto é, um planejamento em que a população não é chamada a participar e opinar sobre suas reais necessidades (SOUZA, 2008).

Obras públicas são, portanto, melhoria de qualidade de vida relativa. Pois elas atendem demandas generalizadas da sociedade. Mesmo sendo extremamente importantes e demonstrar reais avanços na vida de um grupo populacional, acabam sendo uma decisão heterônoma, muitas vezes populista, em que a população está sob uma situação de apadrinhamento. Mesmo que índices de escolaridade aumentem, de expectativa de vida subam, e a acessibilidade seja atendida, são instrumentalizações socioespaciais que podem ocorrer sem a participação da sociedade nas decisões sobre o seu lugar.

É uma “infantilização dos dominados” (SOUZA, 2008, p. 71) segundo a qual a população é vista como aquela receptora das decisões paternalistas de um político, que, ao ser eleito, é como se recebesse um “cheque em branco” para atuar sem consultar aqueles que realmente deveria, e, além disso, sem considerar esta população como protagonista de suas decisões, em uma diálogo de negociações entre interesses das mais diversas camadas da sociedade, inclusive com o técnico, como um verdadeiro consultor e balizador das discussões e não somente como aquele que é detentor do conhecimento das necessidades dos outros.

Portanto, obras públicas são importantes, necessárias e obrigações dos agentes públicos, mas significam relativa melhoria da qualidade de vida, seja pelo impedimento do desenvolvimento da autonomia da população, seja pelo pleno funcionamento da obra construída, seja pelas idiossincrasias presentes em cada ação. Desta maneira, as políticas públicas são generalizantes como em todo o lugar, a política mais do mesmo.

6.2.1 As Idiossincrasias e os Demônios no Espaço

As políticas públicas territoriais implantadas, ou não, nestas cidades são também reflexos de sua realidade política. Várias idiossincrasias são relevadas no contexto de sua decisão e no abandono ou realização da mesma. É um comportamento peculiar à realidade: muitos gestores na busca por alianças com o

G.F., com aproximação para fins políticos, atraíram obras públicas para seus municípios, principalmente na área urbana – que produz mais notoriedade, mas não se preocuparam em prestar contas de sua realização. Isso produziu várias consequências: atraso de obras públicas e seu abandono pela empresa responsável, como ocorreu em Mazagão e impossibilidade de novos convênios, como ocorreu em Ponta de Pedras.

O G.F., por sua vez, acaba por contribuir para a manutenção da realidade local: ao marcar a sua presença por meio das obras do PAC, por exemplo, sem uma fiscalização mais rígida de cada etapa do processo e aumento da dependência da população local com programas que se tornaram assistencialistas¹⁹ por manter a transferência de renda, ao mesmo tempo, e não promover a economia local. Assim, o município continua dependente dos recursos da União e a própria localidade não vive uma verdadeira “emancipação” em sua qualidade de vida política, econômica e social. E, apesar das obras públicas, o que realmente marca a presença de recursos do GF no desenvolvimento econômico das mesmas acaba por se restringir aos programas sociais de transferência de renda.

“...muito menor principalmente do governo federal é menor ainda [...] eles liberam através de programas [...] Bolsa Família, PET, Seguro Defeso, mas isso deixa a população miserável porque a população só depende daquilo... Então foram os projetos juntamente com o bolsa família e seguro defeso, plenamente sociais e eleitores, acaba na dependência né?” (AGENTE PÚBLICO DE AFUÁ, ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

Vários agentes públicos, nas entrevistas realizadas, afirmaram que o Governo Federal não consegue fiscalizar o andamento das obras, que contribui para a manutenção da realidade local de improbidade administrativa. Essa desatenção do GF é perceptível pela presença de obras inacabadas como a creche em Ponta de Pedras, o Centro de Atendimento Psicossocial em Mazagão e a polêmica na qual Afuá foi envolvida no sistema de tratamento de água com uma placa bem evidente de uma obra do PAC na cidade. Além disso, nos municípios do Marajó, existe uma contínua despreocupação de prestação de contas, como afirmou um agente da AMAM, em entrevista no ano de 2018:

¹⁹ Programas sociais não são assistencialismo. Os programas sociais, como programas de transferência de renda, têm a possibilidade de oferecer alternativas à população no curto prazo, para que ela seja elevada em suas condições materiais, até que, possivelmente, não tenha mais a necessidade desta complementação de renda, por parte do Estado. Contudo, podemos observar estes programas sociais são usados como um discurso de favorecimento e até mesmo apoio político. É neste sentido que usamos o termo assistencialismo.

“Prestar conta nos sistemas próprios para prestação de contas e eu tenho que fazer o acompanhamento para ver se aquela prestação de contas está correta. Porque muitas vezes a administração não verifica se faltou um documento se faltou alguma informação e lá eles retornam no sistema o pedido, assim preciso que você apresente tal documento, retorne tal coisa, e ninguém observa isso, não é algo que acontece só no Marajó é corriqueiro, acontece em geral no norte nordeste no centro-oeste. Aí a prestação de contas é considerada não aprovada, inaudível fica lá pendente, às vezes é uma prestação de contas na área da saúde, da educação, atraso de INSS e imposto de renda”.

Os próximos gestores, ao assumirem o governo destes municípios, sofrerão com a cobrança de prestação de contas das gestões anteriores, pois isso é uma problemática da prefeitura, independente da gestão, isto é, novos governos são impedidos de trabalhar próprios projetos porque “tem que arrumar a casa”. Acaba se tornando um impasse que prejudica o cidadão e mantém o ciclo vicioso de dependência de repasses das União e de programas de transferência de renda. Inclusive, é histórico estas cidades não cobrarem IPTU, seja por questão eleitoral, seja pela instabilidade socioeconômica da localidade.

Governo federal arrecada 100%, 75 do que ele arrecada é do governo federal 20% é dos estados e municípios, aí aonde é feito as grandes obras nas metrópoles porque é onde o governo federal arrecada mais porque o estado arrecada mais o que sobra parte para os municípios, então inaudível ele é mínimo, e quando você não chega inaudível município os caboclos da zona rural vêm para Cidade, inaudível, educação, saúde, geração de emprego e renda (AGENTE PÚBLICO DE AFUÁ, ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

A presença do GF, portanto, revela-se na manutenção. Uma política conservadora, de parcerias para obras públicas eleitorais. Não é uma negação da importância destas obras, da necessidade do acesso à tratamento de água, moradia, locais de lazer ou de atendimento social, mas é uma compreensão de que as obras têm importância como política de governo e não política de estado. O governo do estado, por sua vez, mantém uma função de mediação e aceitação dessa realidade.

As Secretarias do Estado do Pará, como a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), apresentam planos, oferecem projetos, têm equipe técnica para capacitação, mas não dispõem de instrumentos com que possam exercer cobrança para estes líderes políticos locais. É importante salientar que o governo estadual não pode interferir na

autonomia municipal, então, resta a aliança política ou interesse em obras do governo estadual, para uma aproximação com os municípios da Ilha de Marajó. Além disso, a distância é outro fator visto como impasse.

“No Marajó, às vezes, a gente precisa percorrer 7, 8 horas de barco, quando não precisa pegar o avião e depois um barco, as vezes você tem que atravessar de Macapá para o Marajó, existe um problema Logístico seríssimo e eu também atribuí essa dificuldade dos prefeitos por conta desses problemas, porque não é todo profissional que topa de ir para o Marajó desenvolver um projeto interessante porque ele não vai ter continuidade” (AGENTE PÚBLICO DO GOVERNO DO ESTADO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2018).

Agentes públicos do governo do estado apontam que existe muita dificuldade de aproximação com os gestores dos municípios da Ilha de Marajó, diante das dificuldades que eles apresentam na execução de projetos municipais em acordo com o estado:

“mas em questão de dificuldades com os projetos sim, por exemplo, como eles não têm Equipe técnica com expertise, dificilmente eles vão desenvolver alguns projetos, então eles precisam realmente usar associação e usar a gente também, embora a gente não tenha um banco de projetos” (AGENTE PÚBLICO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

Para a AMAM, apesar dos municípios do arquipélago serem chamados à participação junto ao governo do estado, eles são o “primo pobre”, pois “o orçamento que o governo do estado encaminha para Assembleia Legislativa, se você for verificar todos os recursos que são destinados [...] para o Marajó, você vai ver que é praticamente nada” (AGENTE ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2018).

As entrevistas revelaram uma série de desencontros e superposições de ações entre as esferas federal, estadual e municipal, que contribuem para a realidade subdesenvolvida dos municípios do arquipélago do Marajó e que coadunam com as realidades de Afuá e Ponta de Pedras. Por fim, as agências fomentadoras de investimentos, como o BNDES, favorecem ações na região da Amazônia que são extra-locais, pois, apesar de a agência possuir um ponto na localidade para facilitar a busca pelos investimentos, elas acabam por se tornar um elo entre agentes que possuem interesse na localidade, mas que não pertencem a ela, como empresários da região Sudeste. Um agente da AMAM entrevistado, em 2018, afirmou:

“Em contrapartida lá em Manaus tem um escritório do BNDES e a gente fica sem entender o porquê tem esse escritório lá, isso porque existe uma coisa chamada bancada federal do estado do Amazonas, e lá em São Paulo existe a bancada federal de São Paulo, e essa bancada de São Paulo que normalmente são empresários; eles têm a maioria das indústrias lá na Zona Franca de Manaus, ou também quando o cara não é deputado federal, mas ele tem uma empresa e ajudou o deputado. E aí o governo federal instalou o escritório do BNDES lá Manaus. Aí todo mundo pensa: ‘nossa que legal escritório mais perto aqui’ [...]”.

No Amapá, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades, um órgão do governo estadual, criado há pouco mais de 2 anos, tem o desafio de contribuir para os 16 municípios do estado em várias questões: elaboração de plano diretor, plano de resíduos sólidos, projetos de água e esgoto, além da capacitação técnica de que os municípios necessitam. Um dos aspectos importantes que diz respeito às obras públicas é sobre sua prestação de contas:

Agora vamos envolver e colocar as controladorias nos municípios para eles prestarem conta dos convênios. As controladorias internas em cada sede municipal é uma ajuda que os prefeitos vão ter que ter, porque eles são muito carentes de um apoio administrativo (AGENTE PÚBLICO ESTADUAL DO AMAPÁ ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

Essa é a principal dificuldade de Mazagão, que gera atraso para novas licitações, para continuidade de obras e atendimento ao cidadão:

“Então hoje, hoje o principal das dificuldades muito grande são essa questão da gestão que entregou conturbada, cheia de dívidas [...] Só que não informou [...] Até eu ir lá em Brasília para descobrir e fazer os acertos que eu iria pagar uma quantidade de parcelas e a gente iria modificar a data de vencimento das outras, essa é a metodologia interna lá do diário. Eu tenho que descobrir isso, mas demora [...]” (AGENTE PÚBLICO DE MAZAGÃO ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

Desta maneira, as obras, das quais a população necessita, produzem uma dialética entre possibilidades e atrasos. Elas oferecem, como um sistema de ações, uma forma-conteúdo de acessos à população local, quando ocorrem. Ao contrário, seja pelo atraso da obra, seja pela sua paralização, tornam-se elementos na paisagem de descaso com a coisa pública e de ausências sociais, as quais a população necessita. É a contradição no espaço geográfico local: o Estado como agente local, em sua negligencia administrativa, e o Estado como agente federal, em

sua passividade nas obras, para apenas demonstrar sua presença, o que deforma a possibilidade de uma nova realidade.

Milton Santos, ao escrever “A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais” (SANTOS, 2011b), apontou que, por exemplo, novas construções, com o intuito de modernizar bairros, acabam desestruturando as estruturas tradicionais e abrindo portas para o capital, geralmente internacional, que se aproveita da superexploração e gera mais pobreza. As novas formas introduzidas são ações da “totalidade do diabo”, isto é, da introdução do capitalismo estrangeiro que enfraquece a soberania do Estado.

Podemos concluir, que dentro do Estado Nacional existem também “os demônios no espaço”: as formas construídas sem finalidades verdadeiramente sociais, como objetos de uma política do instante, no objetivo de angariar votos, eleitoreira, com aparência de solidariedade, mas promotora de enriquecimento de construtoras, de manutenção de partidos políticos e fortalecimento de estruturas políticas tradicionais e nocivas à verdadeira busca pela cidadania. Estas formas introduzem investimentos, mas não produzem plenamente desenvolvimento social. Acarretam dívidas aos municípios, os empobrecem, e empobrecem a população.

6.2.2 O Fator Amazônico, O Espaço como Obstáculo e o Brasil do Século XIX

O fator amazônico é uma expressão utilizada para designar as características peculiares que os estados da região da Amazônia possuem: suas potencialidades naturais, como os rios, as florestas, a baixa densidade demográfica, povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, entre outros. São também fatores de longa distância, de muitas horas de viagem na aplicação da própria política pública. Essa expressão é amplamente usada nas políticas da saúde, e que levam os secretários estaduais a insistir na esfera federal, a regionalização do sistema único de saúde (LEMLE, 2018; PEREIRA; FERREIRA, 2015).

Contudo, esta é uma realidade que se aplica a todas as esferas: os gestores sempre apontam sobre a dificuldade do transporte de materiais para a sua cidade, o que provoca o aumento do preço dos materiais e das obras públicas. Tabelas de preços padronizados não se aplicam sobre estas cidades ribeirinhas, principalmente quando a única via é o rio, os mesmos preços são praticados para transporte de

materiais de construção ou de equipamentos para escolas e unidades de saúde. Além disso, o produto em si encarece devido à distância.

Da mesma forma, o valor, quase padrão, de uma obra pública não condiz com a realidade destas localidades, como Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão: é necessário levar em conta o próprio comércio local, incapaz de oferecer os materiais necessários, seja pela pouca condição, seja pela ilegalidade, não sendo capaz de gerar notas fiscais. Ilegalidade esta que funciona como uma alternativa às baixas possibilidades que o comércio local gera para seus donos. É um exemplo da iniquidade como escape, já discutido neste trabalho.

O fator amazônico, além de suas peculiaridades para a saúde, se aplica sobre as obras públicas. Aliás, estas distâncias que produzem certo isolamento é fator que promove falta de fiscalização sobre as obras, indisposição dos técnicos federais ou estaduais em aproximação com esta realidade, e aproveitamento para produzir irregularidades políticas dos gestores municipais.

Nas obras públicas é utilizada a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e indicado pelo Decreto 7983/2013, segundo o qual regras são estabelecidas no orçamento destas obras. Contudo, não condiz com os custos em uma realidade como estes espaços ribeirurbanos:

“Você chega em Brasília e vai apresentar um projeto [...] uma escola com 4 salas de aula, secretaria, diretoria, isso aqui é padrão. Lá em Brasília eles fizeram um orçamento de um milhão de reais, com esse dinheiro você constrói em São Paulo, Recife, Fortaleza, Belém talvez, agora em Breves, o cimento vai de Belém, pega de Portel ou até mesmo de Belém, areia de outro lugar, então isso tudo constitui o fator amazônico” (AGENTE DA AMAM, ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2018).

“Eu acho que sim, sem nenhum exagero eu acho que o fator amazônico ele condiciona muita coisa aqui para região em questão de investimento, políticas públicas e de acesso a diversas coisas. Para nós fica tudo muito oneroso, para você trazer para cá tudo fica muito dificultoso e ao mesmo tempo não compensa” (AGENTE PÚBLICO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2018).

“Então quando você chega aqui na Amazônia o próprio SINAPI tabela de preços do SINAPI, e o que a SEDOP fez alguns anos atrás, criou a tabela dos custos de obra só para o Pará, para quando as empresas vierem se habilitar para alguma licitação elas consultarem em essas tabelas de custo real para cada lugar. Não adianta consultar só a SINAPI. Mas isso também é uma característica do fator amazônico, você acha que seria necessário criar uma tabela só para o estado se nós estivéssemos dentro dos parâmetros da SINAPI? Obviamente que não. Então isso para mim é muito

concreto de que o fator amazônico condiciona e vai continuar condicionando, por exemplo você fazer uma obra em Belém não vai custar o mesmo que se fosse fazer uma obra em Soure, porque você vai ter que fazer toda a logística que vai impedir que esse preço fique a mesma coisa. Então tudo isso precisamos levar em consideração” (AGENTE PÚBLICO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2018).

Em entrevista, um agente da AMAM mencionou a necessidade de se criar o “fator Marajó”, pois são maiores as dificuldades para as cidades do arquipélago. Compreendemos então que o fator amazônico é um elemento muito importante a considerar para esses municípios. A logística de transporte de materiais e os preços não são os mesmos para esses lugares:

“Porque aqui tudo chega caro, o seixo chega caro, areia nós temos, mas o seixo nós não ‘tem’ [...] o cimento chega para nós em torno de 38 a 40 reais, lá é 19 pro sul [...] uma escola de 6 salas de aula, tá, o mesmo valor que o Ministério da Educação quer pagar lá em São Paulo, Rio, Curitiba, e outros locais de acesso, o mesmo que eles querem pagar lá, eles querem pagar para Marajó [...] lá custa 19 conto um saco de cimento, aqui custa 40 [...] a dificuldade logística da coisa” (AGENTE PÚBLICO DE PONTA DE PEDRAS, ENTREVISTADO EM JULHO DE 2015).

Eidorfe Moreira (MOREIRA, 1960, p. 82) apontou que não existe nenhuma parte do Brasil em que o espaço “assume uma feição tão negativa como a Amazônia”, isso, diante da distância, do isolamento, em uma aparente resistência natural. Contudo, sem cair no determinismo, o próprio autor considerou que “não é a natureza por si mesma, mas a condição humana em face dela, que cria verdadeiramente os problemas geográficos” (Ibid., p. 12). Podemos concluir que, enquanto a peculiaridade da região não for considerada, enquanto a política regional não for reconhecida nos ditames federais, a natureza continuará sendo vista como obstáculo, e a política pública na Amazônia aplicada em uma visão de território baseada no determinismo geográfico, como já era considerado desde o século XIX (MORAES, 2015).

Quando o espaço é visto como obstáculo, logo é causador dos problemas, limitador de novas realidades, e, desta maneira, gerador de subdesenvolvimento. Quando Ratzel (2011) apontou que o recurso do solo seria fator primordial para o desenvolvimento dos Estados, este abordava um elemento natural necessário e de observação empírica. Da mesma maneira, quando os rios são os “causadores dos problemas”, essa ideologia possibilita uma naturalização da dificuldade que se torna

incapaz de sofrer mudanças. Ou mesmo, cria-se a necessidade de suplantar esse obstáculo, ao invés de considerá-lo como característica aliada.

Outro elemento a considerar é a gestão dos municípios e a sua inadimplência constante. Isso acarreta a necessidade de angariar recursos por meio de emendas parlamentares, como apontado por agentes públicos entrevistados. Diante da situação irregular que estes municípios se encontram, no CAUC, que se trata do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias que apontam o cumprimento fiscal de municípios e outras entidades, eles ficam limitados a buscar recursos por outro caminho: a emenda parlamentar.

Esses municípios apresentam deficiências para gerar o próprio recurso. Ficam então, falhos no cumprimento fiscal de suas obras, na prestação de contas do uso de recursos públicos e, ainda necessitam de verbas para cumprir o básico, não apenas a área urbana, mas municipal, como foi noticiado pelo Jornal Liberal, sobre a situação de emergência e calamidade pública assistidos por estes municípios (ASSOCIAÇÃO..., 2018).

A prefeita de Ponta de Pedras e presidente da Associação dos Municípios do Marajó (Amam), Consuelo Maria da Silva Castro, destaca que esses municípios não têm condições de criar fontes de arrecadação. A própria União determina a transformação de grandes extensões de terras em áreas de proteção ambiental, o que inviabiliza quaisquer tipos de explorações econômicas da floresta pelos proprietários. A consequência dessas medidas é a diminuição da arrecadação dos municípios.

Assim, seus gestores buscam nas emendas parlamentares recursos necessários para a administração municipal.

“[...] eles tinham me dado 5 milhões, só que teve o corte de (inaudível) federal, ela tinha dado 3 e meio e ficou em 2 e meio, ele tinha um e meio, tirou meio, ou seja, ficou 3 e meio nos dois, em um projeto de 7 milhões, esse ano é pra dar o resto. Então aí já deu 2 milhões com 3 e meio, já deu 5 e meio. O (*menciona o nome*) deu 900 mil de PAPI, PAPI é custeio de emenda que dá pra custeio da saúde, nós temos um teto inaudível cada município tem um teto e deu 900 [...]” (AGENTE PÚBLICO DE MAZAGÃO, ENTREVISTADO EM JULHO DE 2017).

“É uma situação chamada emenda parlamentar, toda vez que tem [...] em Brasília chama todo mundo para liberar. Por quê esse recurso da emenda parlamentar não sofre a restituição do CAUC. Exemplo: eu sou deputado federal aí vem o presidente da república e fala ‘eu tenho 30 milhões para liberar aqui de emenda’, então você pode apresentar emenda até esse valor, e eu sou do Marajó e chama o prefeito de Breves, vou liberar para você dois milhões, chama o prefeito de Portel vou te liberar um milhão, e vejo do que eles estão precisando nisso vou até o meu gabinete e faço uma emenda dizer que prefeito de Breves precisa disso, prefeito de Portel

precisa daquilo, e passo para os outros municípios um valor menor por que são menores, nisso da os 30 milhões” (AGENTE DA AMAM, ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2018).

Victor Nunes Leal (LEAL, 2012, p.179, 180), em sua obra clássica, publicada em 1948, conhecida como “Coronelismo, Enxada e Voto” apontou uma problemática que os municípios no Brasil sempre viveram, que diz respeito à fragilidade de sua autonomia diante da escassez de seus recursos. Existem exemplos em estados, fornecidos pelo autor, em que municípios abriram mão de sua autonomia, até mesmo das eleições diretas, quando aceitavam recursos advindos do poder público estadual.

Atitudes como essas reforçavam a política conhecida como coronelismo, pois, ao aceitar os recursos, era necessário, como “resposta à ajuda”, não as ações em torno do interesse público, das intenções verdadeiras, pelo desenvolvimento dos locais e suas populações, mas motivadas pela “militança” política. Ou seja, era a promoção política daquele agente que estava “apadrinhando” aquele local:

Ainda assim, a divisão da pobreza poderia ter sido mais equitativa do que é costume entre nós. A maior cota de miséria tem tocado aos municípios. Sem recursos para ocorrer às despesas que lhes são próprias, não podia deixar de ser precária sua autonomia política. O auxílio financeiro é, sabidamente, o veículo natural da interferência da autoridade superior no governo autônomo das unidades políticas menores. A renúncia, ao menos temporária, de certas prerrogativas costuma ser o preço da ajuda, que nem sempre se inspira na consideração do interesse público sendo muitas vezes motivada pelas conveniências da militança política (LEAL, 2012, p. 179).

As emendas parlamentares, das quais as cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão dependem, como outras cidades do arquipélago do Marajó, e de outras cidades ribeirinhas, não alteram a autonomia dos municípios do ponto de vista jurídico, como alguns exemplos que Victor Nunes Leal apresentava em sua obra. Contudo, produzem dependência econômica e promovem, de certa forma, uma submissão política, pois as cidades dependem destes recursos e isso acaba se tornando um “toma lá, dá cá”. São necessárias alianças políticas para obtê-los, bem como promoção de políticos, inclusive, quando o político local é considerado oposição, sofre isolamento na busca de parcerias para solução dos problemas que enfrenta como agente público local. Ao que tudo parece, nesta estrutura de poder, esses municípios continuam no final do século XIX e início do século XX, pois, são deterministas em sua política pública territorial e coronelistas nas relações políticas.

Estas práticas estão tão enraizadas, que até o político novo, isto é, aquele que emergiu desconectado da elite política tradicional, como percebemos em Afuá e em Mazagão, apesar de desejar mudança, sofre intensas dificuldades para executá-las que ultrapassam a sua ideologia. Estas práticas não estão nos indivíduos, ou apenas nos indivíduos, mas em uma estrutura de funcionamento tão rígida, que se torna difícil separar suas camadas superpostas ao longo dos anos.

Santos (1988, p. 41) afirmou que desde a República Velha o Brasil se reformulou, mas apesar de não ser o seu passado, tampouco se tornou o que desejara, inclusive em sua política urbana. Talvez esteja aí o cerne do baixo desenvolvimento humano das pequenas cidades ribeirinhas do delta do Rio Amazonas. Enquanto isso, continua a manutenção de suas obras sem levar em consideração sua realidade biossocial e que “o Brasil do Sudeste, governa o Brasil do Norte”: lá que se localiza a sede e a aquisição de materiais para as obras públicas que ocorrem.

Nessa tese, se considerou que as particularidades do local são ignoradas em políticas de planejamentos regionais pelo distanciamento político e até mesmo por negligência política local, muitas vezes tradicional, reproduzindo o favorecimento político e ações típicas do antigo coronelismo. Isso faz com que os políticos locais se interessem por políticas públicas que permitam reproduzir o assistencialismo e o domínio das elites locais.

Percebemos esta realidade pela desconsideração do local nas próprias políticas públicas, como: em Afuá, o envio de veículo automotor para uma cidade de estivas, negligência com a obra do sistema de abastecimento de Água (sem água adequada em uma “cidade das águas”), e passarelas de concreto armado em solo de várzea. Em Ponta de Pedras há o caso da creche no Conjunto Habitacional Pedrolândia, o mesmo lugar sem término do sistema de abastecimento de água. Em Mazagão, há as obras públicas paradas e o fato de o município ser parte da Região Metropolitana de Macapá, sem ao menos ter um plano diretor, além do evidente descaso das obras públicas paralisadas, como uma evidência de negligência administrativa.

Existe também a negligência com a prestação de contas por parte dos representantes locais, notadamente em Ponta de Pedras e Mazagão. Destarte, os padrões das políticas públicas não se adequam, corretamente, a estas realidades: questão orçamentária, logística para transporte de recursos, fiscalização das obras

públicas por agentes federais ou estaduais devido às distâncias, certo isolamento dos municípios no atendimento pelo governo do estado. Os aspectos administrativos são importantes, a boa vontade política é necessária, mas uma série de variáveis são condicionantes à manutenção de uma política de estrutura coronelista ainda nos dias de hoje, com uma “inovação”: ela é urbana. Os impasses entre as esferas também denotam desarticulação com o interesse para o atendimento ao cidadão, mas reforçam, contudo, uma articulação política de manutenção. Estes desencontros reforçam Leal (2012, p. 179) ao afirmar: “em casa onde falta o pão, todos brigam, ninguém tem razão”.

6.2.3 Plano Marajó e os Planos Diretores Municipais: testemunhas da necessidade e da ausência de ações

Em meados de 2007, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008). É uma espécie de sequência do Plano *Amazônia Sustentável*, que propõe uma série de diretrizes para o desenvolvimento da região de maneira sustentável. Não existe, explicitamente, uma política urbana neste plano, apesar de mencionar a extensão da energia elétrica, aumento do saneamento básico, e acessos.

Dentre os parâmetros ou diretrizes e ações principais que constam no referido plano, sancionado pelo Decreto, de 26 de julho de 2006 da Casa Civil do então presidente Lula, estão: ações prioritárias de ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; ações prioritárias de fomento às atividades produtivas sustentáveis; ações prioritárias de inclusão social e cidadania; ações de infraestrutura para o desenvolvimento; ações de relações institucionais e gestão do Plano.

As ações em torno da infraestrutura são as que mencionam mais itens aplicáveis ao espaço intraurbano, como, por exemplo, estender a transmissão de energia elétrica ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí, modernizar os terminais hidroviários, ampliar sistema de telefonia celular, de transmissão de TV, implantar frigoríficos para armazenamento de produtos e, o mais explícito, “políticas para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais”.

Contudo, é um plano que “não saiu do papel”. Uma série de ações foram reclamadas diante deste fato: uma reportagem, de 2011, republicada na página da AMAM apontou que “no entanto, teve uma ínfima parte de suas pretensões concretizadas, no ano em que deveria ser concluído”. A prelaia do Marajó teve intensa participação neste projeto e chegou a declarar que “não foi prioritário na pauta do governo. O plano tem futuro, mas só quando seu objetivo for o bem comum, e não de pequenos grupos” (AMAM, 2018).

Agente público de Afuá, entrevistado em 2017, afirmou que o plano está parado há, aproximadamente, 10 anos, o que contribui para a morosidade de soluções nos municípios do arquipélago (figura 80). Poucas ações do plano foram realizadas, como a transmissão de energia elétrica advinda da Usina de Tucuruí, pois a energia movida a óleo e carvão é muito presente na região, principalmente nas áreas rurais, quando, na verdade, funcionam apenas para iluminação pública.

Em Santana do Arari, município de Ponta de Pedras, no ano de 2012, foi inaugurada uma estação de energia elétrica movida a diesel. Houve comemoração na inauguração, com aparelhos de som, discursos políticos, jantar distribuído gratuitamente a todos (figura 81). Uma fala de um agente público em seu discurso demonstrou, nitidamente, a carência da população, de energia elétrica, demonstrando novidade um advento da Segunda Revolução Industrial: “agora vocês vão poder ter geladeira, e congelar a sua carne, conservar seu alimento”.

Figura 80 – Parte de Página da AMAM, 2018

Seja muito bem vindo(a) a AMAM - Segunda-Feira, 2

Principal

AMAM

Notícias

Galeria de Fotos

NOTÍCIAS

Selecione...

Nem Lula tirou Marajó da estagnação - O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ (PDTSAM), PARADO!

Quatro anos depois, plano lançado pelo ex-presidente não andou quase nada.

Fonte: AMAM, 2018

Figura 81 – Rede de transmissão de energia elétrica para o Marajó

MENU G1 PARÁ REDE LIBERAL

25/02/2018 15h41 - Atualizado em 25/02/2018 15h44

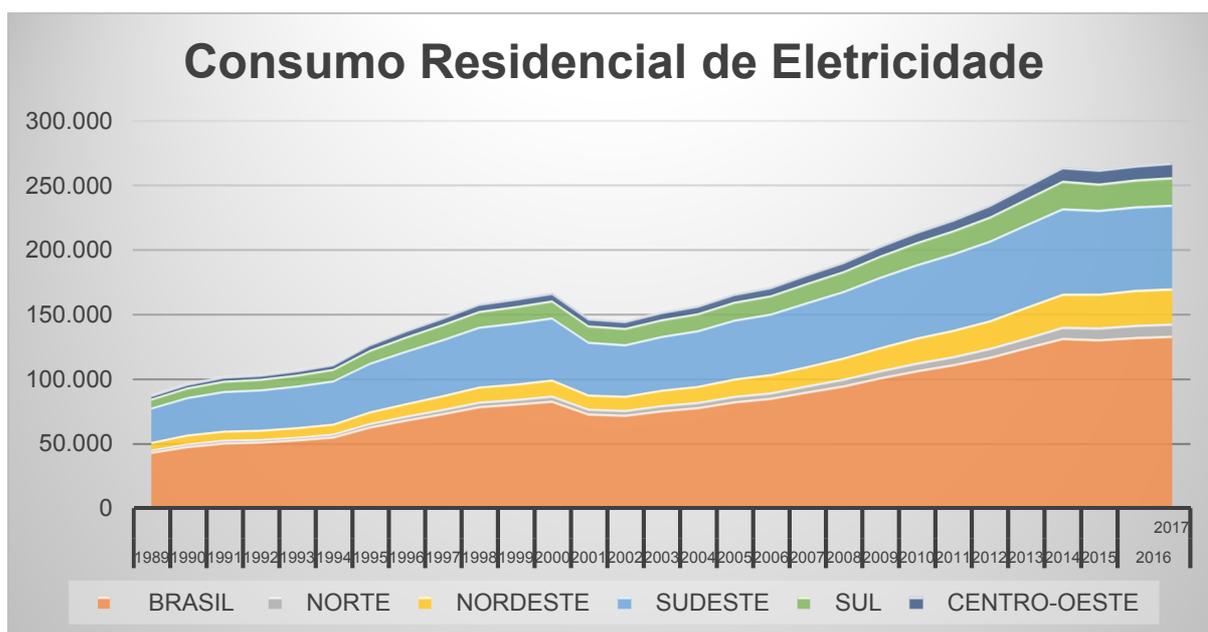
Cabos subaquáticos levarão energia para a Ilha do Marajó

Tecnologia conta com cerca 17 quilômetros de comprimento. Usinas térmicas que suprem cidades atendidas serão gradativamente desativadas.

Fonte: Portal G1, acesso em 23jul2018

É muito comum na área urbana ocorrer constantes quedas de energia, algo notado em trabalhos de campo realizados em Ponta de Pedras desde 2009 a 2018, e em Mazagão, nos anos de 2017 e 2018. A Região Norte é a que apresenta menor consumo residencial de energia elétrica no país (gráfico 8), tanto pela questão demográfica, quanto pelo pouco acesso. Outros itens de modernidade também são recentes, como a internet e o celular em Ponta de Pedras, instalados em meados de 2008/2009, apontado em trabalho realizado (MONTÓIA, 2010) No mesmo período, estes acessos chegaram a Afuá/PA e ainda são precários em Mazagão/AP.

Gráfico 8 – Consumo Residencial de Eletricidade



Fonte: Ministério de Minas e Energia, 2018

Embates políticos existem em torno do “esquecimento” da execução do Plano Marajó. Foi criado um projeto de Lei, 2877/2015, da deputada Simone Morgado (PMDB-PA), com a intenção de criar Fundo de Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Geográfica do Arquipélago do Marajó, que até a data da elaboração desta tese estava sob a apreciação do Senado (figura 82).

O Senador Jader Barbalho enviou um requerimento (número 603, de 2017) ao então Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, solicitando informações sobre o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó como ações desenvolvidas, programações sequenciais, municípios atendidos e órgãos do GF responsáveis em cada ação, reconhecendo a carência dos recursos federais na região.

Sobre os planos diretores municipais, os quais todos os municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam ter elaborado até o ano de 2006, percebemos que, Ponta de Pedras e Afuá, no estado do Pará, possuem o documento elaborado, enquanto Mazagão, no estado do Amapá, ainda que faça parte da RM de Macapá, não o possui.

Os planos seriam alternativas de diagnóstico, análise e planejamento das necessidades municipais, inclusive, ações na área urbana necessárias para melhorar a qualidade de vida. Contando com a participação popular e ouvindo as reais necessidades apresentadas pela população, esta conquista dos movimentos

sociais apresentaram tons negativos nestas localidades. Em 2010 (MONTAIA, 2010) constatou-se que houve a elaboração do plano com artigos genéricos, que seriam aplicáveis a qualquer outro município de realidade semelhante, que não se perceberia, como ocorreu em Ponta de Pedras/PA.

Figura 82 – Projeto de Lei para os Municípios do Marajó

The screenshot shows the official website of the Câmara dos Deputados (Brazilian Chamber of Deputies) for the project PL 2877/2015. The page header includes the site name and navigation links. The main content area displays the project title, author (Simone Morgado - PMDB/PA), and presentation date (02/09/2015). A 'Responda' button is visible, along with a 'Notícias' section containing two entries: one dated 05/04/2017 regarding the approval of a fund for the Marajó archipelago, and another dated 01/02/2016 regarding the approval of a fund for the region of Marajó.

Fonte: Câmara dos Deputados Federais, (2018).

Inclusive, a participação popular foi irrisória, sendo que na área urbana da cidade, apenas 32% das famílias entrevistadas ouviram falar do plano e 67% não tinham conhecimento do que se tratava o documento. Ora, uma vez que o poder público local alegou divulgação do mesmo, realizou audiências públicas e reuniões regionais, em uma cidade pequena, a informação deveria ser mais absorvida (MONTAIA, 2010).

Neste plano, estava decidido que, após a sua promulgação, um conselho municipal da cidade seria então estabelecido (Lei Nº 463/2006, artigos 83, 85 e 86), e não existe até hoje. Em um prazo de 10 anos, este documento deveria ser renovado, nos mesmos aspectos de sua formação: com participação popular, inclusive, com um balanço do que ocorreu até a atualidade. Contudo, a sua renovação se restringiu a, apenas, uma oficialização pela Lei Municipal 595/2016, em que foi acrescentada a zona portuária. Em entrevista, um agente público estadual afirmou que não houve revisão dos planos diretores:

“Agora a questão urbana do plano diretor desses municípios, o estatuto das cidades pede para que todos os municípios acima de 20.000 habitantes obrigatoriamente entregue, isso é uma legislação, e vieram muita

consultoria aqui no Pará este ano e os municípios estavam desesperados por conta dessa normativa. Então no momento lá traz muitos municípios fizeram um plano diretor e sancionaram suas leis nos municípios inclusive Ponta de Pedras em 2006. Hoje essa Secretaria aqui é a fomentadora dos processos de revisão, em 10 anos os municípios que fizeram em 2006 deveriam estar revisando seus planos, ou seja, em 2016 a gente deveria ter um ranking de municípios com as leis revisadas, mas isso não aconteceu [...] mesmo sabedores de que os documentos que eles aprovaram [em 2006] com aquela consultoria que eu te mencionei agora, foi um documento de baixo valor”. (AGENTE PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, EM ENTREVISTA EM JULHO DE 2017).

Em Afuá, o plano diretor municipal (Lei Complementar nº 001/2006, de 10 de outubro de 2006) apresenta características semelhantes ao de Ponta de Pedras, inclusive similitudes em seus artigos, com poucos indícios do que é específico, como construção de vias de concreto armado, da preferência pelas bicicletas, embora cite que é prioritário sobre o veículo motorizado (que não é permitido na cidade). Agente público entrevistado, em julho de 2017, afirmou a pouca participação popular na elaboração do mesmo:

“...é um plano para 10 anos, das ações que poderemos pelo menos estimar o que poderá ser feito, mas [ocorreu] na outra gestão porque a população não é participativa. A população hoje confia nas nossas ações, mas eles poderiam participar conosco, porque eu aqui no gabinete posso definir uma ação para uma rua que não é ideal”.

No ano de 2017, a prefeitura municipal de Afuá começou a realizar a revisão do plano diretor, com oficinas comunitárias na área central da cidade, no bairro Capim Marinho e em comunidades do interior do município.

Mazagão não possui plano diretor municipal. A nova gestão, que passou a gerir o município a partir de 2017, tem como plano de governo a sua elaboração, o que ainda não ocorreu. Poucos municípios/cidades do estado do Amapá possuem o documento: Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque (TOSTES, 2006; FREITAS, 2011), algo reconhecido por agente público de secretaria estadual do Amapá:

“A questão do planejamento Urbano eu estou puxando tudo para o nosso lado, se você me perguntar quantos municípios têm plano diretor, eu cito eles para você, Macapá que está defasado, Santana que também está defasado, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Porto Grande e se eu não me engano só esses”.

O Plano Marajó e os Planos Diretores Municipais são testemunhas da necessidade e da ausência de ações sobre estas realidades. Um instrumento jurídico de garantia de cidadania, de conhecimento das reais necessidades, e de empoderamento da sociedade civil são apenas formalidades não cumpridas. Como afirmou Milton Santos (2000, p. 19): “as burocracias – estilo brasileiro – nos tratam como se fôssemos objetos, desde a filosofia do emprego às exclusões consagradas”, pois estes planos meramente formais, esta participação aleijada, este não cumprimento, deixa o cidadão mutilado e “abandonado à sua própria sorte”.

O planejamento é destinado às pessoas, às suas necessidades, mas, estas pessoas “a quem o planejamento se destina” dificilmente têm acesso a estes documentos, para ter o direito de reclamar e de ter. E, se têm acesso, a redação destes planos “são, na verdade, muito mais uma operação de *maquillage*, destinada a esconder propostas de ação setorial”.

A indústria dos Plano Diretores por vezes constitui uma resposta à ingenuidade de administradores bisonhos ou mal preparados; mas, frequentemente, é uma empulhação pura e simples (SANTOS, 2014d, p. 160).

Aliás, o despreparo técnico daqueles que trabalham na elaboração dos planos diretores, daqueles que coordenam conselhos municipais, é evidente. Até mesmo secretários de tais prefeituras são “homens de trabalho, de arregaçar a manga”: seu despreparo técnico para uma condução administrativa é substituído pela visita aos lugares, pela presença junto aos funcionários públicos braçais e pela execução deste trabalho junto, como se percebe muitas vezes. Estas secretarias, submetidas aos conselhos dos prefeitos sofrem, inclusive, os desmandos pela falta de conhecimento da máquina administrativa.

6.3 O modelo não amazônico para a Amazônia: o discurso indigente para as cidades ribeirinhas

Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe (SANTOS, 2014d, p. 161).

Trindade Júnior (2011) realizou um trabalho sobre três cidades paraenses, que são consideradas de nível intermediário na rede urbana regional com dois intuitos: analisar as repercussões nestas cidades em seu processo de ordenamento espacial regional e estimular a busca por um desenvolvimento regional mais próximo das realidades destas cidades.

Estas cidades, que são ribeirinhas, receberam intervenções do poder público em suas orlas fluviais, mas algumas resistências foram encontradas pelo uso, posto antes de ocorrer a obra, como um fator de permanência e concepção de um espaço de vivência, diferente da nova lógica estabelecida com intenções de modernização do território e integração aos polos econômicos. Além disso, estas cidades passam por um processo de revalorização que busca, de certa forma, suas raízes ribeirinhas, mas que continuam sendo beira-rio, pois apenas usam a identidade destas que são cidades-rio, como paisagem, como um mero atributo para finalidades como lazer, turismo e contemplação (Ibid. 2011, p. 9, 10).

É a “estandardização das paisagens que tem substituído o reino dos lugares” (Ibid., p. 10), em obras de parceria do governo do estado do Pará e GF, como projetos do PAC, que parcialmente aproveitam os espaços de vivências ribeirinhos, quando não os negam. Tratam-se de obras que configuram novos espaços e refletem “certos esvaziamentos de práticas cotidianas ainda muito presentes nas três cidades” (Ibid., p. 14), seguindo um modelo rodoviário, como Marabá. Todas estas mudanças levam o espaço local, como as orlas fluviais, ao mesmo modelo de lazer e turismo das grandes cidades brasileiras.

Isso ocorre, assim como nos espaços ribeirurbanos, estudados nesta tese, porque existe um modelo economicista em nossos país, segundo o qual, todos os espaços têm que ser aproveitados para um fim econômico, como se a economia funcionasse deslocada da cultura, da religião, das instituições, das realidades locais. Se assim fosse, quando um lugar sofre alguma forma de modernização, esta impulsionaria todas as instâncias sociais em um mesmo movimento homogêneo e de dividendos consideráveis. Entretanto, pelo contrário, produz pobreza e, ao lado de grandes obras públicas, pessoas em condições precárias de vida estão presentes como um estranho ao lugar, e, portanto, culpado de sua condição.

Santos (2014d, p. 123) afirma que precisamos de um novo modelo cívico, pois o que temos é um modelo econômico, no qual o cidadão, que não é cidadão, mas apenas consumidor, passa a consumir educação, saúde, moradia, lazer de

maneira privada, como um recurso, quando na verdade, são direitos inalienáveis ao homem e que a sociedade deve compreender que é um dever social e não privado, isto é, que possui aquele que compra.

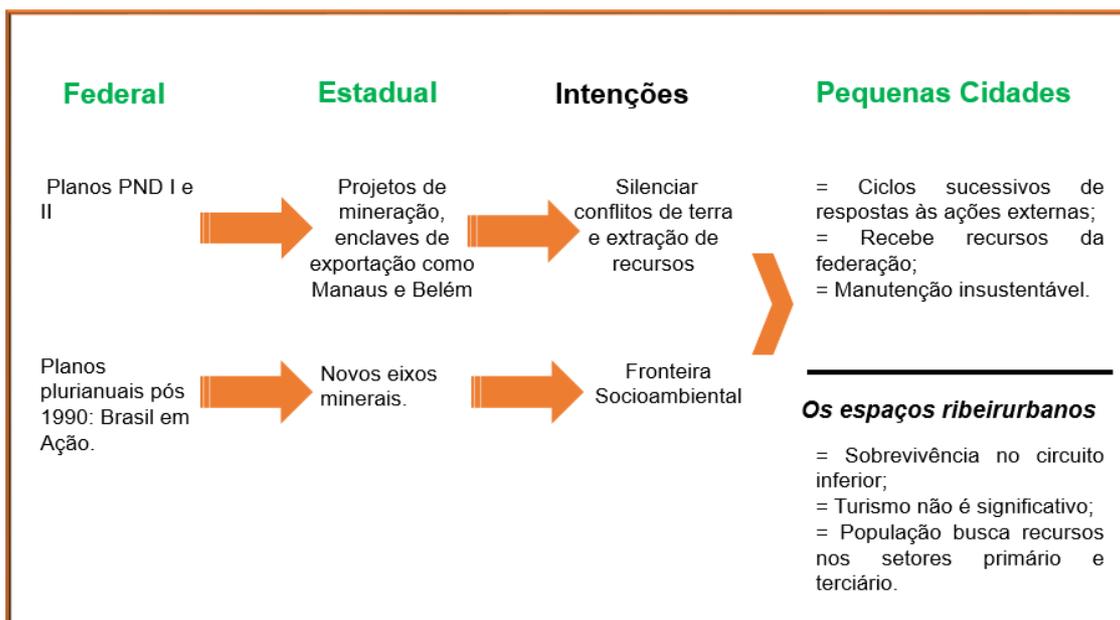
Esse modelo cívico, que produz ampliação da consciência, recupera a cultura, substitui a ideia de recursos por valor, convoca a sensibilidade e permite a existência de uma forma de pensar criativa. A ideia de valor gera uma nova racionalidade, na busca de novas possibilidades e novas combinações alicerçadas na solidariedade social (SANTOS, 2014d).

O modelo econômico estabelecido no país, desde os planos militares, tem destacado olhares para a Amazônia como uma fronteira de recursos (figura 83). As pessoas estão naqueles lugares como exército de reserva, contenção de conflitos por terras de grandes latifundiários patrocinadores de eleições, e como símbolos do subdesenvolvimento da região, de estagnações econômicas e vistas apenas como carentes (figura 84). Entretanto, não são vistas como detentoras de possibilidades no valor de cidadania, e sim de consumidor ou de instrumento de políticas de exploração de recursos minerais, do discurso de sustentabilidade que divulga uma ideologia metropolitana.

Os pactos territoriais, que deveriam ser amplos e ter como base os direitos inerentes ao cidadão, tornam-se pactos funcionais e atendem a parcelas da população e interesses localizados, como percebemos nesta tese. Assim, o “território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados” (SANTOS, 2014d, p. 134).

Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também EM FUNÇÃO DO LUGAR EM QUE VIVEM (SANTOS, 2014d, p. 134).

Figura 83 – Modelos de planejamento para a Amazônia



Elaborado pelo autor

Figura 84 – Modelos de planejamento para a Amazônia



Elaborado pelo autor

Quando, por exemplo, a obra que deveria ser uma creche continua inconclusa em Ponta de Pedras, o abastecimento de água continua deficiente, quando a peculiaridade por ser uma cidade de estivas em Afuá não for considerada nos bens públicos destinados e as obras continuarem paradas em Mazagão ou quando um prefeito entregar determinada obra para fins eleitoreiros, mesmo em condições

indecentes para um cidadão viver, cidadania no Brasil continuará sendo uma palavra desconhecida e o espaço, órfão de cidadãos.

Esse novo modelo cívico, que considera as identidades regionais, e que os marcos regulatórios sejam capazes de mitigações locais, inclusive, que os recursos da União sejam pensados não somente nos espaços metropolitanos é um passo necessário e não cumprido no país, até o presente momento. No Brasil, como os entes federativos são autônomos, a presença do Estado no nível federal dentro de sua menor porção do território – o município – exigiu múltiplas relações institucionais.

Em meados de 1970, com a formação das primeiras regiões metropolitanas – RM's – a intenção foi estabelecer uma gestão do território com necessidades em comum, que ultrapassariam os limites municipais. Os arranjos cooperativos, assim, foram a governança alternativa em que a União distribuiria seus recursos, uma vez que era de competência desta esfera a definição das RM's no país. Eram espaços metropolitanos que se desenvolveram em torno da cidade-polo, com a busca de desenvolvimento regional a partir da aglomeração. Após a Constituição Federal (CF), de 1988, as RM's passaram a ser decisões dos governos estaduais, o que aumentou consideravelmente a quantidade das mesmas e, inclusive, criadas a partir de espaços metropolitanos na perspectiva de um desenvolvimento urbano-metropolitano que considera a experiência do conjunto das cidades, sem exatamente uma centralidade (COSTA, 2013).

Segundo Costa (2013), apesar das RM's, que foram instituídas na década de 1970, apresentarem um sucesso maior em comparação àquelas que surgiram após a CF de 1988, o quadro geral de sua institucionalização e governança é de “fragilidades”, “põe em cheque o próprio sentido dessa institucionalização” (COSTA, 2013, p. 324). Os municípios buscam na constituição das RM's apenas a qualificação para receberem investimentos federais.

Não existe uma uniformidade na busca de funções públicas de interesse comum, decisões são tomadas de forma isolada e os agentes atuam com pouca coordenação sem uma regulação estabelecida pela União. O que ocorre é um protagonismo municipalista que produz uma metropolização *ex post* (KLINK, 2013), marcada por contradições socioespaciais, na qual os lugares que formam este espaço urbano são desconexos nas políticas territoriais. Os fluxos econômicos quase “flutuam” sobre o chão, pois não contribuem com o desenvolvimento local,

apenas o usa deixando reflexos de desenvolvimento econômico raquítico, pois aumentam a periferia pobre, a ausência de equipamentos públicos, as dificuldades de transporte público, entre outros.

Apesar do aumento considerável de recursos e investimentos que as RM's receberam da União, pois são elas que se tornaram palco considerável dos recursos de ordem econômica, social e urbana, as mesmas não são preparadas para gerir estes recursos, vantagens e os desafios de uma RM. Ou seja, as regiões metropolitanas não são protagonistas (COSTA, 2013, p. 328, 329) e continuam marcadas “por desconexões e contradições nas diversas políticas públicas que produzem ou reproduzem o espaço urbano-regional” (KLINK, 2013, p. 84).

No Brasil, a concentração de recursos e investimentos são, de maneira privilegiada, conduzida aos locais de maior representatividade política e concentração populacional, o que contribui para o raquitismo social nas pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia.

E, apesar de avanços nas políticas públicas, elas não produziram aumento significativo de desenvolvimento social e os governos pós-redemocratização com maior apoio técnico e até mesmo acadêmico, pouco avançaram sobre esta realidade. O plano plurianual de 1996 – 1999, influenciado pelo avanço do discurso ambiental como a Conferência Rio – 92, colocou a Amazônia no discurso de proteção ambiental, da criação de unidades de conservação e de defesa nacional.

Nos planos apresentados pelos próximos governos, foi estabelecida uma agenda para a região, que, no bojo de sua discussão teórica, inclusive construída com apoio de acadêmicos, colocava a Amazônia como uma região que não deveria ser vista apenas pelos seus recursos, mas pelas pessoas que ali estavam. E no plano de governo do Partido dos Trabalhadores que levou ao primeiro mandato, este diferencial ficou em destaque:

Nosso governo terá como objetivo mudar o padrão de desenvolvimento predominante na região, colocando não a fronteira de recursos, mas a população como o centro dos investimentos governamentais na região. Os incentivos públicos para dinamizar a economia serão acompanhados de igual ou maiores investimentos para democratizar o acesso da sociedade aos benefícios do desenvolvimento (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

No cerne desta discussão, estava a compreensão da pluralidade da região, da necessidade dos avanços nos indicadores sociais, na mudança do “papel de

exportadora de produtos primários e de geradora de divisas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002), contudo, as pequenas cidades foram vistas de forma pontual. Apesar de indicar que pretendia valorizar a economia local, a vida urbana é pouco considerada.

Contudo, acompanhamos a prática dos governos que estimularam a elaboração do Plano Marajó, mas que não o executaram de forma plena, reduzindo a pontualidades que não trouxeram significativos avanços, mantendo a região do Marajó com os baixos indicadores sociais. Para Leitão (2009, p. 219) as obras do PAC remeteram a um ideário neodesenvolvimentista com a presença de um Estado indutor. O autor desta tese acompanhou, inclusive, esta tentativa em relação às cidades de estudo. O Estado, todavia, privilegiou o mercado com as empresas responsáveis pelas obras, mas não a população que, muitas vezes, não assistiu a suas finalizações.

Esse modelo de Estado e mercado, em que agentes privados buscaram em obras públicas recursos financeiros lucrativos, encontraram nestas cidades maneiras de obter lucro sem resultados, possibilidade de abandono das obras sem um Estado que fiscalizasse. E denotou um Estado que, ao aprovar estas obras e dispensar recursos para as mesmas, atuou de forma pontual, tal como projetos conservadores dos planos militares de ordem extrativista e agromineral. Não surtiu em efeito social significativo.

A presença destas obras demarca atores políticos que circundam uma realidade com ações setoriais e pouco transformadoras, pois ignora o território. Leitão, em sua tese de doutorado, afirma que estas obras corroboram a tradição do Estado brasileiro:

(...) via projetos sem plano, recheados de discursos deslocados da prática a que efetivamente se propõem, e das motivações em que de fato se baseiam. Esses mecanismos conformam a tradição da ação estatal no país no campo do desenvolvimento territorial e corroboram a tendência à reprodução de desigualdades regionais e sociais, e em última instância, à fragmentação do espaço nacional via investimentos de caráter espacialmente seletivo (LEITÃO, 2009, p. 229-230).

Muito difundido entre autores, o conceito de Milton Santos (2004) sobre território usado é aquele em que o espaço geográfico não é recurso, nem obstáculo, mas uma parte do país do qual grupos identificados a ele se apropriam de maneira consciente e onde constroem sua cidadania. Mas os planejamentos, as obras

públicas e as relações não denotaram esta realidade de consciência que não se defende apenas pela letra da Constituição, mas igualmente pelas regras da convivência no lugar mesmo em que se vive (SANTOS, 2014d, p. 137).

Portanto, o que se viu até aqui, foi a constatação das palavras do professor Milton Santos:

Há um cotidiano que se adapta à lógica hegemônica dos propósitos do Estado e das grandes firmas. Mas este é o cotidiano cego, preconceituoso, submisso à razão instrumental, pela qual a individualidade murcha e a obediência se impõe como natural (SANTOS, 2014d, p. 136-137)

E quando a lógica é de um cotidiano cego, um novo modelo cívico não emerge e cega as realidades peculiares e o seu direito à alteridade socioespacial.

CAPÍTULO 7 – O GERAL E O PARTICULAR DAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: ESPAÇOS RIBEIRURBANOS DA EXISTÊNCIA

Nele e a partir dele a cidade parece desdobrar suas relações e seu traçado urbano. Um acervo de objetos espaciais aí se faz presente e que o olhar mais desviado e etnocêntrico pode revelar a sensação de um espaço caótico e sem qualquer ordenamento ou lógica de caráter econômico, espacial e social. Essa paisagem, onde se observa o trapiche, as principais casas comerciais, os bancos ou o banco, quando existente, a igreja, alguns prédios públicos, a feira e um sem-número de atividades informais, configura o que aqui chamamos de núcleo central (TRINDADE JR. et al, 2008, p. 40).

As cidades ribeirinhas da Amazônia são pequenas em número populacional e perímetro urbano, vida comercial no circuito inferior da economia e população urbana com empregos formais no setor público e transitando entre atividades laborais primárias e terciárias, na busca de geração de renda. Existe um consenso entre autores, apresentados nessa tese, que afirmam uma dinâmica marcada por peculiaridades, que devem ser consideradas dentro do contexto de desenvolvimento regional, inclusive, na compreensão de que é necessário um modelo cívico que respeite seus aspectos culturais, suas relações sociais e sua identidade.

Nesta tese, muito se procurou trabalhar com essa percepção e conceituação de peculiaridade. É uma singularidade tal, que os pesquisadores parecem mais sentir do que descrever e conceituar. Quando você está no barco e chegando à orla destas cidades, tem a impressão de algo que só pertence àquele lugar, expresso no ambiente construído e na movimentação das pessoas. Os detalhes parecem invisíveis, por isso caem no sentido da intuição, quando você carrega outra realidade e entra em contato com esta.

Não obstante, encontramos similitudes, uma vez que compomos uma nacionalidade: o idioma, gostos e hábitos comuns e uma lógica política e econômica, que apesar de menor ou maior intensidade, perpassa por todos. Mas a peculiaridade destes lugares, como Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá, torna-se uma insistência a cada leitura, análise de dados e pesquisa de campo realizada. Nesta tese, muito foi colocado em relevo aspectos desta realidade, como as análises de estudos de caso de cidades do estado do Amazonas, inclusive.

Ainda, o desenvolvimento do conceito de *ribeirurbano*, homem e espaço, está na dinâmica de vida entre a cidade e a floresta, nas relações econômicas e sociais, no tempo da acessibilidade condicionado pela força das marés, na administração da vida local, antes e depois do sol do meio-dia e das chuvas equatoriais constantes, em uma conquista laboral do saber-viver, entre natureza e sociedade, entre elementos globais e vida local, nas casas longitudinais à margem dos rios, no modo de vida urbano/rio/floresta, denotando a peculiaridade destas localidades.

Destarte, neste capítulo trabalhamos mais estes aspectos que apontam sua antropogeografia. Não é um olhar etnocêntrico que justifica a pobreza, ou que o ambiente construído de aspecto caótico seja típico destes lugares, mas é a busca em compreender sua alteridade socioespacial. Não é uma antropologia da demarcação das diferenças em que povos ficam subordinados a grupos e costumes superiores²⁰, mas parte de uma variedade de cultura, não graus (SAHLINS, 1997a, p. 46). Assim, o que mais podemos apontar sobre sua peculiaridade?

Fresca (1990) discute que, na particularidade (ou peculiaridade) destas pequenas cidades (no caso, a autora estudou duas pequenas cidades do Oeste Paulista), devemos levar em consideração aspectos singulares, que é algo que não se repete como objeto. Colocamos aqui as pequenas cidades desta tese, que não estão isoladas, isto é, existe o geral, na qual incidem os marcos regulatórios ou as obras públicas, como as do PAC, e que se fundem no particular.

Através da interpretação entre o singular, o particular e o geral. O singular constitui-se em algo que não se repete como um objeto, um processo, uma propriedade, um lugar. Mas o singular não é tomado como algo de forma isolada, autônoma, absoluta. Ele está essencialmente relacionado ao geral e ao particular haja vista que nos diferentes singulares manifesta-se a universalidade do movimento real (FRESCA, 1990, p. 3,4).

Em outras palavras, o particular é a junção de aspectos gerais e singulares. Apontamos aqui que o singular são estes lugares, que são vernaculares, pois se trata do “conhecimento que esses grupos humanos detêm do ambiente onde vivem” (GOMES, 2017, p. 19). Isso também nos leva a compreender que o particular também é dotado de iniquidades: seja dos grupos humanos presentes ali em seu cotidiano, seja em suas relações políticas – como apontado neste trabalho e

²⁰ Isto é, não estamos aqui construindo uma ideia que coloca os povos desta região como inferiores ao resto do país. Desejamos apontar que nosso país é plural e compreender esta pluralidade e suas peculiaridades que coexistem, é reconhecer a cidadania de todo brasileiro.

classicamente conhecido – que é o coronelismo. As coisas, as relações, “tomam forma” no lugar.

Ou, conforme Santos (2014c, p. 104, 105), o particular é o interno:

O interno é tudo que, num momento dado, já está presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num dado momento, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar.

O lugar é, pois, dotado de variáveis internas e externas e a hibridização destes fatores é que cria a sua existência. O interno, isto é, o particular, não subsiste sozinho e como tal, não explica todas as relações. Contudo, nem o externo, quer dizer, o geral, é autoexplicável, uma vez que é necessário ser internalizado para fazer sentido a sua própria existência, pois “nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la”, ainda que estas condições sejam contraditórias e cheias de iniquidades sociais. Desta maneira, aqui, nesta tese, não se considera que a imbricação destes dois fatores, o interno e o externo, é harmônica, e, por isso, se faz necessário reconhecer as suas camadas, por mais sedimentadas que estejam. E muitas vezes, não estão.

Nunes (2008, p. 49) apresenta características que podemos tomar como aspectos gerais e singulares nas cidades ribeirinhas: primeiro, a formação de sua rede urbana guarda semelhança com a formação em outras regiões do país. Na região da Amazônia existe concentração urbana em poucos lugares e pulverização em cidades médias e, principalmente pequenas, como ocorre em outros lugares do país guardadas as suas devidas proporções.

Entretanto, segundo o autor, o modelo social não é equivalente material e simbolicamente a um modelo hegemônico, pois “a pujança das reservas naturais e a enorme disponibilidade de terras aliadas à baixa densidade populacional produzem ambientes sociais peculiares” (Ibid. p. 54).

Castro (2006, p. 16) afirmou que a urbanização nestas cidades da floresta expressa outras características históricas, nem sempre contempladas pela pesquisa, como a questão indígena, a cultura e a língua, a vida em comunidades com demandas urbanas, e parte da população que vive nas cidades e mantém trabalhos decorrentes de uso da floresta.

Cruz (2008) faz uma crítica àqueles que não percebem que o modo de vida ribeirinho é um *ethos*, e suas temporalidades e racionalidades econômicas denotam sua identidade, mas são vistos, muitas vezes, como resíduos, algo anacrônico, como se fosse um desvio do modo capitalista/urbano/industrial. Mas é certo que, novos discursos identitários têm apontado a valorização e politização das culturas, dos modos de vida, das memórias e territorialidades destes povos, baseados em uma ética de outridade. Concluímos que é a consideração da alteridade socioespacial do ribeirurbano.

Agora, na construção de um quadro geográfico das cidades em estudo, não negamos que existe uma ordem espacial das coisas, pessoas e fenômenos, que faz parte de um sistema de lugares, todavia, existe a presença de uma relação situacional que tem sentido com a posição que está ao seu torno e ao contexto inserido (GOMES, 2017). As cidades ribeirinhas encaixam-se no contexto de sua formação, desde as drogas do sertão à economia da borracha, como locais de exploração e abandono social dos grupos humanos que habitavam ali. Como apontado, sofrem relações políticas que não produzem sentido com o lugar, por isso que, entre o particular e o geral, cria-se uma singularidade externa de região de pobreza.

Contudo, como apontou Agier (2011, p.55) as pessoas também criam a sua existência com a presença ou a ausência do poder público. Ainda que seja uma dura vida, não podemos inibir o papel de protagonista quando as pessoas são “obrigadas a inventar a sua própria existência”. O “fazer a cidade” está expresso nas relações sociais, isto é, nas diferentes formas de sociabilidade além das relações heterônomas existentes, que é aquela que consideramos apenas com a presença do poder público, em qualquer esfera.

Ainda existem suas implicações situacionais, que se trata do encadeamento de situações de interações que existem de acordo com o lugar, com as atividades, os horários, as pessoas. Por exemplo, e suas combinações e compartilhamentos, o que justifica este movimento entre o rural e o urbano e a hibridização deles no mesmo lugar (AGIER, 2011). Estes encadeamentos, dominantes ou consensuais, referem-se a situações da vida, familiares, religiosas, clientelistas, políticas, entre outras.

Hennerzr (*apud* AGIER, 2011, p. 94) elencou elementos que são esclarecedores para as implicações situacionais, como: a) situação ordinária (trata-

se da relação indivíduo/espço, indivíduo/sociedade, que são relações regulares, localizadas e duradouras). Podem ser observados elementos de pertencimento institucional e os efeitos de lugar em relação a seu espaço doméstico, redes de trabalho e redes de amizade; b) situação extraordinária ou ocasional, no que diz respeito a situações acidentais, imprevistas e fortuitas que alteram o curso normal da vida; c) situação de passagem, ou seja, apesar de vir a ter um caráter de regularidade é um exercício que aparece geralmente isolado, como os momentos em espaços de circulação; d) situações de rituais como festas, danças, carnavais e rituais religiosos, nas quais o indivíduo estabelece uma ordem de relações e identidade coletiva, diferente da classificação social estabelecida na cidade.

Ainda que seja de caráter descritivo, baseado em observações e levantamentos de dados em trabalhos de campo, percebemos as relações ordinárias presentes em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão: as relações regulares com o espaço, como o cotidiano das embarcações, que indicam a entrada e a saída da cidade, na busca de recursos para a família, para o comércio. Tais relações se evidenciam também na possível presença de turistas que movimentam os serviços na localidade: aguardam na entrada de Ponta de Pedras e Afuá aqueles que indicam pousadas, assim como se fazem presentes os mototáxis, em Ponta de Pedras, e os bicitáxis, em Afuá (figura 85).

Figura 85 – Rio, Trapiche e Embarcações: Entradas e Saídas



Na sequência, Mazagão, Afuá e Ponta de Pedras
Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades, 2015 e 2018

Na cidade de Mazagão, a presença da rodovia que marca um novo fluxo para a cidade, estas relações ordinárias tornaram-se vazias, mas, ainda nas margens do rio Furo Mazagão, é aguardada a chegada do ribeirinho do interior, com seu pescado, seu açai e outras culturas, que marcam, praticamente um meio de subsistência. O movimento de entrada e saída da cidade é uma relação espacial duradoura, que indica, de maneira significativa, a intensidade do movimento naquela época, pois redes de trabalho são estabelecidas com o produto que chega para o comércio ou com o turista que chega para conhecer o lugar.

Situações extraordinárias, fortuitas, que alteram o curso da vida naquelas cidades geralmente estão ligadas a inaugurações públicas, que são marcadas com a presença do governador, do senador ou deputados estaduais e federais, como na inauguração da rede de transmissão de energia, em Ponta de Pedras que contou a com a presença destas personalidades e se tornou o “evento” da cidade. Em 2012, foi inaugurada em Santana do Arari a energia movida a óleo, já apontada nesta tese. A prefeitura usou uma embarcação própria para levar os moradores da cidade para a inauguração, que contou com uma festividade, discursos políticos e muita música. Com saída aproximadamente, às 15 horas do porto principal da cidade, a embarcação retornou em ritmo de festa, no outro dia, de madrugada, em torno de 1 hora da manhã. Naquele dia, a cidade ficou em silêncio, enquanto ocorria a inauguração na comunidade rural, a uma distância de 2 horas de barco.

Várias situações que marcam rituais estão presentes nestas cidades. Ponta de Pedras, uma cidade cuja igreja matriz está localizada no meio do centro urbano, com a presença da diocese, é marcada pelo catolicismo e a religiosidade do Círio de Nazaré, uma procissão que ocorre, em muitas cidades da Região Norte, celebrada desde o século XVIII com uma mistura de elementos indígenas e do catolicismo romano, na Santa de Nazaré. Em paralelo, a presença de igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais é marcante nestas três cidades, sendo que a Assembléia de Deus, fundada em 1911, na cidade de Belém, marca o início do chamado movimento pentecostal no Brasil, que se caracteriza pela crença em dons carismáticos. Envolvimento político, construções de templos e eventos religiosos revelam a presença da religiosidade neopentecostal.

Em Afuá, a rádio-poste emite músicas cristãs e o horário das missas, além do monumento da Bíblia, presente no centro da cidade. Em Mazagão, a festa de São Tiago, no distrito de Mazagão Velho, é um antigo calendário que divide a vida na

cidade em antes e depois da presença da festa, das manifestações religiosas e de políticos. Esta ordem estabelece uma relação de identidade coletiva, proximidade entre as pessoas e torna publicitária a imagem da cidade de dentro para fora, como o festival do Camarão em Afuá.

Estes aspectos tornam as realidades distintas, pois são relações que ganham valor pelas pessoas, talvez despercebido por uma análise de estrutura econômica. Ainda que estas realidades pareçam periféricas, elas denotam “cidadinidade”: “as relações dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial” (AGIER, 2011, p. 91, 92). A cidadinidade implica, de acordo com o interesse dos atores com as relações situacionais, apesar de darem menos atenção, ou estabelecer, suas preferências sem consciência. Assim, existem aqueles que constroem sua identidade na cidade pelo seu caráter de “pequena”, onde é possível conhecer a todos, outros pela sua religiosidade, outros pelas festas.

Outro aspecto a considerar são as redes sociais. Elas tomam o sentido da “articulação das situações na vida dos cidadãos, que permite reconstituir a coerência das redes em diferentes ocorrências da vida urbana” (AGIER, 2011, p. 78).

“Passo a passo, o espaço urbano pode ser representado como um conjunto articulado (rede total) e os meios sociais urbanos podem ser estudados como sistemas solidários...” (AGIER, 2011, p. 79).

O autor, ao estabelecer a ideia de redes, exemplificou máfias, gangues ou, até mesmo, sistemas de corrupção. Mas o fato é que são relações, que podem ser entre parentes ou grupos sociais, entre vizinhos, que têm como principal critério a cooperação, onde circula um “conjunto de valores, ideias e normas que permitem seu funcionamento”.

Isso foi apresentado por Wagley (1957, p. 55), ao estudar Gurupá/PA:

Conquanto os laços de família frequentemente constituam fator importante para determinar a moradia das pessoas de um bairro e para assegurar a assistência recíproca entre os habitantes, tais bairros não são grupos de família, como não são grupos sociais de clã.

Não apenas a assistência social entre familiares, mas também um trabalho cooperativo em épocas de plantação ou colheita, formado por grupos de amigos, por exemplo,

Algumas vezes, os vizinhos, sabendo que se planeja um trabalho cooperativo, aparecem, mesmo sem convite especial. O tamanho desses grupos varia consideravelmente. Juca, um lavrador que mora em Itá e tem uma plantação logo à saída da cidade, convida sempre uns quatro ou cinco amigos, velhos conhecidos com que tem trabalhado há muitos anos (WAGLEY, 1957, p. 106).

Costa et al (2012, p. 69) demonstraram que em Ponta de Pedras há uma rede social dentro do próprio município, na qual “as famílias possuíam parentes residentes nas comunidades rurais, tendo 77% dos entrevistados respondido positivamente à questão ‘possui parentes nas áreas rurais’ (interior)”, e, diante desta realidade de rede social, constatou que “80% dos entrevistados responderam que estabelecem algum tipo de comércio com os parentes do interior, sendo essas relações vinculadas à produção ou ao comércio do açaí”.

A ausência da infraestrutura na área da saúde, faz com que 41% dos entrevistados migrem de maneira pendular para a cidade de Belém, mensalmente, e 40% raramente, sem uma periodicidade estabelecida, para receber atendimento médico ou para tratamento da saúde associada a outros motivos.

Estas relações marcam ainda o elo para a execução de atividades como meio de aquisição de recursos financeiros, pois,

As relações são intensas, entretanto, não para receber ou enviar recursos financeiros. São relações importantes para a manutenção de suas conexões com a produção do açaí, sendo essas mais frequentes durante o período de safra do produto. Assim, os laços existentes propiciam aos moradores urbanos manter suas referências familiares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações comerciais, que propiciem melhoria de renda familiar (COSTA *et al*, 2012, p.69).

Estas redes sociais indicam que “se as pessoas chegam a viver juntas vinte ou trinta anos em meio de pobreza, é porque têm recursos” (AGIER, 2011, p. 55). Não se trata de conformismo com realidades limitadas na aquisição de recursos para sobreviver, mas sim, em reconhecer seu caráter autônomo na construção de sua própria vida, ainda que o Estado seja ausente em suas necessidades. Por meio de laços familiares, de vizinhança/comunitários e até políticos, ainda que iníquos, são interações reais da ordem social presente.

Nunes (2008, p. 46) aponta que isso é um fenômeno a considerar na análise da cidade, que ultrapassa a dinâmica de mercado, que são os suportes “não mercantis para favorecer a lógica mercantil”, pois o acesso nem sempre é regulado

pela moeda. A chamada renda não monetária, é a busca de recursos por meio de trocas e por meio de relações sociais que demonstram uma solidariedade social.

É o “acontecer solidário”, nas palavras de Milton Santos (2014e, p. 158), não necessariamente com conotação emocional, mas para a realização de tarefas comuns. Como se verifica em agente público entrevistado em Afuá, em julho de 2017:

“A gente diz que Afuá parece uma grande família porque você consegue ter um contato mais próximo com seus vizinhos por conta das ruas serem estreitas, aqui você tem contato com todo mundo direto, por isso que o prefeito não consegue se esconder de ninguém e é facilmente abordado por alguém e consegue falar com todos”.

“Ser uma grande família” implica em proximidade espacial que a própria tipologia urbana proporciona, o que equivale a conhecer realidades de necessidade, como podemos perceber, inclusive, em atividades de obras sociais, que proporcionam reforço escolar, alimento e ajuda aos familiares, tanto em cesta básica, quanto em orientação das mais diversas para os pais das crianças atendidas. Aliás, por meio dos entrevistados e nestes anos de trabalho de campo, percebemos a ligação que a população tem com sua origem. Muitos vão estudar na capital (Belém ou Macapá, por exemplo) e retornam com o sentimento de retribuir para os seus concidadãos.

“eu ajudei aproximadamente 90 famílias em Breves a construir ou reformar em casa de madeira. Distribuía brinquedos para crianças carentes brindes no dia das crianças e no natal. Dava ele cestas básicas para famílias e não era candidato a nada. Às vezes é tipo assim [...] vou deixar para almoçar em casa, vou almoçar umas 3 horas e vou ficar com fome, mas essa fome que a gente sabe que vai chegar em casa e vai almoçar [...] eu já senti aquela fome de não ter o que comer em casa, então quando uma pessoa chega para mim e fala que está com fome que os filhos estão com fome eu sei como é essa fome...” (ENTREVISTA REALIZADA EM JANEIRO DE 2018).

Por fim, a participação do todo familiar é relevante, uma vez vários rendimentos são agregados nas famílias, conforma constatou Lima (2017, p. 129):

Outro rendimento importante, que agrega renda a muitas famílias é a aposentadoria, uma fonte de renda fixa, que compõe a economia. Da área urbana, contempla 22% das famílias, e da rural 18%. Das famílias entrevistadas, 40% na zona urbana e 52% na zona rural, possuem predominância do seguro-defeso, característico da população que reside na área rural devido à pesca, seguido do Bolsa Família.

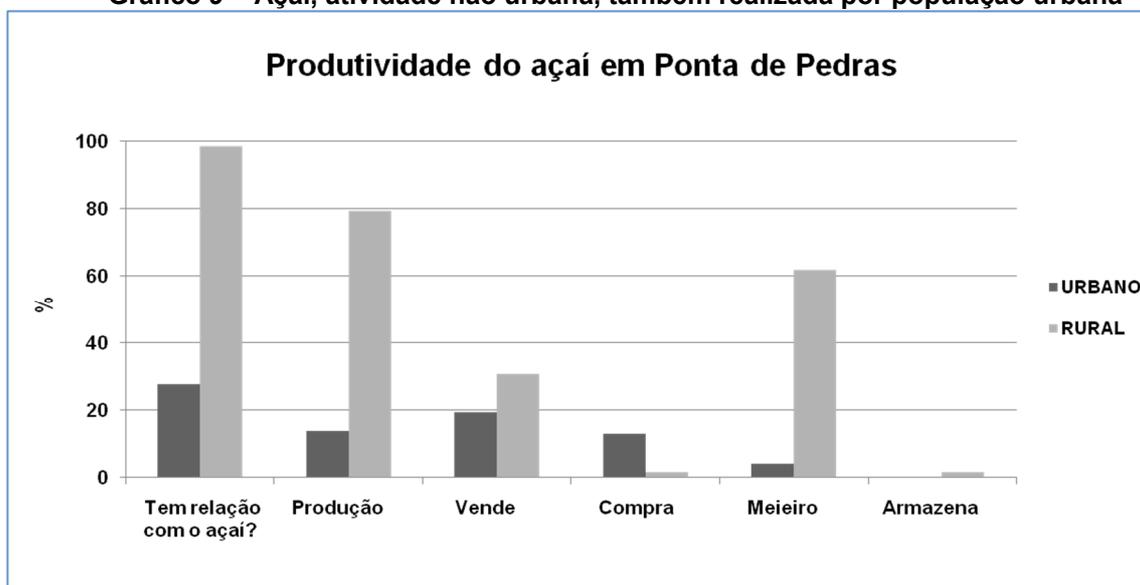
Em Ponta de Pedras, Lima (2017) constatou em pesquisa, as atividades informais na busca de complementação de renda, que apontam um dos “sentidos de sua própria existência” (AGIER, 2011, p. 55), da mesma maneira, observou-se a presença de atividades não urbanas, pois a venda do açaí é feita por 62% dos moradores rurais em Belém (gráfico 9), devido ao valor pago, enquanto que a venda em Ponta de Pedras é realizada por 19% (tabela 10).

Tabela 10 – Outras fontes de renda, declarada pelos chefes de família em Ponta de Pedras/PA.

Atividade ocupacional	Ponta de Pedras	
Não possuem outra renda	57,8	
Vendedor	18,8	
Vendedor de Açaí	11,3	
Costureira	0,9	
Comerciante Venda/Mercearia Doméstica	5,9	
Vendedora Avon, Natura, Jequití	1,3	
Manicure	0,3	1,3
Funcionário Público	3,1	

Fonte: Lima, 2017 (350 famílias entrevistadas)

Gráfico 9 – Açaí, atividade não urbana, também realizada por população urbana



Fonte: Lima, 2017

Esta sociedade ribeirurbana é mantenedora de sua própria existência, cooperativa no trabalho, rururbana nos meios de sobrevivência e se apropria da modernidade de outra maneira. Esta abordagem, que procura buscar na antropologia uma variável de análise, é para compreender que existem regiões que são vernaculares: a isso relacionamos o espaço geográfico e os modos de vida. As

condições em que os seres humanos se adaptaram a esta realidade de acessos condicionados pelos rios, de casas em área de várzea, em estruturas de madeira, de comunidade no sentido de proximidade, de manutenção de elos entre campo e cidade em renda e hábitos são fatores a considerar no planejamento urbano e regional (figura 86).

Apesar da importância dos marcos regulatórios, como o Estatuto da Cidade, que trouxe a legitimação da gestão democrática, da elaboração dos planos diretores que são documentos legais de planejamento descentralizado, das diversas conquistas de movimentos da Reforma Urbana, estes devem ser flexíveis às realidades. Essas realidades se tornam “espaços opacos” no território nacional, dada a sua peculiaridade versus a um modo metropolitano de governar. Não é, aqui, considerar como uma região exótica, mas como uma diversidade dentro da unidade nacional, que apresentam relações e tempos que ocorrem simultaneamente, seja com o mundo exterior, seja interno, como discutidos em outros capítulos.

Assim, a busca de um modelo cívico que contemple a recuperação da cultura e pelo qual o cidadão tenha apreço, considera que o modelo econômico não é capaz de, isoladamente, ser suficiente para os grandes problemas da nação, incluindo, as desigualdades regionais. Pois “a sociedade é mais que economia” (SANTOS, 2014d, p. 121) e suas instâncias produtivas em que se incluem a circulação, a distribuição e o consumo, e não serão operacionais se, neste conjunto, outras entidades não forem consideradas como forças ativas, das quais a dinâmica local e suas organizações formais e informais fazem parte.

Figura 86 – O Geral e o Particular: Espaços Ribeirubanos da Existência



Fonte: Elaborado pelo autor

Marshall Sahlins, neste sentido, discutiu o conceito de indigenização da modernidade, ao afirmar que diante da universalização que o fenômeno da globalização parece produzir na sociedade, a cultura não é um objeto em extinção, uma vez que ela denota os valores e significados das pessoas e relações que povoam a existência humana e que ela não existe para diferenciar os povos como marcador de exclusão pelo seu *ethos*, mas sim, para distinguir sua identidade pelos seus marcadores diacríticos, ou seja, o que serve para distinguir na construção da identidade local (SAHLINS, 1997a).

Justamente por participarem de um processo global de aculturação, os povos “locais” continuam a se distinguir entre si pelos modos específicos como o fazem (SAHLINS, 1997a, p. 57).

Sahlins apresenta vários exemplos, como a cultura indígena dos povos da América, os povos africanos escravizados e até operários ingleses da Primeira Revolução Industrial, sobre os quais “poucos negariam que esses grupos construíram suas próprias contraculturas, para além e por vezes no interior mesmo dos contextos diretos de sua servidão’ (MINTZ; PRICE, 1976; THOMPSON 1966 *apud* SAHLINS, 1997a p. 56).

Um fato importante a compreender nesta discussão proposta pelo autor é a liderança do fator cultural sobre o econômico, pois, mesmo que os povos do Pacífico tenham adotado elementos da globalização, exemplifica o autor, não é o poder de homogeneização da globalização que se impôs no lugar, mas o contrário: o lugar escolheu quais elementos adotar, sem deixar suas marcas culturais, seus ritos, seus hábitos, dantes o capitalismo mundializado europeizar ou americanizar o mundo (SAHLINS, 1997b).

Como observou Lévi-Strauss, “podemos facilmente conceber um tempo em que haverá somente uma cultura e uma civilização sobre a terra”. Mas, pessoalmente, ele não acredita nessa possibilidade, “pois existem sempre tendências operando em direções contrárias — por um lado, em direção à homogeneização e, por outro, em direção a novas distinções” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 20 *apud* SAHLINS, 1997a, p.57).

São novas distinções que marcam as cidades que não completam o processo de homogeneização capitalista mundial e que as condições locais conseguem se “impor” na conjuntura econômica – fato a considerar nas cidades ribeirinhas da Amazônia. Isso reforça Sahlins (1997a), ao citar Levi-Strauss, segundo o qual o

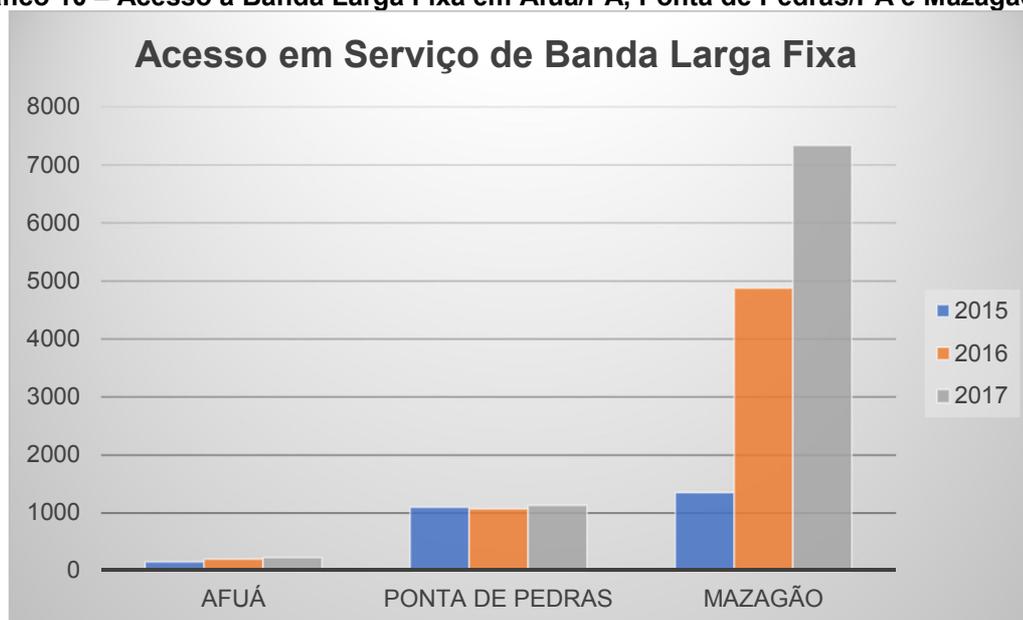
mesmo não acreditava na possibilidade da formação de uma única cultura universalizante, pois, em direção à homogeneização, outras forças operam de forma contrária.

Consideremos esta discussão a respeito dos espaços ribeirurbanos trabalhados nesta tese. Primeiro, não são locais com povos exóticos, muito menos há uma ideia de alteridade semelhante à concepção de raça. Segundo, é entender que existem regiões vernaculares em um território nacional. A ideia de nação engloba uma universalização das pessoas, dos costumes, da organização espacial e dos acessos. Contudo, existem variedades no território, uma diversidade dentro da unidade.

Nesta discussão, tomemos como exemplo a relação destas cidades ribeirinhas com elementos da modernidade que são globalizadores, como tecnologias das comunicações, entre os quais os celulares e o acesso à internet. Em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, mesmo diante de dificuldades locais de acessos a necessidades básicas, a população, dentro do âmbito municipal, é consumidora de tecnologia, seja banda larga fixa ou TV por assinatura (gráfico 10 e 11).

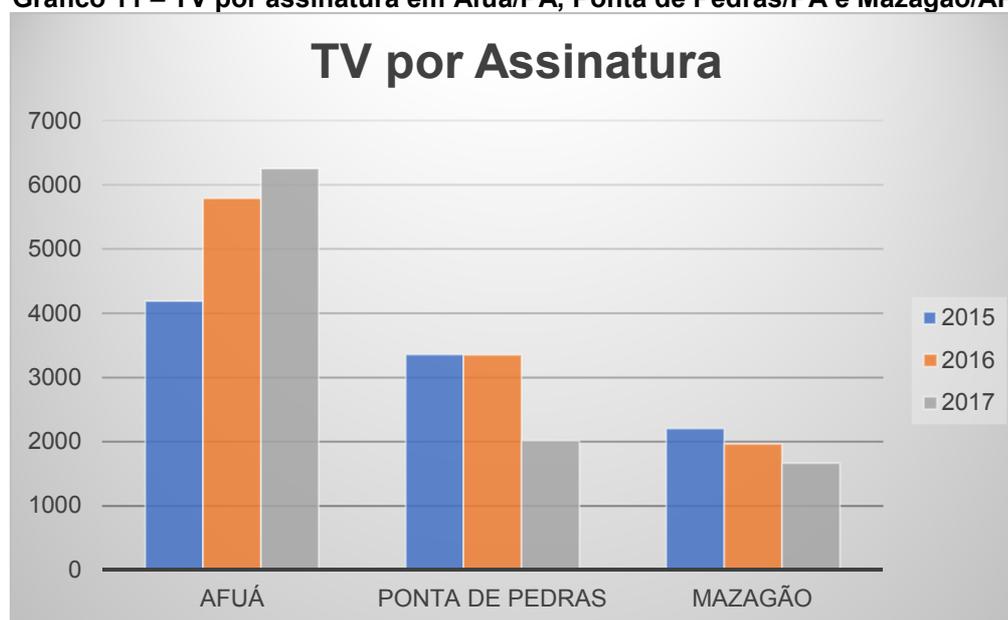
Mazagão se destaca por ter mais usuários de banda larga, Afuá por mais usuários de TV por assinatura, enquanto Ponta de Pedras parece ficar sempre em um nível intermediário, comparativamente. Estes espaços ribeirurbanos são atraídos por uma urbanização do consumo, em meio à falta de infraestrutura que estas cidades oferecem à população. As cidades passaram a ter acesso à internet e sinal de celular na primeira década do século XXI.

Gráfico 10 – Acesso à Banda Larga Fixa em Afuá/PA, Ponta de Pedras/PA e Mazagão/AP.



Fonte: ANATEL (2018).

Gráfico 11 – TV por assinatura em Afuá/PA, Ponta de Pedras/PA e Mazagão/AP.



Fonte: ANATEL (2018).

Ainda que os números não sejam expressivos, esta é uma realidade destas pequenas cidades, pela dificuldade de acessos e poucos consumidores a ponto de atraírem as empresas de telecomunicações. Ainda assim, são elementos presentes na paisagem destas cidades, como, por exemplo, as antenas de TV por assinatura nas casas de palafitas.

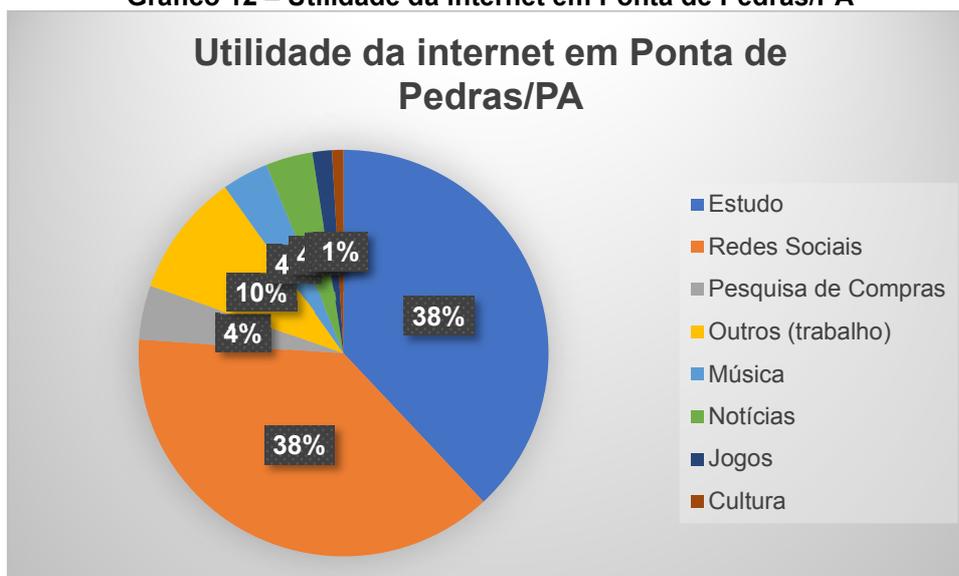
Quadro 27 – Operadoras Presentes nas áreas de estudo

Município	CLARO			ALGAR		
	2G	3G	4G	2G	3G	4G
Ponta de Pedras	SIM	SIM	NÃO			
Afuá	SIM	SIM	NÃO			
Mazagão						
	NEXTEL			OI		
	2G	3G	4G	2G	3G	4G
Ponta de Pedras						
Afuá	NÃO	SIM	NÃO			
Mazagão						
	SERCOMTEL			TIM		
	2G	3G	4G	2G	3G	4G
Ponta de Pedras						
Afuá						
Mazagão						
	VIVO					
	2G	3G	4G			
Ponta de Pedras						
Afuá	SIM	SIM	NÃO			
Mazagão	SIM	SIM	SIM			

Fonte: ANATEL, 2018

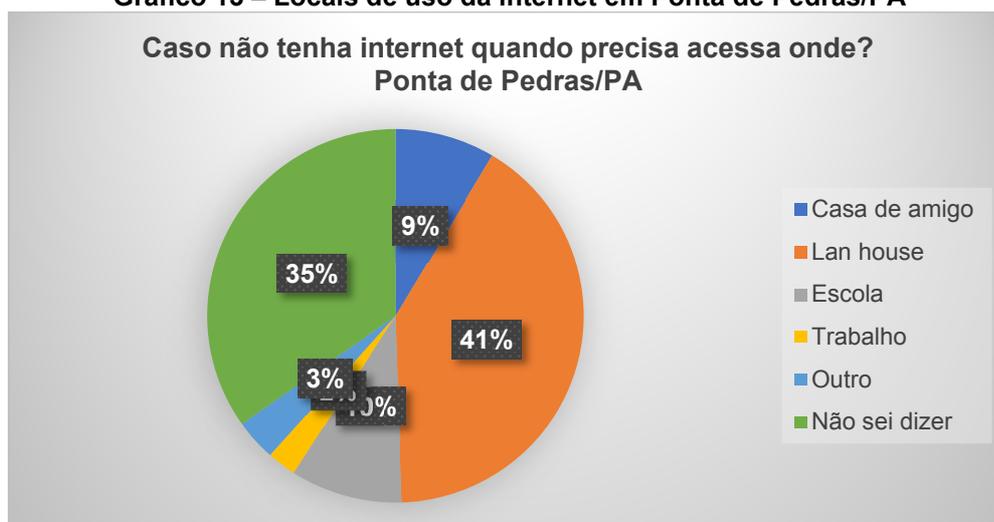
O celular é um elemento notório no dia a dia destas cidades, algo muito mais notado em Afuá e Ponta de Pedras (quadro 26). Em 2010, na dissertação de mestrado, a presença destes objetos e de *lan houses* já fora notada, como também percebemos em Afuá. Contudo, o que se quer apontar aqui é que existe a presença do meio técnico-científico-informacional, ainda que de maneira tímida, mas, bem recebido nestas realidades, o que denota uma aquisição da modernidade nos seus objetos de consumo tecnológicos. Lima (2017) apresentou, por exemplo, o uso da internet na cidade de Ponta de Pedras/PA, que, apesar de muitos não possuírem, a utilidade é significativa para estudos (38%) e, na ausência deste serviço em suas casas, usam a *lan house* (41%), como observamos nos gráficos 12 e 13.

Gráfico 12 – Utilidade da internet em Ponta de Pedras/PA



Fonte: Lima, 2017 (adaptado)

Gráfico 13 – Locais de uso da internet em Ponta de Pedras/PA



Fonte: Lima, 2017 (adaptado)

Apesar da ausência de dados comparativos nesta temática com as outras cidades, reportagens apontam essa significativa aquisição da modernidade em Afuá/PA (figura 87).

Obviamente, a indigenização da modernidade não é restritiva aos usos de elementos globais, produzidos em uma sociedade capitalista ocidental. O que apresentamos foi apenas um exemplo ilustrativo, que acreditamos ser uma realidade *operacional* deste conceito. Este conceito, apresentado por Marshal Sahlins, é sobre o modo de vida de povos tradicionais aliado ao sistema capitalista mundial do mundo ocidental, sobre como se dá o contato com a modernidade e o reforço da própria identidade.

Figura 87 – O Uso do Celular em Afuá/PA



Fonte: Brentano, 2011a e Brentano, 2011b.

A indigenização da modernidade é uma crítica contra o pensamento a respeito da cultura como um objeto de pesquisa em extinção, diante da homogeneização cultural imposta pela sociedade capitalista ocidental, inclusive na imposição de seus valores culturais, econômicos, religiosos, sobre povos colonizados. O autor realizou uma crítica contra aqueles que afirmaram que outros povos estavam no findar de sua cultura com a visão global homogeneizadora (SAHLINS, 1997a/b).

Sahlins (1997 a/b) apresenta uma série de exemplos para constatar a realidade de que a cultura é plural, não se estabelece em graus (como a superioridade do colonizador sobre o colonizado). Portanto, existem variedades de cultura, além disso, ela é intencional, isto é, não é apenas uma constatação prescritiva, ela é uma apropriação proposital por certo grupo. A indigenização da modernidade é mais uma resistência do que uma conformidade à grande narrativa da dominação capitalista (Sahlins 1997a., p. 54).

As semelhanças culturais da globalização se relacionam dialeticamente com as exigências opostas da indigenização. [...] Vê-se assim, que a homogeneidade e a heterogeneidade não são mutuamente exclusivas, elas não disputam um jogo histórico de soma zero (Ibid. 1997a, p. 57, 58).

O autor não nega a presença da dimensão homogeneizadora do capitalismo ocidental, mas reitera que a integração global e a diferenciação local, são presentes,

simultaneamente, nestas realidades. Não existe, portanto, uma morte da cultura, mas a compreensão de que ela é uma variedade de novas configurações, nas quais, os povos se ajustam às novas condições de estruturas presentes. Existe uma série de exemplificações que o autor apresenta, inclusive sobre populações indígenas, demonstrando que “não devemos subestimar, o poder que os povos indígenas têm de integrar culturalmente as forças irresistíveis do Sistema Mundial” (Ibid., p. 64).

E como podemos trabalhar este conceito com as cidades ribeirinhas da Amazônia, de maneira mais aprofundada? A respeito do fenômeno da urbanização, o autor aponta que havia um pressuposto geral, das ciências sociais, de que a “urbanização necessariamente dá fim à ‘idiotia da vida rural’, como teria ocorrido no início da Europa moderna” (SAHLINS 1997b, p. 112). O campo era visto como estágio inicial de modo de vida e a cidade como estágio final. O autor afirma que existia esta forma de pensamento:

“Pela própria natureza da cidade enquanto organismo social complexo, as relações entre as pessoas deveriam se tornar impessoais, utilitárias, secularizadas, individualizadas, e variamente desencantadas e destribalizadas” (SAHLINS, 1997b, p.112).

Nas cidades ribeirinhas da Amazônia, como os exemplos estudados nesta tese, muitos elementos indicam a presença de uma indigenização da modernidade, não como se estas populações fossem, de certa maneira, grupos étnicos separados e submetidos a um processo de colonização que, agora, levou seus modos tradicionais a sucumbirem. É necessário levar em conta o que até mesmo Wagley considerou (1957, p. 57), ao afirmar que, “as instituições jurídicas e políticas, o sistema educativo, a religião tradicional e muitos outros aspectos da sociedade de Itá são os mesmos da nação da qual Itá é apenas uma pequena parte insignificante”, isto é, formam um todo da nação brasileira.

Consequente, o autor ainda reforça, em 1957, que o caboclo vinha se aproximando da vida regional e nacional, como um cidadão de um Estado Nacional e sua cultura, como uma variedade de uma cultura nacional (WAGLEY, 1957, p. 68). O caboclo é parte integrante da sociedade brasileira formada, basicamente, por europeus, africanos e indígenas, dos quais ele é resultado de miscigenização. Contudo, Oliveira (2006, p. 27) afirmou que existem traços do caboclo que “teimam” em permanecer neste meio urbano:

[...] que nessas pequenas cidades estão as raízes caboclas fincadas no chão, preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, que são as dimensões simbólicas de uma cultura que teima em permanecer.

E o que mais pode constituir a indigenização da modernidade dos povos ribeirinhos? É o que denominamos de ribeirurbano, uma configuração de uma identidade local, senão regional. Esse modo de vida que permanece, em meio às transformações sociais, essa vida que carrega em si laços de um modo de vida rural, no interior destes municípios transpostos para os espaços urbanos, seja na própria construção de sua casa, seja na aquisição de renda não mercantil, seja na identificação com os elementos que o compõem e que, sempre, buscam para si esta identidade, que, apesar de incompleta diante do todo nacional, o distingue em relação a este todo.

A modernização, com efeito, não tem sido a única alternativa, sequer na cidade. O efeito inverso, a indigenização da modernidade, é no mínimo tão acentuado quanto o primeiro – na cidade como no campo (SAHLINS, 1997b, p.114).

Machado (1993, n.p.) chegou a afirmar que existiam exemplos de assentamentos humanos no espaço amazônico, que eram disseminados, não assumiam a forma-cidade e constituíam um tipo de rede rural/urbana. Como também, há muito tempo, autores reconhecem que a Amazônia é uma região urbanizada, e, em sua maioria, dispersa em pequenas cidades, tanto em tamanho populacional, como em sua área urbana, mas que, ainda assim pulsa o modo de vida urbano.

São nestes espaços que ocorrem as políticas públicas pensadas para todo o país. Trata-se de uma região marcada por interesses internacionais em recursos primários, por projetos de colonização induzidos pelo GF, sendo frágil frente aos problemas econômicos, como suas cidades, sempre foram reconhecidas como um local de carência e que, então, necessitavam de projetos indutores de desenvolvimento.

É neste contexto de carência que se constrói a base das políticas públicas para o local, pois nisto reside o pensamento de “desenvolvimento”, que implica os moldes sudestinos. Dessa maneira, este outro Brasil, em que se configura a região, é ignorado diante de necessidades que deveriam ser ouvidas. Santos (2014d, p. 147) aponta que as populações locais devem ter o direito à palavra, isto é, uma voz

regional de apelo à realidade específica. O autor ainda defende a noção de câmaras regionais representativas e de uma regulação da vida regional.

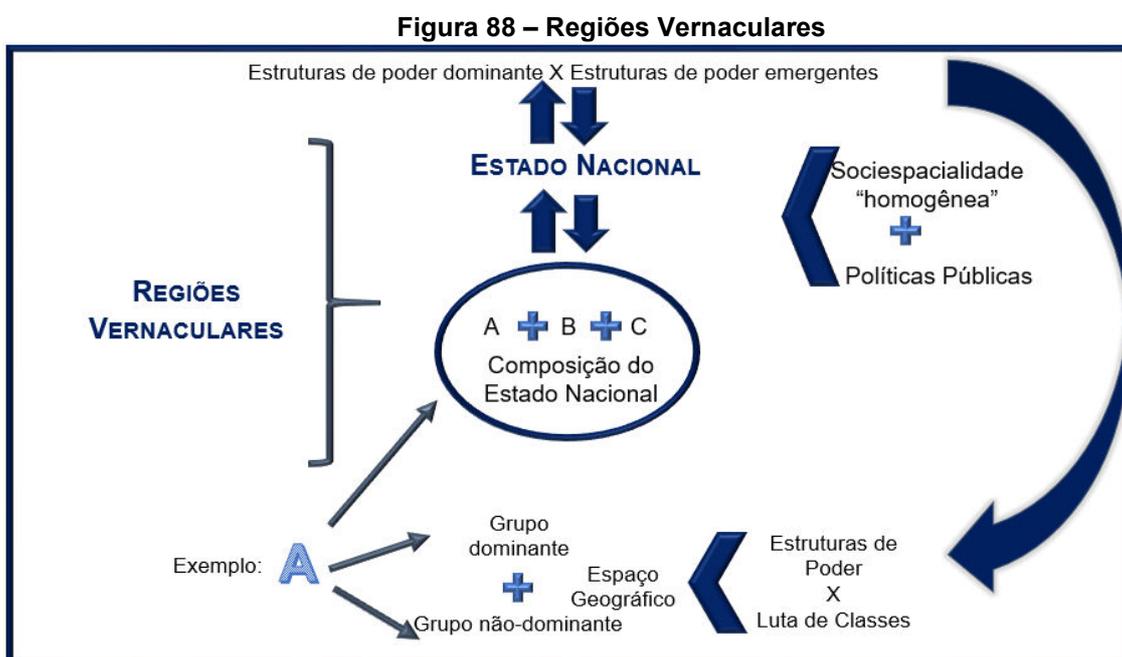
Não seriam, apenas, as regiões metropolitanas a merecer regalias de um nível próprio de governo, mas todos os subespaços regionais. Resta, sem dúvida,, a questão da delimitação geográfica, da delimitação das competências e da natureza desse poder regional aqui proposto (SANTOS, 2014d, p. 148).

Estruturas de poder nas relações do Estado levaram à região um planejamento visto, de certa forma, “de fora para dentro”. Carregado de uma ideologia de desenvolvimento metropolitana e como área de recursos para o Eixo Rio-São Paulo, o Estado, então, aplicou suas políticas públicas em uma visão externa à local. Desta maneira, o fracasso continua iminente, pois, apesar de obras ocorrerem, a realidade de carências não muda – isso gera mais pobreza. Ao reconhecer que o país é dotado de regiões vernaculares, como estas cidades ribeirinhas, acreditamos então que o Estado pode trabalhar de “dentro para fora”. Não é um caminho fácil, pois vai encontrar microestruturas de poder presentes nesta sociedade, que também é iníqua. Todavia, repetir o discurso depreciativo de subdesenvolvimento devido às condições naturais é uma visão determinista, que não enxerga possibilidades.

Mas o desenvolvimento de regiões vernaculares (figura 88) é uma proposta de possibilidades mais próximas ao local. É a compreensão de que o Estado Nacional é composto por estas regiões (A+B+C) e que estas regiões também são dotadas de uma microestrutura. Por exemplo, “A” é formado por uma realidade que, primeiro, é geográfica. Significa que está em um lugar dotado de realidades socioespaciais, desde os aspectos físicos às relações sociais. Essas têm um grupo dominante, seja em aspectos políticos ou econômicos e grupos não-dominantes, pois não significam fator de subordinação. Neste constante jogo de estrutura de poder e luta de classes, emergem lideranças destes outros grupos.

O que estamos sugerindo é a implantação de um verdadeiro planejamento estratégico, em que as realidades locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos administradores, e não apenas o lugar de ações desencontradas e, por isso mesmo, estruturalmente ineficazes (SANTOS, 2014d, p. 146).

Todavia, não é também negar a responsabilidade do Estado ou deixar de lado as conquistas sociais nos movimentos de reforma urbana, de desenvolvimento social, ou desprezar os programas de transferência de renda, ou uma aquisição de unidade básica de saúde. É compreender a complementaridade, a relação dialética entre o regional e o nacional, entre o local, o modo de vida urbano/rio/floresta e os recursos tais como para as regiões metropolitanas, considerando suas devidas proporções.



Fonte: Elaborado pelo autor

Também há de se considerar que movimentos de “baixo para cima” ocorrem. Seja na autonomia para sua sobrevivência, seja na resistência diante das “modernizações arquitetônicas” ou na entrada de um capital internacional, seja em movimentos sociais e grupos beneficentes com o próprio protagonismo local, seja na apropriação do discurso de diferença para a região.

“Ações isoladas buscam justificar-se por si mesmas” (SANTOS, 2014d, p. 123), mas são válidas temporariamente e setorialmente e, em alguns lugares, as incoerências são logo evidentes diante de aspectos na vida social, algo percebido nesta tese sobre as obras públicas nas cidades ribeirinhas, que denotaram negligências com as realidades locais.

Milton Santos (2000), em sua obra “Espaço do Cidadão”, aponta uma proposta que corrobora com as realidades regionais:

- A necessidade de um pacto territorial que não seja funcional e em que o território não seja instrumentalizado, pois agrava as desigualdades regionais e aborta os projetos da própria sociedade civil;
- As ações do Estado devem respeitar os horizontes do longo e curto prazo. As grandes opções nacionais, que implicam entre projeto nacional e internacional ficam a cargo da federação. Já o horizonte curto, que é a adaptação cotidiana a fim de eliminar os desajustes, permanece a cargo dos municípios, para dar fim a este equívoco em que a lógica hegemônica do Estado e das grandes firmas tem imposto um cotidiano cego;
- Compreender que os fixos públicos não devem ser localizados de acordo com a demanda da lei da oferta e da procura. Os princípios sociais devem ser a base dos fixos públicos. Estes fixos podem ser minimizados pelas distâncias, os mais imediatos aproximados e os de uso eventuais podem ser regionalizados, considerando que um serviço não poderá deixar de ocorrer pela falta de recursos e muito menos os grupos sociais ficarão abandonados devido à distância.
- Outros níveis territoriais também deverão ser considerados: cada entidade territorial para cada tipologia de serviços e ações a desenvolver, isto é, ministérios federais para a questão da União, como soberania nacional ou segurança do território e não para cuidar de bairros ou questões que são de competência municipal. Os recursos necessários ao exercício destas funções devem seguir critérios administrativos e não políticos, politizados;
- Uma voz regional institucionalizada como câmaras regionais, não como um mero ajuntamento de municípios, mas uma rede de “solidariedade e conflitos” (Ibid., p. 148);
- A geografização da cidadania, ou seja, direitos territoriais e direitos culturais segundo regras flexíveis que contemplem a realidade das diversas escalas geográficas com um objetivo redistributivista em que, a própria autonomia municipal ganhasse um novo valor, como ser capaz de resolver as soluções imediatas em um nível local.

Esta proposta, fortalecida pelo autor, é a de que a cidadania concreta é aquela ligada à questão territorial, pois as desigualdades sociais, são, na verdade, desigualdades territoriais, considerando-se que o cidadão é indivíduo de um lugar. Este novo modelo cívico, que subordinaria todas as opções nacionais, incluindo o modelo econômico é aquele que faz do homem “um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo”.

É necessário reconsiderar as políticas públicas territoriais para a Amazônia, é necessário redescobrir a política regional para as cidades ribeirinhas, pois, todas as vezes que tomamos a Amazônia como lugar de recurso, a vida que anima esta realidade sofre as sequelas de um economicismo externo. Assim, estamos mantendo a história da região de exploração das drogas do sertão para os colonizadores, de exploração da borracha para os governos imperialistas do século XIX, de recursos da floresta para as multinacionais do século XX e transnacionais do

século XXI, que se alimentam da visão determinista sobre o território, e coronelista, nas relações políticas dominantes permanentes.

Em um país em que as necessidades básicas são conquistadas pelo consumo e o cidadão é cada vez mais mutilado, em que as diferenças entre os homens é vista como natural, cada vez que não reclamamos por um modelo de sociedade alicerçado na solidariedade social, comprometemos nosso futuro, comprometemos as cidades ribeirinhas da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] na hierarquia administrativa, ao contrário, esforçam-se para multiplicar os prepostos e os subordinados, os diretores, controladores ou inspetores: tornam o trabalho impossível por força de complicá-lo. Tão logo apresenta-se um caso que escapa da rotina habitual, a administração perturba-se como uma população de rãs à queda de uma pedra em um pântano. Tudo se torna pretexto para atraso ou advertência (RECLUS, 2015, p. 352).

Esta tese desenvolveu uma análise das escalas decisórias das políticas públicas e a repercussão no local, nas pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, sendo Afuá e Ponta de Pedras no estado do Pará e Mazagão no estado do Amapá as áreas selecionadas para esse de estudo. São cidades ribeirinhas com características históricas e socioespaciais diferentes, como apresentado. São realidades “intrigantes” em um discurso tão sudestino sobre o Brasil e tão “ecológico” sobre a Amazônia. É como se o modo de viver urbano não existisse ali, uma vez que não segue padrão metropolitano brasileiro. Portanto, esperamos ter contribuído para esta compreensão e o incentivo para a realização de políticas públicas sem a negação da realidade socioespacial intrínseca ao local.

O desenvolvimento desta tese seguiu uma linha geral e uma específica, isto é, no geral, a compreensão do que é o Estado e suas funções, notadamente o Estado brasileiro e suas esferas de poder, como o poder público municipal em que se encontram estas cidades. Fez-se necessário a busca histórica da formação territorial nacional, que evidencia seu caráter determinista em sua política territorial e suas ações autoritárias desde sua independência. Em um país em que foi levantada a figura de uma personalidade responsável para manter a ordem local, a república brasileira ficou sujeita ao que chamamos de coronelismo.

Acompanhando este cenário, a “majestade” natural do país, rico em recursos naturais esteve acima da população, limitada por um discurso de uma população não proeminente ao desenvolvimento nacional, o que lhe conferiu uma política de missão civilizadora. A princípio, a dinâmica dos núcleos urbanos foi limitada pelo controle da fazenda sobre as vilas. Como uma eugenia espacial, a população necessitava ser apadrinhada. Consolida-se, assim, a cultura autoritária em nosso país e o paternalismo na política.

Novas necessidades quebraram este ciclo no século XX e, em um país hostil ao agrupamento, foi formada uma rede de cidades a partir dos embriões limitadores,

como os redutos, os pousos, as estações ferroviárias, as fortalezas militares, os locais de passagem, as embocaduras dos rios, entre outros. Desta maneira, se estabelece, desta maneira, um processo de urbanização sobre o território, que vai se estender para a urbanização da sociedade.

Das grandes cidades e do modelo concentrador da região Centro-Sul, temos, por exemplo, na Região da Amazônia, uma dispersão de pequenos núcleos urbanos, com duas metrópoles (Manaus e Belém), e algumas cidades de porte médio, como Marabá, Santarém e Breves. Seus núcleos embrionários vieram de momentos, tais como: do período da borracha, dos locais de passagem para a navegação, dos fortes e de invasões estrangeiras. Além disso, esta urbanização caracteriza-se muito mais pelo elo socioeconômico e suas redes sociais do que por um estabelecimento formal de perímetro urbano.

Desta maneira, esta tese apontou seus objetivos gerais ao compreender o desenvolvimento destas cidades, desde sua formação histórica regional, aos conflitos entre entes federativos no território municipal (BECKER, 2009), bem como os econômicos e culturais. Estas cidades apresentam fortes vínculos com o setor público em empregos e uma economia informal significativa.

A população urbana das três cidades aproxima-se da faixa dos 50% em Ponta de Pedras e Mazagão e, em Afuá, na faixa dos 30%. São ambientes sociais vulneráveis, com carência de saneamento básico e tratamento de água insuficiente para a realidade. O rendimento atinge uma média de até dois salários mínimos nos trabalhos formais, com uma população significativa na administração pública. A percepção da população sobre emprego formal e seguro é bem expressiva neste setor.

As cidades, que compõem estes municípios, são dependentes de repasses do GF, não geram receita local e a informalidade é presente, como o circuito informal da economia (SANTOS, 2008). A população flutua em empregos no comércio e em atividades do setor primário da economia. O IDH destas cidades, apesar do aumento nos últimos 30 anos (de 1991 a 2010), atinge o nível médio.

A formação socioespacial e antropogeográfica é também um aspecto elementar para a compreensão da realidade do estudo desta tese. Para não cair no economicismo, as relações culturais são preponderantes para entender o caráter local, que denominamos de Ribeirurbano. Um quadro de relações entre o habitante, o lugar e o modo de vida, inclusive apontada por outros autores, que indicam várias

características essenciais para entender o lugar, como: a preferência pela permanência no local para construir a sua vida, as redes de solidariedade entre moradores das áreas rurais e urbanas na busca de atendimento médico, escola e necessidades básicas, como também a luta diária, sendo resilientes, com a presença ou ausência do poder público.

Esse Ribeirurbano, homem e lugar, coexiste com a presença do Estado e do capital. É um modo de vida desde a sua paisagem cultural impressa nas casas de palafitas às margens dos rios, as relações simbólicas com a florestas, as várzeas e os rios, até às suas relações religiosas, de festividades e na busca da renda não monetária. São aspectos urbanos, ainda que seu espaço intraurbano seja diferente da percepção urbana do Centro-Sul, um reconhecimento de um jeito de viver, em seu sistema de objetos e sistema de ações urbano/rio/floresta.

O Ribeirurbano não nega o exógeno, mas sua identidade reforça o próprio lugar. E, sem intencionar uma visão romanceada desta realidade, é também espaço de iniquidades: as relações com a vida política local perpassam entre interesses, apatia e oportunismo. Sahlins (1997, a/b) apresentou que existe uma liderança cultural sobre o fator econômico, quando entende-se que a globalização tem a função de homogeneizar os lugares. Todavia, a maneira como os povos locais se relacionam com o processo cultural da globalização continua a distingui-los de uma homogeneização capitalista mundial – a Indigenização da modernidade.

As relações ribeirurbanas, em seu processo de urbanização, apontam que o campo não era o estágio inicial e a cidade o estágio final da humanidade, pois eles coexistem e mantêm redes sociais e, como outro exemplo, é possível citar o consumo de elementos tecnológicos como internet e celular, que, apesar de representarem elementos globais, adquirem diferenciações locais, pois não causam a “morte” da cultura local, pelo contrário, se ajustam às novas condições. Isso é perceptível na divulgação da localidade como atrativo turístico e como reforço da identidade.

Com estas premissas, partiu-se nesta tese para a compreensão do que são estas pequenas cidades, o que *pensam* sobre elas e o que realmente *são*: um caráter de ruralidade, com a imagem do antigo, do atrasado, do oposto à modernidade, às suas realidades singulares que apenas apontam para outro aspecto do que vem a ser uma sociedade urbana, e que, desta maneira, não deve ser negligenciada na política nacional, inclusive em seus aspectos identitários.

A incompreensão desta realidade, deste espaço ribeirurbano, em que indivíduos e espaço físico apresentam um movimento diferenciado, contribui ainda mais para a propagação de falhas na elaboração e execução de políticas públicas estabelecidas nestes locais. Estas cidades-rio, com dinâmicas urbanas influenciadas pelos movimentos das marés, presença marcante da natureza com seus rios abundantes e floresta exuberante, com um padrão urbano ribeirinho, expresso em um modo de vida urbano/rio/floresta formadas por sujeitos sociais, que, apesar de demonstrar bem sua cultura regional, é parte de uma composição plural da cultura nacional e não devem ser tratadas como uma generalidade do urbano metropolitano do país, ou mesmo do urbano das pequenas cidades.

Diante destes fatos, políticas públicas foram analisadas nestes espaços ribeirurbanos, em uma busca de compreensão das necessidades e do fato ocorrido. É evidente que infraestrutura espacial, como creches, quadras, unidades básicas de saúde, escolas, entre outros, são equipamentos necessários em todos os grupos do território nacional. Contudo, nesta tese, foi constatado que, apesar da relevância das obras, elas se tornaram “mais do mesmo” sobre a Região²¹, uma vez que muitas não foram concluídas, outras consideradas concluídas, mas, de fato, ficaram inacabadas, outras, apesar de construídas, apenas somaram ao local objetos fixos sem conduzir às mudanças sociais desejadas. Desenvolvimento social não é apenas a consideração da necessidade do equipamento urbano em si, deve ser um amplificador de cidadania: a população sendo chamada a participar das decisões de suas próprias necessidades, o respeito à realidade local na aquisição de bens, no uso do transporte público, nos custos das obras, na fiscalização e utilidade diante das distâncias estabelecidas pelos rios.

Alguns exemplos foram constatados a respeito destas obras, sobre as quais a falta de fiscalização possibilitou sua descontinuidade. Em Afuá, o sistema de abastecimento de água precário que levou a uma ação processual do Ministério Público. Na cidade de Ponta de Pedras, a creche na Vila Pedrolândia que deveria ter sido construída no interior do conjunto habitacional das casas do Programa “Minha Casa, Minha Vida” e, atualmente, é uma obra abandonada. Mais grave é o constatado em Mazagão, onde todas as obras analisadas não foram concluídas até

²¹ Obras não concluídas, abandonadas, com prazos desrespeitados são encontradas em vários lugares do Brasil. É, justamente, isso que se revela: são mais do mesmo, portanto, não consideram as realidades que são vernaculares, investigadas suas reais necessidades, consultados os representantes públicos e a sociedade civil que, na realidade, não participam da construção.

o fechamento desta tese, como as obras paradas do Centro de Atenção Psicossocial.

O objetivo principal a constatar nesta tese refere-se às políticas públicas que não levam em consideração a realidade local e que são implementadas de maneira distorcida. Apesar de ser possível perceber estas negligências em outros lugares no Brasil, um conjunto de variáveis denotam a tese: distâncias geográficas, realidade peculiar na aquisição de recursos públicos, dependência de repasses do GF, vida econômica no circuito inferior da economia, população que oscila em busca de recursos no setor primário e terciário em aspectos informais, modo de sociedade singular urbano/rio/floresta, estrutura socioespacial ribeirinha, permanência de uma política coronelista de assistencialismo e falta de fiscalização por agentes públicos e sociedade civil organizada.

São predicados além dos aspectos naturais, que deveriam ter sido relevantes do ponto de vista regional para aplicação destas políticas públicas e uma condução de maneira adequada em que o distanciamento político é propagador de distorções, uma vez que aspectos locais não são devidamente considerados. Nessa realidade, não é possível assumir o padrão de outras municipalidades, de outras regiões do País, uma vez que toda a logística foge dos padrões urbanos do Centro-Sul, local, inclusive, de origem de muitas empresas e construtoras responsáveis por obras públicas nestas cidades.

Muitas contradições então, se evidenciam e perpetuam nesta realidade: uma região com abundância de águas, composta pela maior bacia hidrográfica do mundo possui precariedades no acesso a água potável. Nas três cidades de estudo, o sistema de abastecimento de água é precário, com uma infraestrutura com ferrugens, canalizações na superfície, tubos com poucas polegadas se estendendo por longas distâncias, suscetíveis a uma rápida deterioração e, como consequência, uma população que consome água mineral para satisfazer a necessidade vital do consumo humano. Ainda neste raciocínio, temos o sistema de esgoto precário, lançados nos rios, além de problema de coleta de lixo urbano.

Nas palavras de Reclus (2015, p. 352), em um ambiente que recebeu recursos para solucionar esta dificuldade, os esforços públicos aparentam multiplicar os problemas, por complicá-los, inclusive com a inércia dos governos locais, dependentes de repasses da União e que mantêm a rotina habitual do abandono

político e poucas ações para mobilização da população em prol da coisa pública. Diante da necessidade, permanecem governos que enfatizam as carências.

Todas as dificuldades tornam-se pretexto para atraso, não para mudanças, apesar de ser possível perceber intenções novas à realidade: existe a emergência de representantes políticos advindos das camadas populares ou com mais engajamento na defesa do interesse público do que a manutenção do assistencialismo sem resultados promissores e mantenedores da dependência.

A cidade de Afuá possui uma população com mais interesse no espaço público, sendo uma cidade organizada do ponto de vista espacial, limpeza pública, manutenção das casas com pinturas recentes, praças cuidadas, cestos de lixo nas ruas e uma preocupação política com a organização socioespacial. Em Ponta de Pedras é possível notar movimentos sociais em busca de direitos, funcionários públicos de carreira preocupados com o serviço público adequado e reivindicações gerais, por exemplo, diante de salários atrasados e de serviços hospitalares a desejar. Recentemente em Mazagão emergiu um governo popular diante das insatisfações populacionais com os governos anteriores, promotores da manutenção social do atraso.

Estes exemplos são sinais de esperança daqueles que produzem o espaço de sua existência. Na busca de suprir suas próprias necessidades ainda com a ausência de políticas públicas adequadas, agora, buscam o exercício da cidadania no espírito público. Talvez, nessas situações possam emergir as mudanças tão necessárias nesta realidade, que é regional, na promoção da dignidade amazônica.

Todavia, existe uma responsabilidade do poder público em considerar que o país é dotado de regiões vernaculares e que a promoção de políticas públicas territoriais deve considerar uma dinâmica peculiar à esta realidade. Existe uma maior probabilidade da presença destas realidades em todo o Brasil, isto é, da presença de grupos humanos característicos a uma dinâmica social intrínseca ao lugar e que não deve ser ignorada.

Portanto, esta tese apresenta como recomendação considerar este novo regionalismo, pragmático, desde a representatividade nas reivindicações e na participação cidadã da elaboração das ações governamentais, seja por um conjunto de prefeitos, e entre os prefeitos, aquele que será eleito para compor uma espécie de câmara regional, com representantes da sociedade civil e sem vínculos políticos

partidários, são aspectos importantes desse “fazer social” que pode ampliar a voz regional em sua verdadeira necessidade.

É uma possibilidade de aproximar a população de suas necessidades unido aos representantes políticos e empoderá-la no controle social das políticas públicas. De certa forma, esta realidade já existe. A população conhece as necessidades e assiste, todos os dias, as negligências perpetuadas por esta estrutura cristalizada. Contudo, a institucionalização de uma espécie de câmara regional plural seria um grande passo.

Não significa que a estrutura política que se perpetua na Região vai deixar de existir. Entretanto, a ideologia de desenvolvimento metropolitano, com marcos regulatórios aplicados em realidades cosmopolitas, se transformará na realidade local. A voz regional no seu lugar de destaque vai substituir a ideologia urbana das grandes cidades.

Sabemos, o Estado que atua de “fora para dentro” em sua manutenção heterônoma não será de todo modificado na micro-estrutura da região vernacular, pois ela também é dotada de iniquidades, de sujeitos políticos que atuam em manutenção da elite local. Mas, com a emergência dos grupos não dominantes e a proximidade que não é “localista” e nem macrorregionalista, a voz regional de uma região vernacular pode ser possibilitadora de uma política enquanto função social que transporte sua atuação de um campo ideológico, para o campo programático, com busca de resultados e satisfação dos mesmos.

O desenvolvimento de um novo modelo cívico em que se afirma um país heterogêneo, com realidades singulares e necessidades democraticamente ouvidas é essencial às mudanças estruturais. Este modelo é socioespacial, isto é, não se deve negar a dimensão espacial da sociedade, em um sistema de objetos, de realidades estruturais diferentes em seus fixos, e um sistema de ações, que vai ao encontro de uma realidade produzida e uma nova mentalidade de ações mais horizontais. Essa consideração pode promover um novo modelo cívico, como discutido por PUTNAM (2006), ao aproximar eleitos e eleitores, com políticos mais preocupados em cumprir os programas, promoção do espírito público em face ao clientelismo político e uma democratização da política que estimula participação popular, cria um controle social e torna indivíduos mais confiantes com relações horizontais e cidadãos mais virtuosos nas leis a serem cumpridas. Ou seja, esse

poderia ser um caminho, uma tentativa de estabelecer um maior comprometimento social, transformador daquela realidade.

O isolamento político nestas cidades ribeirinhas das decisões centrais do país, a falência da economia da borracha que ocasionou maior pobreza, a apropriação de terras por grupos dominantes e população pequena concentrada em núcleos rurais ou pequenos núcleos urbanos, que permitiu, de certa maneira, um “controle” ideológico das elites locais, reforçaram uma política paternalista, clientelista e mantenedora de subdesenvolvimento como ferramenta para uma estrutura de poder oligárquico – que foi reiterado com alianças políticas estaduais e federais – um entrave ao desenvolvimento da cidadania na região, mesmo com focos de resistências.

Todas estas variáveis são longas reflexões de análise sobre estas cidades equatoriais. Esta tese teve, também, o intuito de oferecer para a comunidade acadêmica, e para a sociedade, percepções da realidade por meio de uma pesquisa social, mas que coloca em relevo vida de pessoas que, diariamente, produzem o seu “saber-viver” na conquista de suas próprias necessidades e ambições.

Outra inferência a realizar, é que, em época de eleições é fácil notar a reprodução da ideologia metropolitana no discurso dos candidatos. Como a maior parte do país habita a porção leste e às proximidades destes espaços, o discurso, atrativo para população, vindo de empresários, comerciantes, industriais, até mesmo acadêmicos realçam seu caráter eleitoral. Em uma país com realidade concentradora de serviços, atividades econômicas, institutos universitários, hospitais, bancos, empresas, fábricas, inovação, informática, ciência, torna-se notória a importância de uma política econômica que não ignore a produção de riqueza nestes locais, contudo, corre-se o sério risco de manter nas sombras as pequenas cidades distantes destes centros, como as amazônicas.

São vários exemplos de ações sociais e econômicas necessárias à região: desde hospitais regionais de maior especialidade, pronto atendimento nas localidades, formação profissional em áreas da educação e saúde com o compromisso social de que os profissionais sejam estimulados a voltar seu serviço nestes locais. Pode-se relacionar ainda a formalização das atividades primárias, fortalecimento da economia local, estímulo do desenvolvimento regional em áreas comerciais, construtoras e indústrias, para possibilitar maior barateamento dos

produtos e menor dependência do Centro-Sul do país, além do turismo sustentável baseado na economia local.

Um pacto federativo não funcional também é de extrema relevância, sem a concepção de meritocracia. A competição por recursos, uma competição territorial, produz opacidade para as pequenas cidades. Para tanto, deve existir um pacto territorial de ação colaborativa que promova cidadania. A cidadania parte de igualdade de oportunidades, isonomia, garantia de todas as vozes serem ouvidas, acessibilidade, serviços básicos para toda a população e preservação das culturas regionais, dentre outros aspectos.

Cabe ainda considerar a importância destas pequenas cidades na formação regional, na economia em rede, na sociabilidade e sustentabilidade. Um pacto territorial que privilegia alguns espaços em detrimento de outros acaba por criar desigualdade, e, sendo “instrumentalizado, o território é causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e sobretudo entre os homens” (SANTOS, 2014d, p. 134).

Para Santos (2014d), o Estado deve promover ações de longo e curto prazos. Os grandes projetos nacionais que propiciam liberdade, justiça e bem-estar são desígnios de longo prazo. A sua adaptação cotidiana fica no horizonte de curto prazo, para eliminar os desajustes, a cargo dos municípios, que é o cotidiano. Entretanto, muitas vezes este cotidiano é confundido por uma lógica hegemônica que atende aos propósitos de grandes firmas. Assim, se faz necessário que, todos os modelos a serem estabelecidos no país, como o modelo econômico, devem estar submetidos ao modelo cívico territorial (SANTOS, 2014d, p. 136, 137).

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já o vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma maioria dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro (SANTOS, 2014d, p. 139).

Uma pesquisa de cunho social deve ter o compromisso de apresentar uma realidade, ainda que acompanhada pela utopia. Todavia, existem exemplos de nações em que a universalização das necessidades essenciais existe. Não é o caso do nosso país. Classificado como a sexta maior economia do mundo em 2016, o Brasil apresenta deficiências sérias de acesso ao saneamento básico, à qualidade

das escolas, à segurança pública, bem como de acesso à cultura e lazer. Isso nos leva a crer que ainda o atendimento a muitas necessidades deixam a desejar.

Portanto, o desenvolvimento de um espírito público e de agentes públicos mais programáticos faz-se crucial, inclusive, para gerar um ambiente de negociações das necessidades dos locais. A presença de conflitos de interesse existirá, e provavelmente, até mesmo vantagens em relação ao poder econômico, mas a voz regional, já muitas vezes presente, poderá ser promotora de lutas, cobranças, fiscalizações e elevação de cidadania.

Esta tese ainda propõe algumas reflexões possíveis para futuras pesquisas, pois em um ambiente político de debate, como promover a ascensão social das pessoas destas pequenas cidades? A justiça social, discurso tão presente em nossa sociedade, não atinge a igualdade, que seria o equivalente a considerar suas peculiaridades. Além disso, não se deve estabelecer um assistencialismo que produza dependência. Para Souza (2008), a justiça social deve levar em consideração que indivíduos possuem necessidades diferentes, que os desiguais devem ser tratados desigualmente, e que, inclusive, os equipamentos urbanos devem ser acessíveis de maneira diferenciada em consonância com o combate à desigualdade socioeconômica, à segregação residencial e com a garantia da participação cidadã nesta composição de justiça social.

Assim, como produzi-la, o que equivale a um desenvolvimento como mudança social positiva diante da imprudência com a questão regional? Como elevar a cidadania com programas de transferência de renda sem torná-los fatores de permanência, estagnação social e um recurso eleitoral?

E o discurso do livre-mercado? Poderão ser individualizados e serem relegados ao discurso do mérito uma realidade tão desigual com uma negligência que produz como resultado os entraves? Quando o próprio Estado não cumpre adequadamente a sua função que é pública, social e de prestação de serviços, conspira contra sua competência, relegando o exercício de suas funções à iniciativa privada e ao que o indivíduo pode conquistar pelo seu esforço.

Por fim, nas palavras de Reclus,

O estudo lógico das cidades, ao mesmo tempo em seu desenvolvimento histórico e no aspecto moral de seus edifícios públicos e privados, permite julgá-los como se julgaria indivíduos: constatamos qual é a dominante de seu caráter e até que ponto, na complexidade de suas influências, elas

foram úteis ou funestas ao progresso das populações que se encontraram em seu raio de atividade (RECLUS, 2015, p. 57)

Assim, ao analisar as políticas territoriais sobre estas realidades urbanas e “julgá-las” se foram “úteis ou danosas” ao seu desenvolvimento, tendo como compreensão a melhoria da qualidade de vida local com respeito às suas singularidades, a reflexão fecha-se em torno da necessidade de pensar estas cidades a partir de seu quadro local, pois, apesar de marcos institucionais serem importantes para a federação, estes podem se tornar “funestos” ante a peculiaridade física e social das pequenas cidades.

Todas as ações estudadas nesta tese, foram como peças que não se encaixaram neste quebra-cabeça e resultaram em obras inacabadas, recursos públicos desperdiçados e vidas desrespeitadas. São marcos e institucionalidades pensadas como generalidades para o urbano metropolitano do Brasil e que se torna um grande desafio para a sociedade brasileira como um todo, na ampliação de olhares sobre o espaço regional.

Da maneira como até hoje, na prática, e não nas palavras de um planejamento teórico, foram direcionadas as políticas públicas para estas realidades, sempre descritas como espaços caóticos, desestruturados, empobrecidos e carentes estruturalmente, as cidades ribeirinhas da Amazônia permanecem com o eterno desafio da produção de sua própria existência, nesta dura vida, até emergir, em seus espaços sociais, grupos sociais e indivíduos dispostos a insistir em sua alteridade socioespacial.

E neste sentido é que existe a esperança. Pois estas vozes já ecoam. E com os autores que permitiram esta tese mergulhar nesta realidade dura, fascinante, poética, cheia de indignações e plena de ensino sobre um outro urbano, façamos ecoar que existe, do outro lado do rio, talvez longe das vistas das grandes cidades, um saber viver capaz de nos fazer compreender que o ribeirurbano é do brasileiro e o brasileiro de todo lugar, deve ser ribeirurbano.

Na compreensão das cidades ribeirinhas da Amazônia, para além da paisagem aparente, é preciso atravessar o rio, pois do outro lado há sempre esperança. A complexidade da sociedade contemporânea não nos permite compreender a Amazônia apenas relacionando-a a crise, emersa no diagnóstico das carências, mas também como virtualidades e possibilidades (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 23, 24).

REFERÊNCIAS

- AFUÁ. PREFEITURA. **Assinatura de convênio para a construção de passarelas de concreto em Afuá**. 2018a. Disponível em: <http://www.afua.pa.gov.br/assinatura-de-convenio-para-construcao-de-passerelas-de-concreto-em-afua/>. Acesso em: 19 jul. 2017
- AFUÁ. PREFEITURA. **Estação de Tratamento de Água compacta de Afuá**. 2018b. Disponível em: <http://www.afua.pa.gov.br/estacao-de-tratamento-de-agua-compacta-de-afua/>. Acesso em: 19 jul. 2018
- AFUÁ. PREFEITURA. **Prefeitura de Afuá inaugura UBS do Capim-Marinho e Ginásio Poliesportivo**. 2017a. Disponível em: <http://www.afua.pa.gov.br/prefeitura-de-afua-inaugura-ubs-do-capim-marinho-e-ginasio-poliesportivo/#prettyPhoto>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- AFUÁ. PREFEITURA. **Inauguração do Centro de Atendimento ao Cidadão de Afuá**. 2017b. Disponível em: <http://www.afua.pa.gov.br/inauguracao-do-centro-de-atendimento-ao-cidadao-de-afua/>. Acesso em: 19 jul. 2018
- AFUÁ. PREFEITURA. **Lei n.º 201/2002**. Sobre Código de Posturas de Dezembro de 2002. Afuá: Prefeitura, 2002.
- AFUÁ. PREFEITURA. **Nova UBS do Bairro Capim Marinho**. Disponível em <http://www.afua.pa.gov.br/nova-ubs-do-bairro-capim-marinho/>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- AFUÁ. PREFEITURA. **Prefeitura realiza evento para entrega do Centro de Atendimento ao Cidadão de Afuá**. Disponível em: <http://www.afua.pa.gov.br/prefeitura-realiza-entrega-do-centro-de-atendimento-ao-cidadao-de-afua/>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- AGÊNCIA ESTADO. PAC de Lula lembra esforço do Avança Brasil, de FHC. **Agencia Estado**, 23 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pac-de-lula-lembra-esforco-do-avanca-brasil-de-fhc,20070123p19244>
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Atlas Brasil**. Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=28&mapa=sist#> Acesso em: nov. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Brasil. **Atlas Brasil: abastecimento urbano de água : resultados por estado** Brasília: ANA, 2010.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Brasil. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras**. Brasília: ANA, 2015.
- AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGUIAR, Diego Gomes et al. Cesta básica regionalizada e variabilidade hidrológica: o caso das cidades de Manacapuru (AM) e Óbidos (PA). In: SCHOR, Tatiana (Org.). **Dinâmica Urbana da Amazônia Brasileira**. Manaus: Editora Valer, 2014.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/institucional/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005)**: uma análise evolucionária. 2009. 251f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ (AMAM). **Prefeituras Do Marajó Estão À Míngua E Pedem Socorro**. Disponível em: http://www.amam-marajo.org/noticia_detalhes.asp?codigo=1512. Acesso em: 21 jul. 2018

BACELAR, W. K. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara, MG. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2008.

BECKER Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil Uma Nova Potência Regional Na Economia-Mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editoria Ática, 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas, **Revista Brasileira de Geografia**, v.47, n. 3/4, p. 357-371, 1985.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, v. 19, n. 53, 2005 .

BILBAS, Luna; CARDOSO, Ana Cláudia. Os Perigos de uma Trajetória Única para as Cidades Amazônicas. In: ENANPUR, 17, 2017. **Anais...**, São Paulo, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL. LEI N.º 5.727, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1971.. Disponível em <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>. Acesso 27 jul. 2017

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências, **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRASIL. LEI Nº 6.151, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1974. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF. Acesso em: 27 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências, **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9276.htm. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, **Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**. Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2007.

BRENTANO, Laura. **Com celular há 2 anos, Afuá já vive 'dependência' de smartphones**. 2011a. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/com-sinal-de-celular-ha-2-anos-internet-movel-ja-e-realidade-em-afua.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRENTANO, Laura. **Há 2 anos com celular e web, cidade das bicicletas se adapta à vida on-line**. 2011b. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/ha-2-anos-com-celular-e-web-cidade-das-bicicletas-se-adapta-vida-line.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 877/2015**. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=170181> Acesso em: 23 jul. 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: Bielschowsky, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CARMO, M. B. S. **A singularidade do urbano de Barcarena, como cidade ribeirinha da região Amazônica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015.

CARMO, M. B. S.; COSTA, S. M. F. Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena, Pará. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 291-305, dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.AO01>.

CARNEIRO, Edison. **A Conquista da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1980.

CARVALHO, Daniela Alvez. Na curva do rio: o manejo sustentável do pirarucu reestruturando a rede urbana no ri Solimões. In: SCHOR, Tatiana (Org.). **Dinâmica Urbana da Amazônia Brasileira**. Manaus: Editora Valer, 2014.

CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. Crescimento Econômico na Fronteira e a Dinâmica Urbana na Amazônia paraense: uma abordagem histórica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012.

CASTRO, I. E. Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. **Script Nova**, v. 10, n. 218, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES. A Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, 6, 2017. **Anais...**, Alagoas, 2017. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/6conferencia/etapas-preparatorias/texto-de-refer%C3%Aancia.html>. Acesso em 27 jul. 2018.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, Mauro Aurélio. Quarenta anos de regiões metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório. In: _____. **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013

COSTA, S. M. F. et al. Cidades Pequenas do Estuário do Rio Amazonas: Crescimento Urbano e Rede Sociais da cidade de Ponta de Pedras, PA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-SIMPURB, 11, 2009. **Anais...**, Brasília: UNB, 2009.

COSTA, S. M. F. *et al.* Cidades pequenas do estuário do Rio Amazonas: terra de quem? **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 9, p. 19-35, 2015.

COSTA, S.; BRONDÍZIO, E. Dependência Inter- Dependência Inter-urbana entre as Cidades Amazônicas: Crescimento Urbano, Deficiências em Infra-estrutura e Redes Sociais. **REDES**, v. 14, n. 3, p. 211 – 234, 2009.

COSTA, S.M.F *et al.* Entre a cidade legal e a cidade ilegal: a realidade das pequenas cidades da Amazônia — um estudo de Ponta de Pedras, Pará. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 1, p. 127-139, jan./abr. 2014

COSTA, Sandra M. F. et al. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbanos e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. **REDES - Rev. Des. Regional**, v. 17, n. 2, p. 56 - 74, 2012.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; ROSA, Nilton Carlos. O processo de urbanização na Amazônia e suas peculiaridades: uma análise do delta do rio Amazonas. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 2, p. 81-105, out. 2017.

COSTA, Sandra Maria Fonseca et al. Crescimento Urbano E Ocupação De Várzea Em Pequenas Cidades Da Amazônia: Uma Discussão Premente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n.1, p.114-129, 2016..

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referencia identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: _____. **Cidades Ribeirinhas da Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA. 2008.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das Cidades. **Boletim Geográfico**, ano 2, n. 14 e 15, 141-148 e p. 299-308, maio e junho, 1944.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

FOLHA MAZAGÃO. **Material de construção de obra embargada está sendo saqueado e vendido, em Mazagão Velho**. 2016. Disponível em: <http://folhademazagao.blogspot.com/2016/12/material-de-construcao-de-obra.html>. Acesso em: 19 jul. 2018.

FREITAS, André Vieira. Uma política de ordenamento territorial para o Brasil? In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

FREITAS, Ivan F. O plano diretor como instrumento jurídico eficaz para a gestão ambiental dos municípios amapaenses. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 3, p. 123-134, 2011.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista estudo de casos**: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais E Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1961.

G1 PA. **Cabos subaquáticos levarão energia para a Ilha do Marajó**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/02/cabos-subaquaticos-levarao-energia-para-ilha-do-marajo.html>. Acesso em: 23 jul. 2018

G1 PA. **Justiça Federal obriga poder público a melhorar abastecimento de água em Afuá, no Marajó**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/justica-federal-obriga-poder-publico-a-melhorar-abastecimento-de-agua-em-afua-no-marajo.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2018.

GEIGER, P; DAVIDOVICH F. Aspectos do Fato Urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 2, 1961.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo em Descontrole**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

GOMES, Paulo César da Costa. **Quadros Geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

GRENZ, Stanley J. **Pós-Modernismo**: Um Guia para Entender a Filosofia do Nosso Tempo. São Paulo: Vida Nova, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Os donos do poder: A macroestrutura. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HARVEY, David. A Reinvenção da Geografia. In: _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. A Teoria Marxista do Estado. In: _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HUNTINGTON, Samuel. The Change to Change: Modernization, Development, and Politics. **Comparative Politics**, v. 3, n. 3, p. 283-322, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama das Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em dez.2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/default.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: dez. 2018

KLINK, Jeroen. Por que as regiões metropolitanas continuam tão ingovernáveis? Problematizando a reestruturação e o reescalonamento do Estado Social-Desenvolvimentista em espaços metropolitanos. In: _____. **Território metropolitano, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, 2013.

LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITÃO, Karina Oliveira. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.16.2009.tde-04032010-140034.

LEMLE, M.. **Secretários de Saúde do Norte pedem que SUS considere o 'fator amazônico'**. 2018. Disponível em <http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=374&sid=13>. Acesso em: 22 jul. 2018

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). **Rev. bras. polít. int.**, v. 52, n. 1, p. 89-109, 2009.

LEYS, Colin. Samuel Huntington e the End of Classical Modernization Theory. In: _____. **The Rise & Fall of Development Theory**. Indianápolis: Undiana University Press, 2004.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 5, n.2, p. 313-332, 2000.

LIMA, V. M. et al. O Desafio Da Saúde Pública Em Pequenas Cidades Da Amazônia: Um Estudo De Ponta De Pedras, Ilha Do Marajó – Pará. **Revista Univap**, v. 18, n. 31, 2012.

LIMA, Viviana Mendes. **Globalização e saúde na Amazônia**: um estudo de uma pequena cidade – Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, Pará. Tese (Doutorado. Programa de Saúde Global). Faculdade da Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOMBA, Roni Mayer; FONSECA, Meg Briane da Silva. Modos de vida ribeirinho na comunidade Foz do Rio Mazagão – Mazagão (AP/Brasil). **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 1, p.257-276, 2017.

MACHADO, L. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999.

MACHADO, Lia Osório. A Geopolítica do Governo Local: Proposta de Abordagem aos Novos Territórios Urbanos da Amazônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., Rio de Janeiro, 1993. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80847.pdf> Acesso em: jan. 2018.

MARICATO, Ermínia. Metrôpoles Desgovernadas. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 18ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. **Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia**: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras – PA. Dissertação. São José dos Campos: UNIVAP, 2010.

MORAES, André de Oliveira. Embalando mercados em redes urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. In: SCHOR, Tatiana (Org.). **Dinâmica Urbana da Amazônia Brasileira**. Manaus: Editora Valer, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Bruno Henrique Colombari. **Ocupações irregulares em pequenas cidades da Amazônia**: um estudo em Vila dos Cabanos, Barcarena, Pará, no período de 2005 a 2015. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2016.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima, 3).

NETO E LEMOS, Renato Luís do Couto. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano no Brasil. In: _____. **Cidades e conflito**: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fase, 2013.

OLIVEIRA, I. G. **Análise de percepção ambiental de moradores de área de várzea em pequenas cidades da Amazônia: um estudo de caso.** 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015.

OLIVEIRA, I. G.; COSTA, S. M. F. Análise da percepção ambiental dos moradores de área de várzea urbana de uma pequena cidade do estuário do Rio Amazonas. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 40, p. 151-167, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/124464>. Acesso em: 09 jul. 2018.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Cienc. Cult.**, v. 58, n. 3, 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA. 2008

OLIVEIRA, José Aldemir. A produção da cidade na Amazônia: Tempos e Espaços de Ações e Reações. In: SPÓSITO, Elisei Sáverio ... [et al]. **A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PACHECO, John. **No AP, Iphan embarga obra de quadra esportiva perto de sítios arqueológicos.** 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/09/iphan-suspende-construcao-de-quadra-proxima-de-igreja-antiga-em-mazagao.html>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PALHETA, C. S. A.; RODRIGUES, C. I. A Casa De Afuá: Estética Popular Em Uma Cidade Sobre Palafitas. **Iara: Revista de Moda, Cultura e Arte**, v. 5, n.1, 2012

PARÁ. ESTADO. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. **Tricentenário da Fundação da cidade de Belém (1616 – 1916).** Belém: Instituto Lauro Sodré, 1916.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O Lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil:** Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>
Acesso em: Jun. 2018.

PENHA, Gabriel. Material de construção de obra embargada está sendo saqueado e vendido, em Mazagão Velho, **Folha Mazagão**, 2016. Disponível em: <http://folhademazagao.blogspot.com/2016/12/material-de-construcao-de-obra.html>. Acesso em: 19 jul. 2018.

PEREIRA; Vanessa Bellão; FERREIRA, Silvia Aline Silva. Capacita SUAS no Pará: uma abordagem a partir da diversidade territorial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1, 2015. **Anais...**. Londrina, 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Detalhamento de Convênios e Outros Acordos.** Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consulta?ordenarPor=orgao&direcao=desc>>. Acesso em: jul. 2018.

PORTAL DOS CONVÊNIOS. **Portaria Interministerial nº 127 e Decreto nº 6170.** Disponível em: http://www2.seplag.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18619&folderId=51228&name=DLFE-3708.pdf. Acesso em: jul. 2018.

PRESSLER, Neusa. Econegócios e Cooperação Internacional: Novos Discursos Sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo.** São Paulo: Globo, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013.** New York: PNUD, 2013.

PUTNAM, Roberto. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RABELO, B. V. et al. **Mazagão: realidades que devem ser conhecidas.** Macapá: IEPA, 2005. 120 p.

RANGEL, Jobair de Assis. **O programa 'Minha casa minha vida' e seus desdobramentos no local:** um estudo da pequena cidade de Ponta de Pedras, Pará. São José dos Campos, SP, 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

RATZEL, F. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I: O Estado como organismo ligado ao solo. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 29, p. 51 - 58, 2011.

RATZEL, F. O Solo, a Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, P. 93-101, 1982.

RECLUS, Élisée. O Estado Moderno. In: _____. **O Homem e a Terra: textos escolhidos.** São Paulo: Intermezzo, 2015.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Amazônia Legal: Redes e Fluxos na Nova Divisão Territorial do Trabalho. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, Rio de Janeiro, 1993. **Anais...**, Rio de Janeiro, 1993.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RUIZ, João Alvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas, 1979

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997b.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. As cidades como puderam ser no Brasil. In: SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza. In:_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2011a.

SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In:_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2011b.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014d.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014e.

SANTOS, Milton. O chão contra o cifrão. **Folha de SPaulo**, São Paulo, 28 fev. 1999. +Mais.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2 ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 5. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

- SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Internacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SCHOR, Tatiana (Org.). **Dinâmica Urbana da Amazônia Brasileira**. Manaus: Editora Valer, 2014.
- SERRANO, Agnes de França. Uma política de ordenamento territorial para o Brasil? In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.
- SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SIMÕES, Vanessa Cristina Ferreira. **Ideadores de bicitaxi**: Cartografias de experiências estéticas em modos de viver e fazer bicitaxis na Veneza Marajoara (Afuá - PA). 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- SINGER, P. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.
- SIRE, James W. **O Universo ao Lado**. 4. ed. São Paulo: Hagnos, 2009.
- SORRE, MAX. "**Les fondements de la Géographie Humaine: L'Habitat**". Paris: Armand Colin, 1952.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Paisagem. In: _____. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 2013. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPÓSITO, Eliseu S.; SILVA, Paulo F. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.
- STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.
- TAVARES, Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho. O município brasileiro sua evolução histórico-constitucional. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 209, p. 169-187, jul. 1997. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47050/46035>>. Acesso em: 26 Abr. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v209.1997.47050>.

TAVARES, Maria Goreti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p.59-83, 2008.

TIEMANN-ARSENIC, Ulrike. Recursos Naturais e Perspectivas de Futuro em Comunidades Ribeirinhas e Assentados: Uma Pesquisa de Campo. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.17, n.48, 2002

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: Tostes Editora, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.. Laços & nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia. **Revista Geográfica de América Central**, v.2, n. 47E, p. 1-16, 2011. Disponível em:
<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2266> Acesso em: dez. 2018.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA. 2008

TRINDADE JUNIOR, S. C.; ROSÁRIO, B. A.; COSTA, G. K. Espacialidades e Temporalidades Urbanas na Amazônia Ribeirinha: Mudanças e Permanências à Jusante do Rio Tocantins In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-SIMPURB, 11, 2009. **Anais...** Brasília: UNB, 2009.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 50, p. 13-138, 2010.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Paper do NAEA**, Belém, n. 321, dez. 2013. Disponível em:
<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/215>. Acesso em 23 abr. 2019.

VALOTA, Ed Carlos dos Santos. **Sociedade e natureza: análise da paisagem e da ocupação urbana em ambiente de várzea no bairro de uma pequena cidade do Estuário Amazônico: Ponta de Pedras – PA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Pará, 2006.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Disponível em

<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/352/uma-comunidade-amazonica-o-estudo-do-homem-nos-tropicicos>. Acesso em: 10 dez. 2017

WEBER, MAX. Conceito e Categorias de Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.